

Universidade Federal de Uberlândia
Programa de Pós-Graduação em História
Linha de Pesquisa: Trabalho e Movimentos Sociais
Doutorado

Mariana de Oliveira Lopes Barbosa

**História da União Democrática Ruralista (UDR) em Goiás: o epicentro da
ação ruralista na Constituinte de 1988**

Uberlândia-MG, 2018

Universidade Federal de Uberlândia
Programa de Pós-Graduação em História
Linha de Pesquisa: Trabalho e Movimentos Sociais
Doutorado

Mariana de Oliveira Lopes Barbosa

**História da União Democrática Ruralista (UDR) em Goiás: o epicentro da
ação ruralista na Constituinte de 1988**

Tese apresentada a Banca Examinadora do Programa de Pós-graduação em História, da Universidade Federal de Uberlândia como exigência para a obtenção do Título de Doutora em História Social.

Área de concentração: História Social.

Orientadora: Profa. Dra. Dilma Andrade de Paula.

Uberlândia-MG, 2018.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

B238p
2018 Barbosa, Mariana de Oliveira Lopes, 1988-
 História da União Democrática Ruralista (UDR) em Goiás [recurso eletrônico] : o epicentro da ação ruralista na Constituinte de 1988 / Mariana de Oliveira Lopes Barbosa. - 2018.

Orientadora: Dilma Andrade de Paula.

Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em História.

Modo de acesso: Internet.

Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14393/ufu.te.2018.628>

Inclui bibliografia.

Inclui ilustrações.

1. História. 2. Reforma agrária - Goiás (Estado) - História. 3. Reforma agrária - Aspectos políticos. 4. União Democrática Ruralista - Goiás (Estado) - História. I. Paula, Dilma Andrade de (Orient.) II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em História. III. Título.

CDU: 930

Gerlaine Araújo Silva - CRB-6/1408

Mariana de Oliveira Lopes Barbosa

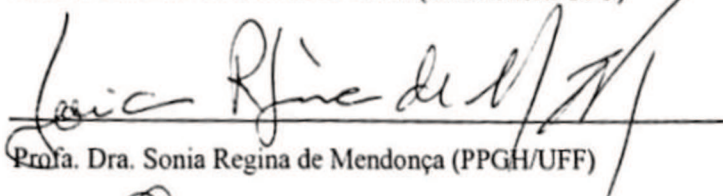
**História da União Democrática Ruralista (UDR) em Goiás: o epicentro da
ação ruralista na Constituinte de 1988**

Tese apresentada para a obtenção do título de
Doutora em História no Programa de Pós-
graduação em História, da Universidade
Federal de Uberlândia-MG, à Banca
Examinadora formada por:

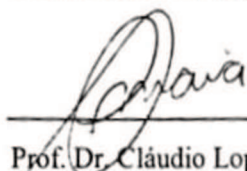
Banca:



Prof. Dra. Dilma Andrade de Paula (Orientadora/UFU)



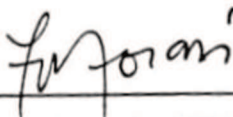
Prof. Dra. Sonia Regina de Mendonça (PPGH/UFF)



Prof. Dr. Cláudio Lopes Maia (UFCAT)



Prof. Dr. Mirlei Fachini Vicente Pereira (IG/UFU)



Prof. Dr. Sergio Paulo Morais (PPGH/UFU)

Uberlândia, 24 de agosto de 2018.

Para Glauci de Oliveira Barbosa, a mulher que me ensinou a fé, a força, a ternura e, sobretudo, a esperança.

Grande Esperança

(Zilo e Zalo)

A classe roceira e a classe operária
Ansiosas esperam a reforma agrária
Sabendo que ela dará solução
Para situação que está precária.
Saindo projeto do chão brasileiro
De cada roceiro ganhar sua área
Sei que miséria ninguém viveria
E a produção já aumentaria
Quinhentos por cento até na pecuária!

Esta grande crise que a tempo surgiu
Maltrata o caboclo ferindo seu brio
Dentro de um país rico e altaneiro,
Morrem brasileiros de fome e de frio.
Em nossas cidades ricas em imóveis
Milhões de automóveis já se produziu,
Enquanto o coitado do pobre operário
Vive apertado ganhando salário,
Que sobe depois que tudo subiu!

Nosso lavrador que vive do chão
Só tem a metade da sua produção
Porque a semente que ele semeia
Tem quer à meia com o seu patrão!
O nosso roceiro vive num dilema
E o seu problema não tem solução
Porque o ricaço que vive folgado
Acha que projeto se for assinado,
Estará ferindo a Constituição!

Mas grande esperança o povo conduz
E pede a Jesus pela oração,
Pra guiar o pobre por onde ele trilha,
E para a família não faltar o pão.
Que eles não deixem o capitalismo
Levar ao abismo a nossa nação,
A desigualdade aqui é tamanha
Enquanto o ricaço não sabe o que ganha
O pobre do pobre vive de ilusão

AGRADECIMENTOS

Os caminhos pelos quais uma estudante de pós-graduação passa ao longo da escrita de uma dissertação ou tese não estão contidos nessas páginas que resultam no trabalho pronto a ser avaliado por uma banca. Portanto, nesses agradecimentos, no momento em que podemos ser mais pessoais, reivindico Carol Hanish, no clássico feminista da década de 1970, e digo: o pessoal é político. Neste caso, o pessoal é acadêmico. E o acadêmico pode ser político.

Aqui é.

Esses três aspectos sempre se inter cruzaram em minha vida, até mesmo na escolha do tema dessa pesquisa. Enquanto militante de esquerda, acho importantíssimo que possamos ter acúmulos suficientes sobre como agiu e continua agindo a direita para nós também formulemos nossas táticas. Essa tese é política.

Essa escrita, que segue normas ABNT e metodologias científicas, não pôde ser engajada, mas espero que quem a leia o faça. Não quero uma tese engavetada, que só sirva para repositórios de bibliotecas ou para Incentivos a Qualificação. Essa é uma tese-movimento.

Essa tese é pessoal, pois, por óbvio, foi escrita por uma pessoa. Mas, por mais evidente que pareça ser essa afirmação, muitas vezes a academia parece se esquecer disso, com prazos exíguos, cobranças que deixam muitas e muitos tão desesperados a ponto de tirarem a própria vida, como aconteceu recentemente com um estudante de uma pós-graduação da USP. A academia não pode e muito menos deve perder a dimensão do humano.

O acadêmico, portanto, é pessoal e é político.

Felizmente, tive essa compreensão o tempo todo por parte de minha orientadora Dilma Andrade de Paula, que sempre me orientou muitíssimo bem academicamente, compreendia e conversávamos sobre a conjuntura política e, sobretudo, entendeu meus piores momentos pessoais. Por isso começo por aqui meus agradecimentos: devo a ela a possibilidade de ter conseguido terminar esse trabalho. Com sua compreensão, atenção e cuidado quando precisei e com a rigidez necessária quando também necessitei.

Se nos agradecimentos de minha dissertação de mestrado cheguei a render homenagens até mesmo a minha professora da alfabetização, num retrospecto de minha vida, para essa tese não o farei novamente, mas, devo dizer: nesses quatro anos e meio uma outra

vida se configurou, e nesse reordenamento de minha própria existência, algumas pessoas foram essenciais.

Em nenhum momento nesses anos deixei a militância, por mais difícil que fosse em alguns momentos.

Iniciei 2014 em uma greve de minha categoria e, mesmo já sendo concursada na UFG há alguns anos, jamais tinha me envolvido em um movimento paredista como naquele. Fui para o Comando Nacional de Greve pela primeira vez e lá tive os primeiros contatos mais próximos com a Fasubra, a federação de técnicas e técnico-administrativos em educação das instituições públicas de ensino, que representa 200 mil trabalhadoras e trabalhadores. E por que estou dizendo isso nos agradecimentos de uma tese? Além dos motivos mencionados acima, sobre a forma como enxergo a academia, foi a partir daquele ano que me apaixonei pela luta sindical e hoje sou diretora dessa federação, na Coordenação da Mulher Trabalhadora. De 2014 até 2018 foram quatro greves, uma eleição do sindicato local, atividades Brasil afora e, conciliando entre disciplinas, leituras, escrita, congressos e demais atividades do Programa, participei de todas, mesmo com algumas recomendações contrárias. Teria muitas pessoas para citar nesse processo, mas, para não correr o risco de esquecer-me nominalmente de ninguém, agradeço, de maneira geral, às companheiras e companheiros do Movimento Mude em Goiás que estiveram nas trincheiras ao meu lado durante todo esse período. Assim como a todas e todos dos coletivos nacionais que participei: Frente Base, Vamos à Luta e, principalmente, agora no Sonhar Lutar. E, nesse intercâmbio entre acadêmico, pessoal e político, minhas idas a Uberlândia, além da tese, me renderam amizades e relações de camaradagem com várias pessoas do SINTET-UFU, a base de técnicos da UFU, e, por toda a acolhida, por todos os convites, agradeço imensamente. Em especial ao Mário Júnior, que sintetiza, para mim, todas essas relações possíveis.

Ao longo desses anos também estive em outras lutas: pelo transporte em Goiânia, nas ocupações de escolas estaduais em Goiás e sempre nas diversas frentes e coletivos feministas. Resultante das duas primeiras pautas já citadas, infelizmente, tive que conviver com a repressão manifesta no estado de Goiás, onde diversas amigas e amigos foram presos, inclusive com a invasão de suas casas pela madrugada (Operação 2,80), muitas vezes espancados – como no notório caso das crianças do Colégio Estadual Ismael Silva de Jesus espancadas e retiradas a força pela Polícia Militar em janeiro de 2016. Naquela ocasião eu também fui detida. Agradeço ao apoio político local e nacional que recebi naquele momento e, obviamente, aos pessoais também. Foram muito importantes!

Mas as sequelas daquele período ficaram em mim.

Identifico que foi a partir daquele momento que comecei a manifestar os primeiros sintomas das doenças que um ano e meio depois foram diagnosticadas: depressão, transtorno de ansiedade generalizada e síndrome do pânico. Ou talvez tenha sido um pouco antes, quando sofri um acidente de carro no final de 2014, nas férias; ou quando passei por um assalto a mão armada e minha casa foi arrombada, levando meu computador com todas as fontes para essa tese em agosto de 2015. Ou um pouco depois, quando fui mais uma das vítimas da violência contra a mulher, que atinge tantas em nosso país. E, nesse momento, devo prestar homenagens a todas as mulheres feministas que estiveram comigo nesse e em outros momentos. Vocês são minha força e minha inspiração! Gratidão aos diversos coletivos, às feministas autônomas e, principalmente, ao Setorial de Mulheres do PSOL, agora, o meu partido também. Nesse rol, devo também agradecer aos camaradas da Resistência que, mesmo antes de ser a minha corrente, já estávamos juntos há anos.

Sim, muita coisa aconteceu ao longo dessa tese. No Brasil tivemos até um golpe-jurídico-midiático-parlamentar e isso me (nos) afetou profundamente, seja pela perplexidade e sensação de impotência diante de tudo que estava acontecendo, seja também pelas razões objetivas: menos verbas para as universidades, fechamento de diversos cursos, entre outras medidas que continuam nos afetando.

E a Dilma sempre esteve ao meu lado, me apoiando e ajudando, não me deixando desistir. Nem mesmo quando, no auge da minha depressão, pensei em tirar a minha própria vida, quando estava vindo de um divórcio recente, um adoecimento grave na minha família e o suicídio de um amigo querido e fui a Uberlândia dizer que não conseguiria terminar o doutorado e ela recomendou: “tranque, cuide de você. Depois você volta e a gente termina”.

Foi o que eu fiz em setembro de 2017, um ano depois de ter qualificado e não rendido muito desde então porque, não sabia, mas já estava doente. Durante seis meses meu doutorado ficou trancado e troquei a minha licença para qualificação por licença médica na UFG.

Nós terminamos!

E existem outras pessoas que também ajudaram bastante nesse “a gente”: as professoras e professores das disciplinas que peguei em 2014; a turma do Doutorado, tão diversa e tão próxima; a amizade com a turma daquele mesmo ano no Mestrado; ao Stênio que para mim nunca foi apenas o “secretário da Pós”, mas, sim, um amigo pessoal e um companheiro de lutas; o professor Cláudio Maia, com quem tive o prazer de ser aluna ouvinte

no Programa de Pós-Graduação em Direito Agrário na UFG e que agora compõe essa banca; os professores Sérgio Paulo e Mirlei que estiveram na minha longínqua banca de qualificação, em setembro de 2016; e a querida professora Sonia, a quem já admirava de longe, pelos seus escritos, e que tive a honra de conhecer e participar dos eventos que organizou seja em Juazeiro-BA (2014) ou em Niterói-RJ (2016), de estar no mesmo GT na ANPUH (2015), de conhecer todas e todos queridos do Núcleo de Pesquisa Estado e Poder, e que também avaliará esse trabalho. Sinto uma alegria e orgulho imensos por isso e só tenho a agradecer.

Estou me esforçando para não citar nomes, mas alguns precisam ser ressaltados:

Rosana e Tadeu, com quem dividi a casa e o cotidiano no ano em que morei em Uberlândia;

Adriana, Janaína e Yanglei, minhas amigas e companheiras de linha de pesquisa, com quem segui junto no segundo ano nas disciplinas de Seminário de Tese e tive a oportunidade de ouvir e ser ouvida sobre nossos trabalhos, angústias e ideias. As nossas quatro teses, tenho certeza, terá um pouquinho de nós em cada uma;

Cíntia, Cássia e Esdras, pela amizade que tornou a estadia desses quatro forasteiros em Uberlândia mais leve;

Matheus, que foi quem me estimulou a ir para a UFU e que entramos juntos nessa etapa. Se hoje não sairemos dela juntos não é motivo para não reconhecer que por sua inspiradora paixão (por História) em diversos momentos foi importantíssimo na construção desse trabalho.

Imaginei que teria muitas amigas e amigos para agradecer nominalmente, sobretudo depois de passar por tudo o que passei, mas a verdade é que as adversidades acabam selecionando naturalmente aqueles e aquelas que realmente permanecem firmes em um afeto duradouro. Hoje posso dizer que conto meus amigos nos dedos e elas e eles sabem quem são! Apenas reafirmo que sem Lídia Freitas, Natália Rastelo e Kárita Garcia, essa tese não existiria.

E por falar no que não existiria, sem Edna e Gilmar (e toda a minha família, especialmente Luzia, Lorena, Ana Clara, Sarah, Lili e Nilmar), eu mesma não estaria aqui, como dito. Minha mãe e meu pai me deram a vida duas vezes: uma quando eu nasci, outra quando não me deixaram morrer. Não há palavras que mensurem esse amor.

E, por mais que pareça estranho, vou agradecer: à minha psicóloga Adriana e meu psiquiatra Ivano, por que não? Eles também contribuíram para essa tese.

À Amora e ao Luan, responsáveis pela volta do brilho em meus olhos.

No fim, devo agradecer à depressão. Depois dela sou outra pessoa. Penso que quem ler esse trabalho notará a mudança até mesmo na minha maneira de escrever. Só depois de passar pela lama e conseguir continuar vivendo é que se aprende uma palavra que jamais me imaginei dizendo e que resume tudo o que tentei expressar aqui: GRATIDÃO!

RESUMO:

Essa tese busca identificar as disputas e a correlação de forças na disputa pela pauta da Reforma Agrária no processo constituinte de 1988 com foco específico na União Democrática Ruralista (UDR) no estado de Goiás. Para tanto, foi necessário fazer uma análise da entidade no que se refere aos seus antecedentes desde sua fundação, bem como sua atuação em outros estados do país. Além disso, por ter sido uma entidade com caráter fortemente personalista, centrado na figura de Ronaldo Caiado, uma investigação acerca deste e de sua família em Goiás também foi indispensável. Para entender o porquê da força da UDR nesse local, foi imprescindível investigar sobre o caráter do capitalismo neste e das relações socioculturais que se constituíram, formando um ambiente propício tanto para essa entidade patronal, onde surgiu e teve grande força, como também para movimentos sociais de luta pela terra, especificamente daquela que era ligada a Igreja Católica, mas que servia de sustentáculo para diversos movimentos: a Comissão Pastoral da Terra.

Palavras-chave: União Democrática Ruralista; Comissão Pastoral da Terra; Constituição de 1988; Reforma Agrária; Goiás.

ABSTRACT

This doctoral thesis aimed to identify the disputes and the correlation of forces involved in the debate around agrarian reform during the constitutional process of 1988, focusing on the Rural Democratic Union (UDR) in the state of Goiás. In order to do so, it was necessary to analyze this particular organization regarding its past since its foundation, as well as its operation in other states of the country. In addition, having it been an organization with a strong personalistic feature, centered around the figure of Ronaldo Caiado, an investigation about him and his family in Goiás was also very important. To understand the reasons behind the power of UDR in this region, it was essential to investigate the nature of local capitalism and the sociocultural relations built there, which shaped an environment favorable to this organization (where it grew and had great power), and also conducive to social movements struggling for land, more specifically the group connected to the Catholic church - which supported many movements: The Pastoral Commission of Land.

Key-words: Rural Democratic Union; Pastoral Commission of Land; 1988 Constitution; Agrarian Reform; Goiás.

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	15
INTRODUÇÃO	19
CAPÍTULO I - Goiás e a questão agrária: Do coronelismo no século XVIII à modernização conservadora na década de 1970 do século XX	26
1.1) Coronelismo em Goiás	26
1.2) Caracterização das disputas entre oligarquias	29
1.3) Os Caiado	32
1.4) Industrialização, Marcha para Oeste e novas fronteiras: o novo papel do campo na modernização capitalista do Estado Novo	39
1.5) A economia em Goiás de 1930 a 1960	48
1.6) Organizações de trabalhadores rurais no Brasil até o início da década de 1960	53
1.7) Trombas e Formoso: Goiás na década de 1950	57
1.8) Goiás no prelúdio do golpe: o governo Mauro Borges e o projeto para o campo no Plano MB	61
1.9) Anos 60 e 70: O Estado e a modernização conservadora da agricultura brasileira	65
CAPÍTULO II - Classe dominante agrária no Brasil e em Goiás: do Estatuto da Terra às bases para a UDR	72
2.1) O Estatuto da Terra e as ações das entidades patronais durante a Ditadura	72
2.1.1) A Elaboração do Estatuto da Terra	79
2.1.2) A reação das entidades patronais	87
2.2) Movimentos de trabalhadores rurais durante a Ditadura	89
2.3) Entidades patronais em Goiás	97
2.3.1) SGPA	97
2.3.2) FAEG	106
CAPÍTULO III - A União Democrática Ruralista	120
3.1) A UDR no Rio Grande do Sul: identidade e simbolismos dos proprietários rurais	128
3.2) UDR Paraná: análise dos discursos e realização de uma potência	138
3.3) União Democrática Ruralista em regiões de Fronteira: A UDR no Pará	144
CAPÍTULO IV - UDR-Goiás e o ano de 1986: confisco dos bois e conflitos no campo .	158
CAPÍTULO V - UDR entre 1987 e 1988: processo constituinte e ascensão de Ronaldo Caiado	191
CONSIDERAÇÕES FINAIS	220
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	222

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABCAR – Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural

ACAR – Associação de Crédito e Assistência Rural

AEA – Associação dos Empresários da Amazônia

AGI – Associação Goiana de Imprensa

ANC – Assembleia Nacional Constituinte

ARENA – Aliança Renovadora Nacional

ARPP – Associação Rural da Pecuária do Pará

AI5 – Ato Institucional Número Cinco

CANG – Colônia Agrícola de Goiás

CDDP – Centro e Defesa dos Direitos dos Pobres

CEB – Comunidade Eclesial de Base

CEBRAP – Centro Brasileiro de Análise e Planejamento

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

CERNE – Consórcio de Empresas de Rádio Difusão do Estado

CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas

CNA - Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CPDA – Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade

CPT – Comissão Pastoral da Terra

CRB – Confederação Rural Brasileira

CRISA – Consórcio Rodoviário Intermunicipal

CUT – Central Única dos Trabalhadores

DPEE – Departamento de Terras e Expansão Econômica

ESG – Escola Superior de Guerra

ET – Estatuto da Terra

FAEG – Federação da Agricultura e Pecuária de Goiás

FAREG – Federação das Associações Rurais do Estado de Goiás

FARSUL – Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul

FBC – Fundação Brasil Central

FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

FGV – Fundação Getúlio Vargas

FUNRURAL – Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural

GETAT – Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins

GRET – Grupo de Trabalho Sobre o Estatuto da Terra

IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBRA – Instituto Brasileiro de Reforma Agrária

IDAGO – Instituto de Desenvolvimento Agrário de Goiás

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INDA – Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário

INPS – Instituto Nacional de Previdência Social

IPES – Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais

IQUEGO – Indústria Química do Estado de Goiás

JK – Juscelino Kubistchek

MBL – Movimento Brasil Livre

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

MEAF – Ministério Extraordinário de Assuntos Fundiários

METAGO – Metais de Goiás

MIRAD – Ministério Especial da Reforma Agrária

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

OCB-GO – Organização das Cooperativas Brasileiras – Goiás

OESP – O Estado de São Paulo (Jornal)

OSEGO – Organização de Saúde do Estado de Goiás

PAEG – Programa de Ação Econômica do Governo

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PGC – Projeto Grande Carajás

PIN – Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria

Plano MB – Plano Mauro Borges

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária

PND – Plano Nacional de Desenvolvimento

PROAGRO – Programa de Garantia de Atividade Pecuária

PROTERRA – Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria

PSD – Partido Social Democrático

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

PUC-RJ – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

RA – Reforma Agrária

SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência

SETAS – Secretaria de Trabalho e Ação Social

SGP – Sociedade Goiana de Pecuária

SGPA – Sociedade Goiana de Pecuária e Agricultura

SNA – Sociedade Nacional de Agricultura

SNI – Serviço Nacional de Informação

SNCR – Sistema Nacional de Crédito Rural

SOCIPE – Sociedade Cooperativa da Pecuária do Pará

SRB – Sociedade Rural Brasileira

SUDAM – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

SUPRA – Superintendência de Reforma Agrária

UDN – União Democrática Nacional

UDR – União Democrática Ruralista

UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas

UFF – Universidade Federal Fluminense

UFPA – Universidade Federal do Pará

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

ULTAB - União dos Trabalhadores Agrícolas do Brasil

USP – Universidade de São Paulo

INTRODUÇÃO

Nos anos 80, com o recrudescimento dos conflitos fundiários, uma facção do movimento associativo agrário, representando os grandes proprietários de terra, radicalizou-se com a criação da União Democrática Ruralista. A organização ultraconservadora assumiu o discurso e as ações contra os movimentos sociais no campo que lutam pela reforma agrária. **O Estado de Goiás foi, assim, o epicentro de um movimento extremista** que estendeu suas raízes no tradicional mundo rural brasileiro. (BORGES, 2005, p. 133)

Essa tese trata sobre as relações de força na disputa pela pauta de Reforma Agrária, especificamente no Estado de Goiás na Nova República (desde o Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA) e na Constituição de 1988 no Brasil. A ideia inicial para essa pesquisa surgiu ainda nos estudos para a escrita da minha dissertação de mestrado “A comunicação popular, o debate e o processo constituinte no Brasil (1977-1988)”, defendida em 2012 na Universidade Federal de Goiás (publicada como livro em 2016) quando, ao pesquisar sobre os movimentos sociais nas lutas pelas Emendas Populares na constituinte, me deparei com a grande quantidade de fontes que citavam a Reforma Agrária como a pauta com maior número de propostas, assinaturas e mobilizações. Além disso, me chamou a atenção que as principais entidades que pautaram o debate, tanto do ponto de vista da esquerda quanto da direita, foram fundadas em Goiás, nomeadamente, Comissão Pastoral da Terra (CPT) e União Democrática Ruralista (UDR). Por esse motivo, estabeleci esse recorte regional e aprimorei a problematização e os objetivos durante as disciplinas cursadas no Doutorado na UFU.

Porém, como há uma quantidade significativa de estudos que tratam desse tema pelo viés dos movimentos sociais, escolhi trabalhar com um enfoque maior nas entidades patronais e, sobretudo, na UDR, visando compreender por que motivos essa entidade nasce, se fortalece e tem seu maior líder vindo desse estado.

Também busquei problematizar ideias de que a UDR, por apresentar a defesa da propriedade no Brasil - o que já era difundido por outras entidades - não apresentaria, por isso, nenhuma novidade. Segundo Sônia Regina de Mendonça:

[...] tanto a Sociedade Rural Brasileira quanto a Sociedade Nacional de Agricultura igualmente defendiam, desde a década de 1950, a preservação do status quo vigente no campo, mediante o argumento do caráter “sagrado” da grande propriedade no Brasil. Logo, sob esse aspecto, a UDR não se constituiria em novidade política no país no pós-1985. Ao mesmo tempo, verificou-se que o quadro inicial de associados da UDR de fato não pertencia a nenhuma outra entidade de classe até então existente no país, mormente aquelas aqui focalizadas, a SRB e SNA. Sob esse aspecto, e somente sob esse aspecto, a UDR constituiu-se, de fato, numa “novidade”: uma agremiação que emerge dos setores da grande propriedade rural, em uma região de pouca representatividade nacional, como Goiás, e ainda por cima, pouco integrada

aos complexos agroindustriais que caracterizavam, nesse momento, o processo produtivo predominante no “campo” brasileiro. (MENDONÇA, 2010, p. 191)

O texto busca realizar, previamente, a caracterização regional histórica da agricultura e dos conflitos agrários no estado de Goiás, indicando que a formação particular do capitalismo no estado possibilitou a peculiaridade da atuação da UDR contra a demanda dos movimentos sociais de trabalhadores e de pequenos proprietários na luta pela terra. Como buscaremos demonstrar, o estado de Goiás passava, desde a década de 1970, por processo de modernização¹ e avanço do capitalismo, que possibilitou sua integração progressiva aos complexos agroindustriais.

Por esse motivo, é preciso pensar o ambiente social que permitiu o surgimento e avanço da UDR em Goiás, o avanço do modelo industrial na estrutura agrária, e pensar ainda as relações de força a partir disso, já que a expansão do capitalismo na região é pouco conhecida, revelando a ausência de pesquisas em nível local que busquem responder: por que surge a UDR?

Como hipótese para as razões desse problema, argumento que não se trata de uma dualidade entre modernidade capitalista e o atraso pré-capitalista, pois, com base em Oliveira (2008), pode-se ver que tal “atraso” é funcional para a expansão das relações capitalistas, sobretudo no campo. O capitalismo tem sua própria dinâmica de desenvolvimento a partir da singularidade da formação econômica de um determinado local. Sendo assim, em Goiás o patronato rural utilizou formas pré-capitalistas para acirrar a exploração do trabalho, mesmo em um momento em que esse já estava integrado à lógica agroindustrial desde os anos de 1970. Apresento assim, a concepção de que não foi o atraso que definiu a atuação da UDR na pauta de Reforma Agrária, mas sim a sua consonância com diversas formas capitalistas, que estavam sendo operadas no capitalismo brasileiro pós-transição.

Uma outra hipótese que será demonstrada ao longo deste trabalho é a de que o fato do berço da UDR ser em Goiás não é um mero “acidente histórico” e, sim, historicamente, justifica-se tanto a ligação com a terra quanto a maneira violenta de ocupação do território.

O trabalho se baseia teórico-metodologicamente, principalmente, em Antonio Gramsci. Serão operacionalizados conceitos desse autor tanto para trabalhar com correlações de forças, como também na compreensão de intelectuais orgânicos e hegemonia. Por relações de força tem-se que:

Lê-se com frequência, nas narrações históricas, a expressão genérica: relações de forças favoráveis, desfavoráveis a esta ou àquela tendência. Assim, abstratamente, esta formulação não explica nada ou quase nada, pois não se faz mais do que repetir

¹ O termo será utilizado diversas vezes nessa tese no sentido de integração à lógica agroindustrial.

o fato que se deve explicar, apresentando-o uma vez como fato e outra como lei abstrata e como explicação. Portanto, o erro teórico consiste em apresentar um princípio de pesquisa e de interpretação como “causa histórica”. (GRAMSCI, 2007, p. 40)

Buscando alternativas à problemática apontada acima por Gramsci, esse trabalho procura apresentar as relações de força como fundamento metodológico de análise, tendo em vista que: “É o problema das relações entre estrutura e superestrutura que deve ser posto com exatidão e resolvido para que se possa chegar a uma justa análise das forças que atuam na história de um determinado período e determinar a relação entre elas” (GRAMSCI, 2007, p. 36). Desse modo, “no estudo de uma estrutura, devem-se distinguir os movimentos orgânicos (relativamente permanentes) dos movimentos que podem ser chamados de conjuntura (e que se apresentam como ocasionais, imediatos, quase acidentais)” (GRAMSCI, 2007, p. 36-37), ou seja, tendo em vista a dinamicidade política, a definição de períodos de análise não deve ser baseada somente nas ações do Estado, mas sim considerá-lo como uma das variantes em interação constante com a sociedade civil, da qual não está separado de forma estanque. Os sujeitos e intelectuais orgânicos – que não se caracterizam apenas pelo seu saber, mas por conjugarem esse saber à realização de funções específicas nas relações sociais, estando profundamente integrados e em consonância com sua classe, cientes de suas funções nesta e formulando ações – em seus aparelhos privados de hegemonia se movimentam e se posicionam de maneiras diferentes de acordo com as condicionantes conjunturais da luta de classes. Assim, ponderando tanto as estruturas quanto as conjunturas de mudanças, percebe-se uma unidade que permite estabelecer recortes temporais, etapas e/ou fases de análise de uma realidade.

Tratar sobre a questão agrária no Brasil é tarefa que pode ser feita de diversas formas, mas informo que há, nesse trabalho, uma perspectiva de observar esses processos através das ações do Estado. Ao dizer que tratarei as questões sob o viés do Estado, não há aqui uma perspectiva estruturalista. Essa análise tenta se construir através da metodologia proposta por Sônia Regina de Mendonça em “Economia e Política na historiografia brasileira” (1999). Nesse artigo a autora critica perspectivas que trabalham:

[...] um conceito “naturalizado” do que seja o próprio de Estado, tomado como um bloco monolítico de agências e órgãos, vazios de agentes sociais portadores de interesses específicos e do qual emanam, “naturalmente”, as políticas econômicas. Trata-se o Estado como uma entidade quase mítica – logo, a-histórica – que “paira” acima do jogo das forças sociais, sem ser por elas atravessado. Isso implica, dentre outras coisas, em pressupor que as práticas estatais, posto que arbitrais, acham-se isentas de conflitos e divergências de interesses, admitindo-se, quando muito, sua determinação por uma dada fração de classe. (MENDONÇA, 1999, p. 7)

O Estado, a meu ver, foi grande propulsor de investimentos para modernização capitalista no país. O Estado é visto aqui, sobretudo, em uma perspectiva gramsciana como Estado ampliado. Para Gramsci (2007) o Estado não é nem sujeito e nem objeto, ou seja, não paira acima da sociedade, tampouco deve ser o único foco de análise. O Estado é sim uma relação social ou a condensação de relações sociais pelas quais ele é atravessado. Não é apenas o local da violência, mas também do consenso. Gramsci resgata os conceitos de sociedade civil e sociedade política de outra forma para recriar o conceito de Estado, chamado de Estado ampliado. Isso porque, para ele, as análises duais não dariam conta de explicar o Estado capitalista ocidental. As análises devem contemplar a infraestrutura, ou seja, a economia, as relações de produção e de trabalho; a sociedade política, que é o Estado em sentido restrito e a sociedade civil. Especificamente por sociedade civil entende-se organizações responsáveis pela elaboração e/ou difusão das ideologias, compreendendo as escolas, as igrejas, os partidos políticos, os sindicatos, as organizações profissionais, os meios de comunicação, etc. Por meio de seus aparelhos privados as classes buscam exercer sua hegemonia. Por hegemonia entende-se que:

O fato da hegemonia pressupõe indubitavelmente que sejam levados em conta os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida, que se forme um certo equilíbrio de compromisso, isto é, que o grupo dirigente faça sacrifícios de ordem econômico-corporativa; mas também é indubitável que tais sacrifícios e tal compromisso não podem envolver o essencial, dado que, se a hegemonia é ético-política, não pode deixar de ser também econômica, não pode deixar de ter seu fundamento na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica. (GRAMSCI, 2007, p. 48)

A construção da hegemonia pode ser vista de outras maneiras, por outros autores como, por exemplo, Pierre Bourdieu. Adota-se nessa tese a perspectiva de que o poder simbólico teorizado pelo autor atua na construção da hegemonia. Portanto, essa categoria de análise será fundamental ao longo do trabalho.

Essa perspectiva permite abarcar, portanto, perspectivas de classes e frações de classe. Marx, em “O 18 Brumário de Luís Bonaparte” (2011), alega que o Estado capitalista não é um instrumento manipulado por uma única classe ou fração no poder, mas que no interior do Estado se defrontam interesses dominantes diferenciados que compõem hegemonias diversas ligadas a determinadas condições históricas. Portanto, é preciso que se coloque na análise histórica acerca do Estado ampliado não só perspectivas classistas, mas também a compreensão de que dentro de uma mesma classe existem interesses diferentes e que também estão em disputa. Além disso, por ser essa uma abordagem que culmina na análise do processo constitucional brasileiro, a investigação acerca do Estado em consonância com a

sociedade civil nos parece mais adequada. O recorte temporal ou espaço de inteligibilidade escolhido pretende dar conta dessa explicação sob essa perspectiva. Mesmo sabendo que há questões de igual importância ao se tratar sobre o tema, manifesto aqui essa escolha teórica e metodológica.

Sobre espaços de inteligibilidade, baseando-nos em Aróstegui (2006), temos que os problemas na posição cronológica na historiografia não acabam com a definição de “eras”, “idades” ou períodos, pois a grande questão é, na verdade, a conceituação da situação histórica, ou seja, conceituar fenômenos para analisar comportamentos historicamente, uma vez que o tempo cronológico é apenas um mecanismo de medida. A delimitação de espaços temporais é feita através da observação de uma certa homogeneidade histórica. Através disso atribui-se, por exemplo, a uma determinada “época” ou “era” um espaço de inteligibilidade, cujo princípio e o final são definidos através de determinadas variáveis consideradas pelo pesquisador como relevantes para a situação. O problema para o pesquisador nesse caso então, passa a ser determinar quando uma dada combinação de fatores cria uma situação singular ou não. Para isso, segundo Aróstegui (2006), devemos considerar as situações de forma sistemática e sistêmica. Ainda assim, não se pode afirmar que existam eras ou época fechadas na história da humanidade, pois essas foram avaliadas seguindo determinados números de elementos delimitados pelo historiador, mas que podem encontrar outras variáveis em pesquisas diferentes. Para Aróstegui:

Aquele lapso de tempo no qual uma combinação determinada e bem caracterizada de fatores ambientais, ecológicos, econômicos, culturais e políticos, e todos os demais pertinentes, permanece conformando um sistema de algum tipo, cujo modelo pode ser estabelecido, é o que podemos chamar um espaço de inteligibilidade histórica (ARÓSTEGUI, 2006, p. 351).

O espaço de inteligibilidade também pode ser chamado de lapso ou momento. Ao dizer espaço, refere-se também ao sentido literal, ou seja, o espaço físico e geográfico da situação analisada. Segundo Aróstegui (2006), o pesquisador pode estabelecer o espaço de inteligibilidade de acordo com os fatores relevantes, marcar os essenciais que formam o sistema e que não de marcar a inteligibilidade do período.

A bibliografia consultada para essa tese contempla muito da historiografia goiana em relação ao estado de Goiás, bem como obras que trataram de entidades patronais no Brasil e em outros estados. Serão abordadas obras que falam sobre o capitalismo brasileiro, especialmente no tocante a reflexões no espaço agrário.

Da historiografia goiana, destacam-se algumas obras, entre elas a de Barsanufio Gomides Borges (“Goiás nos quadros da economia nacional”), de 2000, que traz uma análise

sobre o quadro econômico do estado de Goiás nacionalmente a partir da década de 1930. Nars Fayad Chaul, em “Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade” (2013) também auxilia nas análises por trazer perspectivas diferentes da história do estado. Especificamente sobre o governo de Mauro Borges (1961-1964), recorreu-se à tese de Tereza Cristina Favaro em “O Governo Mauro Borges: o planejamento tecnocrático e os limites do personalismo populista” (2015). Sobre o importante movimento de Trombas e Formoso, o referencial foi Cláudio Lopes Maia em “Os donos da terra: a disputa pela propriedade e pelo destino da fronteira – a luta dos posseiros em Trombas e Formoso” (2008).

Para tratar sobre o coronelismo em Goiás, inevitavelmente, há que se referenciar a algumas das principais obras goianas sobre o tema, sendo algumas delas aqui colocadas: “História de uma oligarquia: os Bulhões” (1974) de Maria Augusta Sant’Anna de Moraes, “Dos Bulhões aos Caiado” (1984) de Maria Luiza Araújo Rosa e o clássico “Coronelismo em Goiás” (1987) de Francisco Itami Campos. Tratando especificamente sobre os Caiado, temos Miriam Bianca Amaral Ribeiro, em “Memória, família e poder: história de uma permanência política” (1998). Outras obras da historiografia de Goiás foram utilizadas, mas destacam-se as acima citadas. Francisco de Oliveira (2008), Wenceslau Gonçalves Neto (1997) e José de Souza Martins (1997 e 1999) corroboram no entendimento da dinâmica do capitalismo no Brasil. O último concatenando tais dinâmicas à questão agrária.

A respeito de entidades patronais, entre alguns trabalhos específicos sobre uma entidade ou outra, destaca-se, em uma abordagem da totalidade e aprofundada, Sônia Regina de Mendonça (2010) e Regina Bruno (1995) pelos trabalhos sobre o tema realizados e orientados ao longo de décadas. Pode-se dizer que essas pesquisadoras constituem o pequeno grupo que se mantém vinculado prioritariamente ao campo de estudos sobre os grupos dominantes agrários no Brasil. Merece destaque ainda Leonilde Sérvo Medeiros (1989) pelos amplos estudos sobre movimentos sociais no campo.

Acerca da UDR especificamente, como será abordado com mais afinco no 3º capítulo da tese, há pouquíssimos trabalhos, sendo eles: “O ovo da serpente: Monopólio da terra e violência na Nova República” (2002) de Regina Ângela Landim Bruno, “Marchas de uma contramarcha: transição, UDR e Constituinte” (1988) de Adriano Pilatti, “O “novo” e “velho” ruralismo no Rio Grande do Sul: um estudo sobre os integrantes da UDR” (1995) de Marília Patta Ramos, “Donos de terras: Trajetórias da União Democrática Ruralista” (1999) de Marcionila Fernandes e “Os campos dos senhores: UDR e elite rural (1985-1988)” (1998) de

Cristiano Gustavo Biazzo Simon. Nenhum desses trata especificamente da UDR em Goiás, sendo essa uma das novidades pretendidas com essa tese. Todas essas obras são detalhadamente analisadas no terceiro capítulo deste texto.

São utilizadas como fontes para a pesquisa documentos das entidades patronais, documentação de dossiês produzidos pela CPT à época e também um jornal local, o *Diário da Manhã*. Havia, inicialmente, um intento de trabalhar também com o jornal *O Popular*, que é mais antigo e com maior circulação no estado, porém, no decorrer dessa pesquisa, as Organizações Jaime Câmara – monopólio de comunicação a qual o jornal é ligado – fechou seus arquivos para pesquisadores. Faz-se necessário notificar que os arquivos que foram consultados na sede do jornal *Diário da Manhã* não contêm todas as edições, por isso, a aparente descontinuidade muitas vezes apresentada nesta tese. Por esse motivo também, optou-se por colocar, ao final, nas referências, apenas os anos que foram consultados, sem a possibilidade de exemplificar cada edição devido às condições do arquivo.

A tese contém cinco capítulos: os dois primeiros tratam de fazer reflexões sobre a formação histórica do estado de Goiás, especialmente no que tange ao campo, ao coronelismo, oligarquias e, posteriormente, entidades patronais, buscando mapear esse ambiente em que surge a UDR na década de 1980. O terceiro capítulo apresenta um balanço bibliográfico do que já existe de produção intelectual sobre a UDR no Brasil, situando essa tese no debate. Nos dois últimos capítulos, busco – através da análise de fontes dos jornais, em concomitância com a bibliografia já apresentada e outras que serão consultadas – empreender a análise de como se deu a atuação da entidade em Goiás, os confrontos com os movimentos sociais e com a Igreja progressista (sobretudo a CPT, que também surgiu no Estado) a partir de 1985, quando é fundada a UDR e é lançada a proposta do PNRA. A atuação da UDR é vista em três fases: sua fundação e as disputas no PNRA; as campanhas e eleições de deputados constituintes (formando a primeira bancada ruralista, à época chamada de Bancada Agropecuária) e conflitos no campo (que crescem substancialmente no período) e, por fim, as disputas no processo constituinte.

CAPÍTULO I - Goiás e a questão agrária: Do coronelismo no século XVIII à modernização conservadora na década de 1970 do século XX

Para se tratar de UDR em Goiás é inevitável falar sobre Ronaldo Caiado, fundador e principal articulador da entidade nacionalmente, por isso, farei uma breve explanação sobre as origens desse e de sua família, uma oligarquia secular no estado. Para tratar da oligarquia Caiado, há que se remeter também às disputas que esta empreendeu, no período comumente referenciado na historiografia como do coronelismo, com outra oligarquia, os Bulhões. Tudo isso será tratado brevemente, sendo referenciado na bibliografia, mas é essencial para a compreensão do tecido social do estado que permitiu a peculiar fundação, avanço e consolidação da UDR.

Posteriormente, o capítulo tratará especificamente sobre a questão agrária no Brasil e, particularmente, em Goiás. A abordagem se faz necessária, tendo em vista que, para se tratar sobre a pauta de Reforma Agrária na Constituinte é preciso buscar as origens da luta pela terra e das disputas interclasses, bem como a atuação de agentes individuais e coletivos, quais sejam, movimentos sociais e entidades patronais.

Será tratada, em um primeiro momento, a Marcha para Oeste empreendida pelo Estado Novo, um marco do ponto de vista da reconfiguração do campo e do caráter da agricultura no Brasil, bem como abordagens que tratam sobre as fronteiras do país. Como consequência dessa, pode-se apontar diversos movimentos de luta pela terra, entre eles, o mais importante e de impacto nacional, Trombas e Formoso. Ainda na perspectiva de observar Goiás no contexto da expansão capitalista, é essencial ressaltar outras ações, novamente empreendidas pelo Estado, para ocupação do interior do Brasil, como a construção de estradas – que causam sempre impactos no campo, sobretudo nas demarcações de terra – e até mesmo a construção de Brasília, indo até a década de 1970 nesta análise.

1.1) Coronelismo em Goiás

O povoamento de Goiás se deu a partir do século XVIII através das Bandeiras, que saíam de São Paulo rumo ao interior do Brasil em busca de ouro e mão-de-obra indígena. A região já era conhecida desde o início da colonização, mas não representava interesses econômicos até então. O extremo norte do estado (hoje Tocantins) era mais conhecido, pois se chegava até lá através dos rios navegáveis Paranaíba, Araguaia e Tocantins.

Em 1722, Bartolomeu Bueno da Silva (o “Anhanguera”) obteve a autorização formal do Estado de São Paulo para a expedição que viria até Goiás (com 500 homens, sendo 150 bandeirantes e os demais escravos e indígenas). O ouro encontrado em Goiás, chamado ouro de aluvião (no leito dos rios) deu origem às primeiras vilas, sendo a primeira delas Vila Boa (hoje Cidade de Goiás), fundada em 25 de julho de 1727. As demais áreas são onde se encontram hoje as cidades de Luziânia, Pirenópolis, Jaraguá, Formosa, Niquelândia, Cavalcante e Porto Nacional (hoje Tocantins). Até 1744 Goiás pertencia à capitania de São Paulo, tendo se tornado uma capitania independente apenas naquele ano.

O período de exploração do ouro no Estado foi curto, durando aproximadamente 50 anos. Durante esse período registrou-se um crescimento de 50% de sua população, chegando a 60.000 habitantes em 1783. A partir do declínio da atividade aurífera, a população começa a decrescer, pois não fora encontrada na região uma atividade econômica que substituísse de imediato o lucro fácil para aqueles que haviam migrado pela mineração.

Como principais razões apresentadas para se entender o declínio da mineração em Goiás, figuram as técnicas rudimentares de extração e exploração de jazidas (ouro de aluvião), a falta de braços para uma exploração mais intensa das minas, a carência de capitanias e uma administração preocupada apenas com o rendimento do quinto. Assim, todo o potencial da capitania era canalizado para a exploração do ouro, o que encarecia, cada vez mais, os bens de primeira necessidade. Por sua vez, as autoridades proibiam qualquer atividade que viesse a retirar mão de obra das minas. (CHAUL, 2010, p. 35-36)

A administração de Goiás era familiar, iniciada com os Bueno. Os mineiros eram a parcela com maior status da população, que era constituída por brancos, mestiços, índios e negros escravizados (os que trabalhavam nas minas). O concubinato era generalizado, pois o casamento tinha alto preço.

O declínio do ouro em Goiás foi apontado durante algum tempo pela historiografia como um período de ‘decadência’, mas recentemente alguns autores têm refutado essa análise. Os principais motivos que levaram autores (como Nars Chaul em “Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade”, 2010) a refutarem a noção de decadência é a falta de evidências quanto a um real período rico e próspero do ciclo do ouro em Goiás. Não há registros convincentes, tampouco sinais de alguma opulência aurífera na região, como houve em outros locais com o mesmo tipo de exploração no período. Além disso, o autor aponta que essa visão de decadência pode ser fruto dos registros de viajantes europeus que aqui encontravam uma cultura bastante diferente da Europa industrializada, fazendo-os crer que aqui residia o atraso. Outra hipótese levantada é que esse suposto

isolamento de Goiás (por mais de um século) tenha sido uma estratégia dos governantes locais para atrair maiores atenções e investimentos do Império.

De todo modo, com o fim da mineração, o estado passa por um processo de ruralização, segundo boa parte da historiografia goiana ou, para alguns, volta a se dedicar somente a pecuária e agricultura, como já era antes do ouro (que é sempre um tipo de economia predatória e, por isso, efêmera). Os antigos mineiros passam a buscar registros de sesmarias e boa parte da população ocupa as terras livres através da posse. A pecuária, conforme vimos no capítulo I, é a forma predominante na economia local, embora alguns esboços de agricultura tenham sido registrados.

As dificuldades em Goiás, sobretudo com transporte e comunicação, durante todo o século XIX justificam as ideias de atraso e decadência. As antigas estradas do ouro passam a ser caminhos para o gado, transportado a pé, mas somente em períodos de seca. A agricultura era desenvolvida com maior constância e com investimentos no início do século XX nas regiões Sul e Sudeste do Estado.

Considero importante destacar, mesmo que brevemente, tais meandros da economia goiana nos séculos anteriores, pois estão diretamente relacionados à história política das oligarquias na Primeira República e, entre essas, a oligarquia Caiado, que se relaciona, por sua vez, à problemática de estudo nessa tese.

“A historiografia goiana que tratou o período da Primeira República em Goiás associou o atraso às oligarquias, que procuravam mantê-lo como forma de preservar seus domínios políticos” (CHAUL, 2010, p. 122-123). De uma maneira geral, na historiografia brasileira, esse mesmo período adquire também conotação semelhante, de atraso ligado ao mandonismo de grupos políticos, geralmente famílias, de bases latifundiárias. Entende-se, sobretudo, que aspectos culturais, econômicos, políticos e sociais do Brasil desde seu período colonial estão ligados à uma formulação de longa duração sobre essa dinâmica social típica do país nos primeiros anos republicanos.

O título de coronel, na verdade, antecede a Primeira República. Para entendê-lo é necessário reportar ao Período Regencial (1831-1840) quando, por um vácuo de poder e uma série de insatisfações como o poder central do Rio de Janeiro, aumento de impostos, nomeação de governadores e tentativas de emancipação das províncias, eclodem diversas revoltas por todo o país. O Exército brasileiro, porém, era diminuto e estava localizado apenas em regiões litorâneas, não sendo capaz de conter tais levantes. Como solução para o problema, o Império cria a Guarda Nacional, que eram grupos armados locais, aliados ao

Império e interessados em conter mobilizações populares. Deste modo, grandes fazendeiros passam a comprar títulos de coronéis da Guarda Nacional, mantendo, assim, seus interesses e o do governo. Esse poder local, através o título e de tudo o que ele representou em termos de violência institucionalizada, se manteve até a Primeira República, sendo ainda mais fortalecido através do sistema federativo, adotado na Constituição de 1891, que dava autonomia aos estados. Conforme indica Chauí (2010):

A vida política de Goiás foi conturbada na primeira década do século XX. [...] A história dos partidos políticos em Goiás, na Primeira República, tem seu início na cisão do antigo Partido Liberal Clubista, dirigido pelos Bulhões, enquanto o outro partido (Partido Liberal Histórico) ficou sendo comandado pelos Fleury. Em 1887, é fundado por Guimarães Natal o Partido Republicano de Goiás, mais conhecido como Centro Republicano. Apesar da falta de expressão, este entra em ascensão com a proclamação da República. Já em 1890, os Bulhões e seus coligados passam a integrar o Centro Republicano, que elegeu cinco de seus membros para a Constituinte da época. Houve uma segunda cisão, ou segundo cisma partidário, em que Leopoldo de Bulhões, ao apoiar Prudente de Moraes, viu-se derrotado pelos Fleury, que apoiaram Deodoro. Este se une ao Partido Católico, fundando, em 1891, o Partido Republicano Federal. Com a ascensão de Deodoro da Fonseca, o estado de Goiás se vê numa situação desconfortável: o presidente e o vice eram escolhidos pelo governo central e, posteriormente, eleitos pelo Partido Republicano Federal, enquanto a Assembleia era dominada pelo Partido Republicano de Goiás. (CHAUL, 2010, p. 131)

Veremos a seguir como se deram essas disputas entre oligarquias em Goiás.

1.2) Caracterização das disputas entre oligarquias

Para que possamos compreender os Caiado na história política de Goiás, alguns nomes e famílias além desta precisam ser mencionados, como é o caso da mais proeminente nos primeiros anos da República Velha: os Bulhões. A história dessa oligarquia relaciona-se não só com Goiás, mas também com sua estreita ligação com os presidentes do período e com a participação de Leopoldo de Bulhões nestes governos. No primeiro governo da República, de Deodoro da Fonseca, os Bulhões viveram períodos de ostracismo. Isto porque Leopoldo de Bulhões se alinhava mais à Floriano Peixoto – vice, que assume a partir de 1891 – rendendo-o, inclusive, uma quase indicação para Ministro da Fazenda daquele governo. Quando Peixoto assume, sob intervenção presidencial, assume em âmbito estadual Braz Abrantes, ligado aos Bulhões. Abrantes estipula eleições diretas para presidência do estado. Como não houve concorrência, Leopoldo de Bulhões vence, porém não exerce, já que ocupava diversos cargos nacionalmente. Assume seu vice, Antônio José Caiado, que faz uma gestão considerada pela historiografia como deplorável (CHAUL, 2010, p. 132).

Com o sucessor de Floriano, Prudente de Moraes, os Bulhões crescem mais ainda, apesar de forças de oposição que começavam a se formar.

Este apoio redundou na ruptura de Floriano com os Bulhões, o que ocasionou outros rompimentos no âmbito da política local. Francisco Xavier de Brito, dirigente do Executivo goiano, e Luiz Gonzaga Jaime, candidato à sucessão, seguiram o mesmo caminho. Estes políticos tinham a convicção de que Floriano não passaria o governo a Prudente, vindo a se tornar um ditador. (CHAUL, 2010, p. 133)

Mesmo assim, os Bulhões derrotaram essas forças e saíram vitoriosos das eleições de 1895, elegendo Francisco Leopoldo para o Executivo goiano. Contavam ainda com a importância de Leopoldo de Bulhões como senador. Foi durante a gestão de Francisco Leopoldo que os Caiado começaram a ter maior destaque na política goiana “por meio de casamentos politicamente convenientes, de força financeira estável e membros formados em cursos superiores” (idem, *ibidem*).

A primeira cisão entre Bulhões e Caiado registra-se em 1897 por ocasião da disputa para delegados de Goiás no Partido Republicano Federal. Disputa essa que, segundo Maria Augusta Sant’Anna de Moraes (1974), não tinha teor ideológico e sim apenas de poder entre duas famílias, uma já consolidada e com apoio do Executivo federal, e outra que tentava ascender. Neste primeiro momento os Caiado não tiveram forças suficientes para vencer, porém, deixaram explícito aos Bulhões suas intenções.

O trunfo dos Bulhões de se ligarem à política nacional em determinado momento, acabou se voltando contra eles próprios, na medida em que, “enquanto se afirmavam nacionalmente, os Caiado iam, aos poucos, tomando seus lugares na esfera estadual” (CHAUL, 2010, p. 134). Mesmo com seu poder abalado, em 1898, ainda elegem Urbano de Gouvêa. Após esta eleição, preocupados com o crescimento dos Caiado, os Bulhões passam a buscar outras alianças, especialmente com políticos do sul do Estado, entre eles José Xavier de Almeida, que viria a ser, na sequência, presidente de Goiás (1901-1905), iniciando um novo ciclo na história política do estado, já que ascendeu por intermédio dos Bulhões, mas se desligou desses no meio de seu mandato.

Um dos primeiros rompimentos de Xavier de Almeida foi através do casamento com Amélia Lopes de Moraes, filha de Hermenegildo Lopes de Moraes (político de grande reputação no sul do estado) e herdeira de uma das maiores fortunas de Goiás. O plano dos Bulhões era que ele se casasse com uma de suas filhas, consolidando a aliança. Além disso, sua gestão buscou conciliação com a oposição que se fortalecia cada vez mais, intensificou o processo de fiscalização de rendas e desenvolveu as políticas de transporte através da Estrada de Ferro. Leopoldo de Bulhões neste período era Ministro da Fazenda do governo de

Rodrigues Alves, enquanto sua família perdia espaço na política local. Ainda assim, Xavier de Almeida buscava integração com o governo federal, apesar das disputas locais com os Bulhões.

Em meio às dissensões, o governo de Xavier buscava dar dinamismo à vida econômica, social e cultural de Goiás. Estimulou o aumento das exportações, procurou aperfeiçoar o plantel do gado goiano, ampliou a fiscalização nos postos e, sem onerar os cofres estaduais, propiciou a chegada dos trilhos até Catalão. [...] neste contexto, Xavier não teve problemas para vencer as eleições de 1904, fazendo seu sucessor e legando aos Bulhões sua primeira derrota eleitoral desde os primórdios da República. (CHAUL, 2010, p. 136-137)

Com esta derrota, os Bulhões cogitavam pedir intervenção federal. Articulou-se, então, um golpe para depor Xavier de Almeida, que já apresentava crise de governabilidade devido à articulação de forças de oposição heterogêneas, que reuniam Bulhões, Caiado, Gonzaga Jaime e Abrantes. Esse golpe ficou conhecido na historiografia goiana como Revolução de 1909. Em poucas palavras, a chamada Revolução de 1909 deu-se quando essas forças oposicionistas se unificaram para retirar do poder Xavier de Almeida e fundar o Partido Democrata. Naquele mesmo ano, Hermenegildo Filho, cunhado de Almeida, vence as eleições, coroando a terceira gestão seguida de seus aliados no estado. O Partido Democrata havia lançado Urbano Gouvêa e não aceita a derrota. A partir daí Bulhões começa a buscar apoio no Rio de Janeiro, inclusive armas. Já Gonzaga Jaime, Antônio Ramos Caiado e Eugênio Jardim buscavam arregimentar pessoas para o “front”, inclusive pagando-lhes salários. Com isso, conseguiram cerca de 800 homens para fazerem o cerco à capital do Estado, vindos de duas frentes, do Norte e Sul (essa comandada por Totó Caiado) e tomaram à força o governo já fragilizado. Na noite de 24 de abril daquele ano, tiroteios aconteceram na Cidade de Goiás e a articulação golpista saiu vitoriosa. Além disso, nacionalmente, Afonso Pena morre e Nilo Peçanha, que era grande amigo de Bulhões, assume, favorecendo-o.

[...] os democratas controlavam agora o poder. [...] os candidatos à Câmara e Senado Federal da facção Xavier de Almeida foram depurados no Congresso. Tomaram posse Leopoldo de Bulhões no Senado e Antônio Ramos Caiado e Marcelo Francisco da Silva na Câmara Federal. Urbano Coelho de Gouvêa foi reconhecido Presidente do Estado de Goiás, assumindo a administração no dia 24 de julho de 1909. A oligarquia dos Bulhões, coligada com outros grupos políticos do Estado, voltava ao poder, dominando o Executivo e o Legislativo de Goiás e impondo total marginalização política a Xavier de Almeida e seus auxiliares. Fechava-se laconicamente um círculo da história política do Estado. (BORGES, 1980, p. 148-149 op. cit. GOMEZ, 1994, p. 135)

Após a “Revolução”, os Bulhões também não demoraram muito tempo a perder espaço no poder. Naquele período, Leopoldo apoiou oficialmente Hermes da Fonseca para presidente, mas cogitava-se que nos bastidores havia trabalhado em prol de Rui Barbosa. Com Fonseca no poder, começa a ser duramente criticado. Enquanto isso, em Goiás, o Partido

Democrata já apresentava rachas entre Urbano Gouvêa, Presidente do Estado e a dupla Totó Caiado e Eugênio Jardim, que levaram consigo demais grupos e famílias importantes, isolando os Bulhões. Hermes da Fonseca chegou a interferir diretamente no estado, retirando Urbano Gouvêa e colocando Jardim em seu lugar. Com isso, os Bulhões encerravam sua proeminência política, restando apenas Leopoldo de Bulhões como senador até 1918.

Portanto, de fevereiro de 1912, data da determinação de Fonseca, até 1930, com a nomeação do interventor Pedro Ludovico Teixeira por Getúlio Vargas, Goiás estaria sob o comando direto dos Jardim-Caiado.

1.3) Os Caiado

Apesar de sua atuação política tão marcante em Goiás, são poucos os trabalhos acadêmicos que se dispuseram a tratar especificamente sobre a família Caiado. Um desses é o de Miriam Bianca Amaral Ribeiro, em sua dissertação de Mestrado defendida em 1996 na Universidade Federal de Goiás. Em “Memória, família e poder: História de uma permanência política – Os Caiado em Goiás”, Ribeiro perpassa por toda a trajetória desta família, desde a chegada do primeiro deles ao Estado, ainda no período colonial, até a década de 1990, demonstrando como em nenhum momento histórico eles estiveram fora do contexto político goiano e quais foram as táticas utilizadas para tal permanência.

O primeiro membro da família a se estabelecer em Goiás foi Manoel Cayado de Souza, no final do século XVIII. Esta era a grafia original do nome (com “y”) vindo de Cária-Portugal. Manoel tratou logo de se casar com Brígida Ribeiro Soares Almeida, cujo pai havia requerido a sesmaria Paciência e outras seis. Posteriormente, nas matas da Paciência, foi fundada a primeira fazenda do clã, a Fazenda Europa, onde vivia o casal. Dessa união nasceram dois filhos e do tronco de um deles, José Caiado de Souza, começaram as alianças políticas através do casamento da filha Joaquina Emília Caiado com João Batista Alencastro (de onde se origina a aliança com os Alencastro); e de outro filho, Antônio José Caiado com Maria Tereza Conceição Cachapuz e Chaves. Esse último casal são os avós de Totó Caiado, a figura pública mais importante da família durante a Primeira República (RIBEIRO, 1996; FREITAS, 2010).

Ao contrário dos Bulhões, mais identificados como profissionais liberais, os Caiado sempre foram ligados à pecuária, detentores de grandes propriedades de terra. Relatos da própria família dizem que, mesmo durante o período aurífero, esses sempre se dedicaram ao trabalho na terra. Durante o Império já haviam se consolidado economicamente no estado

desta forma. A prova de suas ligações com o coronelismo é que Antônio José Caiado foi tenente-coronel da Guarda Nacional (RIBEIRO, 1996, p. 227).

Durante o Império, os Caiado se articularam com os Bulhões. Antônio José Caiado era da diretoria do Clube Liberal, em 1881, o que indica que a família construiu sua intervenção política regional e nacional desde a década de 80 do século XIX. O clube era abolicionista, o que Antônio José Caiado tornara-se também, segundo Luís Palacín:

[...] a disposição para solucionar pessoalmente a questão da escravidão, articulando com outros latifundiários para que assim procedessem, previa mais benefícios materiais e políticos do que fins humanitários. A total falta de alternativas de trabalho impunha que os negros forros permanecessem na fazenda de origem, talvez em condições piores do que as anteriores, já que os senhores se desobrigavam de sua manutenção. O espaço político conquistado com a pretensa agitação abolicionista era, assim, caro aos políticos em ascensão. A província agropastoril isolada não requisitava as mesmas quantidades de escravos que as províncias fundadas na agroindústria do açúcar. Com a abolição da escravatura, menos de 4000 escravos foram libertos em Goiás, nenhum da capital. (PALACÍN, 1990. op. cit. RIBEIRO, 1996, p. 228).

Ou seja, como pudemos apreender do trecho acima, a intenção abolicionista dos Caiado tinha pretensões políticas de se afirmarem.

O primeiro cargo público eletivo de Antônio José Caiado foi como 1º vice-presidente da Província. Ele assume a presidência entre 1883 e 1884. A chapa era dos liberais clubistas, dirigidos pelos Bulhões. Antes disso, desde que era estudante em São Paulo, Antônio já tinha pretensões políticas. A família apoiou Floriano Peixoto na proclamação da República, o que fez seu espaço político aumentar. Assim, “no final da década, estavam na cena da política goiana três gerações da família Caiado, do tronco central: o tenente-coronel Antônio José Caiado, seu filho Torquato Ramos Caiado e os filhos deste, liderados por Antonio Ramos Caiado, conhecido como Totó Caiado” (RIBEIRO, 1996, p. 228).

Durante a República, como visto anteriormente, os Bulhões tinham maior proeminência no Estado, mas os Caiado estavam junto, compondo com eles, inclusive na Vice-Presidência do Estado, quando Antônio José Caiado assume em 1883. Quando Totó Caiado retorna de São Paulo após concluir o curso de Direito em 1896, candidata-se a Senador contra Urbano de Gouvêa. Este chegou a assumir em 1904 também uma pasta no governo de Xavier de Almeida, o mesmo que seria, pouco tempo depois, destituído pela “Revolução de 1909” por ele liderada. Outra estratégia de crescimento político foi a fundação de um jornal, chamado “A Imprensa”, para difundir o Partido Republicano Federal. Totó Caiado era também o redator do jornal.

O período entre 1912 a 1930 foi considerado como de “hegemonia Caiado” em Goiás, já que Totó dirigia o Partido Democrata que, por sua vez, ocupava quase todos os cargos nos governos estaduais, legislativos e de representação nacional. Além dele, outros irmãos estavam em diferentes cargos: Leão di Ramos Caiado, Arnulfo Ramos Caiado e Brasil di Ramos Caiado. Todos estavam casados com membros de outra família importante naquele contexto político: com os Alves de Castro e também com os Jardim (este um pouco anterior).

Desta forma, seja através de alianças por parentesco (casamentos) ou pelo Partido Democrata, os Caiado garantiram suas lideranças. Segundo Francisco Itami Campos (1987), as mudanças na legislação eleitoral do ano de 1916 fizeram com o que poder dos Caiado aumentasse e se centralizasse mais na figura de Totó. Mas aconteceram algumas cismas dentro da própria família neste período, num episódio chamado de “questão do Judiciário”, iniciada quando um primo de Totó denunciava a passagem de armas para a Revolução de 1909 e depois continuou por questões de herança. Essa divergência culminou no rompimento de Mário Caiado com o primo e a fundação do jornal “A voz do povo”, que passou a aglutinar a oposição, entre eles, outros membros da família Caiado, como Colemar Natal e Silva e Americano do Brasil. Após a Revolução de 1930, Mário Caiado esteve ao lado de Pedro Ludovico, retirando Totó do governo do Estado.

A Junta Governativa assumiu o governo do Estado das mãos de Pinheiro Chagas, mineiro que veio garantir a vitória da Aliança Liberal em Goiás. O grupo caiadista, consolidado nos moldes do mandonismo local, manteve-se enraizado em Goiás, apesar de destituído do poder. Até a metade da década de 20, Antonio Martins Borges, pai de Gercina Borges Teixeira e sogro de Pedro Ludovico a partir de 1918, era um dos principais aliados de Totó Caiado em Rio Verde. Nos anos 20, Antonio Martins Borges aliou-se ao genro e combateu os Caiado. A Revolução de 1930 garantiu a mudança da direção política do Estado. A oposição, através do jornal “A voz do povo”, ainda não tinha acumulado forças para derrotar os Caiado, nem em termos de influência na rede de interesses municipais, nem, muito menos, na capital do Estado. (RIBEIRO, 1996, p. 233)

Durante o início do período de ostracismo dos Caiado, os homens ficariam na fazenda e as mulheres em um convento. Pouco tempo depois, em 1932, Pedro Ludovico mandou prender todos os homens da família. Posteriormente, em 1934, no “Congresso de Ipameri”, os Caiado se unem a Domingos Velasco – que até então era aliado de Ludovico, mas rompe após ter suas pretensões de assumir a Presidência do estado impedidas por este – para fundar a “Coligação Libertadora de Goiás” contra o governo de Ludovico. Nas eleições daquele ano Domingos Velasco e Caiado perderam e este rompe com a família, deixando-a afastada do poder até 1946. Em 1946, quando são recriados os partidos políticos após a ditadura de Vargas, os Caiado se filiam à UDN, fundada em Goiás na cidade de Anápolis (para onde boa

parte da família tinha se transferido no período oposicionista) em 1945 em caráter anti-getulista.

Durante os anos 1950 a principal figura da família foi Emival Caiado, deputado estadual e federal, sempre figurando entre os mais votados e sempre em oposição a Ludovico. Emival atuou fortemente na construção de Brasília, aliando-se na época à JK (FREITAS, 2009). Até 1964, todos os membros políticos da família (Edenval Caiado, Elcyval Caiado, Ubirajara Caiado e Brasil di Ramos Caiado) foram da UDN. Com a ditadura militar, passam a ser da ARENA. Sobre o período da ditadura, é relevante destacar que: “ao se referirem ao período anterior (1930-1945), os Caiado utilizam a qualificação de “ditadura”, porém, não mantêm a expressão para o período 1964-1982, qualificado de “Revolução”, demonstrando sua total afinidade política com o regime militar” (RIBEIRO, 1996, p. 236). É preciso ressaltar que durante a ditadura, mesmo dentro da ARENA, existiam diferenças básicas entre militares “moderados” e os da linha dura. Emival se aproxima mais dos segundos, ou seja, da linha dura, de combate interno a movimentos sociais. Sua intervenção foi decisiva para a deposição de Mauro Borges e do legalismo de Castelo Branco. Além disso: “René Dreifuss, ao levantar os documentos do IPES, localizou a lista dos civis que participaram da conspiração em 1964 feita pelo Cel. Hernani D’Aguiar; nela são citados os nomes de Alfredo Nasser e Emival Caiado” (DREIFUSS, 1981, p. 402apud: RIBEIRO, 1996, p. 237).

Da família, além de Emival, atuaram durante a ditadura: Elcyval Caiado (deputado estadual três vezes e deputado federal uma vez), Leão di Ramos Caiado (presidente da UDN estadual), Leonino Ramos Caiado (prefeito e governador), Ibsen Henrique de Castro (deputado estadual e Secretaria da Fazenda no governo de Leonino), Brasília Ramos Caiado (deputado estadual e federal e Secretaria do Estado no governo de Leonino), Sérgio Caiado (deputado estadual três vezes) e Coronel Itamar Viana (Secretário de Estado e presidente do Banco do Estado de Goiás). Em 1982, quando Iris Rezende (PMDB) assume o governo do estado, a família Caiado perde um pouco de espaço, que só é reconquistado com Ronaldo Caiado e a fundação da UDR, como veremos com maiores detalhes depois.

A política é vista pelos próprios membros da família como uma questão de vocação, ou “que está no sangue”, reconhecendo os políticos do clã como “líderes natos”. Ribeiro (1996) explica, com base em Bourdieu, que essa característica faz parte do *habitus*, como história incorporada.

O membro da família somente se habilita a dar continuidade ao trabalho político da família se assume e se deixa assumir pela herança. Não se trata de ação mecânica, não se trata de representação teatralizada, não se trata de imposição formalizada. Apesar de não saber o porquê, o herdeiro apropriado pela herança fará o que dele se

espera e o que dele ele mesmo espera. Não é intuição, nem está no sangue, não é natural. É história incorporada. [...] não há que se distinguir entre sua vontade e a imposição da família, pois sua disposição para a ação política é ao mesmo tempo produto e produtora desta mesma ação política. Não há alternativa para os membros da família senão fazer parte da permanência política, propondo-se a aumentar o poder político dessa permanência. É preciso ressaltar que, se imputarmos a essa ação política uma ação mecânica, um mero cumprimento de tarefa, estaremos negando a ação dos novos agentes e sua identidade com a história política da família. (RIBEIRO, 1996, p. 246-247)

Além de suas relações políticas, os Caiado fundamentam o seu poder e se mantêm, como dito, também em sua relação com a terra e a propriedade. Sua estabilidade econômica está entre os argumentos que corroboram sua permanência na política. Há, no estudo de Ribeiro, uma entrevista significativa a esse respeito. Um diálogo em que dizem: “Eu sou Caiado”, ao passo em que a resposta a seguir é “Então, onde é sua fazenda? Se não tem, não é”. O que revela que “a terra é constitutiva da família tanto quanto o é a política” (RIBEIRO, 1996, p. 271). Outra característica também é o quanto ressaltam a “origem nobre”, com brasão de origem lusitana da família (FREITAS, 2009). Esse elemento, inclusive, é utilizado como prova de como são “diferenciados”.

Em relação às terras, há uma regra na família de que elas não devem ser vendidas, pelo contrário, devem sempre buscar aumentá-las, como expresso na fala de Ederval Caiado (pai de Ronaldo): “As terras da família continuam com a família. É aquela tradição. Caiado não vende terra. Compra e deixa pra lá. Todos os membros da família possuem terras, herdadas ou adquiridas” (RIBEIRO, 1996, p. 272). A terra é vista não como patrimônio material, mas também patrimônio político que, mais uma vez, os diferencia dos demais, dos “políticos que não têm tradição”.

A base material de sustentação da família foi e é também a base material para a ação política, incluindo a política de alianças. **Após o fim do regime militar, foi uma nova intervenção política, considerando produtores rurais como aliados, que colocou Ronaldo Caiado como o novo Caiado no cenário político, através da UDR.** (RIBEIRO, 1996, p. 274. Grifos meus.)

Outras famílias oligárquicas tiveram e têm fazendas, mas, segundo a autora, há nos Caiado uma intencionalidade de perpetuar a atividade rural também como história incorporada. Outra questão relatada pelos entrevistados da autora é o apego à Goiás. Mesmo os que saem do Estado para estudarem, retornam para constituírem família, negócios e fazer suas carreiras políticas.

Sobre as relações de trabalho, como relatado anteriormente, os Caiado se uniram aos abolicionistas, porém, com outros interesses que não propriamente humanistas. Há relatos (FREITAS, 2009) de que Antônio José Caiado compunha a Sociedade Emancipadora Goyana e que chegou a alforriar por conta própria todos os escravos de suas terras em 1887. Porém,

segundo Maria Augusta Sant'Anna de Moraes (MORAES, 1974), “mantendo-os todos trabalhando sob contrato, cujas bases desconhecemos”. Esse episódio é lembrado pelos memorialistas da família como um dia em que os escravos ficaram muito alegres, dançaram, cantaram e beijaram os pés do benfeitor (Antônio). Segundo relatos, houve uma instrução familiar para que o mesmo fosse feito nas demais fazendas. “A imagem do senador é construída pela família como um referencial de bom senhor de escravos e a fazenda como um referencial de espaço privilegiado para se trabalhar” (RIBEIRO, 1996, p. 276), isso porque diziam que lá não havia troncos ou tortura.

A mesma memória em relação aos índios também é colocada pela família, bem como a ideia de “patrão amigo” com os peões, mais recentemente. Porém, essa memória destoa de notícias de relações de trabalho escravo nas fazendas que patrocinaram a candidatura de Ronaldo Caiado nesta década, e até mesmo de entrevistas feitas por Ribeiro com um dos membros da família:

Especialmente no tocante às relações de trabalho, Caiadinho assumiu a postura do grande proprietário de terras e produtor agropecuário: “Esse negócio de sem-terra é um erro muito grande, porque grande parte do que a gente paga pro Incra vai para ajudar esse povo”. As posições defendidas sobre boias-frias, trabalho infantil e trabalho escravo confirmam o caráter classista de sua visão de mundo: “Agora, para carregar peão tem que ter cobertura, não pode ser um caminhão, se não paga multa. [...]. Esse negócio de menor não poder trabalhar, acho isso errado. O menino levanta cedo, ajuda o pai, tá aprendendo a tirar leite, adquirindo conhecimento. Não está sendo judiado. Vai pra aula, volta de tarde, separa vaca de bezerro, ajuda o pai. [...]. Vejo esses carvoeiro, que eles falam de trabalho escravo. Eu já vi muito carvoeiro em que os filhos ajuda os pais. Normal. Por que escravo? O pai tá produzindo para ele ou de empreita por metro de madeira. Então ele é escravo do pai? (RIBEIRO, 1996, p. 278-279)

Ainda assim, permanecem reivindicando a ideia de que são bons patrões, porém, se o vínculo for quebrado, não toleram, utilizando inclusive violência explícita:

Ubirajara não aceitava esse negócio de peão fugir, ele buscava para pagar o que devia. Em Nova Crixás tem uns que pulam do caminhão. Hoje não tem mais isso de falar com a polícia e eles dá um acocho. Hoje, ou você toma prejuízo ou fica com raiva. Ir lá pegar o sujeito, amarrar ele e fazer ele trabalhar. Quando a gente dá uns couro nuns dois, os outros pensam: é, com aquele ali que a gente tem que trabalhar. Tem que moralizar. (Idem, *ibidem*)

As denúncias de violências no campo nas décadas de 1940 e 1950 em sua maioria eram em relação às fazendas de Ubirajara. Este, por ser filho ilegítimo de Totó Caiado, não tinha obrigações políticas. Por isso, dedicou-se às fazendas (conta-se que tinha quatro) e é apontado como o primeiro a ter uma “fazenda-empresa” no Estado. Outro aspecto que diz respeito ao *habitus* dos Caiado e que mais à frente corroborara para essa análise é, por

exemplo, o marketing feito em torno de Ronaldo na UDR, as características que se esperava de um “homem Caiado”.

Desde a infância os membros da família Caiado eram levados para as fazendas para passagem de férias e finais de semana. Assim, o “gosto” pelo trabalho braçal, o trato com bois e demais questões, eram passados de forma naturalizada, como expressa o trecho da entrevista: “Pode ser formado no que for, num deixa de ser fazendeiro. No bom sentido, que progride, não é aquele que fica ai sem fazer nada” (RIBEIRO, 1996, p. 284). Ronaldo Caiado é exemplo disso. É médico, estudou no Rio de Janeiro e na França, mas voltou para Goiás e se identifica como “médico ortopedista e homem do campo”.

Outras questões como resistência física e até beleza também são pontos importantes para a família, citados até por Cora Coralina, poetisa goiana, que dizia que os Caiado eram como cavalos: belos e selvagens. Durante a República Velha, os atributos físicos dos Caiado eram valorizados e eles eram relatados como “feitos”, como homens capazes de viajar dias sobre mulas, de percorrer o estado levando boiadas. Essa segunda função, além dos atributos físicos, ainda tinha ganhos políticos, tendo em vista que os tropeiros eram responsáveis pelo abastecimento e realizavam comercializações que lhe rendiam lucros.

Eram vistos como honestos, trabalhadores e ricos, portadores das notícias e novidades, bem-falantes e educados. Num tempo e lugar onde transporte e comunicação eram difíceis, é possível imaginar a possibilidade do trabalho político de tropeiros como Totó Caiado, por meio de contatos, amizades, favores e das articulações entre grupos de interesses diversos. (RIBEIRO, 1996, p. 285)

Nas mencionadas idas a fazendas, as crianças praticavam exercícios. Os cuidados com o corpo e a saúde são valorizados pela família. Muitos são médicos. “Você não vê Caiado que bebe, muito difícil ver Caiado que fuma. Sendo Caiado não bebe, não fuma, não joga” (idem, *ibidem*). Até mesmo os adversários políticos admitiam a beleza dos oponentes. Relata-se que Pedro Ludovico dizia que era impossível ganhar um voto feminino quando Totó Caiado estava em campanha. Episódios semelhantes foram observados também com Ronaldo Caiado na década de 1980 quando se candidatou à presidência, ou mesmo quando estava na liderança da UDR.

A virilidade ou a “bravura” de um homem Caiado são usadas até para justificar violências: “A família enfrentou explicitamente a atribuição de violência associando aos atos de bravura uma atitude pessoal de “brabeza”, como eles mesmos gostam de nominar. Segundo sua versão, não são violentos, mas dão resposta imediata quando são desafiados em sua coragem, moral ou virilidade” (RIBEIRO, 1996, p. 289). Regina Bruno, também recorrendo à Bourdieu, fala sobre esse aspecto da bravura. Para Bruno, a UDR e demais entidades

patronais, são partícipes de um *habitus* social - enquanto sistema de predisposições socialmente constituídas que orienta o pensar e o agir (BRUNO, 2003, p. 284-310) - profundamente enraizado na história do Brasil, onde dois traços marcam o perfil das classes e grupos dominantes no campo: a defesa da propriedade como direito absoluto e a violência como prática de classe, sempre ressaltando características como a “audácia”, a “bravura” como elementos ideológicos. Já para Lena Castelo Branco (autora que construiu uma narrativa histórica sobre a trajetória desta família no estado) isso ocorre, porém, com um viés acríptico e ufanista, vangloriando suas ações:

Totó Caiado e muitos dos seus familiares internalizaram a cultura goiana em um dos seus aspectos mais peculiares: a prevalência do rural sobre o urbano, no estilo de vida, na linguagem e no amor à gleba natal. Decorrentes dessa mentalidade são valores maiores – entre os homens – “a disposição ao trabalho braçal na fazenda, a conduta moral ilibada e a valentia (bravura ou ‘brabeza’), identificada à masculinidade. (FREITAS, 2009, p. 195)

Alguns aspectos dessa bravura merecem destaque por reverberarem em demais âmbitos da vida pessoal dos membros da família como, por exemplo, a proibição expressa ao funcionalismo público.

O trabalho não incluía o serviço público como projeto profissional. Apesar de haver mulheres professoras e em algumas outras funções públicas, os homens eram explicitamente orientados para não se tornarem funcionários públicos. [...] O trabalho produtivo, vinculado à terra, formava o homem, enquanto o funcionário público seria sinônimo de passividade. (RIBEIRO, 1996, p. 290)

Se para os homens dentro da família havia funções bem definidas, também para a mulher havia algumas, como o casamento (que representou grande trunfo dos Caiado ao longo dos anos para consolidar alianças políticas) ou até mesmo ficar solteira para educar os sobrinhos que seriam políticos. Não nos cabe nos ater a este ponto nessa tese.

1.4) Industrialização, Marcha para Oeste e novas fronteiras: o novo papel do campo na modernização capitalista do Estado Novo

João Pedro Stédile, um dos fundadores do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), atual membro da Direção Nacional desta entidade e também organizador da coleção “A Questão Agrária no Brasil” (em oito volumes, com diversos autores) aponta na introdução do volume II dessa coleção que:

O conceito de “questão agrária” pode ser trabalhado e interpretado de diversas formas, de acordo com a ênfase que se quer dar a diferentes aspectos do estudo da realidade agrária. Na literatura política, o conceito “questão agrária” sempre esteve mais afeito ao estudo dos problemas que a concentração da propriedade da terra trazia ao desenvolvimento das forças produtivas de uma determinada sociedade e sua influência no poder político. Na Sociologia, o conceito “questão agrária” é

utilizado para explicar as formas como se desenvolvem as relações sociais, na organização da produção agrícola. Na Geografia, é comum a utilização da expressão “questão agrária” para explicar a forma como as sociedades, como as pessoas vão se apropriando da utilização do principal bem da natureza, que é a terra, e como vai ocorrendo a ocupação humana no território. Na História, o termo “questão agrária” é usado para ajudar a explicar a evolução da luta política e a luta de classes para o domínio e o controle dos territórios e da posse da terra. (STEDILE, 2012, p. 17)

O autor afirma ainda que há uma outra perspectiva – por ele adotada ao longo da organização da coleção– que trabalha com o conceito de “questão agrária” como “um conjunto de interpretações e análises da realidade agrária que procura explicar como se organiza a posse, a propriedade, o uso e a utilização das terras na sociedade brasileira” (idem, *ibidem*).

Nessa tese, para entender a atuação da União Democrática Ruralista (UDR) no Estado de Goiás e na constituinte, necessariamente, tratamos o tempo todo sobre esse tema. Para muitos autores, a questão agrária no Brasil se iniciou na década de 1930. Se pensarmos a partir de uma perspectiva dos conflitos de terra, pode-se ver, por exemplo, que os conflitos anteriores a 30, na interpretação de alguns desses, eram por poder e dominação, e a terra, neste contexto, era secundária. O argumento de que a questão agrária passa a existir a partir desse marco baseia-se principalmente no fato de que, a partir de então, começa-se a ter efetivamente políticas vindas do Estado que pensassem a situação do campo brasileiro. Além disso, começa a se pensar a terra vinculada à formação de um parque industrial e inserida em um complexo produtivo, ou ainda, começa a se pensar também a melhor distribuição de terras a partir de determinados objetivos.

Concordando com essa perspectiva e ainda percebendo que em Goiás essa é uma década decisiva, estabelecemos esse ponto de partida explicativo, pois anteriormente à década de 1930, o Estado de Goiás, que teve sua primeira ocupação através da exploração do ouro no século XVIII e, portanto, iniciou-se de forma urbana, com as cidades fundadas a partir da mineração. Posteriormente, com a crise do período aurífero, o estado passa por um longo período de queda demográfica, se dedicando, sobretudo, a atividades agrárias, principalmente a pecuária e plantações de grãos como o arroz. Politicamente, o estado, como os outros demais no país, tinha seus poderes locais nas mãos desses fazendeiros no período do coronelismo, o que se materializa de forma mais particularizada na disputa entre os Caiado e os Bulhões na região da antiga capital, Cidade de Goiás.

A partir do governo Vargas, até mesmo essa disputa política muda, passando o poder, então, para o nomeado interventor Pedro Ludovico Teixeira e as novas forças políticas emergentes. Bem como a capital do estado, que sai da antiga região do ouro e é transferida

para a moderna e planejada Goiânia, tida como signo do Estado Novo e da nova ocupação do país, fundada em 1933². Além disso, no que nos interessa com maior atenção, foi projeto símbolo do Estado Novo, a chamada Marcha para o Oeste.

Em poucas palavras, a denominada "Marcha para o Oeste", lançada em 1938 por Getúlio Vargas, visava ocupar e desenvolver o interior do Brasil sob a justificativa de desenvolver "o verdadeiro sentido de brasilidade" (como era propagandeado pelo governo à exaustão em programas de rádio e demais meios de divulgação para angariar pessoas para o interior do país), pois, na visão dos intelectuais orgânicos do Estado Novo, embora tendo um extenso território, o Brasil havia se desenvolvido quase que exclusivamente nas regiões litorâneas (nessa época, mais de 90% da população brasileira ocupava cerca de um terço do território nacional, enquanto principalmente as regiões Norte e Centro Oeste eram esparsamente povoadas, em sua maioria por indígenas), ao passo em que vastas terras no interior do país mantinham-se estagnadas desde a política mercantilista colonial. Nessas regiões não havia – ou havia poucas - estradas viáveis ou rios navegáveis.

A ocupação do interior do Brasil, sobretudo no centro-oeste, atraiu o interesse de empresas colonizadoras que vinham de experiências profícuas semelhantes em São Paulo e Paraná nas décadas anteriores, com loteamentos para imigrantes estrangeiros, que chegavam ao Brasil como fugitivos de guerras. Porém, a ação do Estado foi a maior propulsora dessa política, cujo maior exemplo – e que impacta sobremaneira o estado de Goiás - foi a criação da Colônia Agrícola de Goiás (CANG)³, a primeira do Brasil, instalada em 1941 na cidade de Ceres. Além disso, a ocupação primeiramente da região Centro Oeste mirava ainda a ser um passo preparativo à posterior ocupação da Amazônia, tanto assim, que poucos anos depois

² Este que foi o investimento mais decisivo dentro do projeto de modernização conservadora do Estado Novo, pois reforçava o mito da conquista do Oeste e a criação de um “novo Brasil”. Goiânia é um símbolo da modernidade e um marco na política de interiorização. É também responsável pelo surgimento de um certo “ufanismo goiano”, tornando-se “um referencial urbano em pleno sertão” (BORGES, 2000).

³ A CANG, como dito, foi a primeira colônia agrícola, formada em 1941 na região da Mata do São Patrício, uma mata contínua no centro-sul de Goiás. Esta era, na época, a maior zona de mata virgem próxima à Goiânia, portanto, oferecia uma localização estratégica como um posto de integração da região. Sua instalação se deu em meio à má administração e falta de recursos, mas, mesmo assim, atraiu muita gente, principalmente de Minas Gerais e alguns estados do Nordeste. Nove anos após sua instalação, Ceres, a cidade onde fora instalada, já era a 2ª maior cidade do estado. Esse incremento populacional se deu não só pela CANG, mas também pela construção de uma estrada entre Ceres e Anápolis em 1944. Sua instalação nessa região levantou algumas suspeitas por ser próximo a fazendas de grupos nacionais e estrangeiros e de um político local, Bernardo Sayão. Com a CANG a região passou a receber investimentos estatais, o que favoreceu os negócios destes. O processo para conseguir lotes na CANG era lento e burocrático. Além disso, obedecia à alguns padrões morais. Lá dentro, por exemplo, não poderia ter álcool, prostitutas e só recebiam lotes quem fosse comprovadamente casado. Por conta disso, do outro lado do rio, começou-se a formar outra cidade, hoje chamada de Rialma, que na época era conhecida como Barranca, onde ficavam os migrantes que tinham ido para a região em busca de um lote na CANG, mas não tinham conseguido e ficaram por lá, com comércios e outras atividades. Muitos desses se tornaram posseiros (MAIA, 2008).

foram fundadas também colônias agrícolas na região, seguindo o exemplo da CANG em Goiás.

A Marcha para o Oeste, portanto, objetivava desenvolver uma política demográfica de incentivo à migração. No campo esse incentivo era materializado principalmente pela criação dessas colônias agrícolas, bem como construção de estrada e, sobretudo, incentivo à produção agropecuária para fornecimento de gêneros alimentícios a baixos custos para o sudeste, em plena industrialização.

As décadas de 1930 a 1960 em Goiás foram momentos de mudanças na sociedade agrária goiana e um período de intensas transformações na divisão regional e social do trabalho no Brasil, tendo em vista a industrialização do Sudeste a partir do Estado Novo, que reformulou a distribuição espacial das atividades econômicas no país. A política implementada desde então priorizava a formação de uma economia que fosse nacional, substituindo as economias regionalizadas vigentes. Essas mudanças nas economias inter-regionais certamente trouxeram consequências para as economias agrárias, especialmente, nesse caso de análise, para a economia do estado de Goiás.

Porém, mesmo com a industrialização, a expansão do mercado não destruiu de vez as formas tradicionais de produção no campo. Especialmente nas regiões de fronteiras⁴ - como Goiás pode ser caracterizado no período - foram criadas e recriadas formas não capitalistas de produção agropecuária. Além disso, a concentração fundiária nessas regiões continuou. Tais aspectos nos revelam, conforme Oliveira (2008), que há um processo de desenvolvimento desigual e combinado no Brasil, onde o moderno cresce, mas se alimenta do tradicional. Essa é a base da economia goiana desde a década de 1930. Desse modo, percebe-se que a integração entre agrário e urbano nesse contexto não ocorre de forma estanque.

Como dito anteriormente, o grande marco do Estado Novo foi a Marcha para o Oeste, que visava “preencher espaços vazios entre ilhas econômicas” (BORGES, 2000, p.10) em um momento de estímulo a industrialização no país. Goiás sofreu grande impacto dessa política, e

⁴José de Souza Martins em “Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano” (1997), formula a noção de fronteira, que vem do francês, denominando *front*. Observa que processos parecidos foram verificados em outros países como Estados Unidos, Austrália e Rússia, sempre denominando novas formas de ocupação. No Brasil, as fronteiras se definiram nas frentes pioneira e de expansão. Em poucas palavras, a frente pioneira se caracteriza justamente no momento histórico-político a partir da Marcha para o Oeste, e ela estabelece novas fronteiras econômicas. Após a frente pioneira, há a frente de expansão, ou seja, após a implementação de alguma política econômica na região, aquelas estruturas vindas pela ação estatal atraem mais pessoas e investimentos, com isso, tem-se a fronteira demográfica. Tudo isso, obviamente, não sem causar inúmeros desajustes às populações locais, sejam eles indígenas ou camponeses pelo choque cultural do avanço do capitalismo em regiões pré-capitalistas. Para maiores informações ver em: MARTINS, José de Souza. Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo. Editora Hucitec, 1997.

mesmo se mantendo agrário e tradicional transitando para o moderno, não pode ser caracterizado como um complexo periférico - como sugerem alguns autores (BERTRAN, 1978, p.113). Isso, pois desempenha papel importante no processo de reprodução ampliada do capital, fornecendo gêneros alimentícios a preços mais baixos ao Sudeste e também atuando como reserva de acumulação produtiva para expansão da economia capitalista brasileira. Assim, compreendem-se os ritmos diferenciados de acumulação nos diversos espaços econômicos no Brasil que estão integrados ao processo de produção de mercadorias. Dentro dessa perspectiva, a meu ver exagerada⁵, alguns autores chegam a afirmar que “o centro-oeste é uma invenção do Sudeste” (BORGES, 2000, p. 15).

Com a expansão e reorganização da cultura do café na segunda metade do século XIX, Goiás passa a fazer parte da economia exportadora desse, porém, de forma exterior, como produtor de gado de corte para o sudeste. Ao longo das primeiras décadas do século XX, com o desenvolvimento urbano de São Paulo, Goiás fornecia produtos agrícolas básicos para a região. Somente nos anos de 1950 o agrário passou a ser mercado para produtos industrializados, primeiro para bens de consumo, com o fim da autossuficiência no campo, pois, a partir de então, fora exigido do campo uma crescente especialização e maior produtividade para alimentar a indústria. Já nos anos de 1960 a integração inter-setorial se completa, tendo a indústria comandado todo esse processo e determinado até onde a agricultura poderia se expandir.

O pós-1930 no Brasil, pode-se dizer, corresponde a um novo padrão de acumulação, pois, na verdade, “o grande crescimento industrial do Sudeste só foi possível graças à existência de uma economia rural estruturada de modo a suportar e absorver os custos da acumulação do capital e da industrialização” (BORGES, 2000, p.18). Esse novo padrão de acumulação só teve seu respaldo no agro enquanto haviam terras a serem ocupadas. O aumento da produção se deu pelo aumento da área cultivada e não da produtividade, não havendo nesse momento absorção do progresso tecnológico. Ou seja, a expansão se deu na horizontal e incentivada pelo Estado, como vimos. Pode-se afirmar também que a expansão da agricultura brasileira do período se deu com a expansão da fronteira enquanto isso foi possível de ser feito, já que até a década de 1960 haviam fronteiras a serem ocupadas⁶. Segundo Borges:

⁵Barsanufu Gomides Borges em “Goiás nos quadros da economia nacional” (2000) faz essa afirmação. A obra trata-se da tese de doutoramento do autor defendida na USP e baseia toda a sua argumentação nesta perspectiva de que Goiás se desenvolveu a partir do Sudeste.

⁶Na teoria marxista, esta forma de ocupação, quando se muda de lugar para aferir uma maior renda, é chamada renda diferencial I, ou seja, que implica variações na renda de acordo com a localização e fertilidade do solo. Há

A produção de alimentos a preço baixo foi determinada não somente pela existência de uma massa de produtores com baixos níveis de subsistência, mas também pela possibilidade de expandir a produção na fronteira, seja interna ou externamente aos minifúndios e latifúndios existentes. A baixa remuneração do trabalhador rural deve ser explicada segundo o processo histórico da conformação da agricultura brasileira no qual o domínio do latifúndio permitiu a extorsão da renda do produtor direto que, por sua vez, transformou-se na base para uma produção agrícola extensiva e de baixa produtividade. Enfim, uma oferta de mão-de-obra rural em expansão associada à concentração da propriedade da terra, à ausência de legislação social no campo e à ampla fronteira agrícola “aberta” a ser conquistada, permitiram aumentar a produção agrária sem que os custos se elevassem. (BORGES, 2000, p. 22)

É necessário salientar que não há, a meu ver, um dualismo nessa questão. A interpretação dualista-cepalina da década de 1960 não se sustenta se pensarmos, conforme nos aponta Oliveira em “Crítica à razão dualista” e “O Ornitórrinco” (2008)⁷, que a sociedade

ainda a renda diferencial II, que é a exploração do solo com a intensificação da produção. Para David Harvey em “La teoría de la renta” (1990), a terra tem uma condição especial e sua transformação em mercadoria tem um problema para o capital, porque junto com a terra vai a natureza. A primeira condição específica da terra é que ela é um bem limitado, ou seja, que não é reproduzível como demais itens de consumo. Além disso, em cada local existem especificidades (onde não se pode desmatar, onde não se pode produzir determinados tipos de coisas, onde não é fértil, etc.) e essa já é sua segunda condição: além de ser um bem limitado, ela está localizada em locais específicos, ou seja, tem capacidade de produzir renda de localização e renda de fertilidade. De forma didática, pode-se assim tentar exemplificar o problema da renda de localização: na cidade duas casas podem ocupar o mesmo endereço, através dos prédios, no campo isso não é possível, pois cada terra tem sua localização específica, portanto, a renda de localização só pode ser obtida por aquele proprietário que a detém, produzindo um ganho extraordinário, para além do lucro médio. Os custos da produção estão calculados neste lucro médio, ou seja, o que todos os produtores podem conseguir, porém, como a terra não pode ser “transferida” como uma indústria, em algum momento os produtores, aglutinados em determinado local produzindo determinado tipo de produto não poderão mais permanecer ali, pois não haverá espaço. O ganho extraordinário neste caso, então, pode ser verificado no que se gasta no transporte dos produtos agrícolas. O capital pode eliminar esses ganhos extraordinários com investimentos em transporte para escoar a produção. O ganho extraordinário da renda de localização, portanto, é histórico, pode mudar e o capital tem condições de eliminar. O ganho extraordinário por fertilidade do solo também pode ser evitado pela tecnologia, com insumos, etc. E ainda com outra característica específica: na agricultura uma tecnologia não elimina a outra, ou seja, um adubo melhora a terra, ao passo que um outro pode melhorá-la ainda mais. Porém, por mais que se invista em tecnologias, se a terra for fértil, sempre se partirá de um patamar superior em relação aos demais. Mas existem duas formas de renda que não foram criadas pelo capital: a renda de monopólio e a renda absoluta. A de monopólio é o poder que o dono da terra tem de aferir renda porque detém o monopólio da terra, mas é dada em situações bastante específicas e constitui um problema para o capital, que precisa de liberdade para tramitar livremente. Neste caso, o proprietário da terra torna-se um “parasita”, no sentido clássico das denominações marxistas. A renda de monopólio acaba não sendo vantajosa, já que é mais rentável arrendar a terra. Ao arrendar, o proprietário exerce o papel do uso da terra e coordena o investimento capitalista, inclusive, cobrando rendas diferenciadas por produtos, proximidade de transporte ou qualidade do solo. Esse papel de coordenação pode, em determinados momentos se desorganizar, porque em algum momento o proprietário pode querer aferir uma renda para além da capacidade de produção da própria agricultura. Recorre-se à monopolização como uma forma de evitar que o mercado de terras fique descontrolado para o capital. Ver em: HARVEY, David. La teoría de la renta. In: Los límites del capitalismo y la teoría marxista. México: Fondo de Cultura Económica, 1990. p. 333-375.

⁷ Obra originalmente publicada em 1972 e reeditada em 2008, para dar respostas ao processo de expansão socioeconômica do capitalismo no Brasil discutido pela Cebap e visava pensar a economia brasileira pós-30, ou seja, pós-industrialização, visando revisá-la, contrapondo-se às posições da Cepal o dito “círculo vicioso da pobreza” (OLIVEIRA, 2008, p.30). Enxerga que as passagens de um sistema econômico para outro não estão excluídas do processo político. Critica também o termo “subdesenvolvimento”, afirmando que esta é uma forma capitalista e não-histórica, já que existiu em todos os períodos e locais e não é uma particularidade da América Latina. O problema das análises cepalinas, para o autor, é que o desenvolvimento sempre foi visto pelo âmbito externo e acabou virando um problema entre nações. O que ele propõe é: oposição entre desenvolvimento e crescimento é, na verdade, internamente, oposição de classes, pois há possibilidade de crescimento interno

brasileira não é simplesmente “produto do atraso”, como se afirmava. Aqui, o atraso e o moderno convivem, do que decorre a metáfora - cunhada por este autor - do ornitorrinco. Assim como esse animal “estranho”, cuja evolução da espécie não apagou seus traços primitivos (fazendo com que ele tenha em um mesmo corpo, várias idades de evolução), também no Brasil montou-se sobre o atraso um sistema econômico que tem setores mais avançados não apenas convivendo, mas, inclusive, funcionalizando esse atraso. Em suas análises que pretendem inferir sobre o Brasil no pós-1930, Oliveira constata que o Estado criou bases para o fim da economia agrário-exportadora, inclusive com leis trabalhistas, e também com o confisco dos lucros do café e maiores subsídios à indústria. Algumas interpretações do período enxergam, com base em uma argumentação liberal de “mercado livre”, que as leis trabalhistas nivelaram o salário mínimo por baixo, passando a não haver mais, inclusive, diferenciações entre trabalhadores mais qualificados. Isso só foi possível graças a um enorme exército de reserva vindo do campo, o que beneficiou a acumulação. Oliveira afirma que não há provas disso, pois, se os salários estivessem verdadeiramente acima, não teria como acumular, o que não aconteceu. Comparativamente a qualquer renda vinda do campo, o salário mínimo ainda era superior. Por isso, formula que a relação verdadeiramente significativa é a de salários urbanos e produtividade das áreas urbanas.

Nesse interim, há ainda a intervenção do Estado para fixação de preços que, em uma função planificadora, intervém para destruir o modo de acumulação para o qual a economia se inclinara “naturalmente”, criando e recriando as condições do novo modo de acumulação, colocando em oposição os preços do novo mercado e os preços sociais com o objetivo de fazer a indústria o quinhão mais rentável da economia. Com isso, tem-se a ampliação das funções do Estado – o que dura até JK – regulando preços do trabalho, investindo em infraestrutura, operando o confisco cambial do café para distribuir ganhos entre capitalistas, reduzindo preços das importações e expandindo o crédito; tudo isso para transformar a indústria em centro do sistema. O autor afirma ainda que tanto análises tidas como à esquerda como à direita erraram ao nomear isso apenas de estatismo sem se perguntar a quem de fato estavam servindo todas essas medidas.

Com isso, a agricultura passa a ter uma nova e importante função. É preciso mantê-la viva para suprir as necessidades de bens de capital e intermediários, além do fornecimento de produtos destinados ao consumo interno para suprir as massas urbanas, não aumentar os

mesmo fora da divisão internacional do trabalho e o pós-30 no Brasil comprova isso pois articula interesses de determinada classe interna com determinada classe externa. A teoria do subdesenvolvimento foi própria para o populismo para suprimir o debate da luta de classes (OLIVEIRA, 2008, p.34).

custos de alimentação dessas e não obstaculizar o processo de acumulação urbano-industrial. Com isso, percebe-se, mais uma vez, porque só podemos falar em uma discussão sobre “questão agrária” a partir de 1930, afinal, na passagem da economia agroexportadora para a urbano-industrial ela é ponto fundamental para a reprodução das condições capitalistas. Soma-se a isso um enorme contingente de mão-de-obra, uma oferta elástica de terras e ação do Estado em infraestrutura e apreende-se a expansão horizontal da ocupação, gerando acumulação primitiva⁸, que tem a expropriação do campesinato como uma de suas condições prévias para ocorrer. Sobre isso há que se ressaltar que no Brasil há uma questão particular, pois não se expropria a propriedade, mas sim o excedente que se forma pela posse transitória da terra. Essa posse transitória opera-se quando o trabalhador prepara a terra para suas lavouras temporárias de subsistência e prepara para as lavouras permanentes do proprietário, havendo assim a transferência do trabalho morto para as atividades do proprietário, o que rebaixa o valor dos produtos para serem vendidos aos centros urbanos, aumentando a acumulação urbana. Também por esse motivo os gêneros alimentícios são produzidos em zonas de ocupação recente (fronteiras).

O Estado, ao impedir que cresçam os custos da produção agrícola em relação à industrial, tem importante papel no custo da reprodução da força de trabalho urbana, pois rebaixa o custo da alimentação e forma um proletariado rural que serve às culturas comerciais do mercado interno e externo. O crescimento industrial permitiu às atividades agropecuárias manterem seu padrão primitivo baseado na alta taxa de exploração da força de trabalho. Além do que, com o proletariado rural, pacificaram-se os conflitos de proprietários de terra, sem garantir direitos a esses trabalhadores. Tal industrialização, inclusive, sempre se dá visando a acumulação, e não o consumo. Em um primeiro momento começou-se a produzir bens de consumo não duráveis para classes populares; depois bens de consumo duráveis, intermediários e de capital, mas sempre pela acumulação.

Assim, percebe-se que não há o “moderno” e o “atrasado” na dualidade urbano e rural, e sim a particularidade do caso brasileiro, o que L. Trotsky já havia formulado como “desenvolvimento desigual e combinado”, apropriado por Oliveira:

[...] a expansão do capitalismo no Brasil se dá introduzindo relações novas no arcaico e reproduzindo relações arcaicas no novo, um modo de compatibilizar a acumulação global, em que a introdução das relações novas no arcaico libera força de trabalho que suporta a acumulação industrial-urbana e em que a reprodução de

⁸ Importante ressaltar que, para o autor, o processo de acumulação primitiva não existe apenas na gênese do capitalismo, como se propagara as teorias recorrentes. “Em certas condições específicas, principalmente quando esse capitalismo cresce por elaboração de periferias, a acumulação primitiva é estrutural e não apenas genética” (OLIVEIRA, 2008, p. 43).

relações arcaicas para os fins de expansão do próprio novo (OLIVEIRA, 2008, p.60).

Goiás, portanto, insere-se dentro desse novo padrão de acumulação como uma fronteira a ser ocupada favorecendo o aumento da produção de alimentos para a população urbana do Sudeste. É importante ressaltar que, embora no discurso o governo tenha tentado incentivar as pequenas propriedades, no processo de ocupação nas regiões de fronteira, essa teve vida curta, já que logo era incorporada pela própria expansão agropecuária, favorecendo, mais uma vez, os setores agrários tradicionais. Além disso, para a ocupação de lotes nas áreas da CANG, por exemplo, alguns incentivos foram prometidos (orientação técnica e assistência financeira), porém nunca cumpridos, fazendo com que pouco tempo depois, tendo usado a técnica tradicional de manejo da terra que sabiam e era tradicional e depredatória, a coivara⁹ (que em pouco tempo deixa o solo sem nutrientes e, sem condições de se manterem na terra), muitas famílias tenham vendido ou mesmo renunciado sua condição de proprietário para o latifúndio. Já em 1950 a CANG estava em crise, que logo depois a levaria à ruína.

À parte desse abandono em relação aos pequenos proprietários, as ações do Estado tiveram inegável importância na ocupação do espaço regional, porém, de forma direcionada a alguns grupos, com grandes investimentos em construção civil e infraestruturas viárias, gerando lucros a empreiteiras e valorização de propriedades rurais.

Alguns outros elementos também podem ser levantados para a questão da ocupação das fronteiras. Uma delas é que, além da demanda dos setores urbanos, como vimos, havia uma demanda vinda dos militares, que buscavam estabelecer áreas de segurança nacional. Nesse sentido, também foi criada na região a Fundação Brasil Central que visava proteção de áreas cortadas pelos rios Araguaia e Tocantins, que à época faziam parte de Goiás. A abertura de caminho para ocupação da Amazônia previa a introdução nestes lugares e, inclusive, abrindo passagens sob terras indígenas. Para tal, a Fundação Brasil Central levava para as regiões escolas, hospitais, vias de transporte e comunicação e programas de combate a endemias.

Todos esses foram programas e perspectivas para o campo durante o período do Estado Novo (1930-1945), do governo de Getúlio Vargas na presidência e do interventor Pedro Ludovico Teixeira em Goiás (também de 1930-1945). A partir do governo de Eurico Gaspar Dutra (1946-1950), novos pontos de vista foram colocados, de caráter mais liberal,

⁹ Técnica agrícola que se inicia com derrubada da mata nativa, depois a queima da vegetação para depois plantar vários tipos de produtos. Leva ao rápido esgotamento do solo.

inclusive para o campo. As ocupações e colonizações passaram a ser direcionadas para serem feitas primordialmente por empresas privadas. Além disso, especificamente em Goiás, em 1949, a Conferência Nacional de Colonização, realizada em Goiânia naquele ano, determinava que a meta deveria ser modernizar a agricultura e não só o aumento populacional; para tal, visavam a prioridade de incentivo para imigração estrangeira para a região (“[...] o avanço da fronteira deveria ser implementado preferencialmente com imigrantes estrangeiros de um nível sociocultural superior ao dos agricultores nativos” [BORGES, 2000, p.81) e a incrementar a ocupação da terra de forma empresarial, transformando a terra em meio de investimentos de capital. Vale lembrar que até esse período as fronteiras permaneciam abertas, ou seja, ainda havia terras a serem ocupadas em Goiás. Isso começa a se fechar no início da década de 1960, quando a terra, para os latifundiários, perde seu papel produtivo e assume o de reserva de valor ou meio de acesso à outras formas de riqueza a ela associados, ou seja, o fechamento não se deu pela ocupação efetiva de todo o solo, mas sim para garantir a propriedade privada, sobretudo a pecuária extensiva.

No campo político institucional, após o Estado Novo, Dutra assume a presidência em 1946, há um novo governo de Getúlio Vargas (1951-1954), de Café Filho (1955-1956) e o de JK (1956-1961). Particularmente o de Juscelino Kubistchek impacta Goiás, sobretudo com a construção de Brasília. Em Goiás, após o Estado Novo, o estado passou por alguns interventores e depois foi governado por Jerônimo Coimbra Bueno (1947-1950), novamente Pedro Ludovico (1951-1954), José Ludovico de Almeida (1955-1959), José Feliciano Ferreira (1959-1961) e Mauro Borges (1961-1964) até o golpe. Veremos com maiores detalhes as principais medidas de alguns desses, principalmente em relação ao campo.

1.5) A economia em Goiás de 1930 a 1960

Como dito anteriormente, Goiás no século XVIII tinha como principal atividade econômica a mineração. Com a crise desta, a economia do Estado se tornou essencialmente agrária, com baixo índice de circulação monetária. Até o início do século XX a falta de meios de transporte e comunicação dificultava a circulação de produtos, com exceção da pecuária, que já era exportada para o Centro-Sul e Norte-Nordeste, porém, em outras condições. Vejamos agora como se deu o desenrolar da economia do Estado.

Pode-se dizer que a pecuária foi a grande responsável pela ocupação de Goiás, já que a mineração era localizada em algumas cidades específicas e a agricultura só se desenvolveu nas primeiras décadas do século XX. Com a implantação de transporte ferroviário (Estrada de

Ferro Goyaz, que demorou quase meio século para ser construída e fez 400 km de trilhos no estado) possibilitou a inserção do sul do estado no mercado, já que ela vinha do Triângulo Mineiro e passava pelas cidades de Catalão, Pires do Rio, etc., até Anápolis.

Alguns teóricos da geografia indicam que a ocupação econômica de Goiás se deu por modalidades, de acordo com as regiões. Nas áreas de cerrado havia a presença do gado em pecuária extensiva e nas áreas de vales e zonas de matas havia agricultura e extração de madeira. A agricultura em Goiás manteve-se como economia do excedente até o início do século XX. Em sua maioria era praticada na forma de subsistência e a troca de produtos era feita de forma secundária. Essa maneira de praticar a agricultura era através de lavouras familiares com técnicas primitivas e predatórias, que exauriam o solo, fazendo desta uma atividade itinerante (veremos mais à frente como essa forma faz parte do ciclo camponês), permitida graças à grande extensão de terras livres.

Os meios de transporte, até a data da implantação da ferrovia, eram carros de boi e tropas, e isso se tornava um grande empecilho para o desenvolvimento agrícola. Com esse tipo de transporte, gastava-se, dependendo da região do estado, mais de 15 dias para se chegar à Araguari-MG, única cidade próxima que até então tinha estação ferroviária. Por esse motivo ficava muito caro vender o produto e muitas vezes deixavam-no apodrecer nas roças. Outro problema era a falta de mercado interno.

Percebe-se o quanto a industrialização do Sudeste foi importante para Goiás, como explicitado no tópico anterior, pois ela – somada à nova infraestrutura de transporte que começava a chegar - significava avanço da fronteira e uma economia de mercado para o Centro-Oeste. A partir de então, Goiás inicia uma fase lenta e desigual de diversificação e especialização de atividades agrícolas. Após 1930 o estado recebeu muitos mineiros e paulistas em busca de terra barata. O norte do estado, hoje Tocantins, recebeu muitos vindos das regiões Norte e Nordeste por esse mesmo motivo. Eles seguiam ocupando os vales dos rios.

Com a estrada de ferro e as rodovias que ligavam ao Sudeste, ao lado da pecuária de corte, a agricultura também começa a se organizar como atividade mercantil. O primeiro produto que começa a ser exportado em escala considerável é o arroz, que já era bastante cultivado nas regiões de matas de forma tradicional e para subsistência, passando depois a atender às demandas da população pobre do Sudeste. O grão era levado com casca para cidades da zona ferroviária e lá era beneficiado e exportado. Essa forma de exportação não era muito lucrativa para os agricultores, pois havia pessoas (em sua maioria sírios e libaneses, que

controlavam esse comércio nas cidades dos trilhos) que compravam dos agricultores a preços baixos na safra e vendiam na entressafra, lucrando muito mais. Isso muda a partir de 1935, quando cerealistas de Anápolis passam a controlar esse comércio.

Em 1960 Goiás já ocupava o 4º lugar na produção de arroz, o que correspondia a 10% da produção de todo o país (BORGES, 2000), perdendo apenas para São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais. Depois do arroz, o segundo produto em importância na produção agrícola do estado era o milho, porém, esse era quase todo consumido na alimentação de animais. Produzia-se também café, com relativa importância (5º lugar no Brasil).

Borges (2000) afirma que mesmo com as transformações e especializações, a agricultura permanecia tradicional. Apenas em 1940 registra-se aumento da produção e início da mecanização no sul do estado, porém o auge, como veremos, foi a década de 1960. Quando ocorre a tecnificação em Goiás, essa se dá inicialmente no vale do Paranaíba (cidades de Itumbiara, Goiatuba, etc.) com máquinas para agricultura de exportação, especialmente nas lavouras de arroz. Isso porque o desenvolvimento do processo produtivo no estado se deu de forma diferente nas regiões, revelando a heterogeneidade deste, com diferentes processos produtivos convivendo espacialmente.

Após 1940 há uma recomposição do espaço agrário, com o avanço da fronteira para a região do Mato Grosso goiano (cidades de Rio Verde, Santa Helena, Jataí, etc.), no sudoeste do estado. Nesse período, com a construção de Goiânia, com o ponto final da ferrovia em Anápolis e com o início da construção de rodovias, a região da zona da estrada de ferro (Catalão, Ipameri, Pires do Rio) começa a estagnar (alguns chamam de “decadência”)¹⁰.

Um dado interessante de se observar é que a agricultura goiana nesse período sempre oscilou entre momentos de expansão e retração e seu crescimento se deu mais por incorporação de novas áreas do que por aumento de produtividade nas áreas já cultivadas. Essa instabilidade também era causada pela irregularidade de chuvas, pela exaustão do solo ou pela flutuação de preços primários, além dos problemas com a dificuldade de escoamento, instabilidade do mercado e falta de política de crédito ao produtor (situação enfrentada em todo o Brasil, pois, segundo Borges, a política populista apostava no crescimento natural da produção extensiva). Além disso, até esse momento, a agricultura era uma atividade pobre e exercida pelo pequeno produtor (em sua maioria parceiros, meeiros e posseiros) e as linhas de crédito eram para grandes proprietários que se dedicavam à pecuária. Para tentar solucionar isso, mas apenas no final da década de 1950, cria-se a ACAR (Associação de Crédito e

¹⁰ Para mais detalhes, ver: CHAUL, Nasr Fayad. In: História política de Catalão. Goiânia-GO: Editora UFG, 1994. No capítulo II o conceito de “decadência” será problematizado”.

Assistência Rural de Goiás), entidade da sociedade civil que reunia produtores de Goiânia, Ceres e Anápolis e prometia empréstimos “sem as burocracias do Banco do Brasil e outras instituições financeiras”.

A partir de 1940, Goiás passa por um fenômeno que ficou conhecido na historiografia como “pecuarização da lavoura”, quando ocorre êxodo da população das regiões servidas pela ferrovia. Já na década de 1950 um novo êxodo ocorre, quando áreas de lavoura são transformadas em áreas de criação de gado (veremos com mais detalhes como isso impacta o estado, sobretudo no conflito de Trombas e Formoso, a seguir). Esse processo foi acompanhado pelo aumento da propriedade fundiária, com a terra sendo transformada em reserva de valor e o pequeno produtor sendo expulso para zonas de fronteira.

O crescimento das lavouras se deu principalmente na região sudoeste do estado, que tinha terras mais férteis. Por isso, essa região foi exceção na refuncionalização do campo neste período, pois manteve o crescimento da produção de arroz, milho, café, fumo, sobretudo na cidade de Rio Verde. Apesar desse crescimento, a principal atividade do estado ainda era a pecuária.

Um dos principais motivos apontados para a permanência da pecuária é o fato de que o gado se locomove em manadas, pelas estradas, enquanto o agricultor necessitava do transporte para escoar seus produtos. Outra questão é que o arroz, como dito, produzido por meeiros, arrendatários e posseiros é uma cultura de desbravamento, que limpava o terreno e o deixava mais fácil para implementação de pastos para a pecuária, quando o solo já se encontrava exaurido.

Com a construção de Goiânia, depois de Brasília e o crescimento de Anápolis, a agricultura passou também a se organizar para atender este crescimento urbano e abastecer as cidades com gêneros alimentícios. A partir de 1960 a agricultura passa a uma nova fase, que estudaremos em mais detalhe ao longo deste capítulo, pois com a modernização conservadora implementada pela Ditadura, há um novo padrão agrário no Brasil e Goiás passa a atender também a um mercado internacional com culturas de exportação como soja, milho e algodão.

Quanto à pecuária, como dito, mesmo com o avanço da agricultura, essa permaneceu sendo o alicerce da economia agrária regional. A partir da segunda metade do século XIX, com a expansão do café no oeste paulista, Goiás se especializou em produção e exportação de gado de corte para o Centro-Sul. O gado em Goiás veio trazido por paulistas, mineiros, baianos e piauienses e, em menores quantidades, também do Pará e Maranhão. Os que vieram

de São Paulo e Minas Gerais percorreram os mesmos caminhos trilhados pela rota do ouro do século XVIII.

Um dado importante sobre a pecuária diz respeito ao baixo capital exigido para sua reprodução. Além disso, o planalto central tinha clima, vegetação e topografia ideais para a atividade pastoril. As pastagens naturais do Cerrado significavam maior redução ainda dos custos para os criadores.

No período em que as fronteiras ainda estavam abertas e havia terras devolutas, a pecuária tinha grande probabilidade de se desenvolver. Ademais, era uma atividade que ainda permanecia com os mesmos moldes do início do século. Relatos de Hugo de Carvalho Ramos (contista e poeta goiano, que viveu até 1920 e escreveu sobre o estado de Goiás) revelam que as mesmas formas ainda eram utilizadas:

Em pontos mais ou menos distanciados de sedes de municípios [...] existem as chamadas fazendas de criação. Os seus proprietários, quase sempre ricos homens ou chefes políticos de prestígio, vivem comumente nas cidades; não possuem apenas uma ou duas fazendas, mas quatro e cinco e às vezes mais. Lá aparecem somente na época das vaquejadas, quando se tem em vista fazer as contagens das crias do ano, a sua 'fêrrea', tirar a 'marca de tala', remuneração do vaqueiro, que substitui e faz com absoluta fidelidade as vezes do chefe. A cultura da terra ali é mínima, senão nula, limitadas apenas aos gastos do pessoal. Disso se incumbem dois ou três camaradas, em 'furados' de mata enxuta, ao pé dos morros. O passadio consta habitualmente de carne seca [...] que se come com pirão de leite frio e farinha de milho. Uma engenhoca produz a rapadura; o café, o sal, outras miudezas vêm da cidade ou são adquiridas no lugar mais próximo. Toda a vida se resume na criação do gado e de manda cavalari. (RAMOS, 1918, p.36)

O único problema para a pecuária era o sal para alimentar o gado, que chegava caro por causa dos relatados problemas com transporte. O gado era criado solto e as principais espécies eram: "curraleiro" ou "pé duro", vindo desde a colonização, depois o zebu introduzido no Triângulo Mineiro e Goiás nas últimas décadas do século XIX, em seguida as raças indianas gir e guzerá (essas, cruzadas com raças nativas originaram a raça indubrasil, que se adaptou bem ao Cerrado) e, por último, o nelore, a partir da década de 1960 (BORGES, 2000).

Em 1950 Goiás tinha 4 milhões de cabeças de gado (o que representava quatro bovinos por habitante), e esta atividade representava 60% da renda do estado (BORGES, 2000, p. 110). A ideia de "vocação pastoril" interessava os grandes fazendeiros que controlavam o poder local e monopolizavam a posse e a propriedade da terra. A pecuária extensiva era a forma de ocupar e dominar grandes áreas.

Vários fatores dificultavam a modernização do setor e o transporte é uma delas, já que a locomoção do gado em manadas, pelas estradas, (praticada até a década de 1960) gerava grandes perdas e faltavam frigoríficos no estado. Além disso, poucas empresas de São Paulo e

Minas Gerais compravam o gado, o que fazia o preço de monopólio. Alguns fazendeiros destes estados compravam o gado para engorda. Depois, alguns fazendeiros goianos também passaram a ter invernadas de engorda em Barretos-SP ou outras cidades daquela região.

A solução dos problemas da pecuária regional passava pela industrialização local do boi, pois, antes disso, a forma tradicional e semindustrial que era utilizada era o charque. Goiás tinha sete charqueadas nas cidades da região da estrada de ferro, porém, esse negócio não era muito lucrativo, pois a demanda maior era por “carne verde”. O consumo de charque era em sua maioria apenas do Nordeste, porém, para chegar lá tinha que ir primeiro para o Rio de Janeiro ou São Paulo para depois ser re-exportado. Posteriormente, com as rodovias, esse problema é solucionado, com a possibilidade de transporte do gado em caminhões. Porém, a necessidade de frigorífico não fora atendida, já que a promessa de Getúlio de fazer o “Grande Frigorífico Nacional do Brasil Central”, um empreendimento estatal, nunca se concretizou. Isso levou os criadores, em 1941, a criarem a Sociedade Goiana de Pecuária (SGP) para pressionar o governo e para reduzir a crise no setor. Reivindicavam medidas financeiras e fiscais para socializar perdas. Essa organização obteve resultados, pois em 1950 foram perdoadas dívidas dos pecuaristas que vinham se arrastando desde o Estado Novo.

Com a modernização conservadora e as mudanças na estrutura agrária no país, a pecuária teve papel importante, inclusive nos conflitos de terra, como veremos a seguir.

1.6) Organizações de trabalhadores rurais no Brasil até o início da década de 1960

Leonilde Sérvalo Medeiros¹¹ publica em 1989 uma obra importante no que diz respeito à investigação dos movimentos de luta pela terra no Brasil. Em “História dos Movimentos Sociais no Campo”, a autora afirma que o campo sempre foi visto como local da miséria, atraso e violência, e seu estudo quer contribuir para fazer perceber os trabalhadores rurais como sujeitos coletivos, “conferindo-lhes passado e genealogia” (MEDEIROS, 1989, p. 13) em um claro intuito de também servir como aporte para trabalhadores rurais e assessores nas lutas pela terra.

José de Souza Martins também afirma que a história brasileira, mesmo vista pela esquerda, é a história urbana e/ou “dos que mandam” e, neste contexto, o trabalhador rural é sempre tomado como passivo, submisso e alguém que não pensa por si. Visando, então, contrapor esse posicionamento, faz-se necessário uma breve explanação dos movimentos

¹¹Professora do Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA), da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

sociais no campo, especialmente em Goiás, pois, se estamos investigando o tecido social que permitiu a formação da UDR e sua atuação particular no estado, a sua articulação se deve muito ao que esses sujeitos coletivos propunham a algumas décadas, reivindicando Reforma Agrária e demais direitos. Além disso, como dito anteriormente, apesar desse capítulo centrar seu foco de análise no Estado, esse é compreendido como ampliado, alvo de disputas e em constante interação com a sociedade civil.

A partir do ano de 1945 os movimentos no campo tendem a se generalizar e perdem seu caráter local¹². No período surgem propostas políticas diversas que vinculavam a realidade do trabalhador rural com projetos de desenvolvimento para o país, trazendo à tona bandeiras como direitos trabalhistas, previdência social e principalmente Reforma Agrária. Como vimos, esse é um momento de intensas transformações no país, que acabara de sair do Estado Novo que havia incentivado a industrialização e redefinido o papel da agricultura. Depois, com a política do desenvolvimentismo, a realidade no campo continua passando por intensas transformações, mudando inclusive denominações correntes dos trabalhadores nessas áreas, que não são mais chamados de colonos ou parceiros e sim de camponeses.

Entre 1945 e 1964 surgem as primeiras organizações dos trabalhadores rurais no Brasil em seu “ensaio democrático”. A partir de 1950 a industrialização se firmou e ganhou dinâmica própria. A agricultura ainda era muito voltada para exportação e a produção de alimentos feita por pequenos produtores não estava atendendo satisfatoriamente as demandas da cidade e, por esse motivo, era unanimidade entre os que formulavam sobre a questão agrária no Brasil que a agricultura deveria se adequar às demandas do país, porém, os caminhos apontados para tal eram diversos. Vale ressaltar que mesmo com todas as transformações ocorridas nos padrões de acumulação e políticas econômicas, as oligarquias não haviam sido excluídas do poder político, pelo contrário: mantinham forte presença no Congresso, garantindo-lhes políticas econômicas específicas e mantendo o controle da propriedade da terra resguardado do ponto de vista legal. Tanto que até 1963, data do Estatuto do Trabalhador Rural, esses não tinham garantido sequer os mínimos direitos dos trabalhadores urbanos, conquistados desde o início da década de 1940.

Na redemocratização política de 1945 surgiram – ou começaram a ter visibilidade na imprensa da época – movimentos organizados de trabalhadores rurais que emergiram como força política exigindo direitos e questionando os poderes mantidos nas estruturas do Estado.

¹²MEDEIROS (1989) compreende que há no Brasil registros de primeiras lutas no campo que não são devidamente valorizados como os quilombos formados por escravos ou os movimentos tidos como de caráter messiânico, como Canudos e Contestado, que, sob a pecha de fanatismo religioso, nunca receberam a devida importância do ponto de vista político.

Assim, tem-se que: trabalhadores de grandes plantações - sobretudo as de café, cana e cacau, localizados principalmente em São Paulo, Bahia e Pernambuco - começam a se mobilizar contra os baixos salários, proibição de plantio nas “ruas” dos cafezais, jornadas extensas, ausência de direitos trabalhistas de uma forma geral, sobretudo, da falta de assistência previdenciária. Em algumas dessas mobilizações, além de greves no campo, os trabalhadores também entravam com ações na justiça cobrando direitos trabalhistas. Essas ações ao longo de toda a década de 1950 foram importantes, pois criaram jurisprudências. Porém, há que se lembrar que essas relações nem sempre eram propriamente de assalariados, sendo bem mais complexas, com situações como aluguel de barracões para morar nas fazendas e o cultivo de produtos tanto para comercialização quanto para a própria sobrevivência.

No caso dos trabalhadores arrendatários, parceiros e meeiros, as lutas eram em sua maioria pela redução das taxas de arrendamento ou para permanência na terra, já que o arrendamento era a forma utilizada para formação de pastos, onde o trabalhador preparava a terra para tal e depois era expulso dessa, casos frequentes em Goiás, como a Luta do Arrendo em Orizona-GO em 1950, em que os trabalhadores lutavam contra as sobretaxas de arrendamento cobradas pelos donos das terras em torno de 50%, enquanto a Constituição Federal determinava que essas não poderiam ultrapassar os 20%. Nessa luta, os trabalhadores, em princípio, saíram vitoriosos, e as taxas foram diminuídas, porém, nos anos seguintes, os que participaram das mobilizações não arrumaram mais trabalho nas fazendas da região (LOUREIRO, 1982).

Outra modalidade de trabalhadores rurais que está diretamente ligada à expansão da fronteira agrícola é a dos posseiros em luta contra grileiros, principalmente em São Paulo, Paraná (Guerrilha de Porecatu em finais dos anos de 1940), Rio de Janeiro, Espírito Santo e, no tocante a essa pesquisa, Goiás.

Quanto às formas de organização desses trabalhadores durante a década de 1950, estas variavam de acordo com suas modalidades, ocupações e regiões. Foram organizados sindicatos rurais e alguns desses conseguiram ser reconhecidos ainda nesta década, porém, eles representavam apenas os que já eram assalariados e era basicamente uma estratégia de luta para exigir direitos da CLT. As associações eram criadas geralmente por posseiros, arrendatários e meeiros que lutavam contra despejos, pelo aumento da renda e demandas fundiárias. Durante esse decênio também começam a ser realizados congressos de trabalhadores rurais nos estados. Em Goiás ocorre o I Congresso Camponês Goiano em 1951

com 146 delegados de 18 municípios e lá é fundada a União Camponesa de Goiás (MEDEIROS, 1989, p. 36).

Como único partido de esquerda da época, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) teve grande importância nas lutas dos trabalhadores rurais. Com o Estado Novo e as prisões de seus militantes ocorridas a partir de 1935, o partido só se reergueu em 1943, passando a almejar se transformar em um partido de massas e não mais de quadros e, para isso, passou a buscar maior aproximação com os trabalhadores rurais. O grande problema para o PCB advinha da tese de que o Brasil era feudal. Essa argumentação tinha por base o latifúndio, que, segundo tal interpretação, impedia os camponeses de se constituírem como mercado interno, por isso, a extinção do latifúndio seria uma necessidade para o desenvolvimento do capitalismo brasileiro. Em uma visão etapista do processo histórico, os militantes do partido acreditavam que, com alianças com a burguesia para implementação do capitalismo no Brasil, teriam o apoio de todas as classes. Na perspectiva de buscar alianças entre proletariado urbano e o campesinato, a Conferência do partido, em 1946, deliberou pela ampliação da organização das massas camponesas e, para isso, começaram a levantar reivindicações mais imediatas e menos radicalizadas. Porém, em 1947 o partido é colocado na ilegalidade de novo, o que faz com que suas ações diminuam. Contudo, as organizações por ele organizadas sobreviveram, e outras foram criadas. Posteriormente, o PCB muda novamente sua linha política, estimulando a ocupação de terras, passando até a admitir a luta armada no campo. Porém, nem sempre os trabalhadores rurais assimilavam essas orientações do partido, como foi o caso em Orizona. Já em Porecatu, no Paraná, a luta armada ocorreu.

A partir de 1953 este mesmo partido, seguindo novamente as orientações internacionais dos demais partidos comunistas que haviam realizado a I Conferência de Trabalhadores Agrícolas em Viena naquele ano, realizou encontros de trabalhadores agrícolas com o objetivo de criar uma organização que superasse o isolamento das lutas no campo, de forma que em 1954 nasce a ULTAB (União dos Trabalhadores Agrícolas do Brasil).

Além da ULTAB, as Ligas Camponesas também tiveram bastante repercussão durante a década de 1950 nas lutas no campo no Brasil. Surgidas a partir da resistência à expulsão de “moradores de condição” e foreiros (pessoas que trabalhavam dois dias de graça em troca de casa para morar e um lote na fazenda. Esses dias que são dados ao dono eram chamados de “cambão”) do Engenho Galileia, em Pernambuco, em 1955, as Ligas tiveram seu foco de atuação especialmente no Nordeste, dadas essas condições explicitadas. Um de seus principais líderes foi Francisco Julião, deputado estadual e advogado que defendeu os foreiros. À época

fora formado um comitê suprapartidário de apoio às famílias desse engenho que tinha duas frentes de atuação: a jurídica e a política. O Congresso de Salvação do Nordeste, realizado em Salvador também em 1955 com a presença de políticos, representantes do comércio, indústria, agricultura e intelectuais, começara a pensar os problemas do Nordeste não só como resultado de problemas naturais, como a seca, mas também com teor político e social. Esses dois marcos (congresso e comitê de apoio) são considerados o início das Ligas Camponesas, juntamente com marchas, como a de Recife em 1959, que comemorou a desapropriação do Engenho Galileia.

No bojo dessas primeiras organizações da década de 1950, uma delas teve grande destaque nacionalmente e importância política para Goiás: a luta dos posseiros em Trombas e Formoso.

1.7) Trombas e Formoso: Goiás na década de 1950

“Trombas e Formoso”, como ficou conhecido esse movimento, diz respeito às lutas que ocorreram no meio norte goiano na década de 1950, especificamente no município de Amaro Leite, comarca de Uruaçu-GO, no distrito de Formoso e na vila de Trombas ou, mais especificamente ainda, diz respeito aos processos de ocupação e disputa pela posse das terras das fazendas Bonito (também conhecida como Formoso e Santa Tereza) e Fazenda Onça, às margens do ribeirão Trombas, nesta mesma região, que famílias ocupavam desde a década de 1940.

O conflito de Trombas e Formoso é um marco na historiografia das lutas no campo em Goiás por diversos motivos. Na década de 1950 e primeira metade da década de 1960 houve várias lutas por terra na região, no início, ocasionadas pelo incentivo à ocupação do Oeste e depois pela construção de estradas e de Brasília, o que reconfigurou o estado. Isso porque no final da década de 1940 e início de 1950 aumenta também o número de posseiros no estado, frutos do fluxo migratório¹³ da CANG, de outras regiões de Goiás e do Nordeste. Esse conflito específico é marcado pelo embate de interesses, onde, de um lado, os camponeses buscavam sua autonomia e, do outro, os criadores de gado buscavam áreas para pastagem dos animais, tendo particular interesse nas áreas onde estavam os posseiros, já que as margens de córregos

¹³Interessante notar que o fluxo migratório fazia parte do ciclo camponês em busca de melhores condições de vida, saindo das condições de arrendatários ou demais relações exploratórias em uma região e indo para outras. Muitas vezes a migração precedia a expulsão das terras onde estavam. O deslocamento para a fronteira era uma perspectiva constante destes camponeses. Como havia notícias de que tinha uma promessa do governo de Goiás de que haveria terras para quem quisesse produzir, isso atraiu muitos camponeses em busca de sua condição de “ser pessoa”. Esta perspectiva é apontada em diversos depoimentos dos posseiros. (MAIA, 2008).

eram usadas para o gado também. Tais latifundiários reivindicavam a terra de acordo com a capacidade de seus animais pastarem. Em um primeiro momento, esses dois interesses não entravam em conflito, já que era o camponês que preparava a terra¹⁴ e o latifundiário poderia captar a renda. Porém, a cobrança do arrendo foi a base para os primeiros conflitos, já que havia uma especificidade destes camponeses que, majoritariamente (cerca de 70%), vinham de uma experiência anterior nessas condições e tinham ido para lá justamente com a intenção de buscar maior autonomia e fugir da condição de agregados, atendendo ao chamado do governo para ocupação de terras no sertão. Portanto, a consciência de classe daqueles trabalhadores, adquirida através de suas experiências anteriores (e também da própria forma de reprodução material destes, baseada no trabalho familiar e na solidariedade, como os mutirões), foi responsável pela articulação de suas lutas. Ao contrário de demais análises sobre esse conflito, Maia (2008) afirma que não havia intenções individualistas ali, mas, sim, uma “construção mediada pela experiência de exploração e pelo processo diferenciado de ocupação de terras” (MAIA, 2008, p. 255), buscando sua autonomia de produção.

As lutas em Trombas e Formoso geralmente são designadas em duas fases: a primeira chamada de legalidade (1951-1954) e a segunda dos confrontos armados. As lutas na fase dita “da legalidade” – inclusive com a ida de José Porfírio (apontado como principal líder do movimento) ao Rio de Janeiro buscando interlocução na Presidência da República – na verdade não eram movidas pelo desejo individual dos camponeses e sim para garantir que aquelas terras que foram ocupadas eram do Estado, portanto, estavam devolutas e poderiam ser reproduzidas as formas da agricultura camponesa. Neste sentido, pode-se dizer que as lutas em Trombas questionavam interesses que não estavam necessariamente ali presentes, pois buscavam ampliar o conceito sobre propriedade da terra. Tentando sair da condição de arrendatários, o entendimento desses camponeses era de que se pagassem o arrendo estariam admitindo que a terra tivesse dono, e eles queriam provar o contrário. Também não lhes

¹⁴Por conta, justamente, deste fluxo migratório, há um ciclo definido por Woortman de exploração da terra de transformar o mato em roça, que depois se torna capoeira fina, depois capoeira grossa e por fim roça novamente. Apenas quando a terra se encontra esmorecida é que é abandonada em busca de um novo lugar. É neste momento que os fazendeiros aproveitam desta exploração para fazer pastos para o gado. Por esse motivo, as terras livres (que não queria dizer sem a presença do homem, e sim, que eram ocupadas com base no trabalho e não na posse continuada. Essa perspectiva, inclusive, vigorou no Brasil em todo o período colonial e imperial, pois remete às Sesmarias, onde a ocupação da terra era condicionante para confirmação da propriedade) ou “terras soltas” eram tão importantes para a reprodução deste ciclo camponês. Para maiores detalhes ver em: WOORTMANN, Ellen F.; WOORTMANN, Klaas. O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.

interessava pagar pela terra “duas vezes”, para o fazendeiro e para o Estado”¹⁵, e sim provar o caráter devoluto dessas.

As mudanças no processo de ocupação econômica das terras foram articuladas com a possibilidade de integração da região ao mercado e valorização das terras, tornando-as renda capitalista para o mercado (MAIA, 2008). Só que, para que isso acontecesse, eram necessárias às titulações das terras, tornando-as confiáveis para o mercado. Isso significava que os criadores de gado precisavam dos títulos das terras e, para isso, usariam da grilagem¹⁶ para os conseguirem.

O Estado, especificamente nestes conflitos, esteve vacilante em diversos momentos, graças às ações mais contundentes dos camponeses. Compreendemos aqui o Estado como “um espaço de articulação de interesses diversos que compunham as classes no poder” (idem, *ibidem*). Mas até mesmo em suas “vacilações”¹⁷, acabaram garantindo os interesses da classe dominante. Por isso, a vitória final dos posseiros, com seus títulos de terra e consolidação de direito não podem, de maneira alguma, ser consideradas concessões do Estado. Por ações contundentes, entenda-se a luta armada na segunda fase das lutas, quando os grileiros já tinham suas documentações (1955) e os confrontos passam a ser com tropas vindas de Goiânia, ou seja, com o poder público estatal, e não só a polícia local, estes começam a se utilizar da violência como estratégia, já que essa já era a opção de seus oponentes há tempos. Nessa fase, o movimento contou com a ajuda do Partido Comunista Brasileiro (PCB) que, como vimos, estava bastante empenhado nas lutas no campo no período, e teve importante

¹⁵Referência vinda da experiência conhecida no Paraná, no mesmo período, na Guerrilha de Porecatu, onde o Estado vendeu as terras aos camponeses e depois vendeu de novo para empresas. Para ver melhor sobre isso: José de Souza Martins em “O poder do atraso”.

¹⁶A origem relatada da Fazenda Onça diz que as famílias Navarro e Martins fugiram para as matas de Trombas a fim de livrarem os filhos de irem para a Guerra do Paraguai (em 1864) e lá ficaram desde então, porém, que fosse, nesta data já existia a Lei de Terras (1850), ou seja, a legislação brasileira não permitia que se adquirisse terras sem ser comprando. Em Trombas não teve somente um processo de grilagem, foram vários e envolvendo vários grupos distintos, com ligações políticas diversas e usando as mais diversas formas de “garantias de documentação”. Tanto assim, que a na Fazenda Bonito recorreram a documentações de Registro Torrens (um decreto de 1890 que prevê a irrevogabilidade e impossibilidade de contestação de registro). As famílias Navarro e Martins da Fazenda Onça eram respectivamente do juiz de Porangatu (próximo a Uruaçu) e prefeito da cidade, além de estarem ligados à antigos pecuaristas da região e manterem ligações político-partidárias com o PSD. Já na Fazenda Bonito a posse foi requerida por um comerciante de Uruaçu e um advogado de Goiânia, que eram também envolvidos com garimpos e tinham ligações com UDN (MAIA, 2008). Essas ligações político-partidárias nos dizem muito, afinal, independentemente do partido e “origem”, a defesa das propriedades por parte dos grileiros atendiam a outros interesses.

¹⁷Essas vacilações se deviam muito também pela própria fragilidade das posses dos grileiros. Mas, sabe-se que Coimbra Bueno (governador de Goiás entre 1947 e 1950) e José Ludovico de Almeida (governador entre 1955-1959) sabiam que as terras eram devolutas, mas não impediram as manobras feitas para titulações. Coimbra Bueno, por exemplo, chegou a sustar um processo de discriminação administrativa para verificar condições de títulos desde a Lei de Terras, dando tempo para os grileiros se organizarem melhor.

papel na articulação da Associação de Lavradores e Trabalhadores de Trombas e Formoso, como também para angariar apoio externo ao movimento.

Outro ponto nevrálgico nas análises sobre Trombas diz respeito à atuação desse partido. Maia afirma que o PCB naquele contexto foi uma construção única, pois era formado por militantes que já haviam vivido nas condições de agregados e tinham relação direta com a terra, não conformando a típica cisão entre camponês e militante de partido, já que este não tinha um comportamento típico de orientações vindas de fora, pois estavam cientes dos desejos do camponês e de suas estruturas horizontais (Conselhos de Córrego) de articulação já consolidadas, enquanto o partido sempre tentava mudar as perspectivas autonomistas do movimento. Além disso, Trombas se encontrava muito longe da direção do PCB, o que tornava sua influência mais difícil.

Em 1957 a região encontrava-se sobre o controle dos posseiros que impediam a entrada de jagunços, grileiros e polícia. Foi feito, então, um acordo com o governo do estado que retirou a polícia da região e prometeu regularizar as posses. Nessa fase a Associação foi mediadora institucionalmente para o reconhecimento de dez quilômetros quadrados em 1961. Em 1962 o maior líder de Trombas, José Porfírio, chegou a ser eleito deputado estadual.

No que nos interessa mais profundamente, os conflitos de Trombas e Formoso são reveladores quanto às mudanças na estrutura agrária do estado de Goiás, quando o mercado capitalista de terras avançou a partir de Brasília, na tentativa de um projeto modernizador que acabou por consolidar um projeto latifundiário de propriedade da terra, restringindo cada vez mais os espaços das pequenas propriedades.

O contorno da situação política do Estado, especialmente de Trombas era muito importante para esse interesse específico do capitalismo goiano naquele momento, tendo em vista que começavam a circular na imprensa do Brasil todas as notícias de que o estado era muito violento, com variados conflitos. Para se ter ideia, a campanha para governador de 1954 foi centrada na violência, onde a oposição afirmava que os altos índices revelados nacionalmente eram, na verdade, fruto da ação de jagunços do PSD, partido do então governador Pedro Ludovico. O caso do assassinato de um jornalista (Haroldo Gurgel, que havia feito denúncias em sua coluna) em plena luz do dia na principal avenida da cidade e os assassinos tendo fugido imediatamente após para o Palácio das Esmeraldas (sede do governo) foi noticiado inclusive internacionalmente (Revista *Times*), juntamente com os altos índices de assassinatos que o estado apresentava. Casos como esse só reforçavam as denúncias dos opositores de Pedro Ludovico, que o acusavam de estar utilizando as mesmas táticas de dominação

coronelista que dizia condenar. Além do jornalista (que fora transformado em verdadeiro mártir), ainda naquele mesmo ano houve na capital o episódio da “queima dos ranchos”, ação criminosa contra famílias que ocupavam uma área com seus barracos em Goiânia, que a oposição também denunciara como tendo sido orquestrada pelo estado. Com tudo isso, o sucessor José Ludovico de Almeida, do mesmo partido, foi eleito com uma diferença de apenas 0,6%, levantando suspeitas de fraudes na eleição (MAIA, 2008).

José Ludovico, assim que eleito, anunciava que suas primeiras medidas seriam empenhadas em “resgatar a moral do estado” e fazer um governo de pacificações, necessário pois Goiás era “um estado em franca ascensão” e por isso precisava recuperar a credibilidade nacional para manter o crescimento econômico e se tornar seguro para investimentos e também para a vinda da nova capital. Para tal, chegou a convidar o ex-secretário de Segurança Pública do Rio de Janeiro para assumir esse posto em Goiás. Além disso, aumentou o controle na área designada para o Distrito Federal, impedindo especulação imobiliária e desapropriando quem já estava lá. Para Goiás, a construção de Brasília representava muito, desde valorização de terras, investimentos e rodovias, mas sobretudo quanto às mudanças na estrutura agrária do estado e o mercado capitalista de terras.

1.8) Goiás no prelúdio do golpe: o governo Mauro Borges e o projeto para o campo no Plano MB

O governo de Mauro Borges (1961-1964) é importante para Goiás em diversos sentidos, sobretudo no que diz respeito ao campo. Eleito em 1961, o militar Mauro Borges era filho de Pedro Ludovico e também filiado ao PSD. Sua gestão é marcada por uma ênfase muito grande no planejamento, o Plano Quinquenal de Desenvolvimento Econômico, mais conhecido como Plano MB, que pretendia ações modernizadoras na administração pública estadual. Entre as inovações, cria a Secretaria de Planejamento e Coordenação e órgãos em áreas centrais da administração estatal como: comunicação (Consortio de Empresas de Rádio Difusão do Estado - CERNE); infraestrutura rodoviária (Consortio Rodoviário Intermunicipal - CRISA); saúde (Organização de Saúde do Estado de Goiás - OSEGO); indústria química/farmacêutica (Industria Química do Estado de Goiás - IQUEGO); extração de metais (Metais de Goiás - METAGO); IDAGO (Instituto de Desenvolvimento Agrário de Goiás), etc.

No Plano MB afirmava-se que Goiás apresentava baixo nível de renda, uma economia primária e produtividade baixa, vulnerável a flutuações. Além disso, se reforçava o potencial

agrário, dando ênfase aos vastos campos e cerrados cobertos de pastagens naturais, “oportunas para atividades agropecuárias” (FAVARO, 2015, p. 257). O próprio documento admite que esse era um fator que ajudava “a explicar a formação e reprodução da estrutura fundiária altamente concentrada no estado” e para mudar isso era necessária intervenção estatal. O Plano ainda continua expondo que a maior parte da população atuava no setor primário, mas aumentava também a participação no setor terciário. Admitia ainda que a mercantilização de produtos agropecuários destinados aos centros urbanos dinamizava o setor de comércios e transportes, pois o Sudeste havia tornado Goiás em alicerce do sistema produtivo.

Desde a década de 1950 o estado estava em processo de rápida urbanização, ao mesmo tempo em que crescia também a agricultura de grãos e a pecuária. Contudo, essa especialização e organização não significaram mudanças na estrutura de produção, ou seja, na estrutura agrária. Com isso, “os índices dos grandes agregados macroeconômicos não exprimiam melhorias nos níveis de vida da população” (PLANO MB, 1961 *apud.* FAVARO, 2015, p. 258), que ainda vivia nos limites da subsistência. Porém, mesmo admitindo isso, o Plano MB não contrapunha interesses dos grupos dominantes. Almejava modernização, incentivo a agropecuária empresarial para atender demandas do mercado externo e interno, mas visava a permanência do homem no campo, através da política de colonização. Dizia claramente em “levar a modernidade e prosperidade ao homem do campo” (*idem, ibidem*), visava a modernização e racionalização para superar o atraso e aumentar a produtividade, mas sem que isso simbolizasse colocar em risco os interesses latifundiários, ao mesmo tempo em que visava também aumentar a produção de caráter familiar. Ou seja, buscava acomodar diversos interesses.

O modelo de colonização apontado no Plano de Mauro Borges se aproximava com a proposta de Getúlio Vargas, no Estado Novo, e seria aportado em bases cooperativistas. Como vimos, a questão agrária em Goiás nas décadas anteriores era ponto central de discussões e era apontada por muitos como uma plataforma revolucionária desde Trombas e Formoso¹⁸. Por isso, discutir essa questão no Plano MB era tão importante. Em 1962 a Igreja Católica também já estava inserida neste debate, sendo criada a Frente Agrária Goiana, pelo

¹⁸Sobre Trombas e Formoso, a posição de Mauro Borges era de que os títulos deveriam ser entregues logo, pois, nas palavras dele: “Se não soubermos fazer Reforma Agrária inteligente, ela será feita pelo próprio povo, revolucionariamente, contra as atuais elites, como foi no México, na Bolívia e em Cuba” (FAVARO, 2015, p. 279). Além disso, a entrega dos títulos simbolizava não só o fim e resolução dos conflitos, mas também possibilidade de modernizar o campo.

bispo Dom Fernando. A Igreja começa a se envolver também na criação de sindicatos de trabalhadores rurais.

Nacionalmente, a Reforma Agrária também era uma preocupação. Por isso, também em 1962, João Goulart cria a Superintendência de Reforma Agrária (SUPRA), que visava desapropriação de terras improdutivas, entre outras demais medidas como assistência técnica, financeira, sanitária e educacional visando criar um mercado interno. A SUPRA foi estabelecida em Goiás em 1963. No mesmo período, o PTB, visando conter a influência do PCB no campo, cria a Frente de apoio à sindicalização rural, que começa a substituir as Ligas Camponesas. Porém, esses sindicatos apresentavam demandas mais imediatas, protelando e desmobilizando as lutas por Reforma Agrária. A sindicalização de trabalhadores rurais foi incentivada pelo governo Mauro Borges que tinha a perspectiva de regularizar posses e títulos de terras para “canalizar mobilizações dos trabalhadores rurais e apoio das camadas populares para a aceleração do processo de desenvolvimento do capitalismo em Goiás” (FAVARO, 2015, p. 276). O governo foi, por esse motivo, chamado de “populismo rural”.

Em todo esse contexto, Mauro Borges não poderia fugir ao tratamento da questão agrária, tanto é que em seu discurso de posse chega a afirmar que “o uso da propriedade deve ser condicionado ao bem-estar social, com justa distribuição e igualdade para todos” (idem, *ibidem*). Com isso, contratou um técnico do Rio de Janeiro para elaborar um estudo detalhado sobre a situação agrária em Goiás, com diretrizes para reformulação, modernização e colonização agrícola, visando a criação de novos núcleos de colônias. Essas diretrizes seguiriam o “agrarismo ipesiano” (do IPES¹⁹), que buscava criar uma classe média rural, com “respeito à propriedade privada”. Mesmo tendo surgido em um caráter francamente

¹⁹O Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais, IPES, foi criado por empresários de São Paulo e Rio de Janeiro em 1961. Foi dirigido naquele mesmo ano por Golbery, da Escola Superior de Guerra. Contava com financiamento dos EUA, de entidades da classe dominante e de empresas como a Light, Refinaria União, entre várias outras (cerca de trezentas), e atuava na contrapropaganda comunista no Brasil. Além desse financiamento, ainda contava com doações e até trabalhos voluntários. Setores da Igreja Católica também eram bastante próxima deste instituto. Seu discurso era na defesa da moral e dos bons costumes da família brasileira, do direito à propriedade privada e à livre iniciativa empresarial, além de estimular a ampla participação de investidores estrangeiros na economia brasileira. Sua principal atuação pôde ser verificada na desestabilização política do governo de João Goulart. Sob a aparência de ser um instituto de pesquisa, o IPES – que nunca se dizia anticomunista, e sim, “em defesa da democracia” – fazia pesquisas e estatísticas sobre a população brasileira, produzia livros, filmes, documentários, panfletos e propagandas. Além disso, teve grande presença em lobbys no Congresso Nacional. Foi também um dos grandes articuladores da Marcha da Família com Deus pela Liberdade (em março de 1964, às vésperas do golpe). Além do IPES, nesse mesmo período no Brasil também teve uma entidade parecida: o IBAD. No tópico 1.7 veremos melhor como se deu a atuação dessas duas entidades durante o golpe. Por ora, cabe explicar que o IBAD, Instituto Brasileiro de Ação Democrática, foi criado em 1959 também com financiamento de empresários brasileiros e dos EUA e tinha ações parecidas com o Ipes, de propagandas, filmes, etc. Além disso, também financiava campanhas eleitorais. O IBAD foi extinto em 1963 após uma CPI que investigou esses financiamentos eleitorais. Para maiores informações, ver em: DREIFUSS, René Armand. 1964 - A conquista do Estado. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.

anticomunista, o IPES e mais a criação da SUPRA levantavam conjecturas sobre um possível golpe comunista no Brasil. Em Goiás um carro dessa Superintendência foi recebido a balas por fazendeiros de Formosa em 1963. Nesse mesmo ano, fazendeiros do estado inteiro criam a Frente Agrária Democrática Goiana, uma organização paramilitar para “fazer resistência armada às tentativas de Reforma Agrária do governo Jango” (FAVARO, 2015, p. 270). Foram organizadas também as “Forças de Defesas das Propriedades Privadas” contra a SUPRA que, segundo esses fazendeiros, “incentivava invasões”.

A partir destes episódios, Mauro Borges começa a mudar sua postura, ordenando a prisão de estudantes e intelectuais que apoiavam lutas do Sindicato Rural em Nazário-GO, em 1963. Além disso, ele próprio foi eleito presidente das Forças de Defesas das Propriedades Privadas Goiana e passou a dizer que não se devia perturbar o latifúndio, afirmando que “as grandes propriedades tem aproveitado racional e economicamente as suas terras e não se deve objetar contra essas organizações” (FAVARO, 2015, p. 272). Nesse momento, o governador sinalizava apoio a fazendeiros, mas buscava tentar não perder seus vínculos com lutas populares que o tinham apoiado²⁰. Seu governo começa então a entrar em crise, sendo criticado até por deputados do próprio PSD. A solução encontrada para isso foi começar a colocar em prática o Plano MB de colonização de terras devolutas, afirmando que era contrário à existência de propriedade familiar isolada porque ela não assegurava tecnificação e aumento da produtividade, sendo o ideal que essas se agrupassem em cooperativas. Passa também a apresentar descontentamento com Jango:

[...] como estão sendo conduzidas no Brasil (de maneira demagógica e emocional), as ideias de Reforma Agrária, poderemos levar o país ao fracasso [...] talvez depois não tenhamos condições, a não ser muitos anos adiante [...] porque o problema é colocado muito mais em termos de ser ou não ser proprietário, quando o problema essencial é ser ou não ser próspero, é ter ou não condições mínimas e essenciais de vida. (GOIÁS, 1964 *apud* FAVARO, 2015, p. 273)

No entendimento de Mauro Borges:

[...] o reestabelecimento da paz em áreas marcadas por uma crescente mobilização social dependia da intervenção estatal no sentido de implantar aparato tecnológico

²⁰Mauro Borges significava renovação tanto para UDN quanto para PSD, porém, era pouco expressivo politicamente, se aportando basicamente na liderança de seu pai, Pedro Ludovico. Sua proposta de modernizar o Estado contrariou interesses de forças políticas tradicionais. Com o Plano MB, trouxe para seu governo tecnocratas da FGV e outros para se legitimar. Sua aliança com a esquerda (inclusive com cargos importantes dentro do governo, como saúde e educação trazendo as propostas que se aproximavam dos interesses populares) foi fundamental para tentar apaziguar o campo, conseguindo apoio em um momento até do PCB. O PTB também compunha o governo na SETAS (Secretaria de Trabalho e Ação Social) e direcionava suas ações para o campo com criações de associações rurais e depois sindicatos rurais (o que era mal visto pelos ruralistas). Mas essa aliança muitas vezes era tensa e em diversos momentos sua perspectiva repressiva prevaleceu sobre seus compromissos políticos com esses. Mesmo assim, em favor do nacionalismo e das medidas para elevar o nível político e econômico do estado, a esquerda mantinha o apoio ao governo.

na agricultura, englobando desde insumos agrícolas industriais à disciplinarização do trabalhador rural através da educação e cooperativismo (FAVARO, 2015, p. 273).

Como veremos a seguir, isso foi alcançado tanto pelo Estatuto do Trabalhador Rural quanto pelas medidas implementadas pelas gestões militares na agricultura.

1.9) Anos 60 e 70: O Estado e a modernização conservadora da agricultura brasileira

Necessariamente, para empreender um retrospecto explicativo sobre a questão agrária no Brasil (e especificamente em Goiás), precisamos passar pela explicação dos motivos de que, em 1960, segundo censos do IBGE, mais da metade da população brasileira ainda viver no campo e em 1980, data desse recorte temporal, esse contingente ter diminuído para apenas 30%. É justamente com essa informação que Wenceslau Gonçalves Neto inicia suas reflexões sobre “Estado e Agricultura no Brasil – Política Agrícola e Modernização Econômica Brasileira (1960-1980)”, objeto de tese de doutorado em História Econômica defendida na USP em 1991.

Para explicar tal questão, o autor parte de uma explicação que pretende vincular a questão agrária à totalidade econômico-político-social do período, apontando a década de 1960 como o momento de esgotamento do modelo de substituição de importações e revelando o caráter parcial das transformações ocorridas no sistema econômico, já que o agro se manteve calcado nas mesmas formas de exploração, enquanto a indústria respondia às necessidades domésticas. Isso se deu porque a crise de 1930 atingiu a capacidade de importar, sendo necessário frear as importações e passar a procurar por indústria substituidora. O autor define esse período em três fases: depois da Grande Depressão, com produção de bens de consumo leve; durante a Segunda Guerra Mundial, com ênfase na siderurgia; e no pós-guerra, esse, por sua vez, se subdividindo em mais quatro fases: de 1945 a 1947 com alívio do setor externo, de 1948 a 1954 com controle cambial e substituição de bens duráveis, um período de transição entre 1955 e 1956 e, por fim, entre 1956 a 1961 o aumento da participação do governo e do capital estrangeiro (GONÇALVES NETO, 1997, p. 23-38).

Nessa última fase, segundo o autor, é que se começa a perceber, de fato, a crise do modelo de substituição de importações e, por isso, o início dos anos 1960 é momento de definição e introdução em um novo modelo de desenvolvimento econômico. Essa definição contava com duas propostas: uma de desenvolvimento nacional autônomo e uma de desenvolvimento associado.

As razões para o esgotamento do modelo de substituição de importações são: a instalação da indústria de bens antes importados tende a expandir o mercado interno, só que essa produção só atende a uma parte do valor, então, cresce a demanda por matérias-primas e outros insumos que são produzidos internamente, o que leva à crise de divisas. Assim, chega-se ao estágio em que o que resta por substituir são bens de capital e matéria-prima e se produziria isso somente com incentivo do governo, que substituiria o impulso externo já esgotado. Isso foi feito durante o governo de Juscelino Kubitschek e gerou uma crescente dependência das empresas e bancos oficiais. Indica-se ainda que, durante no Plano de Metas, o setor agrário ainda permaneceu marginalizado, sendo alvo de críticas de diversas correntes de intelectuais que naquele momento também se debruçavam com afinco sobre a discussão sobre a Reforma Agrária.

A presença estatal na economia se fez necessária, pois havia necessidade de altos investimentos para instalação de indústrias modernas, o que, se fosse para recorrer ao capital privado, não ocorreria. Além disso, era necessário eliminar a chamada “inércia empresarial” para determinados setores, já que havia pressão social por serviços e infraestrutura (idem, *ibidem*). Por esses motivos, o Estado, no início da década de 1960, é um dos maiores sócios da economia. Esse é um dado significativo ao se pensar que a presença estatal é necessária para países que começaram tarde sua industrialização. Não só o Estado, mas também o capital transnacional se tornou protagonista no processo de industrialização brasileiro, o segundo, sobretudo nos ramos mais dinâmicos da indústria, para tentar superar o atraso tecnológico.

O início da década de 1960, continuando o que já vinha acontecendo na década anterior, é marcado por intensas discussões e participação política em torno das perspectivas de desenvolvimento do país, pois se observa que a industrialização brasileira, como dito, havia chegado a um estágio que requeria definições, havendo a necessidade de produção de bens de capital. Contudo, a demanda por esses não é elástica e as empresas sofreram problemas na ampliação da produção devido às dimensões reduzidas do mercado interno. Além disso, as possibilidades de concorrer no mercado externo eram pequenas. O capital internacional torna-se importante justamente neste momento, onde analisa-se que, para “dar o salto” e superar a crise, seria cogente fazer aliança com esse setor.

Haveria ainda outro ponto debatido no bojo dessas questões: para se mudar a estrutura econômica, seriam necessárias também mudanças políticas, pois as conciliações dos interesses dominantes foram se tornando cada vez mais difíceis de serem contornados. Nesse contexto, o debate sobre a agricultura também é intenso desde o final da década de 1950,

diminuindo com o golpe de 1964 e sendo retomado no final da década de 1970. Esse, por sua vez, segundo Gonçalves Neto, pode ser percebido de três formas: os que viam na agricultura um entrave ao desenvolvimento econômico (pois a estrutura agrária centrada no latifúndio não permitia à agricultura atender à demanda urbano/industrial); os que demonstravam a funcionalidade da agricultura para o desenvolvimento e, já no final da década de 1970, surge uma terceira vertente, que visava superar a dicotomia rural/urbano e centrar a análise no capital, entre eles Francisco de Oliveira, que já foi citado anteriormente nesse trabalho e com o qual concordamos. Esses debates foram fundamentais para a definição dos planos de governo para o setor, como veremos a seguir.

A partir de 1950 os planos globais de governo se tornaram uma praxe administrativa. Foram feitos em todos os governos, com exceção do breve governo de Jânio Quadros (1961) (GONÇALVES NETO, 1997, p. 123). A maior parte deles ficou só no plano das intenções, mas é possível abstrair sobre o que se pensou para a agricultura em cada plano até a década de 1980, data que estabelecemos como espaço temporal desse capítulo. São eles: Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social (1963-1965, foi elaborado para tais anos, mas não vigorou no tempo planejado devido ao golpe); Programa de Ação Econômica do Governo (1964-1966); Programa Estratégico de Desenvolvimento (1968-1970); Metas e Bases para a Ação de Governo (1970-1973); I Plano Nacional de Desenvolvimento (1972-1974) e II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979) (GONÇALVES NETO, 1997, p. 123-140).

O Plano Trienal foi elaborado por Celso Furtado durante o governo de João Goulart (1961-1964) e tinha como ponto central a busca pela volta do vigor desenvolvimentista da economia brasileira, que havia perdido seu impulso no início da década de 1960, como visto, pelo esgotamento do modelo de substituição de importações. Os preços de produtos agrícolas haviam aumentado mais do que os demais preços nas duas últimas décadas por causa do crescimento da demanda por produtos primários e da rigidez do setor agrário. O estudo apontado pelo idealizador do projeto assinalava que essa rigidez e atraso na agricultura se deviam à deficiente estrutura agrária, que se tornava um empecilho à exploração racional da terra:

[...] cerca de 75% das propriedades agrícolas não dispõem de terras suficientes para uma exploração racional de cultivo e conservação do solo, o que só pode ser alterado pela modificação na referida estrutura agrária; a população rural tende a se concentrar nestas pequenas propriedades; por outro lado, o tamanho excessivo das grandes propriedades promove a ociosidade de metade das terras formalmente incorporadas à economia de mercado; esta mesma estrutura dificulta, também, a introdução de novas técnicas e relações de trabalho, comprometendo o desenvolvimento futuro da agricultura; o custo do aluguel de terras (para arrendatários e meeiros) consome boa parte do incremento de renda, auferido sobretudo por diferencial de preços agrícolas/industriais, não permitindo que as

massas rurais se beneficiem; a rigidez da oferta agrícola, resultante em boa parte desta estrutura agrária, promove a ascensão dos preços agrícolas de forma mais rápida que a dos preços industriais. (GONÇALVES NETO, 1997, p. 125)

Tais formulações levam o Plano Trienal, dentro do conjunto das Reformas de Base, a incorporar a proposta de Reforma Agrária, já que a estrutura agrária representava um empecilho à aceleração do desenvolvimento da economia, necessária para o aumento da produção de alimentos para que essa se tornasse compatível com a demanda, além da correção de deficiências no setor de produtos de exportação e produção de matérias-primas para o mercado interno (idem, ibidem).

Os próprios documentos do governo diziam que a agricultura, mais que qualquer outro setor, exigia uma atenção permanente do governo para introdução de instrumentos de ciência e técnica, que, por sua vez, exigiam mais pesquisas e investimentos que só poderiam ser garantidos por esses meios. Identifica, ainda, que o crédito agrícola não era ofertado pelos bancos privados e os bancos oficiais sofriam de escassez de recursos, além de terem limitados números de agências. O Plano, portanto, estendia-se aos bens de produção para a agricultura, ou seja, equipamentos agrícolas, principalmente tratores, fertilizantes, defensivos, silos e armazéns, além de continuarem com medidas indiretas dos governos anteriores, que abriam estradas - que, como vimos, tiveram papel fundamental no mercado de terras, especialmente em Goiás. (GONÇALVES NETO, 1997, p. 126). Porém, esse plano não foi concluído devido ao golpe militar que depôs João Goulart.

Já o Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG), de 1964-1966, inaugurava, durante a gestão de Castelo Branco, o período militar, tendo como meta, entre outras coisas, a intenção de profissionalizar e modernizar a burocracia governamental e, portanto, o planejamento das ações administrativas era fundamental. Com a pretensão de seguir ideais liberais, o PAEG afirma o respeito às leis de mercado, mas prega a necessidade da presença governamental para a distribuição de renda e riqueza dentro desse mesmo mercado. Além disso, em tese, visava acelerar o ritmo do desenvolvimento, a contenção da inflação, a melhoria das condições de vida da população e diminuir os desníveis econômicos regionais e setoriais. No plano agrícola, praticamente incorpora as observações contidas no plano anterior, apresentando a agricultura como setor atrasado e com baixa produtividade, levando à intensas crises de abastecimento e alta de preços. Para superar isso, apontava que alterações densas eram necessárias.

Entre os principais pontos elencados como impeditivos para as necessárias inovações e incremento das atividades agrícolas estão: 1) “relativa constância dos rendimentos agrícolas,

estagnação da produtividade”; 2) “dificuldade de comunicação e imitação de procedimentos modernos” (op. cit.), que no urbano são facilmente propagáveis; 3) ausência de escolaridade do homem do campo. Esse último fator merece especial atenção, pois era identificado pelo próprio governo como praticamente intransponível, por isso, tornava-se muito importante na modernização agrícola²¹. Para isso, seriam usadas na educação as vias do extensionismo e da transmissão de tecnologias através da demonstração (ditos dessa forma no próprio texto do Programa).

O PAEG, assim como o Trienal, também reconhecia a estrutura agrária como um problema tanto na propriedade muito grande como na muito pequena. Porém, ao contrário do anterior, apresentava uma proposta muito moderada de Reforma Agrária, entendendo que esta não deveria apenas considerar redistribuição em termos de imóveis rurais, mas estender sua preocupação também com regulamentação das relações de trabalho no campo.

O programa subsequente ao PAEG foi o Programa Estratégico de Desenvolvimento, que vigorou entre 1968 e 1970, já na segunda gestão militar, de Costa e Silva (1967-1969). Esse programa trazia as mesmas diretrizes econômicas do anterior (de contenção da inflação, etc.) e também a preocupação com a elevação da produção e produtividade agrícolas, acrescentando a “ruptura das barreiras de abastecimento”, ou seja, a modernização do sistema de abastecimento e das tecnologias agrícolas. Esses foram pontos que foram elencados como dois dos nove mais importantes do programa. Os principais produtos que interessavam quanto ao abastecimento eram: carne, leite, arroz, feijão, batata, milho e legumes. Segundo o documento:

Quanto à produção, **promover-se-á a revolução tecnológica na Agricultura**, cujo papel, no próximo estágio de desenvolvimento, se mede não apenas pela sua contribuição direta ao crescimento do produto, mas também pela criação de mercado mais amplo para a produção industrial. A política agrícola terá por objetivo não somente elevar a taxa de crescimento do setor (a níveis da ordem de 5% ao ano) como moderar as flutuações a curto prazo da renda agrícola e o conseqüente impacto desestabilizador sobre os preços e sobre a taxa de expansão do produto nacional. (BRASIL. Ministério do Planejamento e Coordenação Geral. op. cit. GONÇALVES NETO, 1997, p. 130. Grifos nossos.)

²¹A extensão rural foi planejada para propagar técnicas agrícolas e sanitárias para pequenos produtores. O projeto de extensionismo no Brasil surgiu em 1948 por iniciativa da Associação Internacional Americana, de Nelson Rockefeller, e o governo de Minas Gerais. Depois se tornou uma política nacional através da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR), que mantinha ligações com a SNA (Sociedade Nacional de Agricultura) e CNA (Confederação Nacional de Agricultura) (entidades que analisaremos mais a fundo a seguir). Para maiores informações sobre extensionismo rural, ver em: OLIVEIRA, Pedro Cassiano. Extensão Rural e interesses patronais no Brasil: uma análise da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR) (1948-1974). Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História, UFF. Niterói, 2013.

Como se pode perceber no trecho citado acima, era objetivo do governo mudar radicalmente a política agrícola nacional e, para tal, os incentivos ao uso de insumos estavam colocados no bojo de diretrizes, bem como a industrialização no meio rural (idem, ibidem). Neste contexto, a discussão sobre Reforma Agrária perde força e começam a vir à tona perspectivas setoriais e algumas centralizadoras.

Entre 1970 e 1973 vigoraram as “Metas e Bases para a Ação do Governo” durante a gestão de Médici (1969-1974), após a morte de Costa e Silva. O plano estava mais voltado ao “progresso social e distribuição de renda”. Vale lembrar que esse é o período do que ficou conhecido na historiografia como “Milagre Brasileiro”, com altas taxas de crescimento do PIB nacional, mas também de concentração de renda. Dentro dessas metas, a agricultura ganhou um capítulo intitulado “Revolução na Agricultura e Abastecimento”, que pretendia ser inovador e munir o setor de apoios financeiros e fiscais para transformá-la em uma agricultura de mercado. Mirava ainda a ocupação espaços vazios, principalmente no Centro-Oeste, no Norte e regiões úmidas do Nordeste. Citava a Reforma Agrária para áreas onde a estrutura agrária fosse um obstáculo ao aumento da produtividade e de condições de vida para o trabalhador e pretendia fazer do Brasil um grande exportador de carne e “produtos agrícolas não tradicionais”, com transformações tecnológicas e modernização comercial (BRASIL. Presidência da República. Metas e Bases para a Ação do Governo *apud* GONÇALVES NETO, 1997, p. 131)

Como se podem perceber, essas metas já diziam mais claramente como seria feita a tão falada e pretendida modernização no campo. A forma como a Reforma Agrária é tratada, a expectativa de mais uma ocupação de “espaços vazios” – que já era colocada de antemão como a perspectiva de colonização - e de produtos para exportação, começam a desenhar as tendências que se concretizaram posteriormente no campo brasileiro.

Quando o I Plano Nacional de Desenvolvimento é lançado (1972), o Brasil ainda estava sob a gestão militar de Médici e vivia o furor do “Milagre”. Médici tinha como principal objetivo que o país se tornasse um país desenvolvido, duplicando sua renda per capita, expandindo a economia e gerando taxas de crescimento. Quanto à agricultura, esse é o primeiro plano que não a chama de atrasada e nem a trata como empecilho ao crescimento. Por outro lado, retira completamente a Reforma Agrária do plano (muda-se para racionalização, desapropriação com indenização ou redistribuição). O centro-sul do país é colocado em voga como área primordial onde serão aplicados os planos de modernização para

crescimento, assim como metas para tornar a atividade viável no Nordeste, sobretudo com irrigação e redistribuição de terras.

O II PND (1975-1979) é elaborado na gestão de Geisel (1974-1979), enfrentando uma crise mundial ocasionada pela crise do petróleo²² e uma nacional, pelo fim do Milagre. Segundo Wenceslau: “Dentro desse novo quadro a que o Brasil tem de se ajustar, é reservado à agricultura e à pecuária um novo papel na estratégia de desenvolvimento, que passa a exigir muito mais do setor agropecuário” (GONÇALVES NETO, 1997, p. 134). É exigido, inclusive, que as taxas de exportações aumentem. Para tal, intensifica-se a concepção empresarial para o campo, buscando ampliar as empresas rurais com apoio financeiro do governo.

Nessa mostra sobre os planos de governo, a constante que claramente se percebe é a necessidade sempre colocada de modernização do setor rural, tornando-o mais “eficiente”.

Ao longo desse capítulo, com o auxílio de bibliografia especializada e pontual, buscamos empreender a compreensão da questão agrária no Brasil, de uma forma geral e as particularidades históricas do estado de Goiás por meio das ações do aparelho de Estado e das entidades da sociedade civil, sejam elas entidades patronais ou partidos e movimentos sociais. Essa explanação é necessária para a compreensão da discussão a seguir nesta tese. Os capítulos seguintes farão análises aprofundadas sobre o perfil da classe dominante rural em Goiás.

²²Aumento do preço do petróleo em 400% operacionalizado pela OPEP devido à Guerra do YomKippur.

CAPÍTULO II - Classe dominante agrária no Brasil e em Goiás: do Estatuto da Terra às bases para a UDR

Esse capítulo tratará sobre a classe dominante agrária no Brasil, e especificamente em Goiás, a partir do Estatuto da Terra, ressaltando-o como uma tentativa de regulamentação da estrutura agrária brasileira na Ditadura e que inaugura, do ponto de vista jurídico, a função social da terra, que novamente voltaria à tona na constituinte. Empreendo também análises sobre o período ditatorial brasileiro e as posições de entidades patronais e novos movimentos sociais no final do período.

Para tratar das entidades patronais em Goiás, busco investigar quais eram, focando em duas: a Sociedade Goiana de Pecuária e Agricultura (SGPA) - surgida em 1941, ainda somente como Sociedade Goiana de Pecuária - e a Federação de Agricultura e Pecuária de Goiás (FAEG) e suas interlocuções com a União Democrática Ruralista (UDR).

Todas as formulações presentes neste capítulo corroboram para a análise da correlação de forças no processo constituinte, investigando, especificamente, como esse se deu no Estado de Goiás.

2.1) O Estatuto da Terra e as ações das entidades patronais durante a Ditadura

Todos os planos e transformações propostas pelos governos para o campo durante o período da ditadura militar brasileira, obviamente, geraram reações mais diversas na sociedade civil, tanto em entidades patronais como em movimentos sociais. Sônia Regina de Mendonça (UFF) em “O patronato rural no Brasil recente” traça os rumos da atuação das duas principais entidades patronais do Brasil – a saber: Sociedade Nacional de Agricultura (SNA) e Sociedade Rural Brasileira (SRB) – desde a promulgação do Estatuto da Terra na gestão de Castelo Branco à década de 1990. Ao que nos interessa neste momento para esta pesquisa, nos ateremos à suas ações e discursos durante a ditadura militar, especificamente no tocante à pauta de Reforma Agrária.

As duas entidades rivalizavam na representação patronal nacional, porém, mantinham muito mais pontos em comum do que distinções, sobretudo na defesa da propriedade. Ambas tinham suas propostas de Reforma Agrária, porém, enquanto a SRB enaltecia a SUPRA (cujo caráter e funções já vimos no tópico anterior) como um anteparo à mobilização social no campo e criticava as ações do INDA (Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrícola, órgão

voltado para a colonização, criado em 1964) apontando-o como inócuo; a SNA apoiava o INDA, e até chegou a criar uma coluna sobre esse Instituto em sua revista mensal (“A Lavoura”), afirmando que esse atuava em prol do desenvolvimento agrícola. Porém, em momentos de enfrentamento (como a proposta de Reforma Agrária de Jango), por mais que as duas entidades disputassem para saber quem era a legítima representante da classe dominante agrária, elas se uniam em pontos comuns.

O golpe militar brasileiro costuma ser analisado como crise do populismo do governo de João Goulart (1961-1964) – um governo que tentava fazer reformas de base e tinha apoio político-sindical –, ou como financiado pelos EUA para preservar seus investimentos no Brasil. Mendonça (2010) afirma que essas duas interpretações são reducionistas, pois a grande questão é a mudança do padrão de acumulação. Esta tese também trabalhará com essa perspectiva, afinal, o que estava em jogo e carece de ser explicado é a mudança do capitalismo brasileiro e como isso impacta o campo, para então conseguirmos buscar explicar a importância de Goiás no capitalismo brasileiro e o ambiente social que permitiu o surgimento e avanço da UDR no estado.

Como assinalado por Wenceslau Gonçalves Neto (1997), o início da década de 1960 é marcado pela queda do ciclo econômico e crise do modelo de substituição de importações, porém, essa queda e essa crise não simbolizaram risco à acumulação capitalista (MENDONÇA, 2010, p. 33). O modelo de JK para industrialização e incentivo à produção de bens de capital foi fortemente aportado em capital multinacional (tendo a indústria automobilística seu ramo mais significativo). Contudo, para manter esse ciclo e os investimentos de capital, era necessário que o mercado interno tivesse alta capacidade de consumo, continuando a importação de equipamentos e ainda gerando lucros. Porém, o mercado interno brasileiro não estava forte o suficiente para tal. Além disso, economicamente, o Estado - para manter seus financiamentos em áreas como energia, siderurgia e transportes - mantinha-se com grande emissão monetária e endividamento externo, o que gerava inflação alta. Em pouco prazo esse modelo se mostrou inviável, tanto do ponto de vista econômico como social, já que gerava uma crescente concentração de capitais e de renda²³. Logo em seguida, também o próprio Estado passa por uma crise em razão do bloqueio político a novos

²³Foram gerados novos empregos ligados às esferas técnico-administrativas que “ofereciam salários elevados, enquanto o salário mínimo recebido pela maioria dos trabalhadores era mantido em situação de arrocho. Tal concentração e internacionalização da economia geraria inúmeros conflitos entre os vários segmentos do capital em busca do favorecimento estatal” (MENDONÇA, 2010, p. 34). Para maiores detalhes sobre isso ver em: MENDONÇA, Sônia. “Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento”. 3ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 2003.

empréstimos para financiar a produção industrial. As razões para o golpe, podem, então, ser assim sintetizadas:

A crise pré-Golpe de 1964 seria, assim, a unidade de múltiplas determinações: econômicas – oriundas do padrão capitalista brasileiro apoiado no Estado e no investimento direto estrangeiro; políticas – pelo questionamento ferrenho das frações de classe dominantes ao governo democrático-popular em vigor; e sociais – pela ascensão inédita do movimento organizado de massas em defesa de suas condições de vida e da democracia. (MENDONÇA, 2010, p. 35)

Além disso, desde 1945, os partidos que existiam só eram autorizados através da formação de frentes partidárias e não de organizações estaduais ou regionais, ou seja, esses não tinham posições e caráter muito bem definidos e as eleições, conseqüentemente, obedeciam a um critério de proporcionalidade. Neste contexto, o PSD (Partido Social Democrata), o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) e a UDN (União Democrática Nacional) foram os que mais se destacaram, além do PCB (Partido Comunista Brasileiro) que, mesmo estando na ilegalidade, tinha grande influência, como vimos. Os partidos menores que surgiram acabaram por se condicionar à atuação dos grandes.

A UDN, em linhas gerais, expressava os setores mais conservadores, enquanto o PSD e o PTB, geralmente coligados, acabavam por receber maior número de votos. Porém, diante da relatada crise econômica, o PTB começa a crescer sobremaneira, o que representava uma ameaça, segundo a UDN, que começara a instaurar conjecturas golpistas, recorrendo a intervenções militares. Ademais, mesmo que Jânio Quadros fosse da UDN, ele não seguia o programa do partido.

Jânio Quadros ficou apenas sete meses na presidência (de 31 de janeiro a 25 de agosto de 1961) e renunciou. Dreifuss em “A conquista do Estado” (1981), afirma que seu governo expressava novas relações das forças e grupos econômicos de poder em ascensão, mas a direção política se aproximava mais dos objetivos das classes empresariais. Seu governo foi marcado por diversos percalços. Como visto, o Brasil enfrentava uma crise, portanto, havia altos índices de inflação, dificuldades nas balanças comerciais, exaustão no mercado de consumo de bens duráveis e, particularmente, uma dita estagnação agrária. Havia estagnação econômica e seu governo tampouco foi capaz de fazer reformas esperadas até mesmo pelos industriais que o apoiaram. Além disso, os trabalhadores encontravam-se com salários arroxados. Em relação à política externa, Jânio Quadros ignorava mais ainda o programa da UDN e buscava seguir uma maneira independente e aberta às relações com diversos países, inclusive com a União Soviética. Suas atitudes eram tidas como imprevisíveis (REIS FILHO, 2010, p. 325). Com isso, até mesmo seu partido e sua base foram retirando-lhe apoio, o que

levou o então presidente a articular sua saída através da renúncia do cargo, pensando que haveria mobilização popular para seu retorno, o que não aconteceu²⁴.

Com a renúncia de Jânio, no período João Goulart, do PTB, as crises políticas seriam ainda mais aprofundadas. Temendo as mobilizações populares (que estavam fortes e cresciam cada vez mais, como veremos a seguir), setores da classe dominante propunham o parlamentarismo como condicionante para que esse assumisse. Houve um plebiscito e a proposta foi derrotada.

No início da década de 1960, o governador de Minas Gerais, que era da UDN, havia prometido assentar 3000 famílias, alegando que “não há regime que sobreviva à fome do povo” (YAMAUTI, 2005, p. 69). Governadores de outros estados também pautavam a reforma agrária nessa época. Como visto, em Goiás, Mauro Borges também, inicialmente, se inseriu fortemente nessa discussão. O debate sobre reforma agrária no Brasil era recorrente, muito porque também fora lançado pela Igreja Católica no Concílio Vaticano II as Encíclicas Sociais do papa João XXIII, a *Mater et Magistra* e a *Pacem in Terris*. Essas legitimavam a intervenção da Igreja em assuntos políticos, econômicos e sociais. Assim, em 1962, a CNBB também passa a defender profundas e sérias transformações, sobretudo na questão agrária. Concomitantemente, Kennedy, então presidente dos EUA, propunha altos investimentos na América Latina, pois era considerada a maior área de influência do comunismo, havendo o risco de se alastrarem guerrilhas. Esses investimentos seriam materializados com a “Aliança para o Progresso”, um programa de assistência financeira para a América Latina. Porém, para conseguir os 20 bilhões desse programa, o país teria que fazer reformas, sobretudo para substituir os modelos de latifúndio e minifúndio. Para João Goulart, esse montante salvaria seu governo, que enfrentava uma crise, pois o país estava estagnado (YAMAUTI, 2005, p. 69-70).

Em 15 de abril de 1963 Jango envia a proposta de reforma agrária ao Congresso. Nesta constavam desapropriações com pagamentos da dívida pública. A R.A., além das questões explicitadas acima, também era um compromisso com sua base de apoio: sindicalistas e comunistas que compunham a frente nacionalista. Porém, a reforma agrária da forma como estava sendo apresentada, e ainda vinculada à proposta de Kennedy na Aliança para o Progresso, fez com que o PCB se colocasse contra, pois, isso era para o partido se aliar ao

²⁴Para maiores detalhes ver em: DREIFUSS, René Armand. 1964 - A conquista do Estado. Rio de Janeiro: Vozes, 1981 e REIS FILHO, Daniel Aarão. O Colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita. In: FERREIRA, Jorge. O Populismo e sua história: debate e crítica. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 319-377.

imperialismo. Quando assumiu como deputado, Brizola fez discurso no Congresso exigindo que se votasse a Emenda Constitucional logo, no prazo de 45 dias, caso contrário, haveria um levante popular que invadiria o Congresso (idem, ibidem).

Porém, em abril de 1963, a UDN, acatando posicionamentos de Lacerda, decide que não iria alterar a Constituição. Para tal, tiveram apoio de Castelo Branco e das Forças Armadas para não mais “sucumbir às pressões da esquerda”. Com esse recuo da UDN, e a pressão de suas bases ruralistas, o PSD também recuou. Com isso, em maio de 1963, o Congresso retira o projeto de Emenda Constitucional, acatando o parecer do relator da UDN. A esquerda também continuava denunciando que essa era uma falsa reforma agrária e começa a fazer campanha por uma verdadeira reforma, com ameaças de greve geral.

Com o fracasso da proposta de R.A. e do Plano Trienal, o governo não teria recursos para investimentos para superar a estagnação e com isso começou a emitir moedas, o que aumentou a inflação e os preços das mercadorias. João Goulart passa então a ter o entendimento de que a R.A. poderia atender o objetivo político de legitimar seu governo porque a população sinalizava que queria reformas de base (segundo pesquisas do Ibope, 62% era a favor da reforma agrária). Assim, o próprio presidente começa a fazer campanhas pela R.A, culpando o Congresso por não encaminhar reformas e dizendo que “a solução para a crise econômica era reformar as estruturas arcaicas” (YAMAUTI, 2005, p. 72).

Essa campanha de Jango tinha também o objetivo de deslocar a atenção do impasse do governo na administração dos problemas econômicos, frear o desgaste do governo e fazer Jango voltar à frente nacionalista e reformista, dando unidade à sua base de apoio: Igreja, Forças Armadas, estudantes, sindicatos, PTB, PCB e frações reformistas do PSD. Retomando o prestígio, o presidente poderia ter forças para conter os movimentos golpistas. Enquanto isso, o Congresso permanecia parado. As negociações pela votação da Emenda Constitucional obstruíram até mesmo a votação do orçamento de 1964. Com isso, lideranças de oposição passam a denunciar João Goulart por estar difamando o legislativo para ocultar problemas de seu governo e promover agitação política.

Em setembro de 1963 Jango enfrenta várias greves, insurreições de sargentos, ataques de Carlos Lacerda e empresários que “exigiam paz para tocar seus negócios” (YAMAUTI, 2005, p.74). O presidente, então, se aproxima mais ainda da esquerda. Em outubro tenta, com os militares, decretar estado de sítio no país para garantir sua governabilidade, mas não consegue. Lideranças sindicais lhe exigiam que desse um “ultimato” ao Congresso e Lacerda se constituía cada vez mais em uma ameaça na sucessão presidencial - pois seu governo era

apresentado como dinâmico, enquanto o Federal não (idem, ibidem) - fazendo discursos contra o presidente e contra a R.A., conseguindo, assim, apoio de setores rurais do PSD. A classe média também se mostrava afeita à Lacerda, pelo discurso do medo da inflação, das agitações e do comunismo. Esse contava ainda com o apoio dos EUA.

João Goulart, cada vez mais isolado, chegou a dizer que não passaria a faixa presidencial para Lacerda e que sua candidatura provocaria instabilidade no país (idem, ibidem). Para se manter como o “presidente das reformas”, Jango começa a governar por decretos, que seriam assinados em comícios, além de outras ações cada vez mais ousadas, que visavam provocar reações no Congresso.

O que preocupava o chefe de governo não era, na verdade, somente o jogo da sucessão. A aceleração do processo inflacionário, a queda no índice de crescimento econômico, além da falta de perspectivas de reversão desse quadro e a onda de greves e de agitações sociais eram fatores que conduziam Goulart a optar por uma saída que poderia ser considerada irresponsável, antidemocrática e radical. (YAMAUTI, 2005, p. 75)

Em março de 1964 Jango promove seu primeiro comício para assinar decreto (ele planejava fazê-los até agosto), e declara: As reformas viriam, enfim, “com o Congresso, apesar do Congresso, contra o Congresso” e, se necessário fosse, “até sem o Congresso” (O Estado de São Paulo, 17/3/64, *op.cit.* YAMAUTI, 2005, p. 76). No comício de 13 de março de 1964 assina, então, o decreto de desapropriação de propriedades acima de 500 hectares à margem de rodovias, ferrovias e açudes federais. Porém, faz discurso dizendo que isso não afetaria relações capitalistas de produção e que fortaleceria a “dignidade da pessoa humana”, de acordo com o que o papa queria. Pouco dias depois, em 31 de março, acontece o golpe civil-militar que o depõe.

As Reformas de Base de João Goulart foram também ponto de intensos enfrentamentos, entre elas, a de maior impacto: a Reforma Agrária. Inclusive, muitos apontam que essa foi, de fato, o maior motivo para o golpe, afinal, colocava em risco o pacto entre grupos dominantes. Na política externa Jango também buscava uma posição mais independente, o que também não agradava esses grupos. A UDN e os militares buscavam restabelecer o alinhamento aos EUA. Além disso:

[...] a Doutrina de Segurança Nacional, elaborada pela Escola Superior de Guerra (ESG), enfatizava a necessidade de se manter o padrão de acumulação centrado no capital estrangeiro e no arrocho salarial. Restava aos militares assegurar sua própria coesão interna, alijando seus quadros mais nacionalistas, de modo a obter apoio do empresariado, que há muito arquitetava a ação golpista. (MENDONÇA, 2010, p. 37)

A influência do Ipes (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais) e do Ibad (Instituto Brasileiro de Ação Democrática) - agências formadas por militares, políticos e empresários –

no golpe também é latente. Dreifuss (1981) afirma que a confluência dos dois significava “o verdadeiro partido da burguesia”. Nesse momento, são lançadas campanhas conspiratórias sobre uma possível “bolchevização” do Brasil, apelando para a segurança interna e desenvolvimento racional que encontraram respaldo tanto em industriais urbanos como em grupos dominantes agrários. Após o golpe, Ipes, Ibad e UDN o saldaram como uma grande conquista, afinal, fora possível reprimir movimentos sociais, destruir as conquistas dos trabalhadores e manter o capital monopolista.

O Golpe significou a destruição das mais expressivas conquistas dos trabalhadores brasileiros em suas lutas precedentes. Representou o fim do direito de greve, das associações de camponeses e da estabilidade no emprego, mediante a criação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Significou a anulação da Lei de Remessas de Lucros e da nacionalização do petróleo, além da inviabilização da reforma agrária, arduamente reivindicada por trabalhadores rurais de todos os cantos. Representou, em suma, o desmantelamento, pela violência explícita, de todas as organizações populares e a sujeição de quadros intelectuais da classe média que pudessem constituir-se em oposição ao novo regime. (MENDONÇA, 2010, p. 38)

A fração de classe dominante rural tinha especial interesse no golpe para conter os movimentos sociais rurais e barrar a reforma agrária de Jango, por isso, ela foi uma das grandes articuladoras para tal. Nesse momento, como dito anteriormente, SRB e SNA se unificaram. Enquanto a SRB organizava eventos para debater o tema, participava de eventos acadêmicos (como a SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência), também levando seus posicionamentos até à Escola Superior de Guerra (por meio de palestras), a SNA enviava seu próprio projeto de reforma agrária ao Governo Federal. Além disso, mantinha suas revistas “A Rural” e “A Lavoura”, respectivamente, tocando no assunto em todos os editoriais dos anos de 1963 e 1964 até o golpe.

Por mais que a proposta de reforma agrária de Jango não fosse tão radical quanto noticiada, o que as classes dominantes temiam, de fato, era que os movimentos populares que já estavam organizados a forçassem a ser como queriam. Imediatamente após o golpe, a SRB organizou a “Concentração Nacional de Ruralistas pela Democracia”, em abril de 1964, de onde saiu um documento à Castelo Branco que dizia que: “a agricultura não impõe formas de exceção, favores ou privilégios para existir. Mas que se convoquem os homens capacitados da lavoura para a direção dos órgãos relacionados com os assuntos da agricultura porque eles e só eles saberão defender o orientar este inestimável setor” (A Rural, abr. 1964, p.12 *apud*. MENDONÇA, 2010, p. 40). A reivindicação da entidade foi atendida e naquele mesmo ano um diretor da SRB foi para o Ministério da Agricultura.

Mas haveria também outro entrave a ser enfrentado: o Estatuto da Terra, promulgado em novembro daquele mesmo ano. Apesar de o golpe ter dado ao patronato rural a “vitória” já

comemorada, o E.T. lhes parecia uma ameaça à grande propriedade, pois tentava impor limites ao latifúndio improdutivo. Em seu caráter geral, o Estatuto apresentava-se de forma contraditória, tendo em vista que nele havia preceitos liberais, mas também distributivistas. Seu caráter geral buscava formar uma classe média rural e apaziguar conflitos:

Para além de seus aspectos antipopulares e autoritários, o estatuto guardava evidente cunho reformista, como pode ser exemplificado pela própria definição de reforma agrária nele contida, inserindo-se num conjunto mais amplo de medidas vinculadas ao Plano de Ação Econômica do Governo (Paeg), mormente no tocante ao papel a ser desempenhado pela agricultura no desenvolvimento capitalista. (MENDONÇA, 2010, p. 41)

Vejamos agora, com mais detalhes, como se deu a elaboração deste Estatuto.

2.1.1) A Elaboração do Estatuto da Terra

No § 1º do Art. 1º da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, que dispõe sobre o Estatuto da Terra, tem-se que: “Considera-se Reforma Agrária o conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade”. Para que se tenha chegado a esse texto final, diversos debates, disputas, ajustes e acordos foram feitos. Muitos deles giravam em torno da discussão “sobre a necessidade de uma reforma agrária como condição para a modernização da agricultura e solução da questão política no campo” (BRUNO, 1995, p. 6).

A noção que consta no Estatuto sobre reforma agrária, na verdade, diz muito mais acerca de reforma fundiária, que era também uma ideia corrente desde os anos 1950 sobre a necessidade de eliminar o latifúndio improdutivo para criar um mercado consumidor, como vimos. Os grandes proprietários de terra não concordavam com essa compreensão e reagiram rapidamente ao que consideraram uma “traição” de Castelo Branco, porém, com a diferença de que agora não mais poderiam afirmar que essa reforma tinha caráter comunista, já que vinha de um militar, no pós-golpe. Além disso, no E.T. constava também a política agrícola que havia sido tão reivindicada por esses.

Mesmo assim, várias sugestões e substitutivos foram feitos, com o argumento de que não havia uma questão agrária no Brasil, e sim um problema rural que não passava pela estrutura da propriedade. Alegavam que a questão era de adequar uma política econômica: “as áreas economicamente exploráveis encontram-se ociosas, por falta de uma infraestrutura mínima, que os poderes públicos não souberam ou não quiseram dar-lhes” (PAR, 1964, c:1-3 *apud* BRUNO, 1995, p. 7).

Nesse momento, as táticas de enfrentamento à reforma agrária migraram da violência para o institucional, boicotando o projeto de lei (esse boicote se deu, inicialmente, através da recusa à participação nas reuniões convocadas pelo governo para discutir essas pautas, mesmo que isso sinalizasse que estaria sempre disposto a negociar com proprietários, mas mantendo-se firme na posição de que era necessário modernizar o latifúndio) ou criticando todos os pontos que tocavam a questão fundiária, especialmente a reforma agrária, a pequena propriedade familiar, o uso social da terra, o valor das possíveis desapropriações e o conceito de latifúndio.

Dentro dessa tática institucional, as ações traduziram-se também em questionar cada ponto expresso no Estatuto, desde pequenas coisas às conceituações mais gerais:

[...] cada conceito, palavra e vírgula foram exaustivamente dissecados e analisados: por exemplo, discutia-se, se a expressão mais correta deveria ser “direito à propriedade” ou “direito de propriedade da terra”; argumentava-se que a palavra minifúndio deveria anteceder a latifúndio em todas as situações de penalização e normatizações restritivas; propunha-se a inclusão da expressão “quando necessária” a todos os parágrafos que abordassem a modificação do regime de posse e uso da terra; criticava-se a demanda de uma estrutura agrária mais justa sob o argumento de que, com ela, estava subentendida a noção de injustiça; sugeria-se a substituição do termo “propriedade comprovadamente exploradas” pelo de “propriedades convenientemente exploradas”; e como se não bastasse, argumentava-se que, ao invés do conceito “latifúndio”, porque não utilizar o termo “grande propriedade rural?” (BRUNO, 1995, p. 8)

O sentido do questionamento ao termo “latifúndio” é justamente porque, por força do movimento camponês, a palavra tinha adquirido uma dimensão política, significando, de uma forma geral, sinônimo de monopólio e violência.

O Estatuto da Terra começou a ser discutido em abril de 1964, logo após o golpe, e contou com 14 versões até o texto final, de novembro daquele mesmo ano. De uma forma geral, o Estatuto mantém certa continuidade em relação ao período anterior ao golpe, como a “necessidade de modernização da agricultura, a noção de latifúndio como obstáculo ao desenvolvimento e industrialização e a implementação de uma classe média no campo” (idem, p. 10). Em relação às rupturas, a primeira delas foi a guinada à institucionalização. Isso porque Castelo Branco, em um primeiro momento da ditadura, apresentava-se como de uma linha moderada, a favor da legalidade, defensor de reformas estruturais, da reforma agrária e via que a saída para a crise era o combate à inflação, mudança na política externa e modernização da agricultura. “Para o governo, era imprescindível ‘tomar em mãos’ a bandeira da reforma agrária, pois ela qualificava politicamente a luta pela terra” (idem, p. 12), não deixando que ela se tornasse, mais do que já tinha se colocado em períodos anteriores, como uma luta subversiva. Para tomar para si essa bandeira, os militares deveriam passar a

impressão de que esta – e também outras reformas – não eram fruto de mobilizações sociais, e sim de “concessões da revolução”. Neste sentido,

[...] o governo Castelo Branco, ao mesmo tempo em que reprimia e intervinha, passou a controlar o que os trabalhadores deveriam discutir e reivindicar. Discutia-se a reforma agrária proposta no Estatuto da Terra, debatia-se a reconstrução do sindicalismo considerada como a única forma de organização definitiva da classe rural e determinava-se sobre a importância da extensão rural como o instrumento ideal para a mudança das mentalidades. Ou seja, houve não apenas um recuo ou uma mudança de tom na luta pela reforma agrária, mas uma mudança de conteúdo: passou-se do ataque frontal ao latifúndio à defesa do Estatuto da Terra. (BRUNO, 1995, p. 12)

Apesar da discussão sobre o Estatuto da Terra estar se dando em toda a sociedade, inclusive com grupos de trabalho sendo formados, alguns autores²⁵ analisam que aquele não era o melhor momento para se debater a reforma agrária no país, pois, enquanto essa discussão acontecia, os programas de tecnificação já estavam sendo implementados, como vimos no tópico anterior, o que garantiria maior produtividade. Os grupos que já estavam situados nesse processo eram setores mais modernos, integrantes do sistema capitalista internacional.

O grupo de trabalho para elaboração do Estatuto foi chamado de GRET (Grupo de trabalho sobre o Estatuto da Terra), e tinha a missão de redigir um documento que fosse base para a formulação do Anteprojeto do Estatuto da Terra e das Emendas Constitucionais. Faziam parte dele a vertente reformista do IPES, vários representantes técnicos e políticos dos próprios ministérios²⁶ e dois ministros de Estado, todos sob a tutela do General Golbery do Couto e Silva, chefe do SNI (Serviço Nacional de Informações), e do próprio Castelo Branco. Destes, o IPES constituía o grupo que tinha hegemonia nas formulações. Assim, elencaram a tributação como instrumento prioritário da reforma, legitimaram o modelo da pequena propriedade familiar e reforçaram a ideia de propriedade condicionada ao exercício da função social. Segundo Bruno, apesar de algumas diferenças,

[...] todos os componentes do Gret tinham em comum o anticomunismo; a definição de reforma agrária como uma reforma fundiária; a mística do órgão puro como “um aparelho especial com funções normativas, um organismo forte que deveria planejar e executar a reforma” (PAR, 1964e: 2); a ideia de que basta vontade política para fazer prevalecer a reforma agrária e a certeza de que através da dissuasão e da persuasão os grandes proprietários de terra e os anti-reformistas seriam convencidos sobre a importância da reforma agrária no país. (BRUNO, 1995, p. 15)

²⁵Como Luiz Viana Filho em “O Governo Castelo Branco”. Rio de Janeiro: José Olympio, 1976 *apud*. BRUNO, 1995, p. 14)

²⁶Entre eles, chama a atenção a presença de José Gomes da Silva, então representante da Supra. Este autor esteve também na elaboração da proposta de reforma agrária na constituinte de 1988.

As emendas constitucionais seriam para mudar os critérios de desapropriação por interesse social, constituir novas regras de tributação e fundar uma justiça agrária autônoma. Esse último ponto não teve consenso entre os grupos dominantes e foi retirado, “restando apenas a inclusão da palavra ‘agrário’ na alínea da Constituição que trata do assunto, o que permitiu à União legislar sobre o direito agrário como um ramo autônomo do Direito” (idem, p. 16). A tributação, depois de muita discussão, foi aceita e na forma como o movimento camponês propunha: com a possibilidade de pagamentos em títulos da dívida pública para indenizações desapropriações por interesse social.

Os membros do Gret, ao iniciarem a elaboração do E.T. acreditavam que seria uma tarefa fácil, visto que os movimentos já estavam neutralizados com a ditadura, porém, em diversos momentos houve resistência à proposta, tanto dos trabalhadores, quanto dos proprietários. Esses também acreditavam que seria possível realizar uma reforma agrária “isenta”, por se tratar de uma política abrangente “e não de uma política partidária ou luta de classes” (PAR, 1964d:8-9, apud. BRUNO, 1995, p. 17), bem como que bastaria uma lei objetiva e restrita para satisfazer uma distribuição “racional” da terra, com uma hierarquia de prioridades capaz de escapar das reações adversas. Reconheciam a necessidade de criar uma justiça agrária, já que o Brasil ainda não contava e nem reconhecia o Direito Agrário como um ramo importante do Direito.

Ao início dos trabalhos, o Gret estabeleceu três preceitos: bem-estar, direito à propriedade e função social. O primeiro, de bem-estar, apesar de vago, seria o que garantiria a função social²⁷ assentada no trabalho. Na verdade, desde a Constituição de 1946 esse preceito (da função social) já estava presente, mas não era cumprido. O que o Gret estava fazendo era colocá-lo no Estatuto da Terra seguindo a doutrina social da Igreja, baseada no respeito, solidariedade social e “condições que assegurassem a co-participação dos trabalhadores nas vantagens derivadas da exploração” (BRUNO, 1995, p. 18). Essa co-participação nada mais era do que adequar as relações de trabalho no campo, consideradas arcaicas, para um modelo parecido com o de trabalhadores industriais. Entendiam que a propriedade desenvolveria sua função social quando favorecesse o bem-estar dos proprietários e trabalhadores com níveis altos de produtividade. Sua realização dependeria de três formas de uso: eficiente, direto e correto, o que queria dizer, para o primeiro caso, adoção de uma tecnologia adequada; o

²⁷Para este trabalho é de extrema importância analisar o aparecimento da questão da função social da terra, pois ela volta à tona dos debates na elaboração da Constituição de 1988.

segundo buscava evitar ausências do proprietário e relações de trabalho²⁸ indiretas como arrendamento e parceria, e a última dizia respeito à conservação de recursos naturais, culturais e humanos. Bruno (1995) explicita que, posteriormente:

[...] ao estabelecer que o pleno exercício da função social implicaria em direitos e deveres (inclusive do Poder Público), o Anteprojeto permitiu à grande propriedade desenvolver o argumento de que ela não exerce uma função social por falta de apoio do Estado que não está cumprindo a obrigação de “zelar”, “estimular” e promover-la. [...] Desde já foram abertas brechas ao pleno exercício da função social que tanto defendiam, pois, em face das pressões dos parlamentares, num dado momento, o Gret argumentava que o uso da terra deveria ser condicionado à função social, sim, **“desde que se verificassem as condições mínimas indispensáveis demandadas pela pressão da representação das entidades patronais”**. (BRUNO, 1995, p. 20. Grifos nossos.)

A função social também mexia com outro preceito estabelecido: o de direito à propriedade, o que mais polarizou as discussões, pois, no entendimento dos proprietários, uma coisa fere a outra, já que para se ter o direito à propriedade, essa teria que estar condicionada à função social.

Uma outra grande preocupação do Gret era em relação às definições de propriedade familiar e latifúndio (além de também minifúndio e empresa rural. Essas quatro palavras constituíam conceitos básicos para a elaboração do Anteprojeto). De fato, no projeto é privilegiado o modelo de propriedade familiar e há uma conceituação de latifúndio de acordo com seu tamanho e uso. Vale lembrar que era intenção do E.T. criar uma classe média rural a partir de mudanças no regime de posse e uso da terra para que a industrialização tivesse mercado consumidor no campo.

A propriedade familiar, nos moldes em que fora apontado pelo Gret, não visava o tamanho das propriedades, pois buscava “afastar-se de toda filosofia por hectare e de toda turbulência em torno da definição sobre a pequena, média e grande propriedade” (PAR, 1964g: 6, *apud*. BRUNO, 1995, p. 21). Assim, buscava-se referências nos *farmers* europeus e norte-americanos e na noção de “empresa-família”, porém, sem que isso significasse a exclusão de demais formas de propriedade e nem concorrência com empresas rurais.

O latifúndio foi considerado aquele que tivesse fins exclusivamente especulativos, sem verificação de aproveitamento da terra ou com formas de uso deficientes ou ainda que excedessem “ao limite máximo indicado nos termos da lei e pelas condições e sistemas agrícolas regionais” (*idem*, *ibidem*). Foram atribuídos ao latifúndio uma série de problemas estruturais do país:

²⁸Os direitos dos trabalhadores foram suprimidos desde a primeira versão do Estatuto, deixando, em seu lugar, noções que diziam que era “dever do Estado” e o trabalhador apenas um beneficiário, deixando claro, mais uma vez, a ideia do Estado que concede e promove.

Como fundamento para a definição de latifúndio diagnosticou-se uma rigidez na estrutura fundiária, e isso foi fator impeditivo ao desenvolvimento de uma cultura empresarial, além de contribuir para o maior distanciamento entre elite²⁹ e povo. Os males do latifúndio não se restringiam ao rural, e seriam responsáveis pela não qualificação da mão-de-obra, a favelização, o empreguismo e o peleguismo. Para o Gret, o latifúndio, independente do fato de ser produtivo ou não, representava um grave problema. **O improdutivo, cumpria extingui-lo “progressiva e aceleradamente”.** Já o produtivo, quando obsoleto, na sua vertente mercantil tipo *plantation*, necessitava **ser condicionado ao interesse econômico e à preservação da função social.** (BRUNO, 1995, p. 23. Grifos nossos.)

Quanto à empresa rural não havia muita preocupação em defini-la naquele momento, pois acreditavam que essa definição não influenciaria muito uma lei de reforma agrária. Bastava dizer que a empresa rural seria uma forma racional de uso da terra e estimular que se modernizassem os latifúndios produtivos para que se tornassem empresas agrícolas. Essa falta de definição foi a brecha que deu, posteriormente, condições de continuidade do latifúndio.

O Gret, ao estabelecer esses conceitos e preceitos básicos para o E.T., acabou por criar contradições em sua gênese e passar a ideia de que haveria uma divisão entre o que seria distributivo (propriedade familiar) e o que seria produtivo (empresa agrícola), onde cada um teria sua lógica e sua lei própria. Um garantiria a subsistência e outro a produtividade e desenvolvimento nacional.

Em julho de 1964 foi realizado em Viçosa-MG um encontro de secretários de agricultura dos estados de todo o Brasil para discutir e contribuir com o Estatuto da Terra que estava sendo elaborado desde abril pelo Gret. Esse encontro aconteceu por pressão dos secretários e de proprietários rurais para ampliar a discussão do E.T., e aconteceu em um clima tenso: “Durante o Encontro de Viçosa, quase nada e ninguém foram poupados. Questionava-se desde o título da lei até a competência de seus formuladores” (BRUNO, 1995, p. 24).

Os secretários diziam que somente eles eram os legítimos representantes para elaborar o Estatuto, já que “apenas eles estavam em contato com a terra e com o povo em cada região do país”. O governo alegava que a proposta de lei tinha caráter democrático e de distribuição de terra e renda, ao passo em que os proprietários enxergavam isso como confisco. Esse argumento acaba por ser vencedor já que, ao final do Encontro, os proprietários conseguiram reduzir o valor da alíquota da tributação das terras de 0,5% para 0,3% (idem, ibidem).

²⁹Explicito que não concordo com o conceito de ‘elite’, por observar que esta retira o caráter de classe das análises ao ser empregada. Foi aqui citada pois está na obra de referência da citação. Para maiores informações ver em: “A crítica de Gramsci à teoria das elites: Pareto, Mosca e Michels e a democracia burguesa” de Anita Helena Schlesener. Disponível em: http://www.unicamp.br/cemarx/anais_v_coloquio_arquivos/arquivos/comunicacoes/gt1/sessao4/Anita_Schlesener.pdf. Acesso em: 21/11/2015.

Em Goiás respondia pela pasta Luiz Barreto de Correia Menezes Neto, secretário de agricultura no governo de Emílio Rodrigues Ribas Júnior, Engenheiro Químico e Agropecuarista, natural de Itumbiara, formado em Engenharia Química pela Universidade do Brasil no Rio de Janeiro. Posteriormente foi também Secretário de Estado da Agricultura no Governo de Otávio Lage (1966), Secretário de Estado do Interior e Justiça também no Governo Otávio Lage, Deputado Estadual pela ARENA de 1971 a 1975 e novamente Secretário de Estado da Agricultura no Governo de Irapuan Costa Jr (1975-1979). Foi também Diretor da seção da pecuária de corte da Federação da Agricultura do Estado de Goiás, FAEG. E no governo Irapuan Costa Jr, propôs a criação da empresa estatal Goiás Carne, da qual foi presidente durante 15 anos³⁰. Percebe-se, nessa breve caracterização do secretário agropecuarista, as reais intenções dele ao questionar o Estatuto da Terra que estava sendo elaborado.

Como era de se esperar, a ideia de propriedade familiar contida no anteprojeto também foi criticada ao mesmo tempo em que defendiam a empresa rural: “latifundiários e empresários se apresentaram como os guardiões da empresa rural, e consideraram toda e qualquer medida de política fundiária como uma agressão à empresa rural e um limite à possibilidade de expansão da grande empresa capitalista no campo” (idem, p. 26). Com isso, o Gret se viu obrigado a elaborar melhor sobre essa, ordenando “pressupostos econômicos, políticos e sociais acerca da redefinição das relações entre agricultura e indústria, da reconfiguração das relações sociais no campo e do padrão tecnológico a ser desenvolvido” (idem, ibidem), dando à empresa um lugar privilegiado na redação da lei. O empresário rural passa então a ser consolidado como uma nova categoria, muitos deles, latifundiários que migraram para essa nova denominação.

Findado o Encontro de Viçosa, o Gret teve tempo para reelaborar todas as questões apontadas e em novembro de 1964 o projeto foi para votação no Congresso Nacional, onde mais uma série de batalhas foram enfrentadas, algumas já discutidas sendo retomadas com todo vigor. As emendas e substitutivos tentavam retirar tudo o que ainda havia ficado quanto à reforma agrária no texto.

Quase todos os substitutivos apresentados condenavam o anteprojeto por “**subordinar em demasia o conceito de reforma agrária ao regime de posse e uso da terra**” (PAR, 1964c). A noção de democracia foi condicionada à **intocabilidade da propriedade fundiária**, e não se admitia nenhuma distinção na garantia do direito de propriedade. Exigiam-se a **retirada da noção de latifúndio por dimensão e a supressão do instrumento da desapropriação**; requeria-se a

³⁰Informações contidas no sítio da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás: <http://al.go.leg.br/deputado/perfil/deputado/1750> Acesso em: 25/11/2015.

desobrigação por parte da empresa rural de comprovar uma área mínima explorada e de usar práticas conservacionistas; e determinava-se a omissão de toda e qualquer referência ao absenteísmo do proprietário (PAR, 1964c). Quanto ao justo valor da tributação, quando aceito, este deveria ser convencionado “amigavelmente” entre as partes. Criticava-se até mesmo a reforma agrária gradual, sob o argumento de que ela induziria “lenta e despercebidamente a uma mentalidade socializante” (PAR, 1964c). (BRUNO, 1995, p. 27. Grifos meus.)

Com isso, foi feita uma nova rodada de negociações e foi garantido que a reforma agrária seria uma política transitória, enquanto a política agrícola seria permanente.

Moacir Palmeira³¹ no artigo “Modernização, Estado e Questão Agrária”, publicado na Revista Estudo Avançados em 1989, procura provar a tese de que “as transformações ocorridas no campo foram maiores que a modernização”, pois, “alguns processos, paralelamente à modernização, pesaram na transformação do perfil do setor agrário brasileiro” (PALMEIRA, 1989, p. 105), entre esses processos que complexificaram o campo estão o Estatuto do Trabalhador Rural e o Estatuto da Terra.

Com a elaboração do Estatuto do Trabalhador Rural em 1963, o Estatuto da Terra em 1964 e a legislação previdenciária em 1970, criou-se um novo aparato jurídico para o campo. Além dos planos e metas que já foram aqui abordados, cabe, então, buscar uma análise que traga reflexões sobre essa legislação, que passou a existir.

É importante salientar que do ponto de vista dos movimentos sociais, os dois Estatutos são fruto de um longo processo de lutas sociais e políticas e não representam apenas a vontade de um grupo ou de um jogo de conflitos. São importantes também na medida em que estabelecem conceitos e diretrizes. Em suma, têm sua importância apenas pelo fato de passarem a existirem, já que serviram para balizar novas relações.

Antes de indicar uma política, a nova legislação impôs um novo recorte de realidade, criou categorias normativas para o uso do Estado e da sociedade, capazes de permitir modalidades, antes impensáveis, de intervenção do primeiro sobre a última. Ao estabelecer, com força de lei, conceitos como latifúndio, minifúndio, empresa rural, arrendamento, parceria, colonização, etc., o Estado criou uma camisa de força para os tribunais e para os seus próprios programas de governo. [...] nesse sentido, independentemente da efetivação de políticas por ela possibilitadas – a reforma agrária, a modernização agrícola, a colonização são exemplos – a nova lei passou a ter existência social a partir da hora em que foi promulgada. Tornou-se uma referência capaz de permitir a reordenação das relações entre grupos e propiciar a formação de novas identidades. (PALMEIRA, 1989, p. 95)

O Estatuto da Terra, ao mencionar diversas categorias - como proprietários, trabalhadores rurais, parceiros, arrendatários, etc. - revela uma diversidade de interesses e

³¹Professor da UFRJ, passou por diversas outras universidades e algumas entidades como a CONTAG (1978-1989), Fundação Ford e INCRA (diretor de recursos fundiários entre 1985-1986). Graduado em Ciências Políticas, se dedica atualmente à estudos na área de Antropologia, coordena o projeto “Memória Camponesa” (registro visual e sonoro dos militantes pré e durante a Ditadura).

aponta para a possibilidade de políticas específicas para cada uma delas, pois abre precedente para diferentes vias de desenvolvimento da agricultura, bem como de intervenção do Estado. Porém, como se manteve ambíguo, essa ambiguidade, na maioria dos casos, acabou por ser usada para privilegiar a modernização do latifúndio e não a formação de propriedades familiares (que nele constava).

Pode-se dizer que a grande intervenção do Estado no setor agrícola também foi o crédito subsidiado, que chegou a representar 18% da produção agrícola e muito dele era desviado para outras atividades, sem contar que ficava concentrado nas mãos de poucos proprietários (PALMEIRA, 1989, p. 90).

Segundo Palmeira, com a maior presença do Estado no campo, diminui o poder oligárquico local pelo esvaziamento de suas funções ou criação de novos mediadores. Para o autor: “O Estatuto do Trabalhador Rural reconheceu a existência do trabalhador rural como categoria profissional, como parte do mundo do trabalho”, já o Estatuto da Terra “reconheceu a existência de uma questão agrária, de interesses conflitantes dentro daquilo que, até então, era tratado como um todo indivisível, a agricultura”. Além disso, alargou-se a concepção de questão agrária, envolvendo obras públicas, fenômenos naturais, etc. Isso fez com que esses temas se tornassem objeto de pressão junto ao Estado, que passa a ter relação com eles.

Regina Bruno concorda que “é inquestionável a importância do Estatuto da Terra”, sobretudo porque é ele “que vai fazer a relação entre o Estado e o sindicalismo na luta por terra”, porém, sua versão final apresentou “uma série de ambiguidades, ressalvas e vetos” (BRUNO, 1995, p. 30). Como veremos no tópico seguinte, com essa derrota política, restou aos defensores da reforma agrária a luta institucional pela aplicação do Estatuto da Terra. Esse é praticamente o único norte que conduz todas as movimentações de trabalhadores rurais até meados da década de 1970. Esmiuçado todo o processo de elaboração do Estatuto, voltemos agora para as reações das entidades patronais a este.

2.1.2) A reação das entidades patronais

Como vimos a justificativa ideológica de que a perspectiva reformista do novo governo era comunista já não surtia efeito, sendo o atual governo militar. Sendo assim, além de mudar suas táticas durante a elaboração do Estatuto da Terra, o discurso patronal passa a ter um caráter diferente: acusava Castelo Branco de traição a seus interesses.

A SRB, que era contrária a qualquer tipo de reforma, atuava em diversas áreas divulgando seus argumentos, especialmente nos editoriais de sua revista “A Rural”, que dava

notícias sobre as ações impetradas para tentar barrar a emenda constitucional. Diziam-se a favor de uma reforma agrária “autêntica”, de viés produtivista, e denunciavam o “abandono” do governo aos produtores. A SNA, vinculada à CRB³² (Confederação Rural Brasileira) seguia pelo mesmo caminho e sua proposta de reforma agrária era alicerçada em quatro pilares:

[...] a) a reformulação agrícola, que incluía a concessão de créditos à longo prazo e juros módicos à agricultura, o emprego de técnicas modernas na agricultura e na pecuária, a mecanização da lavoura, o financiamento de adubos a prazos convenientes e o fomento à formação de cooperativas agrícolas; b) “reforma agrária” propriamente dita, definida como “a sequência de medidas que segue ao que se chamou reformulação agrícola”, dentre elas o parcelamento das terras devolutas da União, a recuperação das terras devolutas das zonas mais afastadas dos grandes centros e a identificação das terras que, por sua extensão, dificultassem o desenvolvimento da produção; c) intensificação do auxílio às firmas de colonização; e d) organização dos pequenos produtores hortigranjeiros das grandes capitais em cooperativas. (A Lavoura, maio-jun. 1963, p. 8-9, *apud*. MENDONÇA, 2010, p. 39)

Quanto a sua base, a SRB tinha entre seus integrantes setores mais inovadores, especialmente de São Paulo e do sul do país, enquanto a SNA mantinha relações em todas as regiões. A SRB, por isso, se aproximou de entidades, de federações de associações rurais e de agricultura de São Paulo e principalmente do Paraná em defesa da propriedade, cobrando do governo o seu apoio (como a contundente participação na Marcha da Família com Deus pela Propriedade e promoção de eventos anticomunistas) à “revolução”. Um dos mecanismos de cobrança foi a organização da “Concentração Nacional de Ruralistas”, em abril de 1964, que aprovou repúdio ao Estatuto da Terra, que pretendia estabelecer o “absurdo conceito de latifúndio (A Rural, jul. 1964, p18 *apud*. MENDONÇA, 2010, p. 45). Mesmo constatando as brechas no Estatuto, como vimos acima, a entidade continuava considerando-o como o “derradeiro ato do drama agrícola nacional” (*idem*, *ibidem*). Diziam-se ainda frustrados pela “revolução” da qual esperavam a “redenção”.

Com toda a pressão dessas entidades, além do Encontro de Viçosa, como vimos, o governo recuou em várias questões do E.T. Além disso, a dualidade – onde um cuidaria do desenvolvimento agrário e o outro da reforma agrária, não trabalhando juntos – de órgãos Inda e Ibra também se deve à essa movimentação.

Enquanto empreendia ações contra o Estatuto da Terra, a SRB ainda tratava de divulgar sua própria proposta de reforma agrária. Após a aprovação desse, passaram a difundir possíveis intenções conspiratórias dos militares que os haviam “traído”, divulgando em sua revista que o verdadeiro objetivo do Estatuto era a “destruição do fazendeiro, do

³²Segundo Mendonça (2010), tratava-se de uma “entidade ‘sindical’ patronal atrelada ao Estado nos moldes corporativistas”.

sitiante, do criador, ou usineiro ou retalhamento imediato da propriedade rural e, pela força dessa loucura, sua coletivização estatal” (A Rural, nov. 1964, p.8-9, *apud*. MENDONÇA, 2010, p. 47).

Após a aprovação do Estatuto e a consolidação das medidas de modernização no campo, vários conflitos passaram a acontecer, até mesmo entre a classe dominante rural. Em 1972 o Inda e o Ibra, que materializavam a divisão entre questão agrícola e questão agrária promulgada pela E.T., foram extintos, e em seu lugar foi criado o Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). Esse órgão foi criado, inicialmente, com o objetivo de “corrigir” os rumos da condução da reforma agrária e para isso, apresentava-se como solução a colonização de terras em novas regiões de fronteira. Além disso, orientava fluxos migratórios para fora do campo. Essas duas medidas abriram mais espaço ainda para as empresas rurais.

Além de colonizar fronteiras em favor do grande capital, nacional e estrangeiro, a política de **“modernização” da agricultura perpetrada pelos governos militares a partir dos anos 1960 pautou-se por outro aspecto essencial: a farta concessão de créditos e subsídios estatais, seletivamente direcionados para a agricultura patronal**, de modo a disseminar tecnologia e privilegiar produtos destinados à exportação ou vinculados a programa energéticos – como o Programa Nacional do Alcool (Proálcool), por exemplo. **Tal orientação agravaria a exclusão social no campo e nas cidades, como consequência do intenso êxodo de trabalhadores rurais desapropriados em direção às regiões metropolitanas**, engrossando o significativo contingente de miseráveis urbanos, igualmente desprovidos de direitos mínimos. (MENDONÇA, 2010, p. 49. Grifos meus.)

Dentro dessa modernização, seu maior símbolo foram os CAIs (Complexos Agroindustriais), que consolidariam os modelos de produtividade e desempenho capitalista no campo. Assim, com repressão e incentivo a alguns setores, além de um Estatuto que estabelecia duas formas de tratamento distintos, o capitalismo fora edificado no campo brasileiro. Veremos na sequência como se deu a reação dos trabalhadores rurais a isso.

2.2) Movimentos de trabalhadores rurais durante a Ditadura

Após o golpe, as lutas dos movimentos sociais e partidos de esquerda como um todo entraram em refluxo em todo o país. A tutela militar, como vimos anteriormente, foi capaz de implementar uma série de medidas de caráter modernizador. Algumas reformas vinham de demandas que eram muito anteriores ao golpe, como as reformas bancária, universitária, administrativa e até a agrária, através do Estatuto da Terra.

A gestão de Castelo Branco, o primeiro dos militares no poder, é tida por alguns como mais moderada, porém, a partir de Costa e Silva, e depois com Médici, a Ditadura passa para

uma fase ainda mais repressiva, sobretudo a partir do AI5. Com esse Ato Institucional instaurado, diminuindo mais ainda as mobilizações, o “Milagre Econômico” pretendido pelos militares foi possível de ser orquestrado, com subsídios e incentivos fiscais que geraram crescimento econômico com concentração de capitais e renda, tanto em nível pessoal como por regiões também. O milagre aumentou a produção de bens de capital, modernizou parques industriais, estimulou a modernização agrícola e mais uma nova leva de ocupação de fronteiras (agora com mais afinco na Amazônia).

No primeiro governo militar falou-se ainda em Reforma Agrária, depois, o termo foi substituído por colonização, ocupação de espaços vazios e transformação da agricultura (MEDEIROS, 1989, p. 85). Foram lançadas obras e fundados projetos e programas como o PIN (Projeto de Integração Nacional), o PROTERRA (Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria), o FUNRURAL e a construção da rodovia Transamazônica, que eram muito propagandeados pelo governo, porém, ineficazes do ponto de vista dos trabalhadores.

Para os trabalhadores urbanos, além da repressão, a ditadura tinha significado também arrocho salarial. Para os rurais, êxodo, maior número de despejos e aumento do número de trabalhos temporários. De uma forma geral, a ditadura representou para toda a esquerda: manifestações impedidas, imprensa censurada, organizações clandestinas, torturas e desaparecimentos.

Na metade da década de 1970, a ditadura começa a dar seus primeiros sinais de crise, com a crise mundial do petróleo. Além disso, em 1974 o MDB, único partido de oposição consentido pelos militares, consegue grande vitória eleitoral. As mobilizações pela reabertura política se intensificam a partir de 1975 com a morte de Vladimir Herzog. Não só dentro da esquerda, mas também alguns empresários começavam a se mobilizar em uma oposição antiestatizante. Em 1978 começam as greves do ABC que têm grande impacto no movimento dos trabalhadores do Brasil inteiro, bem como as lutas pela anistia e as denúncias dos conflitos no campo. Começa-se aí o processo de distensão brasileira. A bandeira da constituinte começa a ser debatida justamente nesse momento de distensão e abertura “lenta e gradual” da ditadura, com o Pacote de Abril de 1977 e os debates na esquerda. Analisemos primeiro os movimentos sociais do campo de uma forma geral no período ditatorial.

Com o início da repressão aos trabalhadores, uma das primeiras ações foi o fechamento de sedes de Ligas Camponesas e sindicatos rurais, que foram não só fechadas, como também vasculhadas em busca de documentos que incriminassem seus participantes.

Muitos dirigentes fugiram e se exilaram, outros sofreram perseguições, foram presos ou assassinados. Nas áreas de conflitos mais intensos, ocorreram verdadeiras ocupações militares. Os despejos começaram a acontecer com maior frequência e sem resistência, devido à repressão. Algumas áreas que já haviam sido desapropriadas foram revistas e devolvidas a seus antigos donos. Outra ação impactante para os movimentos sociais de luta pela terra foi que logo no início da ditadura foi anulado o decreto de João Goulart que desapropriava terras nas margens das rodovias.

Todavia, o campo era uma preocupação dos militares, que reconheciam a necessidade de modernizar a estrutura agrária e evitar conflitos, aumentando a produtividade e criando uma classe média rural, de perfil empresarial, como vimos. Por isso, formou-se logo em 1964 o grupo de trabalho para elaborar uma proposta de Reforma Agrária – tratada agora em seu caráter mais técnico - que daria origem ao Estatuto da Terra. Nele foi aprovada também uma demanda dos trabalhadores: o pagamento das terras desapropriadas com títulos da dívida agrária (MEDEIROS, 1989, p. 87).

O E.T., como sabemos, foi muito mais uma lei de desenvolvimento rural do que de reforma agrária propriamente. Tipificava os latifúndios por exploração e por dimensão, minifúndios e as empresas rurais, com nítida valorização desse último tipo. A partir disso, o E.T. acaba por impor aos trabalhadores rurais um determinado campo de luta, porém, os questionamentos e críticas só apareceriam alguns anos à frente. À princípio, segundo Medeiros (1989), sua aprovação representou uma esperança e um patamar possível para reivindicações. A SUPRA, que havia sido criada por João Goulart, foi extinta, e em seu lugar foram criados o IBRA (Instituto Brasileiro de Reforma Agrária) e o INDA (Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário).

Já tratamos no tópico anterior das alterações na arena institucional para o campo, porém, cabe observar como isso impactou as lutas dos trabalhadores, pois, apesar de duramente reprimidos e muitos fechados, pelo menos alguns sindicatos continuaram a existir, com interventores ou não. Era intenção dos militares manter algumas dessas organizações, porém, sob sua tutela. Esses interventores, muitas vezes, foram indicados por setores da Igreja Católica que, nesse período, passa a ter grande importância no campo. Porém, vale ressaltar que até mesmo o sindicalismo cristão³³ sofreu repressão.

³³A Igreja Católica vinha se organizando, desde a década anterior, para disputar com o PCB e as Ligas Camponesas o controle do movimento camponês no Brasil. Esse sindicalismo cristão tinha por objetivo o combate ao comunismo e a defesa da harmonia social, negando a luta de classes. Mas também tinha tendências que eram opostas a esse posicionamento, como a Ação Popular (AP). Em Goiás, muitos sindicatos foram fundados desta forma. No capítulo 03 analisaremos como se deu este processo no estado.

Algumas greves aconteceram nos anos iniciais da ditadura. Entre 1964 e 1968, pouco antes do AI5 houve, inclusive, uma greve geral de todos os engenhos e usinas no município do Cabo-PE, “reivindicando pagamento de salários atrasados, aplicação do Estatuto da Terra e principalmente a extensão da previdência social ao trabalhador rural” (idem, p. 89). Nos locais onde os sindicatos conseguiram se manter ou se reestruturar após o golpe, esses se mantiveram nas lutas por preservação de direitos como salários e previdência, que tinham sido recentemente conquistados antes do golpe, inclusive, em alguns casos, com ações judiciais contra patrões. Nas regiões de conflitos de terra, os sindicatos tentavam manter os trabalhadores na área, também através de ações na justiça (e muitas vezes reivindicando o Estatuto da Terra). Porém, essas práticas eram fragmentadas e espalhadas em todo o Brasil, não conferindo unidades de luta comum.

Criada pouco antes do golpe, a CONTAG³⁴ sofreu intervenção e, após o exílio de seu então presidente, foi nomeado um interventor da ala do sindicalismo cristão. Em 1965 os interventores em diversos estados foram legitimados pelo voto e em 1966 foi realizado, sob patrocínio do INDA, um congresso da entidade para esclarecer o E.T. Nesse congresso apareceu sugestões de alterações de alguns itens do estatuto, reivindicações quanto à Previdência Social, direito de greve, etc. A bandeira da reforma agrária havia perdido força e quando mencionada era apenas no intuito de cobrar que o IBRA aplicasse a lei.

Porém, ao longo dos vinte anos de ditadura militar no Brasil, pode-se verificar que houve continuidade e, em alguns momentos, intensificação das lutas no campo, mas essas eram feitas de forma isolada. Por outro lado, o sindicalismo rural se reorganizou através da CONTAG, por isso a importância da entidade neste período. Em 1967 há uma nova eleição nesta entidade e a chapa vencedora é eleita com as bandeiras de luta por direitos, reforma agrária e previdência. A luta por “direitos” e a divulgação desses da forma mais ampla possível era a forma que se tinha para driblar a baixa mobilização dos trabalhadores (devido ao medo da repressão) e os sindicatos com direções de interventores. Neste sentido, a lei tornou-se campo de disputa. Em 1969 a entidade lança o jornal “O Trabalhador Rural” justamente nesse intuito e também para tentar dar unidade a essa pretendida forma de luta.

O ponto de partida da concepção que passa a reger a prática da Contag era o de que os direitos existiam, mas não eram respeitados. O referencial legal era o Estatuto do

³⁴A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) foi reconhecida pelo Ministério do Trabalho e Emprego em 31 de janeiro de 1964 e tornou-se a primeira entidade sindical do campo de caráter nacional. A ideia de sua criação, segundo documento da própria entidade, deu-se em uma época em que ocorriam sucessivos conflitos agrários e era necessário organizar os movimentos de camponeses espalhados pelo Brasil. Sua atuação foi inaugurada durante as discussões das reformas de base de Jango. Com o golpe, seu então presidente Lyndolpho Silva, foi preso e exilado.

Trabalhador Rural, regulador das relações entre capital e trabalho, e o Estatuto da Terra, que disciplinava quer as relações entre parceiros, arrendatários e proprietários de terra, quer as condições que tornavam possíveis as desapropriações para fins de reforma agrária. Do ponto de vista do Estatuto do Trabalhador Rural, a orientação era no sentido de cobrar as transgressões na justiça, encaminhando cada caso que representasse uma violação dos regulamentos existentes para a relação capital/trabalho. Acionava-se, pois, o patrão. Do ponto de vista do Estatuto da Terra, pelo menos no que diz respeito à reforma agrária, a cobrança do seu cumprimento era feita predominantemente às “autoridades” em especial ao Presidente da República. (MEDEIROS, 1989, p. 92)

Percebe-se nesse padrão de ações da Contag, baseado no recurso à justiça, um claro legalismo. Tanto assim que as federações e os sindicatos montaram suas assessorias jurídicas para encaminharem os conflitos desta maneira. Muitas vezes essas ações acabavam funcionando como um chamariz aos trabalhadores, que se aproximavam dos sindicatos para resolverem seus conflitos com os proprietários através dos advogados da entidade. Essa foi também a saída encontrada porque caso os sindicatos se mostrassem mais combativos, logo seriam alvos de intervenções ou até prisões.

As dificuldades encontradas nesta nova fase das lutas no campo não eram só em relação à forma de luta, mas também à unidade. O Ministério do Trabalho tinha estipulado que os sindicatos representariam qualquer pessoa que exercesse atividade profissional rural, isso significava uma série de categorias, muitas delas distintas e até contraditórias entre si.

Outro ponto que era fundamental nas reivindicações dos trabalhadores rurais, agora centradas no âmbito da luta por direitos, era a questão da previdência rural. Apesar do Estatuto do Trabalhador Rural (de 1963) versar sobre o tema, ela só começou a ser implementada anos depois e de forma parcial. Só em 1971 com a criação do Programa de Assistência ao Trabalhador Rural, conhecido como Funrural, ela foi efetivada. Antes disso, através da Lei de Valorização da Ação Sindical, o governo visava estimular a participação em sindicatos, mas pelo motivo de que eles seriam ventríloquos de assistência social, médica e odontológica, além de empréstimos financeiros para reformas, ampliações, construção de colônias de férias, clubes, creches, ambulatórios, cooperativas de consumo, etc. Ou seja, transformariam os sindicatos em puro assistencialismo, chegando a receber verbas diretamente do Funrural para esses feitos. Devido às dificuldades de dar cabo à outras ações mais radicalizadas, muitos sindicatos reduziram sua atuação a somente isso. Em algumas cidades a situação era tão grave que sindicatos eram fundados até mesmo por autoridades locais como uma mera agência assistencial vinculada ao Funrural, conseguindo votos e favores através dele.

Com o aumento de sindicatos com esse perfil, a heterogeneidade só se aprofundou e esses se encontravam cada vez mais distantes de suas bases. Diante disso, a Contag, buscando manter as bandeiras históricas, organiza seu 2º Congresso em 1973, que teve como tônica a busca de formação sindical de lideranças na tentativa de unificação e renovação das direções e retomada de trabalhos de base diante da consciência da diversidade dessa. Continuavam ainda propondo a luta por reforma agrária via Estatuto da Terra, acreditando que nele já estavam as bases para esta, bastando fazê-lo cumprir e cobrando que se “desse à terra sua função social” (idem, p. 99). Além disso, reiterava-se que reforma agrária não poderia ser confundida com colonização em áreas distantes. O Congresso ainda reconhecia o amplo processo de priorização à modernização de interesse do grande capital implementado pelos governos da ditadura e das fronteiras abertas por interesses agropecuários, que vinham gerando intensos conflitos de terra. Após esse Congresso alguns aspectos foram mudados no seio da entidade, principalmente em relação à formação sindical. A ênfase dada à educação neste período sofreu grande influência da Igreja, com formação de lideranças e conscientização de direitos. Desta forma, percebe-se que o legalismo foi mantido. Como os sindicatos estavam distantes das bases, algumas entidades paralelas foram criadas, muitas delas com o apoio da Igreja, como o Centro de Defesa dos Direitos dos Pobres (CDDP) em Pernambuco.

A situação dos trabalhadores no campo ia se agravando e surgiram novas categorias como os boias-frias, trabalhadores volantes, clandestinos e aqueles que combinavam as atividades no campo com outras na cidade devido ao alto índice de expulsões causado pela modernização e baixa mobilização. Esses trabalhadores ficavam ainda à margem das defesas legais dos sindicatos, já que não tinham vínculos formais.

Na década de 1970 aconteceram ainda muitos conflitos de posseiros, parecidos com os que tinham acontecido na década de 1950, dessa vez, devido à modernização, expansão das atividades agropecuárias –sobretudo na Amazônia– e construção de grandes obras (como barragens). Com a imprensa censurada, esses conflitos não foram noticiados e a grilagem tinha a conivência do poder judiciário e a omissão do Incra. Devido à essa falta de acesso até mesmo às informações, Leonilde Sérvalo Medeiros afirma:

Não é possível enumerar todos os conflitos desse período, dada sua enorme quantidade, abrangência e diversidade. Não houve, na década de 70, um único estado da federação onde a luta pela terra não estivesse presente, de forma mais ou menos aguda. (MEDEIROS, 1989, p. 110)

Quando esses conflitos chegavam até os sindicatos esses simplesmente os passavam ao âmbito da justiça ou denunciavam ao Incra, o que se mostrava ineficiente. Os pedidos de desapropriação com base no E.T. continuavam sendo feitos, porém, o que de fato ocorria era

que as lutas se davam em duas instâncias: a legal (pelos sindicatos) e ação direta de forma autônoma pelos trabalhadores, geralmente vítimas de muita violência. Essa postura dos sindicatos deu origem a novas formas de organização posteriores.

Nesse bojo, a Igreja, de diversas maneiras, teve seu papel importante nas lutas do campo durante a ditadura. No início da década de 1970 surgiram linhas que apoiavam as lutas dos trabalhadores e a Comissão Pastoral da Terra (CPT) é uma das que teve maior importância. Fundada em junho de 1975, durante o Encontro de Pastoral da Amazônia, convocado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e realizado em Goiânia, a entidade se comprometia na luta pela reforma agrária buscando dar cumprimento “ao espírito e à letra do Estatuto da Terra”, prestando assessoria e apoio aos trabalhadores rurais e estimulando-os à auto-organização. Muitos padres foram assassinados nesta década, outros colocados na Lei de Segurança Nacional, mas, mesmo assim, o fato de ser parte da Igreja dava à entidade um respaldo para fazer denúncias de violências e problemas no campo.

Observando atualmente a descrição feita pela própria Comissão Pastoral da Terra em seu sítio na internet temos que Comissão Pastoral da Terra (CPT) é:

[...] uma Pastoral que **apóia, acompanha e assessora** os povos da terra e das águas e lhes presta um serviço de caráter pastoral. Em suas ações a CPT **estimula os homens e as mulheres do campo a criarem seus próprios movimentos e organizações autônomas**. Preocupa – se, sobretudo, com a violência sofrida pelos trabalhadores e com o desrespeito aos seus direitos. Esta realidade levou a Pastoral da Terra a priorizar a ação profética da denúncia, dando voz e vez aos trabalhadores e trabalhadoras, registrando as situações de violência e as ações de resistência e luta dos povos e tornando – as públicas para a sociedade brasileira e para os organismos internacionais. (Disponível em: <http://www.cptnacional.org.br> Acesso em 18/11/2015. Grifos meus.)

Ao longo dessa tese utilizamos fontes e investigamos a atuação da CPT de forma pormenorizada, sobretudo na década de 1980, quando também remeteremos com maior empenho à sua fundação e atuação desde então.

Outro trabalho importante ligado aos trabalhadores rurais desempenhado pela Igreja e ligado à CPT no início da década de 1970 foram as CEBs. Nos escritos de Frei Beto em “Comunicação Popular e Alternativa no Brasil”, livro de coletânea de artigos sobre o tema organizado por Regina Festa e Carlos Eduardo Lins da Silva em 1986 temos que:

As CEBs são pequenos grupos integrados por leigos cristãos, organizados em torno da paróquia (urbana) ou da capela (rural), por iniciativa, em geral, dos próprios padres e bispos católicos. (...) São grupos de natureza religiosa e de caráter pastoral. Podem ter dez, vinte ou cinquenta membros. Nas paróquias da periferia urbana, a comunidade cristã pode estar diluída em vários CEBs ou formar um único grupão ao qual se dá o nome de CEB. É o caso da zona rural, onde cem ou duzentas pessoas reúnem-se numa capela aos domingos para celebrar o culto, muitas vezes sem a presença de um sacerdote. (BETO, 1983 *in*. FESTA, 1986, p. 99-100)

E, quanto à atuação:

[...] têm caráter pastoral, ou seja, consciência de missão evangélica apostólica (“Deus quer...”, “A Igreja exige...”; “Cristo é o nosso exemplo...”) e vinculam-se diretamente ao serviço libertador do próximo (mutirão, campanhas, lutas por melhorias no bairro, atividades sindicais, denúncias, defesa dos direitos humanos). (Idem, ibidem)

Através do trabalho de base dos CEBs e da CPT na década de 70 começou-se a esboçar críticas ao sindicalismo vigente, fundando novos sindicatos onde não existiam, impetrando chapas de oposição e gestando táticas alternativas. Assim, nos últimos anos dessa década, apareciam sinais de mudanças no sindicalismo do Brasil, especificamente, no rural, pois:

[...] já estava bastante claro que o governo militar não tinha a menor intenção de aplicar o Estatuto da Terra como instrumento de alteração da estrutura fundiária. Por outro lado, as práticas sindicais dominantes no encaminhamento dos conflitos mostravam-se cada vez mais inócuas. (MEDEIROS, 1989, p. 115)

Muito embora há notícias de que ações em relação à direitos trabalhistas tivessem tido êxito, essa tática ainda permanecia deixando de fora, como visto, os trabalhadores rurais informais, que cresciam exponencialmente no período. A Contag já estava sendo bastante criticada neste momento, pela inoperância de suas direções e por não ter conseguido cumprir a contento as diretrizes de seu último congresso.

No seu 3º congresso, em 1979, a Contag recebeu essas críticas e suas bandeiras de luta foram atualizadas. A reforma agrária ainda era a pauta central, acrescida de: que fosse realizada de forma ampla (em todo o país), massiva, imediata e feita com participação dos trabalhadores em todas as suas instâncias e níveis de implementação. Além disso, a pauta foi vinculada diretamente como condição para a redemocratização brasileira pós ditadura. As questões trabalhistas também foram tocadas, revelando o dado de que “80% dos trabalhadores do campo sequer tinham carteira assinada” (idem, p. 117).

A partir das críticas e da já mencionada mudança no sindicalismo no Brasil, foi defendida neste congresso a ruptura com a legislação sindical para sua imediata liberação do controle do Estado, fazendo com que os trabalhadores decidissem o funcionamento de suas entidades. As resoluções indicavam ainda a necessidade de criação de uma central sindical para esse novo sindicalismo, que fosse autônoma e com participação dos trabalhadores rurais. Essa também era uma reivindicação do sindicalismo urbano, revelando que, nas propostas mais gerais, havia unidade entre os dois e - levando a reforma agrária para a discussão mais ampla - com outros segmentos e categorias da sociedade. A visão dos participantes da entidade sobre o Estado também mudou nesse congresso. Este deixou de ser visto como

mediador, passando a ser visto como aliado do latifúndio. Essas novas perspectivas trouxeram consequências nas ações e formação, dando maior ênfase na importância das ações práticas e transformadoras. A educação sindical passou a ser vista como:

[...] “processo constante e crescente que conduz o trabalhador à transformação de sua realidade [...]. É através da prática sindical que o trabalhador vivencia as experiências de transformação”. Dessa forma, como orientação para o trabalho educacional, estava a proposta de “preparação dos trabalhadores para ações concretas de transformação, seja através da legítima defesa de seus direitos, seja no encaminhamento de seus problemas na justiça. (Idem, p. 119)

O 3º congresso da Contag é um marco no movimento de trabalhadores rurais devido à todas essas deliberações. Foi repercutido na imprensa, dando visibilidade às suas pautas. Porém, não representou, ao contrário do sindicalismo urbano, ruptura com o verticalismo. Foi ressaltada a importância da direção e sobretudo da confederação que organizara o congresso.

2.3) Entidades patronais em Goiás

Para a melhor compreensão sobre a UDR em Goiás e sua atuação, creio ser necessário investigar algumas outras entidades patronais do Estado que, inclusive, deram sustentação à fundação e manutenção desta. Para tal, falaremos a seguir brevemente de duas destas: a SGPA (Sociedade Goiana de Pecuária e Agricultura) e a FAEG (Federação de Agricultura do Estado de Goiás).

2.3.1) SGPA

Durante a pesquisa sobre entidades patronais em Goiás, assim como ressaltado por outras autoras que se debruçaram sobre o tema da classe dominante agrária em outros locais do país, percebi uma desvalorização das próprias entidades com sua história ou uma ausência de interesse de que essa história seja feita por outros, além das “oficiais”, ou seja, além do que a própria entidade permite. O acesso à documentação é dificultado e, mesmo que se consiga uma mínima entrada, o trato desses com as fontes históricas não é feito com o devido cuidado. Muitas vezes tratam a história como “linha do tempo” ou como a memória dos diretores. Como não é esse o objetivo da tese, o método para se inferir a história da SGPA foi através de visita à sede da entidade e de leitura e análise de poucos trabalhos que foram encontrados e tangenciam sua memória.

A dissertação de Mestrado “Aqui o sistema é bruto: O movimento country e a identidade goiana”, de Reijane Pinheiro da Silva, defendida no Programa de Pós-Graduação

em Sociologia da UFG em 2001, busca problematizar, a partir de uma proposta do então prefeito de Goiânia, a ideia de transformá-la em “capital country” do Brasil. A autora apresenta editoriais e artigos de opinião que foram publicados nos jornais da época e que debatiam o tema para, a partir destes e de pesquisa empírica e bibliográfica, produzir seu estudo, analisando a Exposição Agropecuária de Goiânia (realizada todos os anos pela SGPA), a noção de sertão e de country no estado de Goiás, uma reflexão sobre rodeios e, por fim, sobre a mulher e relações de gênero no universo country.

Sobre as exposições e feiras agropecuárias, a autora apresenta relatos de viajantes desde o período colonial que destacavam a grande movimentação provocada por esses eventos nas vilas, sendo eles, em alguns casos, fatores fundantes das próprias cidades no interior do país. Além disso, “traduziam um tipo de sociabilidade campestre, que aglomerava no mesmo espaço os negócios, a festa, a reza, o canto e a dança, os pobres e os ricos, campo e cidade” (SILVA, 2001, p. 18). Assim, ainda hoje, a “Pecuária”, como é comumente conhecida a exposição realizada em Goiânia todos os anos, ainda reúne todos os elementos elencados acima, com o acréscimo de tecnologias, novidades sobre genética e grandes shows, além de barracas de consumo, como roupas, lanchas, carros, eletrodomésticos, etc. Uma verdadeira “cidade” é montada dentro do espaço de realização, com bares, casas noturnas, bancos e até estandes de universidades. Um dos principais jornais da cidade, o Diário da Manhã, na época de realização desta, chega a lançar um caderno especial diário em suas publicações chamado “Diário da Pecuária”. Além disso, em alguns outros locais da cidade, fora da feira durante sua realização, as empresas estipulam roupas country como uniforme de seus funcionários. Procissões e desfiles de cavalos acontecem nas principais avenidas da cidade e, durante os mais de 15 dias de realização do evento, o trânsito próximo ao local onde ele é realizado é completamente modificado³⁵. Aos moradores de Goiânia, a festa é uma referência temporal e até climática, haja vista falas como “na época da Pecuária”, “depois da Pecuária” ou ainda “o frio da época da Pecuária” (já que esta é realizada sempre no mês de maio, quando a capital goiana registra as menores temperaturas ao longo do ano).

De um modo geral a obra mencionada, que trata especificamente sobre a identidade goiana no movimento country, busca propriamente identificar esses elementos, em uma

³⁵Esta mudança de trânsito e o barulho no local do evento durante a Exposição foi alvo de protestos de moradores desde a década de 1970. Muitas tentativas já foram feitas para mudar o local desta, mas todas sem êxito, pois ficaria em local mais distante, dificultando a ida de pessoas de baixa renda que chegam ao local até mesmo a pé ou de ônibus. Segundo o presidente da SGPA entrevistado pela pesquisadora na época, “todos os transtornos causados pela festa são válidos, depois a vida volta ao normal”. Isto porque, segundo ele, a festa movimenta milhões em apenas uma quinzena de realização (SILVA, 2001, p. 31).

argumentação que tange os temas colocados acima. Porém, esse projeto contou com amplo apoio das entidades patronais, especialmente a SGPA - sobre a qual nos debruçaremos neste momento da tese - justamente por ser essa a entidade que promove a Exposição, objeto de pesquisa desta antropóloga.

Em seu trabalho, Reijane entrevistou o então presidente Mauricio Farias e, a partir daí, podemos ensejar alguns dados sobre a história e a atuação desta, que perpassa elementos como a própria identidade goiana, colocando a pecuária como uma constante na história de Goiás, a ideia do vaqueiro ou sertanejo, desbravador, em contraposição ao caipira, e até mesmo projetos junto a crianças e adolescentes como o “A Escola vai ao campo”, que leva estudantes de ensino médio e fundamental à sede da entidade para conhecer o “Museu Agropecuário de Goiás”³⁶. Esse Museu fica na sede da SGPA, uma área de 196.400 m², em uma região centralizada da cidade, doada pelo poder público em 1970 (SILVA, 2001, p. 23). Por ocasião dessa doação, pessoas foram desapropriadas do local para ceder espaço ao empreendimento e a prefeitura de Goiânia arcou com os custos da urbanização interna do terreno. Durante a ditadura militar, Médici e Figueiredo vieram à Goiânia na abertura da exposição. Anteriormente, Getúlio já havia vindo e, posteriormente, também Sarney. A partir dessas doações e dos “convidados” que aceitaram o convite, podemos ver a importância da entidade para o Estado. Ainda sobre o Museu, segundo o próprio sítio³⁷ da entidade:

[...] é o retrato de um passado não muito distante de criadores e agricultores no Cerrado Goiano. Ele retrata a vida destas pessoas marcada por muita labuta e a simplicidade no viver. A hierarquia no convívio social também é percebido (sic) nas relações entre “coronéis” e peões. [...] Ele é constituído da magia dos antepassados e simboliza cada espaço da “roça”, desde a fazenda até a pracinha interiorana.

Com diversos espaços, precedidos de uma explicação didática sobre cada um deles, pode-se inferir a visão de mundo da SGPA através dessa exposição permanente montada. Em “Oficina do Seleiro”, tem-se que:

³⁶A articulação entre setores da classe dominantes agrária já foi problemática de estudo de alguns pesquisadores. Entre eles, destaca-se o trabalho de Rodrigo Lamosa “Estado, Classe Social e Educação: uma análise crítica da hegemonia do agronegócio”. O autor analisou a obtenção da hegemonia da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG) para a formação de seus intelectuais orgânicos, compreendendo as integrações entre Educação, Classes Sociais e Estado. Através dos informativos, cartilhas, artigos e vídeos produzidos pela entidade para escolas nas Redes Municipais de Educação de São Paulo no Programa Educacional Agronegócio na Escola, além de entrevistas com os envolvidos, o autor conclui que a ABAG cumpre o papel de partido do Agronegócio. “Ao longo das últimas décadas a associação conseguiu realizar a unidade entre algumas das principais frações do capital associadas ao Agronegócio, realizando um duplo trabalho na formação de diferentes níveis de intelectuais orgânicos, capaz, tanto de inserir seus interesses no interior de Conselhos, Comissões e Ministérios, quanto assimilar os professores da escola pública na região estratégica de Ribeirão Preto (SP)”. Ver mais em: LAMOSA, Rodrigo. Os Intelectuais Orgânicos da Associação Brasileira do Agronegócio. XVIII Simpósio Nacional de História. Florianópolis: ANPUH. 2015. Disponível em: http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1428108306_ARQUIVO_ANPUH2015.pdf. Acesso em 28/07/2016.

³⁷<http://sgpa.com.br/museu/>

Assim como as oficinas do ferreiro, do mestre-carapina, do latoeiro, a oficina do seleiro desempenhou um significativo papel na história econômica do Brasil. Ela era responsável pela confecção de material para as tropas, em selas revestindo selins de madeira ou de ferro das montarias, arreios, chicotes, alforjes, brucas ou surrões, perneiras, barrigueiras, mocilhas, peias, chapéus, bainhas e até calçados.

Outros espaços e profissões também são destacadas, como: “oficina do ferreiro”, “oficina de produção de sabão” (“com estrutura física sem luxo, a oficina de produção de sabão caseiro ou doméstico atendia as famílias locais”³⁸), “oficina de rapadura”, “oficina de cachaça”, “oficina do serrador”, “monjolo”, “casa da farinha”, “vendinha do Zé da Chica” e “ambiente do Cerrado”. Esses são os espaços apresentados a crianças que visitam a Exposição, tentando construir um imaginário de vida rural, porém, de uma forma a valorizar os elementos que a SGPA ali coloca. Segundo Reijane Pinheiro, durante o tempo da Exposição, “os goianos são autorizados coletivamente a serem sujeitos rurais” (SILVA, 2001, p. 31). Especificamente sobre a fundação da SGPA, a autora apresenta a fonte do jornal O Popular de 22 de maio de 1941, que exalta a criação desta:

Fundada a Sociedade Goiana de Pecuária - Realizando uma velha e justa aspiração dos criadores de gado, invernistas e comerciantes de gado do Estado de Goiás, foi fundada, nesta capital, a Sociedade Goiana de Pecuária. A reunião de criação efetuou-se no salão principal do Automóvel Clube, às 21:00 horas do dia dezoito do corrente e decorreu num ambiente de intenso entusiasmo, tendo o comparecimento de autoridade e de grande número de criadores. Com as palavras do nosso diretor Jaime Câmara Filho esclareceu as finalidades daquela reunião havendo em seguida o Dr. Altamiro de Moura Pacheco feito também a esse respeito uma larga exposição. Os oradores procuraram salientar a necessidade de criação de uma sociedade que viesse a congregar em todo o Estado os elementos pertencentes à classe dos que se dedicam à Pecuária, nos seus vários ramos de atividade. [...] A criação da Sociedade Goiana de Pecuária e Agricultura, como já tivemos a oportunidade de salientar, representa o primeiro passo para a defesa dos interesses da classe em todo o Estado, sobretudo pelo fato de vir estimular, não só o desenvolvimento, como a melhoria do nosso rebanho, promovendo, de acordo com o governo do Estado, exposição de caráter regional e estadual, a exemplo da que se faz em outras unidades da federação. A notícia da instalação dessa sociedade causou, como era de se esperar, a melhor impressão nesta capital, *maximé* no circuito dos fazendeiros. A *novel* instituição terá representantes, segundo nos informam, em todos os municípios goianos e entrará imediatamente em contacto com a Secção de Formato Agrícola Federal, nesta capital, sob a direção do Dr. João Barros da Silveira, e com as outras repartições congêneres existentes em todo país. (SILVA, 2001, p. 19-20)

A partir da citação acima podemos analisar várias questões. Quando o jornal noticia que a SGPA foi fundada “realizando uma velha e justa aspiração dos criadores de gado, invernistas e comerciantes de gado do Estado”, devemos lembrar, conforme apontado no capítulo 01, que naquele momento, especificamente no ano de 1941, data de sua fundação, os pecuaristas viam que para solucionar os problemas da pecuária regional, era necessário que se passasse por uma mínima industrialização local que fosse além das charqueadas já existentes

³⁸Descrição do sítio da entidade.

e que não estavam sendo mais lucrativas, pois a demanda era por carne fresca ou “carne verde”, como era chamada. Essa industrialização pressupunha a criação de frigoríficos, que foram prometidos por Getúlio na ideia do “Grande Frigorífico Nacional do Brasil Central”, um empreendimento estatal que nunca se concretizou. Segundo Barsanufu Gomides Borges (2000), isso levou os criadores a fundarem a Sociedade Goiana de Pecuária (SGP) como forma de pressão para reduzir a crise no setor. Além disso, eles apresentavam demandas de medidas financeiras e fiscais para socializar suas próprias perdas. Portanto, é desta “velha aspiração” que o jornal fala.

Em seguida, vemos nesta mesma notícia as palavras “intenso entusiasmo”, bem como a frase: “a notícia da instalação dessa sociedade causou, como era de se esperar, a melhor impressão”, denotando que o próprio jornal se entusiasmava com essa fundação, dado que é comprovado também com: “com as palavras o **nosso** diretor Jaime Câmara Filho[...]”. Jaime Câmara Filho, da família fundadora do Jornal O Popular, da OJC (Organizações Jaime Câmara), participou da fundação da SGPA, indicando a relação direta deste jornal - que é ainda hoje o maior de Goiás - com pecuaristas.

Altamiro de Moura Pacheco, que é citado logo em seguida, é também um dos fundadores da entidade. Em sua biografia ele é apontado como o responsável por introduzir bovinos de alta linhagem no estado. Altamiro foi também criador do Banco Agropecuário de Goiás S/A, candidato a governador em 1946 e em 1968 chegou a lançar um livro “Civismo em Ação”, uma compilação de diversos discursos de autoria própria. Posteriormente publicou outros livros como: “Rochedo e ferrolho”, “Discursos”, “Realidade e ficção”, “A industrialização do boi e seu habitat”, “Sonhando com minha terra” e “Xavier de Almeida, meu Patrono”, todos nas décadas de 1960 e 1970. Pertenceu aos quadros do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás e da Academia Goiana de Letras. Por ocasião da criação de Brasília, por indicação de José Ludovico de Almeida, foi membro e presidente da comissão de cooperação para mudança da capital federal. Foi também presidente da Sociedade Faculdade de Medicina de Goiás, que deu origem ao curso de Medicina da UFG.³⁹

Considero importante fazer essa breve explanação sobre as trajetórias desses intelectuais orgânicos que estiveram na fundação da entidade e informo que esse será um esforço ao longo de toda a tese, com o objetivo de demonstrar ligações destes com outros setores da sociedade, o que nos levará a uma compreensão mais abrangente da correlação de forças que impulsionaram as atividades dos setores patronais do campo no estado. Nas

³⁹Dados obtidos em: <http://www.dm.com.br/opiniaio/2015/03/vida-e-obra-de-altamiro-de-moura-pacheco.html>. Acesso em 01/05/2016.

explanções acima, por exemplo, pudemos constatar o envolvimento direto da grande mídia e até mesmo de intelectuais envolvidos na fundação de cursos superiores da UFG na criação da SGPA, demonstrando a força desta entidade.

Reijane Pinheiro aponta também em seu estudo a presença de outros sócios da SGPA, que posteriormente comporiam os quadros da UDR, como Sidney Farina e Ronaldo Caiado, expressamente citado pela autora da seguinte maneira:

[...] A imponência dos animais e dos participantes, entre os quais frequentemente estão políticos conhecidos do público, como Ronaldo Caiado, ex-deputado federal pelo Partido da Frente Liberal e um dos fundadores da União Democrática Ruralista (UDR), sugere a imagem de uma classe rural vencedora. Um grupo que se apresenta como a elite de Goiás e olha, literalmente do alto, no lombo do cavalo manga-larga, orgulhoso, altivo, para os outros segmentos e populares que assistem ao desfile. (SILVA, 2001, p. 34)

Alguns outros trabalhos citam a criação da SGPA, como o artigo de Onofre Aurélio Neto, “A pecuária extensiva em Goiás: a técnica no espaço rural e o crescimento horizontal da bovinocultura entre 1920 e 1960”, que ressalta que:

Em nível estadual, destaca-se a criação da Sociedade Goiana de Pecuária (SGP) em 1941. Entre as estratégias para desenvolver a produção rural, a SGP deu início à promoção de exposições agropecuárias, a primeira delas realizada em 1942. Durante esses eventos, os organizadores divulgavam exemplares de animais, com o objetivo de padronizar o rebanho em um melhor nível genético, e apresentavam resultados de experimentos agrários para a divulgação de novas práticas no espaço rural, incentivando o uso de adubos químicos. (AURÉLIO NETO, 2014, p. 515)

Ou ainda no trabalho acadêmico da área jurídica, de Lucas Abreu Barroso, onde se discute que também neste âmbito a SGPA foi pioneira, mantendo uma Corte de Conciliação e Arbitragem de conflitos agrários em sua própria sede para atender seus associados:

[...] O que de novo surge no que concerne à questão é a instalação, em Goiás, das C.C.A. (Cortes de Conciliação e Arbitragem). A 3ª C.C.A., instalada no Parque Agropecuário Pedro Ludovico, em Goiânia, resolve casos ligados à agricultura e à pecuária, sem valor de alçada, e é fruto de um convênio firmado entre o Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, S.G.P.A. – Sociedade Goiana de Pecuária e Agricultura – e OAB – Seção do Estado de Goiás. A Corte é gratuita e as partes não precisam estar acompanhadas de advogado. Podem figurar no pólo ativo e passivo do processo, tanto pessoas físicas, quanto jurídicas, valendo o acordo e a sentença arbitral como título executivo. (BARROSO, 1999, p. 9)

Benaias Aires Filho em “O imaginário dos proprietários rurais em Goiás – a dimensão dos valores democráticos em seu discurso político”, ao tentar desvendar a importância de valores democráticos para uma parcela de proprietários rurais em Goiás, percorreu o caminho de buscar dados sobre a SGPA e FAEG⁴⁰ e, sobre estas, diz:

⁴⁰O autor também relata as mesmas dificuldades de pesquisa encontradas: “Nos primeiros contatos, com dirigentes das entidades, de imediato, nos foi esclarecido, a dificuldade de encontrar os seus filiados, em função de vários fatores: embora a maioria dos dirigentes tanto da SGPA como da FAEG residam em Goiânia, eles se

[...] em Goiás, existem duas entidades representativas do patronato rural, a primeira e mais importante, a FAEG, que representa a estrutura sindical vertical brasileira e a outra, a SGPA fundada em 1941, sendo inclusive, a primeira organização dos fazendeiros goianos, que tem como finalidade principal a organização da Feira Agropecuária de Goiânia, bem como, as Feiras Agropecuárias que se distribuem pelo restante do estado. (AIRES FILHO, 2004, p. 10)

Sobre a importância da SGPA, exalta:

É relevante a importância da SGPA no cenário, sobretudo, pecuário goiano, foi através dela que se instituiu a chamada ‘bacia leiteira do estado’, que hoje é a 2.^a do país, foi através desta entidade que pecuaristas importaram vacas e reprodutores tanto de outros estados como de outros países, além da implantação de um grande plantel de cavalos ‘Quarto de milha’, importados na década de 70 dos Estados Unidos. A função da SGPA está ligada às exposições agropecuárias e ao melhoramento genético do gado criado no estado. Além de se fazer presente juntamente com a FAEG nas demandas dos proprietários rurais junto ao poder público. (Idem, ibidem)

É interessante notar que, em seus questionários, o autor pergunta aos filiados tanto da FAEG quanto da SGPA especificamente sobre a UDR e obtém o seguinte resultado:

[...] quando perguntamos, se eles tinham participado da construção da UDR, 8% dos entrevistados não responderam à questão, 14% afirmaram que não participaram ou não concordaram e 78% afirmaram que apoiaram sem se associar, se associaram sem participar e dentre estes, somente um afirmou que participou ativamente, inclusive da diretoria. Fica evidente, a representação que exerce no imaginário dos proprietários rurais goianos, a importância do papel da UDR, a grande maioria dos entrevistados, embora esteja ligada a outras entidades representativas do patronato rural, tem a UDR como uma de suas representações preferidas. (AIRES FILHO, 2004, p. 14)

Contudo, o autor que mais se debruçou especificamente sobre a SGPA foi, novamente, Barsanufio Gomides Borges, referenciado previamente nessa tese, que agora também corrobora seu artigo: “A Sociedade Goiana de Pecuária (1941-1980)”, publicado em 2005, na *História Revista*. Borges indica que a entidade nasceu “no bojo da legislação sindical varguista”, e “se enquadrou no formato corporativo do Estado Novo”, tornando-se, assim, o canal de acesso às esferas de poder e funcionando como “agência de colaboração com as autoridades governamentais na solução dos problemas relacionados aos negócios do boi em Goiás” (BORGES, 2005, p. 113).

Como dito anteriormente, visando pressionar para a solução de problemas na pecuária, tais como constantes quedas no preço, relações comerciais desiguais, carência de meios de transporte e falta de crédito; fazendeiros e comerciantes de gado começaram a se organizar e fundaram a Sociedade Goiana de Pecuária (SGP), filiada à Federação Pecuária do Brasil Central. Nacionalmente já existiam a SNA (Sociedade Nacional de Agricultura) e a SRB (Sociedade Rural Brasileira), e de cada uma delas a SGP herdou algumas coisas:

movimentam enormemente, seja visitando suas propriedades, algumas fora do estado, seja percorrendo exposições agropecuárias pelo restante do país” (AIRES FILHO, 2004, p. 12).

Da SNA, a SGP herdou a ideia do aparelhamento político da associação junto aos poderes constituídos, o princípio pedagógico da formação de opinião no seio da classe agrária dominante, a definição da entidade como órgão de consulta/prestação de serviço aos associados, além de sua progressiva afirmação como instrumento de pressão política junto aos poderes constituídos. Da SRB, a entidade de classe dos produtores rurais goianos herdou o princípio da defesa da pecuária como atividade principal ou exclusiva, ao invés de advogar questões mais amplas que envolviam o setor agrário. (BORGES, 2005, p. 117)

É preciso ressaltar que a SGP foi criada em um momento político de nacionalismo e ideias modernizantes, bem como de incentivo do Estado para criação de sindicatos e associações, inclusive patronais, “visando a inserção do setor agrário ao projeto desenvolvimentista em curso no Brasil”, assim, a entidade é fruto desta conjuntura. Em Goiás, neste período, apenas a pecuária entrou nesse rol, visto que a agricultura permaneceu tradicional até a década de 1960.

O autor ressalta a ampla cobertura na imprensa para a fundação da SGP. Além da notícia já citada aqui de *O Popular*, aponta também para a ênfase dada em *Correio Oficial* – meio de comunicação do governo estadual – que destacava “a necessidade da criação de uma sociedade que viesse congregar, em todo o Estado, os elementos pertencentes à classe dos que se dedicam à pecuária, nos vários ramos da atividade”. Outros jornais, como o *Correio da Manhã*, também deram evidência ao tema.

A entidade nasceu já com 30 mil sócios em todo o estado, muitos deles grandes pecuaristas. Outro dado importante é que, como observamos:

Pela composição dos associados da SGP, observa-se que a maioria dos empresários e profissionais liberais goianos também era formada por fazendeiros ou tinham alguma relação com negócio do gado. Ou seja, a maioria do empresariado goiano da época representava múltiplas *personas* no mundo dos negócios e investia capital em diversos setores da economia. Porém, percebe-se que os homens de negócio eram, antes de tudo, fazendeiros. O fundador da SGP e primeiro presidente da entidade, Altamiro de Moura Pacheco, era médico e pecuarista; o secretário-geral da associação, Joaquim Câmara Filho, era empresário da comunicação e fazendeiro. Assim, a maioria associada ao movimento ruralista estava, direta ou indiretamente, ligada a outros ramos de negócio, como comércio, banco, imprensa, etc. (BORGES, 2005, p. 119)

Pode-se inferir que esta característica perdurou entre os ruralistas goianos ao longo de décadas. Nos debruçaremos melhor acerca disto posteriormente, mas, por ora, basta lembrar, se estamos falando da UDR, que seu maior líder Ronaldo Caiado também fazia parte desse rol de profissionais liberais e também fazendeiros ou, para a gradação frasal ficar correta, fazendeiro que também era profissional liberal, no caso, médico. Outros membros da UDR em outros estados também eram ligados a outros setores e, em muitos casos, especialmente à imprensa.

Como visto anteriormente, a SGP foi criada no viés ideológico de modernização e, para isso, buscava também uma pecuária “racional e progressista” para superar o “atraso e baixa produtividade”. Porém, em relação à propriedade e relações de trabalho, sempre se mostrou conservadora e defensora do *status quo* (BORGES, 2005). A modernização na visão da entidade, portanto, seria apenas a tecnologia, as melhorias genéticas, com importação de raças, o controle de doenças e a criação de indústria frigorífica. Tal visão ainda perdura nas exposições e demais eventos públicos realizados pela entidade nos dias atuais.

Essa modernização que defendiam constava inclusive em seu estatuto que, entre outras coisas, mencionava também a organização de cooperativas de crédito e produção, assistência técnica e veterinária aos criadores, organização de congressos e exposições regionais e nacionais. Todos esses preceitos foram cumpridos à risca pela entidade ao longo dos anos (SILVA, 2001).

Quanto à sua relação com o poder instituído, além da já colocada relação com o Estado Novo, pode-se identificar que a SGP teve duas fases distintas de atuação até 1980: de 1941 a 1945, período do Estado Novo, quando “o movimento associativo agrário goiano se desenvolveu na esteira da legislação sindical autoritária e se enquadrou no formato corporativo do Governo Vargas”, tornando-se “um canal de negociação e de participação da classe dominante nas esferas de poder” (BORGES, 2005, p. 128); e outra fase, pós-1945, com o Governo Dutra, que redefiniu as relações entre Estado e sociedade civil sob preceitos liberais.

O afrouxamento do corporativismo estatal, depois de 1945, levou a SGP a redefinir sua posição política como entidade de classe na relação com a sociedade política. As mudanças na relação entre Estado e classe patronal haviam reduzido, para o produtor, os canais de negociações com a burocracia estatal. Seguindo suas congêneres nacionais, a SGP assumiu posições mais críticas em relação à política econômica do governo central, a qual era vista como instrumento de transferência de renda e forças produtivas para o setor urbano-industrial. Porém, nas articulações políticas regionais, a entidade de classe dos produtores rurais continuou atuando de forma decisiva na formação do bloco no poder. (BORGES, 2005, p. 131)

Além disso, o Decreto-Lei 7.499 de 1945 subordinava as federações estaduais à Confederação Rural Brasileira.

A partir daí o movimento associativo agrário se fortalece como entidade política independente do Estado, e as manifestações ruralistas aumentaram significativamente no país. [...] O engajamento dos ruralistas nas corporações que assumiram posições reacionárias colaborou, inclusive, nas mudanças no regime político em 1964 e foi diretamente inspirado na intenção de alterar a composição política do Estado, de modo a influenciar nas suas diretrizes econômicas. (BORGES, 2005, p. 132).

Por fim, ao se referir à década de 1980, Borges nos dá indícios do que nos interessa propriamente nesta tese, a UDR, ao afirmar que:

Nos anos 80, com o recrudescimento dos conflitos fundiários, uma facção do movimento associativo agrário, representando os grandes proprietários de terra, radicalizou-se com a criação da União Democrática Ruralista. A organização ultraconservadora assumiu o discurso e as ações contra os movimentos sociais no campo que lutam pela reforma agrária. **O Estado de Goiás foi, assim, o epicentro de um movimento extremista** que estendeu suas raízes no tradicional mundo rural brasileiro. (BORGES, 2005, p. 133)

Veremos a seguir um pouco sobre a história de outra entidade da classe dominante agrária em Goiás, fundamental para entender a UDR: a Federação de Agricultura do Estado de Goiás (FAEG).

2.3.2) FAEG

Ao contrário da SGPA, a FAEG teve, em determinado momento, uma preocupação em registrar sua História, através do livro encomendado à jornalista Elaine Freitas por ocasião da comemoração de seus 60 anos, em 2012. Esse livro, com uma gama de fotos⁴¹ e primoroso material gráfico, aborda sua própria história a partir dos seguintes itens: uma apresentação de seu presidente, José Mário Schreiner, sucedido de “Com vocês, o produtor rural”, “Na década de 50, os agricultores se organizam, ganham força e criam a FAREG”, “A FAREG na era pós-Câmara Filho”, “Tempo de convulsão e desorganização”, “Nasce a FAEG”, “FAEG perde um presidente sem perder a continuidade”, “Da sala da Federação sai um vice-governador”, “Acaba e novela da sede própria”, “FAEG se readapta à vida civil, contesta o governo, cria o SENAR”, “Inconstância da política brasileira não impede nascimento do SENAR”, “Goiás coordena movimento nacional a favor da agricultura”, “A FAEG no século XXI”, “Retrato da Federação em 2012”, “A FAEG do futuro”, “Sindicatos Rurais e “Diretorias”. Apesar de ser um livro, considero-o como uma fonte primária, documental, e não como bibliografia, tendo em vista que foi um documento produzido pela própria entidade no intuito de preservar sua história a partir de seu ponto de vista. Além disso, nas reiteradas tentativas de conseguir

⁴¹As fotos deste livro mereceriam uma análise própria. A primeira delas é uma mulher branca à frente de uma tropa, conduzindo a boiada. Em um material em que se percebe a maioria de homens em suas diretorias e em falas, por qual motivo a foto que abre o livro é de uma mulher desempenhando um papel que, sabemos, sempre foi primordialmente masculino? Além disso, fotos de grandes plantações, belezas naturais e em apenas um momento, de uma família camponesa de trajés simples. Mas até mesmo nesta, todos são brancos. Não há um negro nas fotos publicitárias do documento. Ao longo dos textos também são apresentadas fotos “de época” das reuniões e ações da entidade. Em uma delas há a mesa da primeira reunião da UDR, realizada na sede da FAEG. Constam também depoimentos de personalidades políticas atuais como Kátia Abreu, Marconi Perillo, Iris Rezende, Ronaldo Caiado, Roberto Balestra, entre outros.

outras fontes para a pesquisa, obtive respostas negativas dessa entidade, restando-me apenas, da parte deles, a entrega deste livro, considerado por eles como “a síntese do que temos a dizer sobre nossa história”. A obra saiu em 2012, com tiragem de 1000 cópias distribuídas entre os associados.

A FAEG, conforme indica o presidente, foi tida durante anos como tendo sido criada em 1967, quando se tornou entidade sindical, mas sua origem remonta a outros tempos, não havendo muitos registros desse período. Por isso, para a confecção deste documento, foram feitas entrevistas e consultas a outros arquivos. Sua gênese é em 28/05/1951 e, desde esse princípio, é marcada por uma “visão empreendedora”. Seu idealizador, Joaquim Câmara Filho (o qual nos ateremos sobre sua trajetória em breve) é a todo momento exaltado.

Os membros da entidade se chamam de “produtores rurais” e buscam, através deste epíteto, se valorizar enquanto aqueles que “levam a comida aos goianos em todas as refeições”, no vestuário, no combustível dos veículos, nos papéis de escolas e ambientes de trabalhos, etc. Enfim, o texto é construído para que o leitor se depare com a imprescindibilidade dos produtores rurais. Essas qualidades tão ressaltadas encontram facilmente críticas, tendo em vista que, nos dias atuais, por exemplo, Goiás, ao menos na agricultura, se destaca na produção de soja, que são *commodities* para exportação e não para “alimentar a população”, como tentam transparecer. O trecho abaixo é demonstrativo dessa ideia que produtores rurais querem passar e, mais ainda, da noção da importância da entidade neste contexto:

A agropecuária é daqueles setores dos quais nós, cidadãos comuns, só nos lembramos quando algo errado está acontecendo. Se faltar leite ou carne, aí sim, podemos, quem sabe, parar para pensar em todo o ciclo que o alimento passa antes de chegar, fresquinho, em nossa mesa. Se há uma crise mundial de petróleo a gente lembra do etanol na hora de abastecer o carro flex. É uma cadeia extensa, trabalhosa, de gente que acorda cedo, que não tem fim de semana ou feriado, que está ligada nas estações do ano, que se preocupa se há chuva demais ou de menos, que procura combater as doenças de seu rebanho ou colheita, que fica atenta às novas tecnologias... E, ao mesmo tempo, são empresários, pessoas que precisam lidar com as mudanças na economia, nos governos, ficar de olho nas finanças, nas regras trabalhistas e fazer, como qualquer trabalhador, o saldo ficar positivo no final do mês. A gente que está acostumado a só ligar o microondas e ter o leite quentinho não imagino o trabalho que dá tudo isso. Felizmente, o produtor rural – responsável por grande parte do emprego, do PIB e do crescimento do Estado de Goiás – tem uma estrutura de apoio em todo o Estado com quem pode contar. A Federação da Agricultura do Estado de Goiás (FAEG), o SENAR e seus Sindicatos Rurais. (FREITAS, 2012, p. 11)

Ao dizer sobre seu surgimento, em 1951, retrata aquela década como um “momento empolgante”, com a recém-criada e em franco crescimento cidade de Goiânia, e as perspectivas de vinda de Brasília. Salientam que os registros de atas só começaram a ser

guardados a partir de 1957, na então sede da entidade, no centro de Goiânia. “O mercado da pecuária e agricultura também vivia um momento de expansão por todo o Estado”, segundo a FAEG, e pensavam em reivindicar melhorias e discutir problemas com o poder público, pois: “afinal, este setor que movimentava a economia goiana, numa época sem grandes indústrias” (FREITAS, 2012, p. 14). Nesse primeiro momento, a FAEG se chamava FAREG (Federação das Associações Rurais do Estado de Goiás) e sobre este período a ausência de documentação é tamanha que, até mesmo em seu documento oficial a entidade confessa que não sabia, por exemplo, que Joaquim Câmara Filho havia sido presidente.

Seguindo a mesma metodologia do item anterior, de buscar minimamente averiguar a trajetória dos principais intelectuais orgânicos das entidades, faz-se necessário investigar também Joaquim Câmara Filho, que toma um capítulo do livro oficial da FAEG. Porém, utilizaremos outros aportes, como um artigo de Rosana Maria Ribeiro Borges e de Eguimar Felício Chaveiro, intitulado “As entrelinhas não publicadas de um jornal diário: o roubo da história de Câmara Filho na criação e consolidação do Jornal O Popular (GO)” (2013), alguns depoimentos em “Imprensa Goiana – Depoimentos para a sua História” (1980) e sua biografia “Câmara Filho: O revoltoso que promoveu Goiás”, de José Asmar.

Câmara Filho, como era conhecido, é natural de Rio Grande do Norte. Seu irmão mais novo, Jaime Câmara, é famoso por ter fundado o Jornal O Popular, mas o que Borges e Chaveiro tentam em seu artigo é justamente resgatar a importância deste outro irmão na fundação deste que viria a ser o maior jornal do estado. Interessante notar que, como vimos no item anterior, a fonte do jornal relatada por Reijane Pinheiro Silva dizia que quem participou da fundação da SGP foi Jaime Câmara. No entanto, outras fontes mencionam Câmara Filho como participante naquele momento. De todo modo, registra-se que, tanto em relação à SGPA quanto em relação à FAEG, a Organização Jaime Câmara estava envolvida diretamente em suas fundações.

Sua formação foi feita em Minas Gerais, na cidade de Passa Quatro, em Agricultura e Pecuária. Segundo Borges: “Desde os tempos estudantis envolveu-se na militância política, que, aos 24 anos, abriu portas para o seu ingresso no Ministério da Agricultura. Como técnico do governo federal, ele participou de diversos movimentos de colonização na região de Cândido de Abreu (PR)”. Porém, Borges fornece uma informação que conflita com aquela contida no documento da FAEG. Ela afirma que Câmara Filho participou da Coluna Prestes neste período no Paraná, porém, no livro da FAEG consta que, na verdade, ele fazia parte da Coluna Arthur Bernardes, que combatia a Coluna Prestes: “Câmara Filho se envolveu na

Coluna Arthur Bernardes, que combatia a Coluna Prestes, um bando de gente bem instruída que desejava tomar o poder no Brasil e vivia perambulando pelo país, mais em fuga do que fazendo a revolução com a qual sonhavam” (FREITAS, 2012, p. 15). Interessante notar o tom jocoso utilizado pela jornalista para se referir a esse importante movimento, e que é também o tom aprovado pela entidade. Segundo Borges e Chaveiro (2013):

Após perder uma batalha e sofrer perseguições, Câmara Filho deixou a Coluna e migrou para a região de Planaltina, que ainda era distrito de Goiás, onde foi nomeado professor e diretor do Grupo Escolar. Engenheiro Agrônomo experiente, logo percebeu as potencialidades econômicas do município e começou a atuar na venda de lotes na região. Em Luziânia conheceu Americano do Brasil, um dos fundadores da Revista A Informação Goiana. Brasil mediu o início da atuação jornalística de Câmara Filho, garantindo, inclusive, as credenciais necessárias para que ele pudesse afirmar-se como correspondente desse e de outros periódicos, como O Globo e A Noite, editados no Rio de Janeiro (ASMAR, 1989). Em Luziânia Câmara Filho atuou como jornalista correspondente e agrimensor. E, em meados de 1930, novamente envolveu-se em atividades militares que lhe deram o posto de major e a confiança de dois chefes de Estado: Getúlio Vargas e Pedro Ludovico Teixeira. [...] Câmara Filho, o “major revoltoso”, saiu da Revolução de 30 com muito prestígio político, não só pela sua atuação no campo de batalha, mas, sobretudo, pelo papel jornalístico de correspondente de guerra e de relações públicas dos ideais que inspiraram o combate. Sempre quando tinha oportunidade, utilizava-se de telégrafos encontrados nos rincões do Sertão para enviar notícias a jornais goianos e brasileiros, que acabaram traduzindo-se em fonte de notícia e, hoje, em fonte histórica. Depois da Revolução de 1930, Câmara Filho não voltou à região de Planaltina. Asmar (1989) argumenta que, durante o embate, ele havia prendido alguns amigos, e ficou constrangido em reedificar sua vida naquela região. Migrou para Paracatu (MG), (BORGES e CHAVEIRO, 2013, p. 4)

Porém, no sitio oficial da Secretaria da Educação do Estado de Goiás⁴², essa informação é assim colocada:

Iniciou suas atividades no Paraná, como engenheiro agrônomo do Ministério da Agricultura. Com o movimento revolucionário de 1930, ocupou o posto de Major e comandou a Força Revolucionária Mineira que invadiu o Estado de Goiás. Neste mesmo ano, foi nomeado professor e diretor do Grupo Escolar de Planaltina.

Já no documento da FAEG consta:

Mais tarde, em 1932, está ao lado do Presidente Getúlio Vargas contra São Paulo, Estado que desejava se separar do Brasil. Daí foi ser prefeito de Pires do Rio (GO) e depois Paracatu (MG). Tinha apenas 35 anos. Com 36 anos recebe o convite de Pedro Ludovico Teixeira, interventor federal em Goiás, que chegara ao mais alto posto goiano com o apoio de Getúlio Vargas, em 1930: - Precisamos de você. Mude com urgência, - telegrafou e repatriou Câmara Filho. (FREITAS, 2012, p. 15)

Como podemos perceber, o documento da FAEG é cheio de informações incongruentes e um dos papéis dessa tese será apontá-las e problematizar que tipo de história a entidade está empenhada em registrar. A vinda de Câmara Filho para Goiânia tinha um objetivo claro: ele viria para fazer propaganda da nova capital em outros veículos de comunicação do país a fim de atrair pessoas para morarem e investirem na nova cidade.

⁴²<http://portal.seduc.go.gov.br/SitePages/HistoriaEducacao/Default.aspx?idEscola=43>

Nenhum Estado do Brasil necessita de mais propaganda do que Goiás, dadas as suas incomparáveis fontes de riqueza e, ainda, o desconhecimento que o público brasileiro tem de sua grandeza e realidades. É necessário fazer-se Goiás por conhecido, não só dentro do País, como no estrangeiro. [...] O Brasil faz sua propaganda dentro da Europa e Goiás a realiza dentro do País, procurando chamar a atenção de suas populações para os seus fatores naturais de riqueza. A nossa terra já interessa ao amazonense, ao gaúcho, ao cuiabano, etc. que, atraídos pela ação da imprensa, querem fixar-se em Goiás, onde há campos seguros para a expansão de seus capitais (ASMAR, 1989, p. 72).

Seu sucesso propagandeando Goiânia foi tamanho que, em 1935, Pedro Ludovico transformou o Departamento de Propaganda e Vendas de Terras em Departamento de Propaganda e Expansão Econômica (DPEE), pois Joaquim Câmara Filho mantinha um cadastro no DPEE de mais de duzentos jornais brasileiros que circulavam nas capitais e em outras cidades que considerava estratégicas, além de diversos outros no mundo inteiro. Borges (2013) também faz referência ao seu envolvimento com a SGPA:

Para combater notícias que desdenhavam da capacidade produtiva no setor agropecuário de Goiás, junto com a Sociedade Goiana de Pecuária (SGP) deu início às exposições e eventos do ramo. Também esteve à frente do Batismo Cultural de Goiânia, em 1942 [...] [que] desdobrou-se noutros eventos nacionais sediados em Goiânia, tais como o VIII Congresso Brasileiro de Educação; [...] Semana Ruralista do Ministério da Agricultura. (BORGES e CHAVEIRO, 2013, p. 8)

Entre os cargos ocupados ao longo de sua vida, estão:

Foi prefeito nomeado de três municípios, sendo dois goianos (Pires do Rio e Anápolis) e um mineiro (Paracatu); primeiro presidente em Goiânia da Associação Goiana de Imprensa (AGI); fundador e secretário geral da SGP; fundador e diretor de divulgação da Associação Goiana de Esportes e da Liga dos Esportes do Estado de Goiás; fundador e diretor da Associação Comercial de Goiás; coordenador do serviço de recenseamento brasileiro em Goiás; delegado, também em Goiás, do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas do Brasil, órgão do Ministério da Agricultura; dirigente de órgãos ligados à economia e à propaganda do estado; Secretário Estadual de Agricultura e ainda, em sociedade familiar, fundador, primeiro diretor e principal redator do Jornal O Popular. (BORGES e CHAVEIRO, 2013, p. 9)

Interessante notar que a autora não cita a criação da FAEG entre seus feitos, e o coloca como fundador da SGPA. Já no documento da FAEG, não é citado seu envolvimento com a SGPA. Durante seu mandato na prefeitura de Anápolis, cria a Associação Rural de Anápolis (FREITAS, 2012) e a primeira escola rural de Goiás, em 1944 (BORGES e CHAVEIRO, 2013).

Sobre sua atuação no Jornal O Popular, tem-se que:

Desde o início houve uma clara divisão de funções na empresa J. Câmara & Irmãos, repetida em O Popular: Joaquim Câmara Filho, que ocupava cargos no Estado, garantia o apoio político necessário, além de assumir a direção geral do Jornal; Jaime Câmara cuidava da administração e Vicente Rebouças Câmara da parte comercial. (BORGES e CHAVEIRO, 2013, p. 12)

Porém, sua atuação no jornal não é mencionada pela FAEG, que se limita a caracterizá-lo como “o primeiro publicitário goiano” (FREITAS, 2012, p. 14).

Expressamente na agricultura, como mencionado, foi secretário estadual da Agricultura no governo de Coimbra Bueno. Poucos anos depois cria a FAREG e começa a estimular as associações de produtores no interior e a solicitar políticas de créditos e maquinários ao governo para fazendeiros. Interessante observar que este acumula os dois cargos, o político e o associativo no mesmo período, exercendo, de dentro do poder, influências para conseguir o que sua entidade solicitava. Participa também da criação da CRB (que depois viria a se chamar CNA), da elaboração do estatuto da SNA.

Após uma parte detalhada falando sobre seu fundador, Câmara Filho, o documento da FAEG tem, em seu capítulo 02, o seguinte título: “A FAREG na era pós-Câmara Filho”. Em 1955 quem assume a direção da entidade é Ezequiel Fernandes Dantas⁴³, que havia participado da fundação de outra entidade: a OCB-GO (Organização das Cooperativas Brasileiras no Estado de Goiás) e do Banco Agropecuário de Goiás. Além disso, era servidor da Marinha. Em sua gestão foram criados departamentos técnicos dentro da entidade, tais como: economia rural e cooperativismo, agricultura, veterinária, cafeicultura, máquinas agrícolas e avicultura. Recebeu também críticas de que a entidade estava apenas levando em conta os associados das grandes cidades. O documento da FAEG ainda registra que “antes de se tornar FAEG, a entidade já se preocupava em realizar ações sociais para os trabalhadores rurais” e, para isso, foram feitos convênios com o Serviço Social Rural para criar clubes agrícolas no interior, com assistência sanitária a rebanhos e serviços de enfermagem a associados (FREITAS, 2012, p.22-23). Foi comprado um avião pela entidade para fazer suas visitas às áreas rurais do Estado.

O documento destaca outra figura importante: Almir Turisco⁴⁴, vice-presidente da entidade durante muitos anos e também deputado estadual. Segundo a FAEG, “era bom ter um deputado na diretoria. Almir levava várias reivindicações da categoria aos colegas na

⁴³Não foram encontradas maiores informações sobre este.

⁴⁴Em seu perfil biográfico no sítio da Assembleia Legislativa de Goiás consta que na trajetória deste exerceu mandatos de 1955 até 1959, de 1959 até 1963 e de 1963 até 1967. Era Fazendeiro e Fiscal de Rendas do Estado com poucos estudos (curso primário) e autodidata. Foi também Subprefeito do Distrito de Hidrolândia de 1940-1941, Subprefeito do Distrito de Trindade, de 1941-1942, Prefeito de Anicuns, nomeado em 1942-1945, Vereador à Câmara Municipal de Anicuns pelo PTB em 1947 e presidente da Câmara Municipal desta. Foi também “eleito vice-governador, indiretamente, nas negociações da bancada do PSD com o governo federal após a deposição de Mauro Borges, 1965. Assume o cargo de Governador, na ausência do titular. Foi Deputado Federal, suplente do MDB, 1967-1971 e teve o mandato cassado e os direitos políticos suspensos por 10 anos, em 30 de abril de 1969. Além disso, foi Diretor do jornal “O Social”, órgão de oposição à Revolução, 1968-1969 e Diretor das Centrais Elétricas de Goiás – CELG, 1983-1995. Com informações de: <http://al.go.leg.br/deputado/perfil/deputado/1516>. Acesso em: 29/06/2016.

Assembleia, ou ao governador do Estado” (FREITAS, 2012, p. 25). Em momento anterior, quando Câmara Filho era o presidente, vimos também essas relações entre poder público e direção da entidade se misturarem.

Em “Tempo de convulsão e desorganização”, temos a caracterização da entidade a partir da década de 1960, assim descrito pela jornalista *ghost-writer* do livro: “Tempos libertários, um golpe militar, um período de incerteza e depois a ditadura”. Assim pode ser resumida a década de 1960, quando a FAREG e, posteriormente, FAEG, passam a ter mais registros, significando que a entidade entrava de vez na era da profissionalização” (FREITAS, 2012, p. 28).

São tecidos elogios ao governo de Mauro Borges, “conhecido por ter pensado o Estado em longo prazo e seus técnicos trabalhado com planejamento, o que certamente refletiu na agricultura” (idem, *ibidem*). Continua, no texto, o problema da falta de fontes da própria entidade, mas deduz-se que Ezequiel continua na Diretoria desde então e que é reeleito em 1960 até 1963, data em que tem o primeiro registro de ata de eleição. É apontada também uma verba do governo federal para construção de sede própria. Após o mandato de Ezequiel, foi eleito Múcio Teixeira, um ex-diretor do Banco do Brasil, diretor-secretário do Banco do Estado de Goiás e secretário do Estado de Goiás, entre 1978 e 1982. Foi também diretor da CNA. Porém, este ficou apenas um ano na direção e, com a sua renúncia, quem assume é Sebastião Viana Lobo, que também fica pouco tempo e é sucedido por Antônio Bertholdo de Souza. Bertholdo é mais um dirigente da entidade que acumulava cargos: era deputado estadual e presidente do Serviço Social Rural. Antes disso, registra-se que já começavam articulações para transformação das associações rurais em sindicatos. Essas entidades de base reclamavam, à época, do “estado de abandono” da entidade.

Em 1967, com o Decreto-Lei nº 148, a FAREG vira FAEG. Adequando-se à lei, tornou-se uma entidade sindical. Sobre esta lei, o documento assim a entende:

Entre a permanência das associações e a transformação delas em sindicato, a última opção é a melhor, pois é mais completa e representaria melhor os trabalhadores. Por isso, o decreto-lei veio para estimular a transformação das associações remanescentes em sindicato e eliminar a duplicidade de representações. [...] Em Goiás houve uma mobilização para todas buscassem a sindicalização. (FREITAS, 2012, p. 32)

Pode-se abstrair deste trecho que, além de a entidade comemorar a sindicalização, coloca-se também como representante de trabalhadores, sendo que, pelo que estamos vendo, em seus quadros, apenas grandes pecuaristas e políticos tinham voz e cargos de direção.

Após a morte de Ezequiel, em 1968, assume Ruy Brasil Cavalcanti. Um médico, empresário rural, fundador e deputado estadual pela UDN em Goiás. Havia sido também

prefeito da cidade de Piracanjuba e secretário de Estado do Interior e Justiça do governo de Otávio Lage (1966-1971). Seu mandato na FAEG foi marcado pela reestruturação da entidade para adequá-la à nova legislação, pela busca da sede própria e por convênios, como com a Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado de Goiás (ACAR-GO), uma peculiar parceria com a UFG para conceder bolsas de estudos a alunos de veterinária e agronomia para “prestação de serviços” e com o INDA (Instituto Nacional de Desenvolvimento Rural (FREITAS, 2012, p. 36). Percebe-se que o espectro de vínculos e influências da FAEG também ia aumentando.

Ruy Brasil também morre durante o exercício do mandato e quem assume é Félix Eduardo Curado, em 1969. Ele era também um empresário rural, do município de Corumbá e proprietário de cartórios. Um dos grandes feitos de seu mandato foi a criação de um primeiro aparelho privado de hegemonia da entidade, o jornal da FAEG, chamado “Jornal do Campo”, hoje uma revista, chamada “Revista Campo⁴⁵”. Ainda em sua gestão:

Em 1970, a FAEG participou de um momento histórico: a diretoria foi convocada para evento no Rio de Janeiro, onde foi apresentado, pelo Governo Federal, por meio dos ministros da Fazenda, Transportes e Planejamento da Agricultura, o plano de construção da Rodovia Transamazônica, obra símbolo da integração nacional no início dos anos 70. (FREITAS, 2012, p. 39)

É interessante notar a visão da entidade sobre o momento político que o Brasil vivia naqueles anos. Sobre o AI-5, assim coloca:

[Félix Eduardo Curado] teria como desafio a crise do setor agrícola que assolava o País. Aliás, não só a agricultura, mas todos os setores do Brasil enfrentavam a negra noite da ditadura. O AI-5, a mais dura das resoluções dos governos militares, fora decretado naquele ano. Estavam suspensas as garantias individuais dos brasileiros. Qualquer um podia ser preso a qualquer hora, em qualquer lugar, sem que se dissesse o motivo. **Empresários**, estudantes, artistas, todos eram – ou pelo menos se sentiam – vigiados. (FREITAS, 2012, p. 37)

Para, em seguida, completar:

Municipalista, sempre preocupado em abrir novos sindicatos rurais em várias cidades – inclusive na região que hoje faz parte do Tocantins –, Félix Eduardo Curado ficou na presidência da FAEG até dezembro de 1971. **Não hesitou em defender os posseiros do Bico do Papagaio em pleno regime militar.** (FREITAS, 2012, p. 39. Grifos meus).

Essa passagem do documento da FAEG carece de maiores problematizações. Por qual motivo, em seu documento histórico oficial, a entidade busca dizer-se defensora de camponeses que estavam em pleno conflito de terra com latifundiários no Bico do Papagaio naquele momento para, em período subsequente, apoiar com todo afinco a criação da UDR,

⁴⁵<http://sistemafaeg.com.br/noticias/revista-campo>. Acesso em 05/05/16.

responsável, por exemplo, pela morte de Padre Josimo⁴⁶ naquela mesma região posteriormente? Qual a perspectiva histórica que perpassa a confecção dessa visão de mundo da entidade para se colocarem como defensoras dessas duas frentes? A construção da hegemonia requerida pela FAEG pode nos ajudar a compreender os motivos para tal, na medida em que ela se coloca como defensora de trabalhadores, quando, na verdade, pela trajetória de seus dirigentes e por suas atuações, como estamos vendo até o momento, sabe-se que se trata efetivamente de uma entidade patronal.

Em dezembro de 1971 toma posse uma nova diretoria da entidade com Ruy Brasil Cavalcanti Junior, filho do ex-diretor que havia falecido anos antes, e criador de nelore em Piracanjuba. Nos registros da cerimônia da posse há a presença de um Caiado, o então governador do Estado, Leonino di Ramos Caiado, que foi governador de Goiás de 15 de março de 1971 a 2 de julho de 1973 e de 12 de junho de 1973 a 15 de março de 1975. Sobre esse governador, em artigo de Marcos Nunes Carreiro da Edição 2022 de 6 a 12 de abril de 2014 do Jornal Opção⁴⁷, tem-se sobre sua trajetória que:

Leonino Di Ramos Caiado nasceu na antiga capital, Cidade de Goiás, dez dias antes da inauguração da nova capital, Goiânia. Engenheiro formado pela Universidade de Minas Gerais, em Ouro Preto, foi o fundador e primeiro presidente da Companhia de Habitação de Goiás (Cohab). Escolhido — a contragosto do então governador Otávio Lage — para ser o prefeito de Goiânia, após a cassação de Iris Rezende, em 1969, Caiado acabou por ganhar mais atenção do então governo do presidente Emílio Garrastazu Médici e foi o escolhido para ser o novo inquilino do Palácio das Esmeraldas. Leonino Caiado e seu vice, Ursulino Leão, tomaram posse como governantes de Goiás no dia 15 de março de 1971, em sessão solene na Assembleia Legislativa. [...] Caiado passou contratempos políticos durante sua gestão, principalmente por não garantir às lideranças de seu partido, Arena, cargos de destaque. [...] Fora isso, suprimiu a escolha, por meio de voto direto, do prefeito da Cidade de Goiás, o que causou grande insatisfação dos políticos de sua cidade natal. [...] E por último precisou lidar também com o rompimento de seu primo, o então senador Emival Caiado, aquele derrotado por Otávio Lage nas convenções da UDN quando da escolha do candidato para disputar as eleições de 1965. (Jornal Opção. Edição 2022 de 6 a 12 de abril de 2014.)

Sobre seu governo afirma-se:

Contudo, as desavenças políticas não afetaram o cronograma de obras do governo, considerado por muitos como bem-sucedido. Afinal, é creditada a esse governador a construção de duas importantes obras em Goiânia: o Estádio Serra Dourada e o Autódromo Internacional, obras que desenvolveram a região onde atualmente se concentram logradouros importantes da capital, como o Paço Municipal e o Centro Cultural Oscar Niemeyer. (Jornal Opção. Edição 2022 de 6 a 12 de abril de 2014.)

⁴⁶Ver mais em: SILVA, Moisés Pereira. Padre Josimo Moraes Tavares e a atuação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) nos conflitos agrários do Araguaia-Tocantins (1970 – 1986). Essa dissertação será analisada com maior profundidade mais à frente ainda nesta tese.

⁴⁷<http://www.jornalopcao.com.br/posts/reportagens/nem-so-por-morte-governaram-os-militares>. Acesso em 05/05/2016.

Particularmente sobre a questão agrária e, especificamente, a agricultura, em consonância com os projetos de modernização agrícola dos governos militares que vimos no capítulo 01, esse Caiado deu importante contribuição na implementação destes:

Fazendeiro, Caiado não poderia deixar também de investir em sua própria área de atuação: a agropecuária. Ao que consta, foram duas as obras de relevância no setor: a reforma do Parque de Exposições Agropecuárias de Goiânia, que ainda funciona no mesmo local até os dias atuais — para o descontentamento de parte da população; e a implantação do Goiásrural. O programa colocava máquinas e equipamentos à disposição das propriedades privadas a um custo subsidiado. O resultado imediato foi a ampliação da capacidade de área agrícola e de pastagem do Estado, o que provocou o aumento da produção agropecuária goiana. Este programa, aliado a outras causas, foi causa de estimulação da imigração sulista para Goiás, que de posse de tecnologia agrícola mais avançada começou a desenvolver no cerrado lavouras de soja com melhor produtividade, uma vez que, até então, pouco se produzia nos solos de cerrado. Em consequência disso, o algodão iniciou seu ciclo de grandes lavouras no sudoeste goiano, o que também propiciou o surgimento das primeiras agroindústrias de soja e algodão no Estado, antes concentradas apenas no arroz e no milho. Em entrevista publicada pelo escritor e jornalista Hélio Rocha em seu livro, Leonino Caiado diz: “Com o Goiásrural, promovi a importação de 500 tratores que fizeram as estradas vicinais todas, que nós precisávamos para o Vale do Araguaia e fizeram represas, desmatamento, além de amplo atendimento para o pessoal do interior e daqueles que queriam investir em Goiás. Daí que rapidamente Goiás desenvolveu a sua parte de agricultura, porque nós não tínhamos máquinas. Naquela época, fizemos um levantamento e nós tínhamos uns 130 tratores de esteira apenas”. As ações agrícolas do então governador, entretanto, refletiam as políticas adotadas pelo próprio regime militar e que foram efetivadas na década de 1970 com o amadurecimento das políticas agrícolas, principalmente o crédito rural. (Jornal Opção. Edição 2022 de 6 a 12 de abril de 2014. Grifos meus.)

A fonte acima é importante não só para explicitar a trajetória de um Caiado que foi governador de Goiás, deixando claro que esses estão diretamente envolvidos com processos maiores do capitalismo periférico de Goiás (como vimos em RIBEIRO, 1998), com a modernização deste e suas interlocuções com a FAEG e demais entidades patronais do estado; mas também para a compreensão do sentido dado à modernização do campo em Goiás, como aponta o jornalista no trecho: “E isso, claro, teve reflexos positivos em Goiás, pois deu destino a um latifúndio que antes era tido como improdutivo, por não conseguir produzir no cerrado”.

Tais medidas têm ligação direta com a atuação da FAEG a partir de então, tendo em vista que seu diretor naquele momento era um pecuarista e, podemos ensejar que, por esse motivo, foi tido como “rebelde” em relação aos governos militares naquele período, já que a tentativa era de modernização da agricultura e a entidade se pautava mais pela pecuária, sob atuação de seu diretor.

Em entrevista ao site da Sociedade Goiana de Pecuária e Agricultura, Ruy Brasil diz que era difícil defender os produtores rurais na época da ditadura militar, pois o

governo não queria ser contestado em suas medidas políticas e econômicas. Hábil, **ele enfrentava os militares sem se indispor com eles** e por isso a imprensa nacional tinha Ruy como fonte de notícias sobre tabelamentos, crédito, dentre outros aspectos do setor. Depois disso, os agentes de segurança “visitavam” a sede da FAEG, sempre de olho no que o presidente da entidade iria dizer ou fazer. **Mas Ruy era de tradicional família udenista e ruralista, e não houve punição para suas rebeldias.** A vice-governadoria prova tal fato. (FREITAS, 2012, p. 42-43. Grifos meus).

Ou seja: mais uma vez vemos, na presidência desta entidade, e até mesmo do estado, pessoas ligadas às tradicionais famílias goianas, ou, melhor dizendo, oligarquias da Primeira República que se reinventaram ao longo dos anos, como nos indica Maria Auxiliadora Ferraz de Sá⁴⁸.

Ruy permaneceu na diretoria da FAEG até 28 de fevereiro de 1978, quando se afastou para concorrer e, posteriormente, ocupar o cargo de vice-governador de Goiás, ao lado de Ary Valadão, também ruralista da ARENA, escolhido por Geisel para governar Goiás de 1979 a 1983, contando com apoio local dos Caiado para assumir o posto⁴⁹. A FAEG comemora – e lhe dá um capítulo inteiro de seu documento – este fato: “da sala da Federação sai um vice-governador”. Como se pode ver, a “rebeldia” de Ruy não durou muito tempo ou talvez não tenha sido como o que fora relatado no documento. Durante sua gestão:

A FAEG, em 1973, conseguiu equilibrar sua receita e triplicou a quantidade de contadores habilitados, regularizando 41 sindicatos filiados. Junto ao governo federal, a Federação reivindicou assistência técnica e financeira na política de pecuária de corte para evitar o desabastecimento, além de campanhas educativas, apoio técnico e financeiro para prática de confinamento. [...] Também buscou, no governo, soluções para pecuária leiteira, que passava por grandes problemas na época. (FREITAS, 2012, p. 43)

Apesar do relato de tentativas de melhorias na pecuária, enquanto o governo federal tentava avançar na modernização da agricultura, percebe-se que a entidade naquele contexto também estava visando a modernização, através do confinamento. Ou seja, a aparente “rebeldia” tratava-se apenas de um período inicial de rearranjo de novas frações dentro da classe dominante, antes dominada por pecuaristas, que começa então a ter atenções também à agricultura.

Em 1975 a FAEG recebe um lote do governo do Estado para construção de sua sede. Em um capítulo aparentemente sem dados importantes para essa pesquisa, chamado “Acaba a novela da sede própria”, tem-se no final desta, ao informar a posse da nova diretoria, com a saída de Ruy Brasil e entrada de Antonio Flavio Lima tem-se que:

⁴⁸SÁ, Maria Auxiliadora Ferraz. Dos velhos aos novos coronéis. Recife: PIMES – Universidade Federal de Pernambuco, 1974.

⁴⁹Há inferências na historiografia goiana de que Ary Valadão teria, anteriormente, articulado para depor Mauro Borges.

Nascido em Recife, Antonio graduou-se em Engenharia Agrônômica na Escola Superior de Agricultura de Pernambuco. Quando assumiu o cargo de presidente da FAEG, em substituição a Ruy Brasil Cavalcanti Júnior, já tinha um vasto currículo na agropecuária. Entre 1961 e 1964, foi delegado Federal de Agricultura substituto do Ministério da Agricultura em Goiás. Depois, em 1964 1965, era presidente da Cooperativa de Cafeicultores, e em 1965 foi diretor da Companhia Agrícola do Estado de Goiás (Caesgo). Quando assumiu a FAEG – cargo que ocupou por um curto período, cerca de um ano – Antonio já tinha a experiência da cadeira de Secretário da Fazenda no governo de Otávio Lage e Leonino Caiado. Repetiu a dose durante a gestão de Ary Valadão. Ainda em seu grande currículo, foi presidente da Empresa Goiana de Pesquisa Agropecuária (Emgopa), **presidente da UDR em Goiás, diretor financeiro da UDR Nacional**, produtor rural em Bela Vista, Senador Canedo de Matrinchã. Foi engenheiro agrônomo nos estados do Piauí, Rio de Janeiro e Goiás, fez cursos em Porto Rico, EUA, Alemanha, **além de ter exercido cargo de direção em outras empresas públicas e privadas**. Atuou na FAEG por longa data, não apenas como presidente, mas em outros cargos da diretoria. Na presidência, sua principal luta foi contra as doenças dos rebanhos, principalmente contra a febre aftosa. **Antônio Flávio se afastou da diretoria da Federação para assumir o cargo de secretário da Agricultura no governo Ary Valadão**, sendo substituído por seu vice, Paulo Serroni. (FREITAS, 2012, p. 49. Grifos meus.)⁵⁰

Vemos acima a ligação direta de um dos quadros da FAEG à direção da UDR. Ligação esta que se confirmará logo a seguir. Outra coisa a destacar, é que tanto ele quanto outros se destacam pelas ligações nacionais e internacionais com setores de ponta tanto em termos políticos quanto econômicos. Então, a trajetória desses intelectuais demonstra a ponte entre esses representantes da classe dominante com articulações “modernizadoras” mais amplas, corroborando com a minha hipótese inicial.

Na gestão de Paulo Serroni – descrito no livro como “um médico que veio para Goiás na década de 1950 montar consultório em Santa Helena. [...] Logo comprou uma propriedade rural e se encantou pela pecuária” –, temos os trechos mais significativos para análise neste estudo. É relatado que “em junho de 1984, a FAEG estava insatisfeita com a política agrícola do Governo Federal”. Antes disso, há menções também de insatisfação até mesmo com a própria CNA, da qual era filiada: “Em pleno governo militar, a contribuição sindical a qual a Federação tinha direito não era paga diretamente: ia primeiro para o Incra, depois para a CNA e, finalmente, para os cofres da FAEG, numa burocracia maluca” (FREITAS, 2012, p. 52-53).

Sobre as reivindicações patronais, que veremos com maiores detalhes posteriormente em Mendonça (2010), a FAEG assim se posicionou:

A entidade continuou a luta pelos produtores rurais ao encaminhar um manifesto contra a reforma agrária ao Ministério da República. “Vários delegados se manifestaram, alguns com proposições veementes de afastamento imediato do ministro da Reforma Agrária e do presidente do Incra”, relatava a ata de reunião de diretoria de 1985. Antônio Flávio Lima, ex-presidente que ocupava o cargo de primeiro secretário, foi ainda mais longe: “**o plano de reforma agrária**

⁵⁰ Antônio Flávio Lima é, atualmente, superintendente executivo de Agricultura da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (SED), do governo de Marconi Perillo (PSDB).

apresentado pelo governo é criminoso e feito por criminosos. O que o governo quer fazer é anarquizar o país. O Brasil precisa é de um plano agrícola para depois se pensar no assentamento do trabalhador. E não tomar terra dos proprietários e entrega-la ao trabalhador sem condições de explorá-la e produzir”. (FREITAS, 2012, p. 53. Grifos meus.)

Vale lembrar, como dito anteriormente, que Antônio Flávio, no momento em que dizia isso, acumulava algumas outras funções e cargos: além de primeiro secretário da FAEG era secretário de Agricultura e depois veio a compor a direção da UDR, regional e nacional.

A entidade dizia que o governo Sarney “ficava na corda bamba: não podia desagradar à esquerda (heróis do Brasil naquele período) e nem se insurgir contra a direita, pois os militares ainda tinham um grande poder nas decisões do país. Neste cenário a reforma agrária era, ao mesmo tempo, uma questão necessária e controversa, tanto que não conseguiu grandes avanços” (idem, *ibidem*). E conclui que:

Os céus se desanuiaram um pouco com a nova Constituição da República do Brasil, de 1988, que trouxe várias mudanças para o sistema sindical. A Carta Magna desvinculou totalmente o poder estatal do sindicalismo. [...] Para Goiás, havia algo específico na Constituição que mudava ainda mais o trabalho da FAEG: a entidade iria perder 35 sindicatos organizados e mais 15 em fase final de organização devido à criação do Estado do Tocantins. (FREITAS, 2012, p. 54)

Porém, no que a FAEG mais se atém neste período específico é à UDR e à defesa da propriedade, rendendo, inclusive, uma foto (abaixo) da primeira reunião da entidade na sede da Federação, fato que é aclamado com êxito, como se pode comprovar nos trechos a seguir.



Foto no livro da FAEG mostra primeira reunião da UDR na sede daquela entidade.

A Federação também apoiou a criação da União Democrática Ruralista (UDR), em 1985, uma entidade nacional que buscou a defesa da propriedade e direitos do produtor rural. **A UDR funcionou na sede da FAEG durante cerca de três anos.** A criação da entidade ocorreu porque **a propriedade rural corria riscos, principalmente na elaboração da nova Constituição** do Brasil, sob a presidência de José Sarney. Com o desejo de mudança, o fim do regime militar trazia à tona, com toda força, a Reforma Agrária. **Mas não se pensou no proprietário de terra. Ele iria à falência com a nova proposta. Foi aí que a UDR entrou, evitando a interferência direta das Federações e da CNA. Sua primeira reunião foi na sede da FAEG, e a segunda na Sociedade Goiana de Pecuária e Agricultura (SGPA).** Para manter a nova entidade, os produtores fizeram leilões. Já de imediato a UDR conseguiu leiloar, e os recursos arrecadados foram utilizados para despesas com viagens para várias cidades para alertar os fazendeiros sobre os riscos das mudanças que poderiam ocorrer na legislação. Enquanto isso, Salvador Farina, Ronaldo Caiado e Altair Veloso **procuravam atrair a imprensa** para o movimento. **Graças ao esforço da UDR e ao apoio da FAEG, o direito de propriedade foi garantido pela Constituição de 1988.** (FREITAS, 2012, p. 54-55. Grifos meus.)

Pudemos neste tópico não só conferir filiações e ligações diretas ou indiretas da FAEG com a UDR e também com veículos de imprensa e com o próprio governo federal e estadual; como também comprovar a união da classe dominante rural no Estado de Goiás para a defesa da propriedade na Constituinte, haja vista que as duas entidades às quais nos dedicamos nas últimas páginas, SGPA e FAEG, apoiaram diretamente a criação e manutenção da UDR.

O documento da FAEG, como mencionado acima, vai até os dias atuais, mas não analisaremos essa parte por não dizer respeito especificamente ao nosso recorte temporal. Porém, adianto que esse documento merece uma análise aprofundada de toda a sua composição, desde textos e fotos até as demais ações da entidade ao longo do tempo. Por exemplo, no momento em que escrevo este capítulo, Goiás se coloca mais uma vez, como dito por Barsanufu Borges, no “epicentro de um movimento extremista” de direita no país, já que seu atual presidente, José Mário Schreiner, figurou como um dos principais articuladores, junto ao Movimento Brasil Livre (MBL⁵¹) do processo de impedimento presidencial no país⁵² em 2016.

⁵¹ Para maiores informações sobre o tema, ler em: <http://passapalavra.info/2016/06/108395>

⁵² Conforme nos indica a fonte: <http://m.folha.uol.com.br/poder/2016/05/1766785-mbl-ruralistas-e-evangelicos-se-unem-por-agenda-liberal.shtml?cmpid=compfb>.

CAPÍTULO III - A União Democrática Ruralista

Após os dois primeiros capítulos dessa tese, tratamos especificamente agora sobre a UDR. Antes que se possa empreender análises sobre a entidade no plano local (que será feita na segunda parte desta tese), falaremos sobre sua fundação e consolidação nacionalmente e em alguns Estados específicos, abordando criticamente os poucos trabalhos existentes, aos quais tive acesso.

Esse capítulo se justifica pela necessidade de me situar historiograficamente perante a bibliografia já produzida sobre a entidade, tentando comparar casos estaduais e verificando se há diferenças e semelhanças nessas trajetórias com as de Goiás, bem como para indicar em que medida se pode avançar com a tese que ora se apresenta. Especificamente sobre a UDR há, na bibliografia atual, poucos trabalhos que tratam a respeito. Somente os de Regina Bruno e Adriano Pilatti abordam a entidade em seu caráter mais geral. Os demais trabalhos tratam-na de forma regionalizada, assim como também se pretende, em partes, fazer nesta tese, tratando-a designadamente em Goiás.

Outra característica nos estudos sobre a UDR é que poucos deles se encontram na História. Os trabalhos de Regina Bruno – tese de doutoramento defendido na UNICAMP em 2002 –, de Marília Patta Ramos – dissertação de mestrado defendido na UFRGS em 1995 – e de Marcionila Fernandes – dissertação de mestrado defendida na UFPA em 1999 – são todos na Sociologia. Já o de Adriano Pilatti é uma dissertação de mestrado defendida nas Ciências Jurídicas da PUC-RJ em 1988. Portanto, das obras que nos ateremos aqui, apenas a de Cristiano Simon é na História – dissertação de mestrado defendida em 1998 na USP – o que pode ser um empecilho, pois se perde muito a dinâmica histórica dos processos em análise. Por outro lado, é salutar o diálogo com outras áreas do conhecimento, que podem trazer novas formas de abordagem sobre o tema.

O primeiro trabalho a ser cotejado é o de Regina Ângela Landim Bruno, que tem sua formação acadêmica toda na Sociologia, sendo que a tese a qual nos referenciamos foi defendida no ano de 2002 na UNICAMP. Atualmente é professora associada do CPDA/UFRRJ e é uma das grandes referências para se tratar sobre teorias sociais, representação patronal rural, agronegócio, relações de poder, questão agrária e Reforma Agrária. Antes mesmo da publicação de sua tese (“O ovo da serpente: Monopólio da terra e violência na Nova República”), a autora já havia publicado alguns estudos e artigos sobre o

tema e especificamente sobre a UDR. Estes artigos, inclusive, embasam as argumentações das duas dissertações que analisaremos a seguir e que são anteriores à sua tese.

Bruno afirma que, com a Nova República, inaugura-se um período que parecia dar início a um processo de rompimento do monopólio da terra ou ao menos que pretendia dar novos limites a esse. Especialmente no ano de 1985, na conjuntura da democratização e do acirramento dos conflitos de terra, a bandeira da reforma agrária consegue grande visibilidade, com novos movimentos de ocupações que se afirmaram como ferramentas de pressão para a democratização da propriedade e da luta por direitos. Nesse bojo também se observou a mobilização patronal rural “sem precedentes na história”, contra essas demandas. A autora, então, usando como fontes e referências a grande imprensa, busca expor suas reflexões sobre “a nova identidade e a nova retórica patronal, que se constituíram no bojo da reação dos grandes proprietários e empresários rurais em torno do debate sobre a reforma agrária da Nova República e as lutas por terra”. Sua argumentação é pautada na existência de um *habitus* social dos proprietários e empresários rurais, que, segundo ela, estão “intimamente ligados à nossa formação histórica e que amiúde se produzem e se reproduzem juntamente com as transformações da sociedade brasileira”. Com isso, a autora conclui que há uma “junção de novas e velhas formas de agir e pensar, de permanências e novidades, que irá compor a nova identidade patronal”.

Por se tratar de um trabalho desenvolvido na Sociologia, a autora, utilizando-se de métodos próprios dessa área, busca conformar sua argumentação a um conceito central (*habitus*, de Bourdieu) e, a partir deste, maneja suas fontes e alegações a fim de dar-lhe uma inteligibilidade explicativa. O método da História se diferencia, entre outros pontos, justamente por isso: a processualidade histórica interessa mais para a explicação das dinâmicas e correlações de forças do que a instrumentalização de conceitos. Nesse sentido, as formulações de Bruno são viáveis e contribuirão para a tese, mas serão testadas na análise das fontes a seguir. Além disso, o trabalho que proponho não busca traçar uma identidade do patronato rural (reconheço que há, de fato, um *habitus* entre esses e que essa será uma das referências para a análise), mas sim identificar a peculiaridade da atuação da UDR no estado de Goiás, pensando no ambiente social em que surgiu.

É praticamente uma unanimidade nos estudiosos sobre o tema, tanto da UDR, quanto da Reforma Agrária de uma maneira geral e de entidades patronais no campo, que a década de 1980 pode ser considerada um marco na história dos movimentos de luta pela terra, já que a bandeira da RA volta à tona com muita força no processo de redemocratização. O MST surge

com grande número de ocupações e se esperava que esse seria o momento em que a pauta alcançaria maiores êxitos. Porém, o que se observou foi um avanço em igual medida de movimentos conservadores contrários, como em toda luta por hegemonia.

Alguns elementos podem ser elencados para demonstrar esse ponto. O primeiro deles diz respeito à diminuição dos incentivos fiscais para grandes produtores, que foi grande mote durante a Ditadura e que praticamente patrocinou a modernização da agricultura, como vimos com Wenceslau Gonçalves Neto, no capítulo I desta tese. Outros aspectos deste período também são passíveis de críticas. Para Delgado⁵³ o Estatuto do Trabalhador Rural foi a grande mudança. O Estatuto da Terra, de 1964, instaurou “uma legislação consubstanciada ao princípio da Reforma Agrária e da estruturação das condições favoráveis ao capitalismo” (DELGADO, 1985). Apesar disso, prevaleceu o desenvolvimento rural baseado nas empresas. Estabeleceu-se um protecionismo baseado na inversão das normas da função social, que acabou se transformando em valorização patrimonial. Para José Graziano da Silva⁵⁴ todas as medidas da intervenção estatal na agricultura foram para a modernização conservadora, até mesmo o Estatuto da Terra foi para contenção de conflitos e estímulos à modernização.

Na segunda metade da década de 1960 foi criado o SNCR (Sistema Nacional de Crédito Rural) para facilitar acesso a métodos para reduzir influências naturais e aumentar produtividade (máquinas, adubos, pastagens artificiais e irrigação). Apesar de seu destino inicial ser para pequenos produtores, acabou ficando nas mãos de médios e grandes produtores (a lógica dos empréstimos bancários exigia titulação e dependia de trâmites burocráticos). O SNRC reforçou o elo entre indústria e agricultura, com créditos de custeio (insumos) e de investimentos (máquinas).

Além do SNRC, a política de preços mínimos que vigorou até 1966 fixava preços altos nas safras e preços baixos após. Depois de 1966, os preços passaram a ser fixados depois do plantio. Após 1970 há uma centralização de capitais e um estímulo à exportação. Nesse período há uma desaceleração da política de empregos urbanos e das grandes obras de infraestrutura do governo. Cria-se também o FUNRURAL (previdência) e o PROAGRO (para pequenos produtores). É ainda o período das fronteiras com áreas entregues via incentivo a empresas nacionais e multinacionais, o que gera ociosidade da terra, concentração fundiária e urbana. Além disso, a política de colonização para população pobre visava reduzir tensões

⁵³DELGADO, Guilherme da Costa. **Capital financeiro e agricultura no Brasil**. São Paulo: Ícone, 1985.

⁵⁴SILVA, José Graziano. **Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura**. São Paulo: HUCITEC, 1981.

locais. Essas políticas de colonização foram usadas em vários estados do país, como vimos com Mauro Borges em Goiás.

A partir de 1976 começa um processo gradativo de redução de recursos para o setor agrícola e em 1978 fica mais difícil a aquisição de créditos em bancos públicos e privados, iniciando-se um processo de desmonte do SNCR devido a cortes do governo. O patronato rural reagiu com descontentamento a isso. Nos anos 1980 os créditos diminuíram ainda mais, apontando uma situação de recursos reduzidos e disputas pelos poucos recursos públicos. Com o fim dos incentivos e subsídios do Estado na década de 1980, os agentes da burguesia agrária procuraram formas de reivindicação por fora e de crítica ao Estado, paralelas às organizações oficiais já existentes. Soma-se a isso um governo de transição que prometia implementar políticas de Reforma Agrária que, na expectativa dos grandes proprietários, deveriam “ficar só na retórica”, mas acabaram surpreendidos com a criação de um Ministério Especial da Reforma Agrária (Mirad) e com a elaboração de um Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) (BRUNO, 2002, p. 16). Situação essa agravada ainda mais pelo posicionamento de setores progressistas da Igreja, que desde a década de 1970 se posicionavam a favor da RA e impulsionavam movimentos de trabalhadores no campo e nas já citadas ocupações.

É importante lembrar ainda que nas cidades “novos personagens entravam em cena”⁵⁵, com organizações sindicais cada vez mais fortes, formação da CUT, associações de bairros e movimentos de diversas matizes que se organizavam no pós-democratização. Segundo Bruno (2002), aos olhos das classes dominantes agrárias, isso simbolizaria “a reedição do debate e do movimento pelas reformas de base do fim dos anos 50 e início dos 60, após 21 anos de “relativa tranquilidade” (BRUNO, 2002, p. 17). Gestam-se nesse bojo alguns novos elementos e uma nova identidade do patronato rural.

Nos estudos sobre a UDR, os autores mantêm o PNRA como recorte temporal para tratar sobre a entidade. Esse plano se pautava no Estatuto da Terra para resgatar a desapropriação como interesse nacional. Em outro artigo (“UDR: para além da violência”, de 1987), Bruno argumenta que “a timidez do plano não justificava tamanha euforia”, já que esse, à época, previa desapropriar 27,6 milhões de hectares para 900 famílias e, até 1988 apenas 1,9 milhões de hectares beneficiaram 40.400 famílias.

Outros autores como Simon (1998) defendem que, além do PNRA, a constituinte e o Plano Cruzado também deram elementos para criação da UDR. Sobre o Plano Cruzado,

⁵⁵SADER, Eder. Quando novos personagens entram em cena: Experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

afirma que: em 1986 médios e pequenos proprietários fizeram empréstimos a juros de 10% ao ano. Em 1987 os juros subiram para 15% a 17% ao mês. Isso pode explicar porque pequenos e médios também aderiram à UDR, que fazia discursos incorporando essas questões.

Sônia Regina de Mendonça (2010) afirma que as entidades tradicionais da classe dominante conseguiram negociar alguns pontos do PNRA e, por isso, se sentiram parcialmente contempladas. O que explica a formação e até o fortalecimento da UDR mesmo após essa negociação são dois fatores: essas entidades de cunho mais tradicional (SRB, SNA) cujos quadros em sua maioria eram de São Paulo e Rio de Janeiro, respectivamente, não levaram em conta alguns itens que permaneceram no plano, sobretudo no tocante à prioridade para as áreas de conflito, ou seja, áreas de fronteira, justamente as regiões onde a UDR teria mais força. Um outro elemento de fortalecimento da UDR também é a proximidade do processo constituinte e os anúncios de que a Reforma Agrária também seria pautada neste debate. Nessas dinâmicas de lutas, segundo Regina Bruno, o patronato rural consegue fazer a junção de novas e velhas formas de atuação, que comporão, segundo ela, sua nova identidade.

Expressando o atraso temos, sobretudo, a concepção de propriedade como direito natural e ilimitado e a violência como prática de classe. Simbolizando os novos argumentos e práticas, destacam-se a defesa dos modernos padrões de rentabilidade e competitividade, a necessidade de uma visão sistêmica do desenvolvimento, o uso do lobby e o imperativo da gestão e da qualificação empresarial como condição de reprodução social e como prática política. (BRUNO, 2002, p. 17)

Para a afirmação acima, Bruno se sustenta nas fontes da grande imprensa, analisando, inclusive, o papel dela em todo o processo, bem como as ideias, linguagens e práticas dos grandes proprietários. Sua argumentação central é de que, na década de 1980, “a reação dos grandes proprietários de terra e empresários rurais ao PNRA e às lutas por terra foi um momento por excelência do processo de reprodução das classes e grupos dominantes no campo e de renovação de suas condições de exploração e dominação” (id, *ibid.*).

A UDR é tida pela autora como uma das principais expressões e um desdobramento mais imediato do confronto entre proprietários e trabalhadores rurais.

A partir de então e no decorrer dos anos subsequentes, Ronaldo Caiado e a UDR constituem-se, efetivamente, na referência de mobilização e de organização das classes e grupos dominantes no campo contra as ocupações de terra e na defesa do direito irrestrito à propriedade. Na imprensa, Caiado desponta como símbolo de uma nova prática política e “representante maior da classe rural”. (BRUNO, 2002, p. 289)

Caiado se apresenta dessa forma. Ao invés de reclamar, passa a exigir. Inclusive, exige que todos os fazendeiros estejam em sua entidade. Se autoproclama líder e se radicaliza na defesa dos interesses dos proprietários, construindo sua imagem e a da UDR com palavras de ordem, com afirmações como: “somos os novos guardiões da propriedade e da produção” (id. *ibid.*).

Ele despreza o confronto político voltado tão somente para a discussão dos limites e as imprecisões do PNRA e opta pelos desfiles de rua e pela mobilização de massa como uma das formas mais eficazes de protesto político e exibição de poder. Não lhe interessa discutir quem tem ou não tem razão, mas quem está, efetivamente, “à altura de enfrentar” os “incompetentes” do governo, os “inocentes úteis”, a “esquerda de boutique” e os “baderneiros travestidos de padres”. (id. *ibid.*)

A violência é a base de suas ações e seus discursos. Posteriormente, tal postura é comprovada por outros integrantes da entidade, com frases como: “não tinha jeito, o negócio era na base da porrada mesmo” e que “tinha um único objetivo: evitar a reforma agrária” (id. *ibid.*).

Bruno (2002) identifica ainda em sua pesquisa pessoas que eram até favoráveis às mobilizações urbanas, organizações de sindicatos, etc., mas que no campo diziam que eram necessárias pessoas educadas e competentes para o trabalho, revelando o quanto o discurso da competência, o tempo todo ressaltado pela UDR e repercutido na imprensa, alcançava seus objetivos. Sobre esses proprietários, revela que muitas vezes o industrial também é rural, com interações diretas e indiretas. Podemos perceber isso em Goiás, no estudo de algumas trajetórias que já empreendemos, onde encontramos latifundiários que são donos de redes de TV e têm outros ramos de negócios.

Em conjunto eles instituem uma nova realidade onde velha e novas formas de dominação convivem sem maiores problemas e se constituem na base de uma nova retórica patronal no campo: atrás da agroindústria esconde-se o velho latifúndio; atrás do banqueiro organizam-se as associações de defesa da propriedade; atrás das cadeias agroindustriais decidem os clãs familiares; atrás do empresário flagra-se o pistoleiro e atrás do discurso moderno tenta-se dissimular o pensamento conservador. (BRUNO, 2002, p. 291)

A UDR é justamente esse paradigma entre o atraso e o moderno em suas práticas. Uma prova disso é o uso que Caiado faz da imprensa para a construção de sua imagem e de suas viagens para a construção da entidade em todo o país. “Recorre ao lobby, mas se define pela intimidação e violência física como principais instrumentos de luta política”, ou ainda, “crítica o clientelismo, o corporativismo e condena os “currais eleitorais”, mas apregoa a necessidade de ‘voto classista’ na Constituinte” (id. *ibid.*). Especificamente sobre a relação com a imprensa, sua fonte e um dos focos de seu estudo, Bruno ressalta que, em um momento de transição política, a UDR soube muito bem usar os recursos e recorrer à mídia.

Ronaldo Caiado e a UDR também são tributários da postura da imprensa, do apoio da classe política, refém do clientelismo, da fragilidade do governo da Nova República, prisioneiro de suas alianças políticas, dos limites do projeto reformista, da impunidade da lei, do medo do retrocesso político e de nossos inúmeros impasses históricos. (BRUNO, 2002, p. 293)

A autora conclui que os proprietários rurais se sentiram ameaçados com os rumos da Nova República e com os movimentos sociais em ascensão e, portanto, as ações da UDR foram em reação à radicalização dos trabalhadores rurais sem-terra. As ocupações de terra

amedrontaram os grandes proprietários, mas também colocaram em xeque o modelo reformista da Nova República. Porém, a prática de se dizerem “ameaçados” perante qualquer mudança política não é nova, ao menos não ao nível de discurso. Assim como não são novas as falas de que a “classe é desunida”. Esses discursos, porém, são atualizados diante de novos contextos, como foi o caso. O discurso se transforma de fato em relação à Reforma Agrária, não mais vista como sinônimo de atraso e sim, tomada por outros parâmetros, como a ideia de que somente a distribuição de terras não seria suficiente. Assim, vemos práticas e discursos sendo reinventados por setores da classe dominante agrária, especificamente por meio da UDR.

Outro autor que trabalhou a UDR foi Adriano Pilatti, das Ciências Jurídicas. O objetivo deste autor é analisar a origem, as formas de atuação e a estruturação da entidade. Sendo este o aspecto que este trabalho traz de novidade, nos ateremos a ele. Pilatti informa que não teve acesso ao Estatuto da entidade. Esse ponto, sobre as fontes é algo a ser problematizado já que, ao analisarmos todos os trabalhos disponíveis, percebe-se que há poucas fontes primárias sobre a UDR disponíveis, restando aos pesquisadores recorrerem à imprensa e a fontes orais fundamentalmente, como é o caso de todos os que estamos vendo neste capítulo. Sendo assim, o Estatuto foi acessado também via fontes jornalísticas.

O organograma da entidade contava com Assembleia Geral de Associados, que definia prioridades de ação, aprovava orçamento e estipulava contribuições. O Conselho de Planejamento tinha 30 efetivos e 30 suplentes. Cabia a esse último formular planos anuais de diretrizes, estudar a política fundiária e agrícola e formular projetos alternativos que seriam encaminhados à Direção Nacional. Havia ainda um Conselho Fiscal e uma Diretoria Executiva, a quem cabia a execução dos planos elaborados. Esta Diretoria era composta por 1 presidente e 3 vices e mais 4 diretores (administrativo, financeiro, operacional e patrimonial) com 3 vices cada. Os votos eram diretos e secretos. A UDR se organizava em Coordenação Nacional e Núcleos Regionais.

Sobre a associação, tem-se que: podiam se associar proprietários e pessoas a eles diretamente ligadas. Podia ser pessoa física ou jurídica. Filhos, genros e noras também eram aceitos. Os arrendatários podiam se associar, desde que fossem apresentados pelos proprietários, assim como os membros da família deste. Os sócios de empresas eram equiparados a proprietários e admitidos como tais. Era impedida a participação de proprietários que tivessem conseguido através de doações ou compra de governos, ou seja, beneficiários de reforma agrária ou posseiros que tivessem situação jurídica regularizada.

Na proposta de filiação do interessado deveria conter: nome da mulher e dos filhos, tamanho e localização do (s) imóvel (s) (que deviam ser comprovados com cópias dos documentos públicos). Além disso, devia informar se já teve algum imóvel desapropriado e se tinha “incidência de invasores em suas terras”. A proposta era examinada pela diretoria que também levava em conta o perfil ideológico da pessoa. Não eram divulgados, caso houvesse, os motivos da renúncia da filiação. Esses dados de filiação, segundo o autor, servem para corroborar a tese de que o objetivo da UDR era a defesa da propriedade.

Sobre a atuação da entidade, existiam duas frentes: uma de pressão sobre o governo, questionamentos do judiciário, impugnações, organização de acampamentos em fazendas ameaçadas de desapropriação e orientação prévia de proprietários; e outra que visava alterar a legislação existente para dificultar ou impedir a desapropriação. Para isso, era imprescindível intervir na constituinte. Um trecho do Estatuto modelo da entidade dizia:

[...] defesa da livre iniciativa, apoio a produtores e suas organizações junto a política pública, defesa do direito de propriedade rural, participação efetiva nas decisões políticas, diálogo franco e mútuo entre governo, produtores, imprensa e sociedade; promoção de eleição de seus membros para cargos legislativos federais, estaduais e municipais; assessoria técnica e jurídica. (PILLATI, 1988, p. 78)

Em 1986 formam a UDR Mulher e a UDR Jovem com o objetivo de consolidar a entidade através da estrutura familiar. Também era uma tentativa de amenizar a imagem da entidade frente à opinião pública. As mulheres faziam trabalhos de assistencialismo. Estavam previstas eleições gerais em 1988, porém, a entidade se enfraqueceu antes disso.

A aquisição de recursos, para o autor, é um ponto nebuloso. Eram estipuladas contribuições fixas e além destas, eram realizados leilões. Além das fixas, poderia haver, caso necessário, contribuições extraordinárias e, caso fossem solicitadas e a pessoa não pagasse, ela poderia ser excluída da entidade. Contudo, os leilões constituem os grandes chamarizes tanto financeiramente como de propaganda da UDR. O leilão era muito importante para a entidade, pois angariava recursos, atraía simpatizantes e novos sócios, e também renovava laços de convivência e identidade de classe.

Os ritos que envolviam a realização desses leilões incluíam churrascos, conversas e articulações e, posteriormente, algumas falas. Quando presente, Ronaldo Caiado sempre falava por último, e era a fala mais esperada. Com o dinheiro arrecadado nestes, a entidade teve condições de realizar lobbies, contratar quadros técnicos e jurídicos qualificados e pagar as viagens de seus diretores para diversos locais do país para divulgação da entidade.

Veremos a seguir alguns trabalhos já produzidos sobre a UDR em alguns estados do Brasil a fim de estabelecer análises comparativas em momento posterior, quando empreendemos a análise centrada na entidade no Estado de Goiás.

3.1) A UDR no Rio Grande do Sul: identidade e simbolismos dos proprietários rurais

No trabalho intitulado “O “novo” e o “velho” ruralismo no Rio Grande do Sul: um estudo sobre os integrantes da UDR”, Marília Ramos busca compreender estratégias e trajetórias de reprodução social das classes e grupos sociais, focando nas classes dominantes, o que, na visão da autora, é objetivo da Sociologia, porém, não tem sido feito em relação às classes dominantes. Ela busca compreender quem são, como atingiram determinada posição social, quais as suas propriedades e atributos e suas visões de mundo especificamente no município de Cachoeira do Sul, no Rio Grande do Sul. Seu referencial teórico central é a noção de “espaço social” de Bourdieu, como “espaço relacional onde os agentes se organizam e desenvolvem determinadas práticas de acordo com as configurações estruturais e práticas de demais agentes”. Com base neste referencial, a autora constatou continuidades e descontinuidades nas práticas da UDR, além de uma heterogeneidade de sua base, que conta com pecuaristas, arrendatários, parceiros e arrozeiros, o que favorece uma explicação que fuja à perspectiva dualista - que vê a UDR apenas como conservadora e tradicional.

Metodologicamente, assim como assumido nesta tese, a autora também entende que a compreensão da origem dos agentes é fundamental para a compreensão de suas práticas sociais e articulações políticas, especialmente no Rio Grande do Sul pela sua forma de ocupação, marcada por conflitos agrários. Tal observação sobre aquele estado também se aplica à Goiás.

Neste sentido, Ramos afirma que a propriedade fundiária significa mais do que a posse de um bem material; ela permite a consolidação da possibilidade de reconhecimento e legitimidade que transcende as determinações materiais, dizendo respeito à simbolismos nos estilos de vida. Este simbolismo, muitas vezes, reelabora os antigos símbolos dos “senhores da terra”.

Para falar sobre a ocupação de Cachoeira do Sul, a autora remete à constituição do espaço agrário do Rio Grande do Sul desde as Sesmarias. É importante ressaltar que, assim como em Goiás, a pecuária teve relevante importância, sobretudo nas grandes propriedades. Aos antigos caboclos restava a disputa por menores e piores terras. Além dessas duas formas

(grandes e pequenas propriedades), existiam ainda aqueles que tinham usucapião de instalações, mesmo que temporárias, chamadas de invernadas ou currais.

Quanto à origem das propriedades, nas entrevistas, Ramos (1995) constata que muitos não sabiam a origem de suas terras, mas sabiam que eram por herança ou aquisição por matrimônio, com muitos casamentos entre primos para manter ou aumentar seus domínios. Esses dados sobre a herança familiar revelam-se também em relação aos Caiado e demais proprietários vinculados à UDR em outros locais do país. Além de herança e doação, muitos também aumentavam suas propriedades comprando pequenas propriedades, até mesmo de seus próprios parentes e colocando-as em nome de seus filhos (muitos deles menores de idade). Havia ainda a doação em vida por parte dos proprietários por impossibilidade de cuidar (doença) ou por questões políticas.

Ramos conseguiu identificar alguns membros da UDR de origem urbana, aqueles não ligados às famílias de grandes proprietários e que adquiriram suas propriedades nas décadas de 1970 e 1980, quando o preço da terra estava baixo e havia participação estatal mais intensa, com créditos, subsídios e juros baixos. Destes, houve ainda outros empresários do meio urbano que investiram no setor primário e se distinguem dos anteriores, pois investiram em setores específicos, como animas de raça para exposições, formando cabanhas (fazendas de criação de gado de raça).

Visando corroborar com a tese apresentada no início, de que a propriedade da terra não é só um fator de produção, mas tem função simbólica e difunde um padrão de identidade, a autora apresenta elementos como os sobrenomes das famílias, que eram usados como moedas de troca. Os de origem urbana⁵⁶, inclusive, vão atrás desses sobrenomes para se legitimarem como fazendeiros, afinal os donos de terras eram os líderes da região no início da ocupação do espaço agrário no Rio Grande do Sul. Tanto assim, que nas entrevistas, os membros da UDR reclamavam da perda de prestígio em relação aos seus antepassados. Porém, concordando com a questão do simbolismo dos nomes, mas, em diálogo com a autora, aponto também que essa junção pode ocorrer por interesses materiais e econômicos ou ainda por alianças políticas, como foi o caso dos Caiado em Goiás, que buscaram se legitimar e permanecer politicamente através de matrimônios com outras famílias “de nome”.

Um dado interessante levantado neste estudo diz respeito à escolarização dos agentes. Os membros mais velhos da UDR só tinham até nível primário, assim como seus

⁵⁶Segundo a autora, a existência desses recentes investidores faz com que não seja mais possível polarizar rural e urbano ou tradicional e moderno. Entre esses existiam até membros que eram arrendatários. Porém, salienta que essas diferenças nas origens não levam a formação de classes diferentes e sim de novas frações dentro da classe.

antepassados. Mas percebe-se um investimento em capital cultural e escolarização nas gerações mais novas⁵⁷. A necessidade de escolarização é decorrente, entre outros fatores, da crise dos anos 1930 e da política descentralizadora de Vargas, que neutralizou um pouco o poder dos grandes proprietários que, por sua vez, tiveram que pensar novas práticas para resgatar seu prestígio. A escolarização é uma dessas formas, pois a partir dela até mesmo cargos em governos foram conseguidos.

Esse investimento cultural perdurou e passou a ser usado como elemento para justificar o “sucesso” dos membros da UDR, considerando-os diferenciados por terem feito cursos universitários, garantindo outras formas de lidar com a terra e outras estratégias de reprodução social. Ronaldo Caiado, que é médico e chegou também a estudar na França, é citado nominalmente em uma das entrevistas por esse motivo: “[...] apareceu um fenômeno lá do centro do país que foi o Caiado, porque o preparo também é importante, sabe que entre os fazendeiros poucos estudaram” (RAMOS, 1995, p. 78. Grifos meus.)⁵⁸. A escolarização é apontada como uma estratégia de reconversão social, geralmente através dos filhos, que podem ir para outras profissões bem remuneradas enquanto os pais permanecem na terra. Outros fatores, especialmente o fim dos subsídios na década de 1970, são apontados como motivadores dessa capacitação nos proprietários⁵⁹.

Quanto à organização socioeconômica, novas técnicas na pecuária e agricultura foram introduzidas a partir desses membros mais escolarizados. Em algumas propriedades passaram a desenvolver atividades simultâneas de pecuária e agricultura após a crise da pecuária no RS entre as décadas de 1920 e 1940, ocorrida devido ao incentivo à industrialização empreendido por Getúlio Vargas, como discutimos anteriormente nesta tese. Entre os entrevistados da autora, apenas um era exclusivamente lavoureiro, pois, com o incentivo à soja na década de 1970, muitos migraram para a lavoura, mas, com a redução do incentivo governamental na década seguinte, afastaram-se novamente. O capital que haviam investido (máquinas e implementos) acabou sendo transferido para arrendatários. A esses arrendatários exigia-se que a terra fosse devolvida já com o pasto formado, tendo em vista que para os proprietários é mais vantajoso arrendar, pois a agricultura oferece mais riscos. Com isso, mesmo sendo pecuarista, esse indivíduo passa a ser reconhecido como empresário rural, devido ao seu

⁵⁷O estudo, embora seja para todos da família, em entrevistas relatam que as mulheres, embora escolarizadas e “inteligentes” não exercem suas profissões “porque não precisam”, delegando aos homens essas funções.

⁵⁸Os entrevistados para a pesquisa de Ramos chegam a lembrar da lei, que foi apelidada de “Lei do Boi”, que estipulava cotas em instituições públicas de ensino superior para filhos de pecuaristas.

⁵⁹Há uma presença maciça de médicos na UDR, por exemplo. Para estes, a capacidade de mobilização da entidade se deve também à essas lideranças com esse capital cultural e capital político.

capital investido em maquinário, etc. Em algumas entrevistas chegam a citar professores e grupos de estudantes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) que faziam pesquisas nas fazendas de membros da UDR, o que lhes trazia grande prestígio.

Quanto às relações destes com os trabalhadores rurais, aponta as mudanças de antes e depois do Estatuto do Trabalhador Rural. Anteriormente, predomínio de agregados, onde a “cessão” de morada (termo utilizado na região para agregados) era vista como um favor. Muitos entrevistados relatam que a origem dos agregados estava na escravidão e, em sua visão, no passado existia “melhor entendimento entre proprietários e agregados”. Mesmo reconhecendo a importância das leis trabalhistas, apontavam-na como “causadora de conflitos”. Mencionam também que após as invernadas mandavam os trabalhadores embora. Estes trabalhadores eram ex-escravos, caboclos e peões especializados na lida com o gado. Moravam em uma fazenda, mas tinham permissão para de vez em quando ajudar em outras, porém, não recebiam nada por isso. Era uma prática clientelista entre os proprietários, toda baseada em troca de favores, inclusive nas relações com os trabalhadores. Observa-se essa mesma relação com os trabalhadores na já mencionada entrevista de Miriam Bianca com Caiadinho. Segundo um ex-presidente da UDR:

“Eu acho que a legislação trabalhista só prejudicou o trabalhador, tenho certeza que ela foi boa até a metade de sua instituição e depois ela sofreu uma série de politicagem que prejudica muito. Hoje um empregado para conseguir um emprego ele não custa o seu salário, ele custa um outro tanto, de impostos que são pagos, FGTS, INPS e que oneram em última análise o empregador muito, então o empregador paga muito e o trabalhador recebe muito pouco e o governo é que fica administrando metade do salário do trabalhador e administrando mal”. (RAMOS, 1995, p. 110)

Percebe-se pela fala deste que há uma recusa a medidas governamentais, discurso sempre presente em toda a atuação da UDR.

Além da legislação, as mudanças no campo das décadas de 1960 e 1970, a migração de muitos fazendeiros do RS para regiões de fronteira (PR e MT), o surgimento de novos estados e novas cidades (como Brasília) e, sobretudo, posteriormente, o surgimento dos movimentos sociais no campo, alteram também as relações no campo naquela região.

Integrantes da UDR relatam episódios de reivindicações dos trabalhadores rurais durante o governo de Leonel Brizola, em 1962. Neste mesmo ano, proprietários rurais reuniram, em Santa Maria, os representantes de associações rurais para discutir sobre Reforma Agrária e criaram a FARSUL. É importante notar que a autora também busca apreender as entidades patronais anteriores para compreensão da UDR, porém, não menciona conflitos com estas. Como vimos em Pilatti (1988), neste caso específico, a UDR no RS

demorou a se consolidar devido aos conflitos de interesse justamente com a Federação de Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (FARSUL).

Na década de 1980 surge o MST, muito forte no RS, cujo primeiro acampamento no estado foi na Encruzilhada Natalino em Ronda Alta. No mesmo ano (1984) começam as discussões para o PNRA. No município estudado pela autora, Cachoeira do Sul, só houve ocupação em 1962. Mesmo assim a UDR foi forte lá, com o principal articulador da entidade no RS vindo deste município, demonstrando “unidade de classe”. A identificação da ameaça dos opositores (tidos como inimigos) comuns (movimentos sociais) é o que os unifica: “O Movimento Sem Terra são um inimigo do povo brasileiro” (trecho de entrevista em RAMOS, 1995, p. 153-154). Relacionam os movimentos com correntes político-ideológicas de esquerda, criticam o clero, falam que são a favor da RA, mas “não dessa forma”, falam ainda que no meio do movimento “tem gente aproveitadora” e que esses são manobras políticas com fins eleitoreiros”.

Os membros da UDR revelam que consideram sem-terra só quem perdeu a terra por desapropriação, e não os que perderam por condições estruturais do capitalismo. Para eles, para ser proprietário, deve-se obedecer ao padrão de “eficiência”. Este discurso tenta justificar a sua importância, como agentes eficientemente produtivos e com uma “vocação” herdada para a atividade agropecuária, em oposição àqueles desprovidos desta herança (os Sem-Terra) (RAMOS, 1995, p. 155). Percebe-se que esses respaldam a produtividade com base na eficiência e na tradição. Usam também a tecnologia e o conhecimento técnico para isso. Assim, a existência das grandes propriedades é dada como “natural”. Justificam-na também com base na “inteligência”:

[...] e eu acho também que jamais vai existir equiparações de ideias de inteligência, sempre quem for mais inteligente vai poder ser mais bem-sucedido na vida, sempre quem tiver mais competência vai ter mais facilidade de ter uma vida com maiores regalias e essas pessoas vão gerar emprego para que outras pessoas se beneficiem desse que é mais alto. (Trecho de entrevistas com diretores da UDR in RAMOS, 1995, p. 158)

Em relação ao Estado, os integrantes da UDR se posicionam contra a intervenção estatal quando se trata da Reforma Agrária, mas a favor quando se trata de políticas agrícolas, de incentivos creditícios, elaboração e execução de leis repressoras aos movimentos sociais, subvenções ou perdões de dívidas. Neste contexto, é importante destacar outro trecho de entrevista em que um dos integrantes relata a relação com o governo durante a constituinte:

O governo se comportava conosco, como se nós fôssemos amantes dele. Então, publicamente não nos conhecia, nos chamava de extremistas, mas, particularmente, ‘fechado entre 4 portas num quarto de Motel’, aí se confessava que realmente nós tínhamos razão, que nós tínhamos que ocupar nossa posição, quer dizer, o governo

sempre foi hipócrita, os governos são hipócritas, tanto municipais, como estaduais ou federais. Foi isso que houve, então, nos momentos públicos, o governo sentava do lado da FARSUL; agora, quando a coisa engrossava mesmo, a FARSUL não existia porque nunca existiu.... (Ex-presidente da UDR op. cit. RAMOS, 1995, p. 160-161)

Após as vitórias no PNRA e na Constituinte, os agentes resgataram a necessidade de se organizarem em âmbito político-partidário e esferas representativas. Têm o discurso de que odeiam políticos e política, mas fazem campanhas para seus candidatos que “têm mentalidade de produção”. Reconhecem a importância da “organização de classe” e depois a representação política para manutenção de seus “privilégios”⁶⁰. Ao fazer um retrospecto sobre a história política do RS, observa-se que os partidos aos quais os membros da UDR se filiaram são da mesma linha ideológica dos de seus antepassados. Mesmo os que não eram de famílias de origem agrária vão para esses mesmos partidos (por exemplo, PDS). A autora comprova ainda com dados que os municípios cuja base da economia é a agropecuária, elegeram grandes proprietários como prefeitos, tendo em vista que em 1993 a FARSUL criou o “Grupo dos Prefeitos Agropecuaristas”. Outro dado significativo é que as principais lideranças da UDR entrevistadas pela autora no município ocupam ou ocupavam concomitantemente cargos públicos e na entidade.

Outra tática para a “boa” difusão da UDR foi utilizar o termo produtor rural e não proprietário, denotando o que havia sido explicitado anteriormente, de que a diferenciação que estes faziam era principalmente quanto à eficiência e tradição no campo.

Quanto à relação com outras entidades, metodologicamente, uma via interessante de se traçar o perfil da UDR e que foi seguido pela maioria dos autores que estudaram a entidade, é mapear as organizações de classe, Sindicatos Patronais e Associações de Produtores até a constituição da União Democrática Ruralista. Observa-se que os antepassados destes, de origem agrária, participaram da fundação e presidências de associações de produtores e cooperativas e que há uma continuidade na reprodução do poder destes no espaço agrário tanto na esfera político-partidária como em entidades. Algumas dessas organizações podem existir paralelamente ou gerar ramificações, de acordo com as modificações estruturais no espaço agrário.

Em Cachoeira do Sul, município estudado pela autora, surgiram organizações que estimularam o uso de tecnologias e para assistência técnica. A autora destaca quatro delas,

⁶⁰A autora usa muito o termo “manutenção de privilégios”. Há que se problematizar também este termo. Seriam mesmo “privilégios”? Sem dúvida, sim, mas esse termo não demonstra argumentos. Mais interessante seria pensar em posicionamentos de classe, como se pretende nessa tese.

uma geral (Associação Rural de Cachoeira), ligada a ruralistas e agricultores, fundada em 1932; uma de criadores, só de pecuaristas; uma de produtores de trigo, de 1958 e uma de produtores de arroz, de 1959, que prestava assistência técnica, comercial e jurídica. Em todas elas os antepassados dos filiados à UDR tiveram participação. Entre 1979 e 1980, com a restrição dos créditos, surgem muitos sindicatos e entidades de classe em busca de espaços de influência na esfera estatal. Neste período surgem também associações de produtores, devido à diversificação das atividades produtivas. Além disso, é momento de grande efervescência de movimentos sociais no campo.

Quando eu me decidi a abrir um espaço para a UDR, em Cachoeira do Sul, a nossa preocupação era muito grande, em termos de agressividade, vamos dizer, do patrimônio da propriedade privada; então, era uma coisa, nós tínhamos reuniões e aquilo estava a cada dia que passava nos agredindo, nos preocupando, então foi fundada a UDR, **lá em cima, em Goiás por intermédio do Caiado**, e o Gilberto fez parte do grupo do Caiado, onde ele tinha uma amizade muito forte; então, trouxe pro RS a ideia de implantar a UDR no RS, com intuito de defender a propriedade rural de qualquer tipo de agressividade, então a UDR foi fundada com o intuito de reunir, de agrupar os fazendeiros para que se conscientizassem daquela agressão que estava começando a acontecer contra as propriedades privadas (Ex-presidente da UDR op. cit. RAMOS, 1995, p. 182. Grifos meus.)

Percebe-se que a propriedade privada foi a grande propulsora da UDR. Marília Ramos destaca que: o surgimento da UDR no RS é decorrente de seu surgimento em Goiás: “Podemos considerar que, como reflexo do movimento em nível nacional (a UDR já havia surgido em maio de 1985, em Goiás) e pela conjuntura da crise, nas atividades agropecuárias, formou-se a UDR no RS” (RAMOS, 1995, p. 186).

Em Cachoeira do Sul era organizada desde setembro de 1986, mas oficialmente só em dezembro de 1987. A partir da oficialização a organização cresceu o número de sedes e mobilizações, pois circulavam na cidade, à época, a notícia de que havia 11 fazendas que seriam desapropriadas pelo PNRA. Outro fator para o crescimento da entidade na região era que havia resistência no sindicato rural (patronal) à entrada de rizicultores, por isso muitos deles se organizaram na UDR. No início a entidade tinha apenas “arrozeiros”, depois passa a ter também pecuaristas. A UDR em Cachoeira realizava reuniões semanais com lideranças da entidade e convidados, como o presidente do Sindicato Rural e advogados: “O conteúdo das reuniões variava: discutiam a crise conjuntural, as invasões, o papel da Igreja e, principalmente, a ameaça de um PNRA na Constituinte” (RAMOS, 1995, p. 189).

No dia 30 de maio de 1987, Caiado foi, pela primeira vez, ao Município para oficializar, em nível nacional, a UDR cachoeirense. Participou de um churrasco, onde proferiu uma palestra, no salão de festas de um tradicional clube social da cidade, para uma plateia de 300 pessoas. A tônica da discussão, nesse encontro, foi a

não-vinculação da UDR com partidos políticos e a importância da união dos produtores rurais na luta de seus interesses. (RAMOS, 1995, p. 191. Grifos meus.)

A autora relata ainda que sempre que havia votação sobre RA na constituinte, os integrantes de Cachoeira faziam reuniões extras e alguns iam para Brasília. Posteriormente, passaram a ocorrer também reuniões cuja pauta central eram as ocupações e as estratégias para evitá-las. Entre essas estratégias estavam, inclusive, o uso de armas, como podemos observar quando em uma entrevista com um ex-presidente da UDR se diz que não tinha acordo com “luta armada”, mas, em seguida, em outra entrevista com outro membro da entidade se admite que houve conflitos diretos e que investiram em armas. Algumas entrevistas relatam mortes, sem indicar de quem, conforme relata a autora.

A UDR também dava muita importância à comunicação e publicização de suas ações e opiniões. Em uma dessas ocasiões, mandou publicar, na capa do único jornal da cidade, um artigo onde o Bispo de Novo Hamburgo, Boaventura Kloppenburg, fazia sérias críticas e acusações à CPT, revelando o combate também a Igreja que era empreendido pela entidade. Tentavam também passar uma “boa imagem”, se desvinculando de conflitos violentos:

No início, conforme declarações do presidente da organização na época, ao jornal da cidade, a UDR sofria alguns preconceitos por parte da sociedade que a **associava com os conflitos no Centro Oeste e Norte do país** (presença de pistoleiros e morte de colonos e líderes sindicais), mas, com o passar do tempo e das constantes mobilizações, como debater com os líderes abertos ao público, leilões, a presença de Caiado e as crescentes ocupações no RS, as filiações foram aumentando. Dentro desses preconceitos para com a UDR, houve em setembro de 1987, em virtude da morte de ex-ministro Marcos Freire, uma série de pichações nos muros da cidade de Cachoeira do Sul, acusando a UDR como responsável pela onda de violência no campo, como “UDR contra os pequenos agricultores”; “Fora UDR assassina”; “UDR sobe, avião cai”. (RAMOS, 1995, p. 191-192. Grifos meus)

Como estratégia para não serem vinculados apenas à violência, começam a fazer leilões periódicos, que eram verdadeiras festas, e que também visavam angariar fundos para a organização. Antes eram formadas comissões de agropecuaristas para conscientizar sobre a importância da divulgação desses eventos. A importância dos leilões e das setoriais da UDR serão alvo dos estudos de Simon (1998), que veremos a seguir.

Em 28 de agosto de 1988 foi criada na região a UDR Jovem, com a presença de 500 jovens, num churrasco comemorativo. Com intenções de:

[...] apoiar às ideias da UDR e transcender, mais tarde, a esfera rural, unidos as lutas dos jovens urbanos com as dos jovens do campo, principalmente na esfera da educação. Divulgava as propostas da UDR e fazia campanhas de assistência social, como doação de alimentos ao asilo da cidade. **Em novembro de 1988, Caiado foi ao município novamente para um encontro com a UDR Jovem que contou com a presença de mais ou menos 10 mil pessoas.** (RAMOS, 1995, p. 193. Grifos meus)

Em 1988 a UDR de Cachoeira estagnou. A euforia inicial havia passado e começava uma fase sem grandes mobilizações, que só voltaram no final daquele ano. Neste mesmo ano o presidente pediu demissão, mas não se desvinculou da entidade. O escritório da entidade foi fechado, mesmo mantendo a diretoria. Posteriormente, chegaram a realizar debates para discutir sobre a sucessão presidencial. A autora afirma que mesmo aparentemente desativada, permaneceu como espaço de articulação política e em momentos de novas ocupações, a UDR ressurgia na mídia, como em 1993, no processo de Revisão Constitucional, quando a UDR voltou a fazer leilões para angariar fundos para campanhas: “A lógica que perpassa a participação dos agentes na UDR é uma lógica fortemente relacionada com a necessidade de defesa da propriedade privada e, conseqüentemente, com as práticas dos opositores na configuração do campo de conflitos agrários”. (RAMOS, 1995, p. 195)

Por fim, buscando compreender aquilo que foi objeto de sua investigação, a identidade de classe (vista como interesses e posições comuns) na formação da burguesia agrária, Ramos (1995) identifica que a condição de proprietários de terra se configurou em oposição à: primeiramente aos colonos, depois trabalhadores rurais e depois aos sem-terra. Para a autora, o processo de construção de identidade de classe se fortalece nos momentos de ameaça às posições ocupadas. Muitos salientaram que participaram de confrontos diretos, até em outros municípios, em solidariedade aos proprietários ou ainda nos lobbys na ANC:

Eu, a invasões não cheguei a ir, mas aqui em Cachoeira houve boatos que iriam invadir, desapropriar e, aí, eu achei que era uma obrigação minha defender aquelas pessoas que estavam na iminência de terem as terras invadidas, estão formamos um grupo grande, fomos várias vezes a Brasília, participamos do lobby na ANC para que fosse aprovado os itens da terra produtiva e foi aprovado (Diretoria da UDR, *op. cit.* RAMOS, 1995, p. 202)

Fui três vezes a Brasília. E, nós conseguimos a vitória, que fosse feito na Carta Magna do país que terra produtiva seria intocável. Mas até hoje, nós não temos uma definição do que é terra produtiva e o que é terra improdutiva (Presidente da UDR, *op. cit.* RAMOS, 1995, p. 204)

A trajetória de luta contra a Reforma Agrária, nos anos 80, consolida-se como um momento fértil para o reforço do reconhecimento do pertencimento à mesma classe social. O próprio processo de perda de reconhecimento, associado à ação dos opositores, é identificado como um momento em que é preciso uma forte organização para a retomada do “antigo respeito” que a sociedade lhes conferia.

A identidade está vinculada à relação com a terra, à produção propriamente dita e à dimensão simbólica, dimensões que reproduzem um determinado modo de vida, como expresso em entrevistas em que se vangloria da posição de coronel no passado, afirmando que eles mandavam nas estruturas das cidades agrícolas. Afirmava-se, logo em seguida, que: “mas

eles (antepassados) não eram contestados e não eram agredidos; isso eu posso dizer, não eram agredidos como são hoje, pela política comunista, socialista” (RAMOS, 1995, p. 208-209). Os nomes de famílias, preservados em muitas gerações, ligados historicamente à propriedade da terra, também constituem esse simbolismo.

Há ainda simbolismos identificados pela autora em vestimentas, uso de utensílios e designações. Esses simbolismos nos estilos de vida podem ser percebidos quando os criadores de animais de raça, donos de cabanas e de haras procuram dar mais ênfase à posição, através do vestuário que nos dias de hoje se aproxima mais ao estilo “country”, significando uma tentativa de aproximação com proprietários rurais dos EUA. A posse de automóveis muitas vezes importados, tipo furgões e camionetas, com adesivos que indicam o tipo de animal criado e a qual cabanha (fazendas de criação de gado de raça) pertencem, assim como adesivos da UDR, permitem que sejam identificados pela sociedade em geral como proprietários rurais ou, enfaticamente, como donos de cabanha. Nas cidades onde esses mantêm seus negócios houve a constituição de um mercado, com lojas especializadas para esse público.

Pode-se constatar isso também no espaço arquitetônico das propriedades, onde foram obtidas fotos das propriedades, geralmente aéreas, bem como de animais que foram premiados em exposições, além de estatuetas e troféus. Do lado de fora há currais com corredores para vacinar animais. Possuem casas contemporâneas, piscinas, escritórios com móveis antigos, cabides com relhos e chapéus de gaúcho. A decoração mescla objetos dos antepassados e contemporâneos, com quadros a óleos, com motivos campestres, boiadas e fazendas antigas, com escravos e peões. Alguns objetos dos antepassados são expostos na sala às vezes, como esporas, etc. Para a autora: “A ostentação de bens materiais, baseada no valor histórico do resgate de determinados estilos, representa a necessidade de uma afirmação social, perante a sociedade global, das suas origens” (RAMOS, 1995, p. 216).

Foi observada também grande participação em centros de tradições gaúchas (CTGs), onde se procura reproduzir, via designações dos dirigentes como “patrões”, as relações de dominação no campo. Muitos destes símbolos identitários são ligados principalmente à figura ideológica do “gaúcho”, uma construção da classe dominante no espaço agrário na tentativa de preservação e de reconhecimento de seu poder. Até mesmo a prática de marcar o gado com ferro com as iniciais da família também é uma prática que denota a referência a esses simbolismos.

Além disso, nas exposições agropecuárias há um simbolismo maior, pois é onde vão para mostrar seus animais, genética e zootecnia, além dos vestuários, arremate em leilões, bem como as esposas desfilando ao redor dos animais com roupa country. Ocorrem também bailes, que são momentos férteis para demarcação de um círculo de relações, bem como de um certo capital social.

Percebe-se que mesmo com as novas tecnologias e industrialização capitalista no campo, se preservam essas tradições como elemento identitário. Muitos são instruídos e tem origem urbana, mas resgatam-nas. Ao mesmo tempo em que manifestam e utilizam categorias distintas, voltadas para um passado “glorioso”, reforçam a necessidade de serem identificados como “modernos” em oposição aos “atrasados”, identificados por eles naqueles “mal” sucedidos economicamente”. Assim, conclui Ramos, o discurso do moderno não conseguiu neutralizar as tradições.

Este estudo, mesmo dizendo respeito à UDR no Rio Grande do Sul, nos fornece bases e metodologias para analisar a entidade em nível nacional e local em Goiás, até mesmo porque, a figura de Ronaldo Caiado, como vimos, é referenciada diversas vezes como o grande líder da entidade. A seguir, veremos como se deu essa prática em outros estados do país.

3.2) UDR Paraná: análise dos discursos e realização de uma potência

Ainda nos situando no sul do país, discutiremos agora a UDR no contexto paranaense. Contribuí grandemente para esse debate a dissertação de mestrado de Cristiano Gustavo Biazzo Simon “Os campos dos senhores: UDR e elite rural (1985-1988)”, defendido em 1995 na USP. O objetivo do autor é analisar a UDR desde a emergência em 1985, até o final da constituinte em 1988, analisando a construção do discurso da entidade e a sua eficácia. Para tal, usa como referencial teórico Gérard Lebrun sobre a “realização de uma potência” que é, em poucas palavras, “toda oportunidade de impor a sua própria vontade, no interior de uma relação social, até mesmo contra resistências, pouco importando em que repouse tal oportunidade” (SIMON, 1995, p. 18). Assim como os demais autores, este mantém o PNRA como recorte temporal para tratar sobre a UDR.

Em sua pesquisa, Simon entrevista Ronaldo Caiado após a promulgação da Constituição, que afirma: “os artigos na nova constituição a ser promulgada em 5 de outubro, relativos à questão da reforma agrária, foram escritos pelas mãos da organização” (SIMON, 1998, p. 18). Para ele, a criação do estado do Tocantins, como “estado da UDR” dá a

dimensão do quanto a entidade foi vitoriosa. São identificados dois momentos da organização da entidade: 1) resistência às “invasões”⁶¹ e atuação fora das entidades tradicionais; 2) aparato jurídico e representação no Congresso, expansão e consolidação.

Entendendo que o campo da política se constitui também com outros elementos, o autor busca fugir das análises que levam em conta a “força” e afirma que:

A UDR encontrou ressonância nos múltiplos setores agrários, o que lhe possibilitou enorme “cacife” demonstrando no embate pelo fato da mesma se utilizar, largamente em seu discurso, de significados correlacionados com as grandes linhas de entendimento que o social projeta de si mesmo, enquanto tradição/memória. (SIMON, 1998, p. 22)

Isso, pois a UDR apresenta em seus discursos elementos que são discutidos na sociedade, como livre iniciativa, contraposição entre arcaico e moderno, reelaboração das noções de trabalho e produtividade, progresso, nacionalismo e desenvolvimento. Colabora ainda a valorização que dá aos espetáculos no campo, com leilões e exposições, buscando as “raízes” no campo, mas combinadas à modernidade. Além disso, promoveu passeatas, comícios e marchas; e a UDR Jovem e UDR Mulher eram formas de estender às famílias a entidade. Para Simon, esses espetáculos, reforçados pelos meios de comunicação, são fundamentais para compreensão do discurso da entidade.

Após um retrospecto histórico da transição – que já fizemos anteriormente nesta tese – o autor começa as análises a partir do jornal diário Folha de Londrina, de uma região agrícola (Norte do Paraná), utilizando manchetes que falam de mortes de trabalhadores rurais (o jornal usa “lavradores”) no norte de Goiás, Mato Grosso e Sul do Paraná. Tal análise revela temas como o cárcere privado, a denúncia da conivência de órgãos federais e estaduais e ainda a ampliação da luta em Cascavel e do Congresso Nacional dos Sem-Terra. O autor cita também outro movimento local, o MASTRO (Movimento de Agricultores Sem Terra). No Paraná em 1985 havia 450.000 “boias-frias”, 400.000 assalariados, 200.000 parceiros ou meeiros.

Notícias sobre o Congresso dos Sem-Terra informam que os trabalhadores tinham “uma avalanche de críticas ao INCRA” que, para eles, deveria ser estadual. Criticam também o Estatuto da Terra que “só os prejudicou” por incentivar a agricultura de exportação e empresas rurais, fazendo com que os trabalhadores se transformassem em boias-frias. Denunciam ainda que o vice de Tancredo, Sarney, era um dos maiores latifundiários do Maranhão e que “no norte do país, novas fronteiras de colonização são invadidas por pecuaristas e, os agricultores sem recursos, tornam-se “peões” destas fazendas. [...] No Pará a situação é de guerra pura” (SIMON, 1998, p. 52-53).

⁶¹O termo é utilizado pelo autor.

Outros temas do Congresso dos Sem-Terra noticiados pelo jornal analisado pelo autor são: expropriação das terras das multinacionais, violência no campo, tanto policial como paramilitares. Deste Congresso saiu um documento que seria entregue a Tancredo e dizia que “a aplicação do Estatuto da Terra deve ser aprimorada na constituinte”. Em abril de 1985 o jornal informa: “Fazendeiros criam sociedade para combater os Sem-Terra”, noticiando a fundação da SORSUPAR (Sociedade Rural do Sudoeste do Paraná), em Francisco Beltrão com 100 agricultores e pecuaristas de 5 municípios da região. Membros da organização defendiam maior coesão dos fazendeiros para se defender e maior respeitabilidade. Outro tópico relevante trazido pela obra foram as falas do Ministro da Reforma Agrária do Governo Sarney, que diz que essa começará por terras devolutas, que será aplicado o Estatuto da Terra para evitar “choques traumáticos” e que “a reforma agrária não mudará o modelo de propriedade”. Essas declarações tinham como intuito acalmar aos dirigentes da CNA e SRB (que se sentiram mais tranquilos depois da reunião com o ministro). A partir de então os ministros passam a ocupar espaço de destaque nos jornais para justificarem a “RA conforme o regime capitalista”. Algumas manchetes também relatam que “sem-terra também se organizam para influir na reforma”.

Paulo Carneiro, da Federação da Agricultura do Estado do Paraná, critica a reforma agrária em zonas de tensão social, por achar que tais tensões “podem ser artificialmente criadas”. Em maio de 1985 o próprio Sarney defende a iniciativa privada e se diz preocupado com o projeto de RA. Em junho o ministro “tranquiliza grandes proprietários” e informa que “o Estatuto da Terra será aplicado à maneira do regime capitalista”.

Especificamente sobre a UDR, apesar de a entidade existir desde 1985, o autor afirma que só é reconhecida perante a imprensa e começa a veicular material próprio em 1986. Assim, relatam os jornais que pecuaristas de Goiás, São Paulo e Minas Gerais “partidários de uma ação mais agressiva contra a reforma agrária” fundam a UDR e que somente num segundo momento houve adesão de pequenos e médios proprietários, através de uma campanha de marketing que visava a legalização política da organização.

Segundo Simon, não se pode falar do tamanho da entidade, pois as informações a esse respeito são muito díspares.

No momento em que a imprensa toma conhecimento efetivo da UDR, ela já conta, segundo seus líderes, com 5 mil associados, núcleos funcionando em 5 estados e preparando-se para eleger Ronaldo Caiado seu presidente nacional em 15 junho de 1986. Logo, a UDR teria passado de 3 a 5 mil associados em junho de 1986, para 130 a 230 mil sócios em novembro de 1987, num país em que gira (sic) em torno de 120 mil o número de proprietários de áreas de terra superiores a 500 hectares e onde o número total de proprietários ultrapassa 4 milhões. (SIMON, 1998, p. 59).

Até o final de 1987 a UDR teve penetração nos estados de Goiás, Pará, Maranhão, Bahia, Minas Gerais, São Paulo, Mato Grosso do Sul e Paraná. Simon cita que em outros estados enfrentou forte resistência das entidades tradicionais e corporativas, como por exemplo, da FARSUL no RS, porém, na obra analisada anteriormente, de Marília Patta Ramos, a autora não reverbera esse conflito.

Simon afirma que a quantidade de sócios da UDR quintuplicou em apenas um ano e que para o congresso constituinte conseguiram eleger 60 parlamentares. Segundo dados fornecidos pela própria UDR para a Revista Veja, em 11 de novembro de 1987, eles possuíam 200 regionais em 19 estados, com total de 230 mil sócios, porém, alerta que alguns dados são contraditórios e crescem exponencialmente de um jornal para o outro, como no caso em que chegaram a anunciar que em um município de RS, foi criada em 1989 a UDR Mirim, com pessoas de até 14 anos de idade, fato esse que nunca foi confirmado.

Em 09 de setembro de 1986 é criada a UDR Paraná com a presença de Caiado, fato que mereceu manchete no jornal de Londrina. Logo após a criação, foi feito um leilão de 3200 bois. Os jornais divulgaram que o dinheiro dos leilões seria empregado em assessorias jurídicas e técnicas aos associados como “formas transparentes de arrecadar fundos”. Naquele mesmo ano, foi anunciado pelo OESP em novembro de 1987 o “maior leilão da UDR”, com 10 mil animais de variadas espécies. Sobre esse mesmo leilão, Folha de São Paulo e Correio Braziliense⁶² também dão notícias e a Folha de Londrina coloca em sua primeira página no dia 17/11/1987 a manchete “Recorde mundial no leilão da UDR”. A matéria também registra observações do jornalista Jota de Oliveira, que afirma não terem faltado lances curiosos como o arremate de três bonés autografados por Ronaldo Caiado que alcançaram Cz\$ 60 mil (SIMON, 1998, p. 66).

A primeira aparição da UDR no jornal analisado pelo autor (Folha de Londrina) é em março de 1986, quando é noticiado que “UDR desiste de ação contra a reforma” noticiando que a entidade havia desistido do mandado de segurança que havia impetrado junto à 4ª Vara Judiciária de Goiás. Em junho daquele mesmo ano começa a noticiar a organização no Oeste do Paraná e em agosto já a criação da UDR de Ponta Grossa, com manchete de primeira página sobre a presença de Caiado e anúncio de leilão. O jornal informa ainda que a entidade já tem 20.000 associados. “São sublinhados pela matéria a habilidade em se expressar de Ronaldo Caiado e seu discurso anticomunista radical” (SIMON, 1998, p. 68). Naquele mesmo mês esse jornal dizia que os pecuaristas de Londrina ainda tinham medo de assumir a UDR,

⁶²Este diz, em tom irônico: “Os proprietários de terras quando se articulam são generosíssimos. Doam tudo. Menos terra, óbvio” (Correio Braziliense, 13/11/1987 op. cit. SIMON, 1998, p. 67)

mas, mesmo assim, em setembro esta é criada, segundo o mesmo jornal “para evitar conflito social” e “prevenir-se ante a possibilidade de incentivo a conflitos rurais a partir da suposta colocação de terras disponíveis para desapropriação no Paraná” (idem, ibidem).

Simon afirma que: “quando a entidade se faz presente na cena política promovendo grandes manifestações, e quando adquire a certeza de que havia conseguido eleger expressiva bancada na constituinte, sua missão passa a ser acompanhar o trabalho de seus representantes no Congresso e simpatizantes pelo país” (SIMON, 1998, p. 69). As estratégias da UDR são identificadas como: pressão interna no Congresso e pressão externa na mídia e nas entidades tradicionais rurais, bem como nas empresariais, que poderiam ajudar a pressionar os parlamentares. Essa última estratégia visava passar a ideia de interesse nacional. Para isso, Caiado propõe coalizões ou coligações, como uma Frente Ampla com outras entidades, com Organização das Cooperativas do Brasil (OCB), Federação de Agricultura do Estado de São Paulo (FAESP), Sociedade Rural Brasileira (SRB), etc. (que tinham sido responsáveis pela eleição de 49 parlamentares) que formavam a Frente Parlamentar da Agricultura ou Frente Parlamentar Agrícola, que já havia sido testada nas eleições de 1986. Em 12 de fevereiro de 1987 houve uma grande manifestação de produtores rurais contra “a falta de definição do governo em relação à sua política agrícola e para reivindicar o realinhamento dos preços mínimos e a fixação de taxas de juros subsidiadas para o crédito rural” (SIMON, 1998, p. 70). Nos dias anteriores a esta manifestação, Ronaldo Caiado anunciava que essa seria “a maior manifestação classista que esse país já viu. Nesse dia o Brasil inteiro vai parar e todos terão de reconhecer que o setor da pecuária e agricultura ainda é o mais forte deste país” (idem, p. 71). No dia da manifestação, o líder da UDR conclama os 25 mil que ali estavam no Ginásio próximo à Esplanada para seguirem até o Congresso a pé, o que não estava combinado. Essa ação gerou reações de muitos que lá estavam.

A Folha de Londrina, em 14/02, noticiou que os “dirigentes rurais paranaenses estão descontentes com o fundador da UDR”, esclarecendo que representantes da Frente Ampla da Agropecuária Brasileira analisaram o episódio e entenderam que Caiado teria roubado a cena da Frente Ampla. No dia 24/02, esse mesmo diário chama atenção com manchete intitulada “Produtores querem criar representação independente”. [...], contudo, a conviência dos diversos setores na constituinte e nos eventos, comprovam a hipótese de que os interesses em jogo ultrapassam em muito as diferenças e terminam por sobrepuja-las. (SIMON, 1998, p. 72)⁶³

O autor transcreve ainda trechos de matérias da Revista Veja que falam sobre a UDR e Caiado, que serão analisados posteriormente. Simon se dedica brevemente a fazer uma

⁶³Sobre este episódio, o autor ainda indica que seria necessária uma análise sobre a atuação e até mesmo uma biografia histórica de Ronaldo Caiado, que não seria feito por ele, mas que “sugerimos que valeria a pena esforços nessa direção em trabalho específico” (SIMON, 1998, p. 73).

explanação sobre a trajetória de Ronaldo como médico, líder da UDR, sócio da Associação Goiana de Criadores de Zebu, da SGPA e da Associação Goiana de Criadores de Nelore e conclui que “se torna difícil separar o homem e a entidade enquanto produtores de ação política”. Nos anos de 1987 e 1988 Caiado recebeu os prêmios Homem Visão/1987 e Gazeta Mercantil-Empresários/1988. O autor frisa que a ênfase dada a este líder fazia parte do marketing da entidade, que:

[...] produziu a imagem de um jovem dinâmico, preparado e moderno; um médico bem-sucedido que estudou na Europa; que tem mulher e filhos e pertence a uma tradicional família de proprietários e políticos de Goiás. Esse personagem se declara admirador de Jacques Chirac e Margareth Thatcher, confesso liberal que diz muito ter aprendido com as esquerdas no tocante à militância, linha de frente dos leilões, marchas, passeatas, acampamentos em propriedades ameaçadas de invasão, recrutamento de novos quadros e formação de lobby na Constituinte. (SIMON, 1998, p. 75)

A Constituinte é apontada pelo autor como o auge da trajetória da UDR. Ao longo do período Caiado vai a Londrina mais algumas vezes e, em todas elas, recebe a primeira capa do jornal “Folha de Londrina”, analisado por Simon. Especificamente sobre seus discursos e projetos, o autor inicia apresentando uma música tida como “hino da UDR”, chamada “Toco de Aroeira”, cuja letra é:

A bandeira nacional/Bandeira dos produtores/Querem mudar nossos valores/Se querem, só vão querer tomar a liberdade/Que é nossa propriedade/Isso não pode ser/A UDR tem ideais/Não é só o fundiário/É não juntar jamais/Nas cores nacionais/O vermelho-sectário/A UDR é brasileira/É rio virando mar/É toco de aroeira/É duro, é duro de arrancar! (SIMON, 1998, p. 93)

O autor também recorre à argumentação quanto à identidade conferida pela entidade aos proprietários rurais, porém, avança ao colocar o consenso por ela produzido também com pequenos e médios, que foi conseguido homogeneizando o estigma de fazendeiro. Para contrapor a ideia da dicotomia entre agrário e urbano, atraso e moderno, argumenta que a entidade foi particularmente beneficiada e soube usar a recente modernização da estrutura agrária, facilitando sua penetração nesses outros ambientes. “Quando se utiliza da tradição, o faz de duas formas: em um momento chama para si essa tradição rural e em outro a ataca enquanto o atraso (SIMON, 2002, p. 116). Sua argumentação neste ponto se aproxima muito da de Regina Bruno, que vimos no início deste capítulo.

Uma dessas formas combinadas de coadunar atraso e moderno é através da mídia, como foi o caso estudado pelo autor em “Folha de Londrina”, que deu amplo espaço à entidade. O autor atribui essas colocações para relacionar “à expressividade que a UDR conseguiu no Estado do Paraná, se considerarmos o fato de que esse é um estado essencialmente agrícola” (SIMON, 2002, p. 117). Simon ainda apresenta as relações

intrínsecas entre a UDR e a hegemonia do projeto liberal transcrita na Constituição de 1988, cujo limite da democracia é o direito de propriedade. O pesquisador defende que, com a Carta Magna, a UDR perde a sua razão de existir.

3.3) União Democrática Ruralista em regiões de Fronteira: A UDR no Pará

Sobre a União Democrática Ruralista no estado do Pará, quem escreve a respeito é também uma socióloga, Marcionila Fernandes, em “Donos de Terras: trajetórias da União Democrática Ruralista”. Assim como nesta tese e em Ramos (1995), Fernandes (1999) também empreende um estudo sobre a formação recente de estruturas agrárias no Pará, estado onde a privatização das terras começa nos últimos anos da década de 1950. Antes disso, tinha-se: fazendas de gado na região do Marajó, camponeses descendentes dos processos de colonização oficial nas regiões de Salgado, Bragantina e Marabá e alguns núcleos de propriedades no Baixo Amazonas. A terra não se enquadrava exatamente como propriedade, pois havia flexibilidade no exercício desta, como ocupações alheias sem preço, moradia gratuita, uso sem fiscalização, etc. Além disso, em diversos casos, comportava também o desconhecimento do proprietário sobre o tamanho exato de seu imóvel.

Durante o período do extrativismo da borracha as terras estavam sob o domínio dos seringalistas⁶⁴. Após o período da borracha, as terras dos seringais não foram absorvidas por outros processos econômicos, não se transformaram em latifúndios agropastoris. No geral, se tornaram devolutas ou se incorporaram à economia camponesa mesmo quando continuavam sob o domínio formal dos ex-seringalistas, pois até mesmo estes faziam uso da terra com trabalho familiar e agricultura de subsistência. Os ex-coletores de seringa passam a ser trabalhadores autônomos, sem o domínio de seringais. A quantidade de terras livres exerce grande influência nesse contexto, pois as terras não dependiam de relações jurídicas formais⁶⁵.

Além dos trabalhadores que estavam ligados aos seringais, também os camponeses imigrantes ocuparam a região sem se preocuparem com a necessidade de registrar as terras. Tinham relações com a terra e acreditavam que seu trabalho era suficiente para lhes dar a condição de “donos”. A situação se assemelha ao que fora vivenciado no estado de Goiás na

⁶⁴Diversos autores começaram a caracterizá-las como latifúndio. Outros autores entendem que essas terras não estavam incorporadas às relações econômicas enquanto meio de produção, pois participavam do processo produtivo sem se constituírem no fundamento da geração do valor, isso porque no seringal, o valor não reside nas terras que possui, mas na sua capacidade de produção da borracha.

⁶⁵Prova disto é que até 1950, de 302 empreendimentos agrícolas, apenas 1 tinha registro. Em 1960 tinha 982 imóveis e só 2 eram titulados, o restante era posse, sendo que 75% da população vivia no meio rural (FERNANDES, 1999, p. 31).

década de 1950, especificamente no movimento de Trombas e Formoso, conforme visto anteriormente.

Até os anos 1950 essas posses não eram contestadas. A partir de então, surgem os grupos dos “pioneiros”, que eram “grupos paulistas que haviam se apropriado de terras, inclusive no Paraná, e vinham em busca das terras juridicamente livres na nova fronteira” (FERNANDES, 1999, p. 32), sobretudo incentivados pela Fundação Brasil Central, que já referenciamos anteriormente também.

A grande propriedade da terra a partir do final da década de 1950 “resulta de um movimento econômico que prevê a incorporação das terras regionais ao mercado nacional de terras” (FERNANDES, 1999, p. 29). A organização social e econômica dos seringais não é a mesma que gerou os latifúndios na década de 1970. No processo de transição de uma estrutura fundiária para outra, a presença camponesa é um fator relevante.

O governo de Juscelino Kubitschek também teve intuito de povoar a Amazônia, construindo estradas para expandir mercados, pois, antes disso, o acesso à região amazônica se dava por rios e oceano ou, mais recentemente, por aviões. Com a Belém-Brasília, cria-se uma importante alternativa de acesso à região. A partir disso, as terras paraenses, que antes eram consideradas livres, se incorporaram aos mercados. Novamente, podemos perceber uma relação muito clara com Goiás, que também teve suas terras inseridas no mercado após a construção de Brasília no governo JK e pelas estradas.

Os grupos de “pioneiros”, referenciados anteriormente, transformaram áreas de florestas em grandes propriedades, pois migravam em busca de terras e se instalaram principalmente entre os rios Gurupi e Capim (Paragominas) e na região do vale do Araguaia Paraense (Conceição do Araguaia). Eram homens com tradição agrária, ligados a atividades agropecuárias ou agroindustriais, descendentes de famílias tradicionais plantadoras de café em São Paulo e que já tinham se apropriado de terras no Paraná, sul de Goiás e norte de Minas Gerais nas décadas de 1940 e 1950, onde realizavam “expedições” para escolher as terras que iriam ocupar. Logo após estas expedições, vendiam alqueires para outros empresários paulistas interessados na região, contrariando todas as leis de venda de terra do Estado⁶⁶. O processo era fraudulento, mesmo quando era supostamente legal, já que as terras eram revendidas antes mesmo de requererem a posse ao Estado. Isso aconteceu em toda a região do vale do Araguaia (que compreende Mato Grosso, Tocantins, Maranhão e Pará). Enquanto

⁶⁶A Fazenda Santa Tereza deste “pioneiro” (Lanari do Val) era a terceira maior do Estado, correspondia a 10% da área total de Conceição do Araguaia e teve seus títulos definitivos regularizados somente em 1962-1963. Era em uma região que tinha também muito ouro e depois foi instalado um dos maiores garimpos do país, o Cumaru.

isso, até o início do ano de 1960 a vida para indígenas e camponeses continuava normal, mas algumas terras onde costumavam erguer suas roças itinerantes já haviam sido requisitadas e estavam por ser tituladas⁶⁷.

Como a legislação não permitia a venda de mais de uma gleba de 4356 ha por pessoa, foram usados nomes de parentes⁶⁸ e empregados para a requisição de mais áreas. Quando a regularização saiu eram 64 lotes de 900 alqueires no nome de 74 pessoas. Posteriormente, o INCRA lançou um projeto de colonização privada. Esse projeto visava levar médios e grandes fazendeiros de São Paulo, Goiás e Paraná para o Pará.

Outras famílias⁶⁹ e grupos, principalmente de São Paulo, também fizeram a mesma trajetória, se apropriando de grandes áreas⁷⁰. Esses “pioneiros” começaram a ocupar a Amazônia a partir dos mesmos locais de onde partiram as expedições da FBC. As fazendas foram beneficiadas com incentivos fiscais entre 1966-1971. Em 1973 fizeram um projeto para unificar técnico-cientificamente e obter mais incentivo junto a SUDAM. Formaram então a Companhia e Agropastoril Vale do Campo Alegre e CIA, e receberam os incentivos. Antes mesmo dos incentivos fiscais as terras da região do Araguaia atraíam não só fazendeiros ligados a oligarquias de São Paulo, mas também setores urbano-industriais. Alguns já estavam cotejando as possibilidades daquelas terras desde a FBC.

Como dito, a construção de Brasília influenciou a privatização de terras no Pará, mas também porque a ocupação de terras naquele estado tinha uma função estratégica para ampliação do mercado para a indústria do Centro-Sul. Entre 1959 e 1964 5,6 milhões de hectares de terras no Pará haviam sido privatizados, sendo divididos em: Sudeste do Estado para “pioneiros” de São Paulo e a região de Paragominas para fazendeiros de Goiás e Minas Gerais.

Há grande participação do governo estadual nisso, já que na época o objetivo era dinamizar a economia, fomentando desenvolvimento de indústria e agropecuária. Este pretendia dotar o Estado de infraestrutura capaz de atrair investidores. Foi criado, inclusive,

⁶⁷ Índios Kaiapó-Goritire viviam na região. Depois esta etnia vira nome de uma sociedade anônima paulista.

⁶⁸ Vimos em Ramos que esta também era uma prática recorrente entre os grandes proprietários no Rio Grande do Sul.

⁶⁹ Algumas famílias que foram para a região no período: Lunardelli, Malzoni, que hoje são donas de empresas de engenharia, empreendimentos agrícolas, etc. A Família Lunardelli, por exemplo, é de Campinas-SP e já foram considerados reis do café. Também são donos de empreendimentos ligados aos setores industrial, agrícola e financeiro. Possuem mais de 11 fazendas na região do vale do Araguaia, que já eram devolutas, mas que mesmo assim requisitaram e conseguiram títulos.

⁷⁰ O tamanho das áreas de suas fazendas era determinado muitas vezes pela capacidade de investimento destes: “Alguns sobrevoavam as áreas pretendidas e faziam uma delimitação preliminar jogando marcos, que seriam depois procurados, ficando ali os limites estabelecidos” (FERNANDES, 1999, p. 42), outros faziam expedições e os limites eram delimitados pelos limites de seu próprio comboio.

um plano de governo chamado “Plano de Desenvolvimento do Pará”, que incluía desenvolvimento da agropecuária com destaque para “incorporação maior do fator terra ao processo produtivo” (FERNANDES, 1999, p. 49).

Posteriormente, foram implementadas políticas de desenvolvimento regional durante a ditadura para reverter o declínio da taxa de lucro do capital internacional⁷¹. Os incentivos fiscais constituíram novos mecanismos de incorporação de terras ao mercado na região do Vale do Araguaia em um período em que a propriedade já era um fato. A partir dessas leis passam a captar incentivos fiscais. Além disso, passam a garantir aos antigos “desbravadores” a condição de empresários agropecuários, descaracterizando-os da condição meramente latifundiária⁷². Em um segundo momento o processo se inverte, porque os grupos que não tinham terras precisariam adquiri-las para conseguir os incentivos, uma vez que o acesso a estas era somente via empresas agropecuárias.

Outro elemento relevante é a irradiação provocada pela aprovação desses projetos, pois a simples aprovação pela Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, já valorizava não só aquela terra, mas as demais ao redor, além da infraestrutura que cada um leva consigo e que também valoriza e acaba levando mais projetos para a região. Assim, acionistas, gerentes ou participantes dos projetos, profissionais liberais e pessoas ligadas à burocracia estatal também se tornaram rapidamente grandes proprietários, assim como engenheiros, médicos, veterinários que iam junto com os projetos. Neste contexto, a figura dos gerentes das fazendas foi essencial, já que os fazendeiros vindos de fora tinham dificuldades de lidar com a política local. Com os gerentes assumindo postos como em prefeituras, o controle político da região se tornou mais fácil. As lideranças locais eram ex-gerentes, já que verdadeiras cidades foram construídas a partir do processo de privatização das terras⁷³.

⁷¹Essas leis foram debatidas entre presidente (Castelo Branco), governadores regionais, ministros, empresários paulistas, CNI e CNA. O então presidente da CNA (Iris Meimberg) já tinha comprado terras no Pará em 1962. Essas terras já estavam ocupadas por mais de 400 posseiros desde 1940, e gerou o primeiro grande conflito de terra na região. À época a representação dos trabalhadores rurais (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura) chegou a enviar documento ao Ministro do Interior relatando 500 famílias que seriam despejadas e solicitando que fosse cancelado o incentivo fiscal deste (Empresa Agropecuária Paraporã S/A). Nesta reunião, os empresários do Sul do país poderiam, inclusive, opinar sobre a lei que estava sendo feita.

⁷²Observa-se neste processo que há grande disparidade entre o tamanho real dos imóveis e as áreas incentivadas, já que a maioria das empresas ocupa espaço maior do que é colocado no projeto.

⁷³As cidades criadas pelas empresas são consideradas pela autora como síntese do processo de incorporação das terras regionais ao mercado de terras, com expulsão de camponeses que ali viviam e dos que tinham ido para lá em busca de “terras livres”, pois haviam sido expulsos de outras regiões.

A partir do governo Geisel essa prática de “ocupação” através da privatização foi mais comum. Os que já eram donos de terras de forma ilícita começam a receber mais terras agora diretamente do Estado. As perspectivas, do ponto de vista do “colonizador”, eram não só de auferir lucros, mas também de assegurar ambiência para fixar a força de trabalho nas proximidades das grandes fazendas, pois o processo de apropriação de terras no vale do Araguaia havia alterado as relações sociais e econômicas, na medida em que não reconhecia socialmente as comunidades de posseiros e indígenas. Além disso, modificara também as relações econômicas baseadas na coleta, caça, pesca, criações e roças.

Diferente do Sul do estado, outra cidade “fabricada” no Pará é Paragominas (que não faz parte do vale do Araguaia)⁷⁴. O processo de formação de grandes propriedades em Paragominas é diferente, pois lá havia médios fazendeiros, profissionais liberais e agentes individuais e não grandes grupos econômicos (geralmente mineiros, goianos e capixabas. Mas também paraenses, fazendeiros de Marajó). Por esse motivo, a privatização das terras ocorria em ritmo diferente e as glebas eram menores. Os fazendeiros também eram diferentes, pois eles mesmos se mudaram para a região⁷⁵. Assim, a marcação das terras foi feita já paralelamente à construção do espaço urbano. Mesmo assim, a possibilidade de privatizar quanto mais terras conseguissem foi mantida, em detrimento de todos os códigos jurídicos, éticos e sociais.

Nesse processo de privatização de terras no Pará ocorreram vários conflitos. Os antigos trabalhadores de seringais experimentaram um período de trabalhadores autônomos com o fim do período extrativista, como dito. Porém, além dos conflitos com a população que lá vivia, é importante salientar que junto com os agentes capitalistas relatados, também havia muitos camponeses no período em que a região foi transformada em fronteira, e o conflito intensificou-se a partir de 1970. Haveria ali um conflito entre a agricultura de subsistência e os grandes proprietários que começavam a formar ilegalmente suas terras.

A partir de então, os trabalhadores rurais passam a transformar a luta pela sobrevivência em uma luta política, e esses conflitos no Pará adquirem dimensões alarmantes: “Entre 1979 e julho de 1981 ocorreram no Pará 151 conflitos, envolvendo 37.874 famílias,

⁷⁴Esta cidade surgiu a partir da ideia de um jornalista que, ao entrevistar JK, soube da intenção deste de construir a Belém-Brasília e então sobrevoou a região, escolheu o lugar e o presidente lhe deu um documento solicitando ao governo do Pará que lhe desse as terras. A partir de então ele começou a procurar investidores que quisessem ter fazenda lá.

⁷⁵Os grandes fazendeiros da região do vale do Araguaia não se mudavam para lá, pois tinham suas vidas já estabilizadas no centro-sul. A administração ficava à cargo de seus gerentes.

equivalente a 208.272 pessoas numa área de 13.511.865ha”. (FERNANDES, 1999, p. 72). Esses conflitos, para os agentes capitalistas, configuravam obstáculos para a implementação dos seus projetos agropecuários e de mineração. Os posseiros reivindicavam a manutenção de suas posses, “notadamente no Maranhão, no Pará e em Goiás, que congregavam então 1/3 do total nacional de ocupantes que, de acordo com os dados censitários, correspondia, no ano de 1980, a 898.164 posseiros” (id. *ibid.*). Vemos aqui, claramente, a interlocução entre Goiás e Pará como regiões de fronteira e com grande número de conflitos.

Buscando conter esses movimentos e confrontos, o poder federal se regionalizou através do Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins (GETAT) e do Projeto Grande Carajás (PGC), para interferir diretamente nos conflitos, em favor de uma suposta política de desenvolvimento regional, mas que tinha como base a propriedade latifundiária da terra. Com práticas militares, durante 4 anos (de 1980 a 1984), o GETAT administrou a violência na região. “As principais ações do GETAT se pautavam em arrecadar as terras na região como terras devolutas, incorporando-as ao patrimônio da União, e em regularizar prioritariamente as áreas apropriadas pelos grandes proprietários” (FERNANDES, 1999, p. 74-75). Porém, as ações deste grupo não propiciaram o retorno ao domínio público de tais extensões, assim, a denominada “regularização fundiária” sob esse aspecto, pode ser vista como o reconhecimento de irregularidades (ALMEIDA, 1985, *op. cit.* FERNANDES, 1999, p. 75). Os grandes proprietários, organizados na Associação dos Empresários da Amazônia, se manifestaram sobre essas marcações. Assim:

O GETAT também regularizou terras de camponeses, mas não se tornou uma alternativa política para estes segmentos. Pelo contrário, a regularização de terras camponesas, por não atingir a maioria daqueles que se encontravam na condição de posseiros, e ao regularizar as terras de poucos, põe em xeque o direito de uso da terra dessa maioria, tornando-os mais vulneráveis. Sem título e sem reconhecimento do direito de uso da terra, os camponeses que não eram contemplados com a ação de regularização eram identificados como invasores. De invasores, o próprio GETAT, com seu poder de polícia, fazia as expulsões. (FERNANDES, 1999, p. 76)

Não foram raras as intervenções de agentes armados do GETAT junto com pistoleiros e policiais na expulsão de famílias de posseiros das terras que ocupavam. O GETAT passou a ser mais temido do que respeitado. Para os camponeses, eram aliados dos fazendeiros e não um órgão de justiça social, pois, além disso, tiravam os posseiros de seu lugar e queriam alocá-los em outras terras. Também prendiam e ameaçavam com armas e até com a presença da Polícia Federal.

Mesmo diante disso tudo, os camponeses se organizavam como grande força política. Reorganizaram o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Conceição do Araguaia, que, até

então, estava nas mãos de um interventor, e conseguiram também colocar suas lutas no cenário nacional, sobretudo com o apoio de setores da Igreja Católica, como as Pastorais da Terra.

Em 1982 é criado o Ministério Extraordinário de Assuntos Fundiários (MEAF), que passa a atuar na área junto ao GETAT. Dada a incapacidade do GETAT em conduzir as desapropriações, os camponeses se organizavam para resistir. Essa resistência estava vinculada à demais movimentos que, naquele momento, cresciam em todo o Brasil. Isso porque, como vimos, a Reforma agrária é colocada com uma das lutas da sociedade no contexto da redemocratização. No contexto do PNRA, no Pará, os grandes proprietários se confrontavam não só contra o PNRA, mas também contra a representação política dos camponeses na estrutura estatal.

As principais organizações patronais rurais procuram negociar diretamente com o executivo alterações na proposta do PNRA a partir de propostas cujo objetivo é a manutenção da estrutura agrária vigente. Outros, particularmente os donos de terras da fronteira amazônica, que viviam em permanente tensão na disputa pela terra, buscaram se contrapor às mudanças estruturais contidas na Proposta do Plano Nacional de Reforma Agrária, por meio da formação de uma nova entidade denominada União Democrática Ruralista – UDR. (FERNANDES, 1999, p. 83)

O surgimento da UDR no Pará, assim como em demais regiões do país percorre caminho semelhante em se tratando de entidades patronais. Metodologicamente a autora também adota a estratégia de analisar essas entidades antes de propriamente falar da UDR.

Até a década de 1940 no Pará existiam: cooperativas agrícolas e a Associação dos Seringalistas da Amazônia. Neste período surgiram várias cooperativas. Uma das mais importantes foi a Sociedade Cooperativa da Pecuária do Pará (SOCIPE), que congrega, até hoje, os criadores de gado do Marajó e as cooperativas agrícolas da região Bragantina e do Baixo Amazonas.

Em 1951 foi fundada a Associação Rural da Pecuária do Pará (ARPP), com pecuaristas do Marajó e associações rurais municipais na região do Salgado e Marabá, que posteriormente deram origem à Federação das Associações Rurais do Estado do Pará. Essas entidades tinham ligação direta com o poder, por isso, exerciam grande influência na população rural, facilitando o caminho para a criação de associações e a própria federação.

Havia incorporação de camponeses nas bases das associações, mas, politicamente, a entidade representava os donos dos seringais, latifundiários, etc. Suas relações com os

camponeses eram clientelistas⁷⁶ e eleitorais. Como eles tinham influência política desde décadas anteriores, neste novo momento buscavam se reorganizar perante o novo contexto econômico.

Em Paragominas e Sul (vale do Araguaia) os proprietários constituíram outra entidade patronal, pois os interesses dos grupos regionais não coincidiam com os dos “pioneiros”. Então, em 1968 os “novos” donos de terras fundaram a Associação dos Empresários Agropecuários da Amazônia, que depois passou a chamar Associação dos Empresários da Amazônia, sediada em São Paulo, porque os sócios eram paulistas. Os escritórios no Pará eram apenas de assessoria jurídica. Apenas 6 anos depois, em 1974, a associação já contava com 70 empresas filiadas, crescendo em 78 para 145. Em 1980 chegou a 200.

Nessa mesma conjuntura, camponeses ganham força e passam a questionar politicamente o projeto de desenvolvimento regional. A partir daí a AEA torna-se pouco eficiente para dar respostas administrativas aos conflitos políticos. O GETAT na década de 1980, com a redemocratização, já não podia também utilizar os mesmos métodos militares que utilizou nas décadas de 1960 e 1970 para garantir a propriedade. Frente à essa conjuntura, há a unificação dos proprietários de terras:

Considerando a forma de atuação da AEA e suas dificuldades de se desvencilhar da sua prática política, via articulação direta, urge a necessidade de se organizar novos mecanismos políticos, capazes de assegurar os interesses dos donos de terras, agora envolvendo não só as representações das empresas incentivadas, mas de todos aqueles que tinham suas propriedades ameaçadas. Se, anteriormente, o seletivo clube dos beneficiados com os incentivos fiscais precisava de entidade que o representasse com exclusividade nas estruturas de poder, agora, com o crescimento das tensões sociais que punham em questão a estrutura fundiária, o mesmo grupo passa a atuar em consonância com todos os proprietários de terras. (FERNANDES, 1999, p. 95)

A partir disso surgem 3 novos sindicatos patronais. Em Redenção (1984), Xinguara (1985) e Rio Maria (1985). Todos fundados em momentos de intensificação de conflitos naquelas áreas. Dois meses após a organização desses sindicatos no Sul do Pará, “fazendeiros de Goiás, São Paulo e Pará organizam-se em torno de uma nova entidade que vai ser conhecida nacionalmente como União Democrática Ruralista – UDR” (FERNANDES, 1999, p. 97).

Segundo a autora, durante os 20 anos de Ditadura os proprietários rurais tiveram suas posses incontestadas, inclusive, se beneficiando quase exclusivamente das políticas estatais, aumentando a quantidade de terras e/ou de capital. Com a Nova República e o PNRA, viram

⁷⁶Segundo um depoimento de um dos fundadores: “As associações rurais funcionavam mais no período das eleições, o governo mandava médico para atender a população, distribuía remédios, ferramentas, tecidos, sementes de malva, etc.” (FERNANDES, 1999, p. 89)

esses benefícios serem ameaçados e rapidamente se organizaram. A UDR nasce nesse bojo e apresenta práticas distintas daquelas comumente apresentadas pelas entidades patronais.

Entre essas novas práticas e novos métodos de ação estão: “elevado grau de mobilização e manifestação pública; discurso associado à defesa da propriedade com louvor à livre iniciativa e combate sistemático às representações políticas tradicionais – partidos políticos e as próprias entidades patronais do setor e ao Estado” (FERNANDES, 1999, p. 101). Tudo isso favorecia a ideia recorrente de que haviam construído no Brasil uma organização peculiar dos proprietários rurais.

Em reportagem do jornal “O Estado de São Paulo” dizia que: “A UDR nasceu para abortar a violência no campo que estava sendo deflagrada naquela hora, principalmente no Estado de Goiás, na região do Bico do Papagaio” (“UDR está equidistante dos extremos. OESP, 12 de outubro de 1986, p. 39. *op. cit.* FERNANDES, 1999, p. 101).

No Pará o principal articulador da entidade foi Jerônimo Alves Amorim, dono de fazendas em Xinguara. A autora ressalta um dado importante sobre os membros da UDR: o único de outra região (que não de fronteira) que participou da fundação⁷⁷ foi Plínio Junqueira Júnior, paulista, mas que também tinha terras na região amazônica. O segundo núcleo da UDR foi em Araguaína, região do Bico do Papagaio, com maior índice de concentração e conflitos de terras. Os seguintes foram em Paragominas e Sul do Pará. Também ia crescendo em outras regiões do país.

Buscando entender por que o patronato rural foi obrigado a usar novos métodos e quais foram levados a adotá-los, a autora levanta uma hipótese: as entidades antes da UDR, durante a Ditadura, eram acostumadas com acordos diretos com o Estado, de forma discreta e informal, e se beneficiaram muito deles. Por isso, não precisavam exercer pressões nos espaços públicos. A mudança de regime desarticulou em boa parte os esquemas não públicos de interação e, desse vácuo, surgiu a UDR (FERNANDES, 1999, p. 105).

Assim como Ramos (1995), Fernandes concorda que: inegavelmente a questão central da origem da UDR está na propriedade da terra, por isso, para dar conta da origem desta deve-se levar em conta questões sobre a estrutura fundiária. No caso do Pará, como vimos, a privatização das terras aumentou a concentração fundiária e os conflitos. Boa parte destas não

⁷⁷Formação inicial da diretoria da UDR em julho de 1986 (quando foi formalizada): Ronaldo Caiado (presidente), Roosevelt Roque dos Santos (SP), Roque Quagliato (SP/PA), Udelson Nunes Franco (MG/PA), Salvador Farina (GO), Plínio Junqueira Junior (SP), Jairo de Andrade (GO/PA), Antonio Flávio de Lima (GO), Luiz Caetano Gotardi (MS), Hugo Romero Saraiva (MA), Cesmar Moura de Oliveira (SP/PA), Constantino Cunha Guimarães (GO), Gilberto Adrien (SP), Altair Veloso (GO), Rubens Jorge de Melo (MA), Célio Vilela Andrade (MS/PA), e Amarildo Caiado Fraga Filho (MS).

eram institucionalizadas e antes, quando questionadas pelos camponeses, podiam ter na burocracia estatal o seu sustentáculo. Com o PNRA, esses questionamentos passam a ser maiores e, sobretudo, ocorrem mudanças em trâmites do Estado, que passa a reforçar, ele mesmo, esses questionamentos, na medida em que colocava as áreas em conflito como áreas prioritárias para reforma agrária.

A UDR, assim, pode ser entendida como expressão política de um poder centrado na estrutura fundiária brasileira, forjado inicialmente a partir dos elos mais frouxos dessa estrutura que, na época, se localizavam na região amazônica, em particular na Amazônia Oriental e em alguns pontos do país, mais ou menos escassos, onde houve desapropriações como consequência de conflitos. (FERNANDES, 1999, p. 108)

No caso da Amazônia, a questão da terra repercute em outras regiões, porque os proprietários das terras não são de lá. Existiram casos, inclusive, de várias pessoas que eram filiadas na UDR no Pará e também em seus estados de origem. Com base nisso, a autora conclui que “a formação da UDR está ligada principalmente à defesa da propriedade da terra na região de fronteira” (FERNANDES, 1999, p. 109).

A União Democrática Ruralista na região do sul do Pará contava com 350 associados, grandes proprietários de terras de Redenção, Conceição e São Felix do Xingu. Porém a entidade chegou a divulgar que tinha 6000 associados⁷⁸. A grande maioria destes era filiado e até dirigentes de sindicatos patronais e/ou da AEA. As propriedades desses membros foram todas formadas no processo explicado anteriormente de privatização das terras. Existiram pequenos proprietários filiados, mas esses não atingiram nem 2% do total. Os grandes ocupavam 89% do total das terras⁷⁹.

Como dito, muitos desses membros eram os “pioneiros”, que foram para a região na década de 1950. Muitos já estavam inseridos em outras atividades produtivas como indústrias ou agroindústrias e comércio. Muitos eram de origem paulista e foram beneficiários de políticas de incentivos fiscais. Havia também outro grupo formado por paranaenses, mineiros e goianos.

49% dos uderristas do Sul do Pará eram goianos, 25% paulistas, 7% mineiros, 7% paraenses e 9% de outros estados. 70% dos beneficiados por projetos agropecuários estavam na UDR. Todos pertenciam a AEA. Das terras sob o domínio de uderristas,

⁷⁸Como parte de sua tática de informar dados muitos maiores do que os reais (segundo entrevista com um dos dirigentes). O número de filiados nacionalmente, por exemplo, era aumentado 10 a 15 vezes.

⁷⁹Em trabalho realizado pela SUDAM, intitulado Mapeamento de Projetos Agropecuários, foram avaliados 10 projetos, 8 dos quais pertencem a filiados a UDR medindo 276.544 ha. Somente 13.741 de toda a área estavam incluídas na categoria de “pasto limpo”, ou seja, cultivava-se apenas 5% da área total, haja vista que era considerada “pasto limpo” aquela pastagem que apresentava somente 0 a 20% de juquirá no seu interior. (FERNANDES, 1999, p. 113). Os números demonstram a improdutividade dessas terras, diferentemente do que a entidade dizia em relação aos seus produtores.

apenas 56% tinham títulos de propriedade, 44% eram áreas de posse (FERNANDES, 1999, p. 116).

Quanto às relações de trabalho, em entrevistas, chegam a revelar o uso de “gatos” que traziam trabalhadores de Goiás, porque tinham dificuldade de encontrar mão-de-obra na região para trabalhar no desmate, com isso, o trabalho escravo passa a ser prática frequente na região, especialmente nessas fazendas.

A UDR é fruto de seu tempo, mas assinala a continuidade de relações de propriedade historicamente conflituosas, que foram administradas com intervenções militarizadas do Estado ou com violência privada. As práticas violentas⁸⁰ geraram desgastes para a entidade. A direção e associados tentavam negá-las ou diminuí-las em documentos e depoimentos públicos. Por causa disso, alguns membros procuravam omitir sua condição de membros da entidade. Alguns chegavam a afirmar “não saber porque a UDR existe”. Alguns, ligados a setores urbanos, chegaram ainda a negar até a existência de suas terras, sobretudo quando começaram a surgir conflitos e denúncias de trabalho escravo. Um deles é do Grupo Belauto, Jair Bernardino de Souza, um empresário de Goiás que tinha vastas terras e negócios no Pará⁸¹.

A UDR no Pará foi dividida por regiões, a UDR/Norte-Pará, de Paragominas⁸² se estruturou em Belém, porque seus membros moravam lá e funcionava de forma diferente daquela do Sul do Pará por abarcar questões da convivência de marajoaras com “pioneiros”. A UDR chegou à região através da ARPP (Associação Rural da Pecuária do Pará). A primeira reunião da entidade em Belém, com a presença de Caiado, foi na sede dessa entidade, porém, depois, fizeram questão de se afastar⁸³. Alguns diretores da ARPP saíram para compor a direção da UDR.

Entre os que saíram da ARPP para ir para a UDR havia muitos marajoaras, principalmente jovens, que se impressionaram com os discursos e possibilidade de ação na

⁸⁰O resultado mais flagrante desses atos de violência aponta cerca de 110 mil vitimados no Estado do Pará, dentre os quais 15.671 famílias ameaçadas de despejos, 3.799 efetivamente expulsas no período compreendido entre 1964 e 1988. Essa violência se materializou ainda em 121 pessoas feridas, 129 espancadas, 463 presas, sete sequestradas, 116 desaparecidas, 142 ameaçadas de morte. (Pará Agrário. Belém: IDESP, 1990. Edição Especial. op. cit. FERNANDES, 1999, p. 125)

⁸¹Jair Bernardino de Souza foi presidente da Associação Brasileira de Revendedores Autorizados Volkswagen, era dirigente da Tropicás (distribuidora de gás de cozinha, o popular botijão de gás) e da Belauto (distribuidora de carros), além de outras 32 outras empresas (Belcar, em Goiânia). Em 15 de dezembro de 1988, inaugurou em Belém, a TV RBA (também conhecida como Rede Brasil Amazônia ou RBA, no Canal 13), afiliada à Rede Manchete. A TV RBA era a emissora de TV brasileira mais moderna do Norte-Nordeste, com o patrimônio avaliado cerca de US\$ 93 milhões de dólares.

⁸²O prefeito da cidade de Paragominas na época também fazia parte da UDR, assim como outros segmentos ligados ao comércio e indústria.

⁸³Em entrevistas diziam que a ARPP não defende direito individual, ao contrário da UDR.

nova entidade, o que, segundo eles mesmos, não era possível dentro da Associação. Esses jovens que saíram deram origem à UDR Jovem, com o objetivo de organizar os filhos dos fazendeiros. O primeiro e único presidente da UDR Jovem foi Leonardo Lobato, ex-estudante de Direito da UFPA, que trancou o curso para compor “o seletto grupo dos seis que permaneceram em Brasília coordenando as atividades da organização na ANC” (FERNANDES, 1999, p. 128).

A UDR/Norte-Pará contou com entidades que lhe apoiavam e até que foram criadas para tal, como a Central Norte de Produtores criada para dar suporte e emitir recibos para quem contribuía financeiramente com a entidade. Depois, criou-se até um tabloide de apoio à UDR chamado “Correio Rural”.

Existiram outros núcleos da UDR no estado, nas cidades de: Altamira, Marabá e Souré. Em Altamira foi fundado em 1987 e formado por influência de médicos goianos que moravam na cidade. Teve adesão de variados segmentos, como comerciantes e profissionais liberais, assim como membros do Lions e Rotary Club, donos de casas veterinárias, hoteleiros, donos de postos de gasolina. Todos esses também eram proprietários de terras. Toda a estrutura da entidade, inclusive os funcionários na própria sede, eram de Goiás. A autora conclui que:

A estrutura fundiária sobrevive na sociedade brasileira no seio das novas estruturas sociais. O fazendeiro da UDR não é o antigo coronel. No geral, não reside no campo. Eles são senhores urbano-industriais, profissionais liberais, homens de negócios, comerciantes, etc., muitos deles premiados com títulos e honrarias pelos seus préstimos à sociedade. Como cidadãos urbanos, modernizam o discurso e sofisticam práticas políticas. Todavia, eles são, ao mesmo tempo, a continuidade histórica do velho coronel e, para se manterem donos de terras, movidos pela ideologia escravocrata, coagem a força de trabalho retirando dos camponeses a terra e, invariavelmente, a vida, com a truculência de sempre. (FERNANDES, 1999, p. 123)

Além disso, com a “Proposta alternativa de Reforma Agrária” protocolada pela SRB, a UDR surge, com poucas condições de interferir nesse. E mesmo com as alterações da SRB, o PNRA mantém a desapropriação de latifúndio improdutivo e permanecem as regiões de fronteira, especialmente Bico do Papagaio, como área prioritária de RA. A UDR surge a partir dos interesses dos grandes proprietários dessa região e se diferencia das entidades tradicionais que eram de outras regiões do país, com colonização mais antiga. Esse fato fez dois polos no setor rural. E também estabeleceu diferenças nas práticas. As entidades tradicionais negociavam com o Estado e a UDR o confrontava. O confronto direto também acontecia com os camponeses. Até começar a ANC as entidades tradicionais atuaram em separado da UDR e até se opunham a ela.

Para a autora, a opção da UDR em atuar fora do Estado se deveu ao fato de que: 1) as estruturas mediadoras tinham acabado pelo próprio PNRA (como o GETAT); 2) os interesses dos proprietários nas zonas de fronteira haviam sido excluídos no novo PNRA. A UDR começa então a se autoproclamar como “porta-voz do produtor rural” e começa a crescer e desenvolver ações para eleger deputados constituintes. Quando começa a ANC, a RA é colocada novamente na ordem do dia. Com isso, as entidades tradicionais se unem à UDR por causa da intocabilidade da estrutura agrária.

Depois da ANC a UDR entra em decadência. Tentou ter candidatos próprios a cargos eletivos, dando prioridade a Campo Grande, Goiânia e Belém, por serem locais onde a UDR tinha atuação mais significativa. A fase eleitoral da UDR termina com a candidatura de Caiado, com menos de 1% dos votos. A explicação da autora para a baixa votação de Caiado é que a identificação da UDR era em torno dos donos de terras nas áreas onde essa condição era ameaçada, porque ela foi formada para atuar na fronteira. Nas eleições, outros setores se aliaram a candidatos com projetos políticos mais amplos.

Porém, há que se refletir sobre o significado dessa “decadência” da UDR, pois, parece-me que o fato de Caiado ser hoje Senador e de existir a Bancada Ruralista são questões bastante significativas. A atuação de ruralista continua presente na sociedade política. Pode-se ensejar que o período pós-constituente talvez tenha sido o de construção então, de uma nova estratégia política, mas, ainda assim, aliada à violência no campo.

Antes mesmo da candidatura de Caiado, a UDR já estava em processo de desagregação, com desapontamento de alguns membros pelo “esforço inútil para manter a entidade”. Com o vencimento do mandato de um diretor ninguém estava interessado em assumir a presidência da entidade, que estava com dificuldades financeiras e tinha altos custos operacionais de aluguel e encargos sociais. Assim, foi encerrada a UDR Sul do Pará. O patrimônio da entidade ficou para o Sindicato Rural de Redenção. A do Norte também encerrou no mesmo período. Segundo um dos diretores: “a UDR existia porque nossos direitos estavam ameaçados, agora com o novo governo não corremos perigo, temos o Ministério da Agricultura do nosso lado. A UDR era uma questão legítima de defesa. Além do mais, os custos são muito altos, agora é hora de tocar nossos negócios” (FERNANDES, 1999, p. 138). O aspecto apontado nessa fala é bastante importante para esta tese, e será verificado mais a frente, especificamente em Goiás e em outros momentos.

O estudo específico da UDR no Pará pode nos trazer importantes elementos para a análise, já que se trata, assim como Goiás, de uma região de fronteira. Além disso, como

pudemos acompanhar, muitos dos fazendeiros daquele estado eram goianos. E, como sempre, percebemos também a figura marcante de Ronaldo Caiado nos eventos e fundações na região.

Depois de apresentados os únicos autores que encontramos no país (até o presente momento), via pesquisa no banco de teses da Capes, que trabalharam com a temática da entidade, veremos a seguir como se deu a organização da entidade em Goiás, a fim de checarmos na regionalidade circunscrita os elementos apontados pelos autores abordados neste capítulo.

CAPÍTULO IV - UDR-Goiás e o ano de 1986: confisco dos bois e conflitos no campo

A UDR, ao contrário de demais entidades patronais rurais, não mantinha seus aparelhos privados de hegemonia, ou seja, suas revistas, a exemplo da SRB e SNA. Contudo, contava – e esse talvez seja um motivo para não produzirem sua própria publicação – com ampla divulgação nos grandes jornais. Seus documentos são parcos e de difícil acesso. Por esse motivo, boa parte das pesquisadoras e pesquisadores desta entidade desenvolveram suas análises com base no que era veiculado nesses espaços. Foi assim nas obras analisadas de Bruno (2002), Pilatti (1988), Simon (1998), Fernandes (1999), Mendonça (2010) e Ramos (1995), e aqui também será esta a principal fonte de análise que veremos para a investigação particular da entidade no Estado de Goiás entre os anos de 1986 e 1988. Por meio de análises de matérias do jornal Diário da Manhã, o capítulo abordará temas diversos no período de 1986 a 1988: a UDR-GO e a batalha do “confisco dos bois” durante o governo José Sarney, os conflitos agrários, a atuação da CPT e as disputas em torno da reforma agrária. Em seguida, a ascensão de Ronaldo Caiado.

Em Goiás dois jornais se destacam em termos de circulação: o primeiro é o “O Popular”, das Organizações Jaime Câmara, já mencionado. O segundo é o “Diário da Manhã”, antigo “5 de março” que, após um incêndio, voltou a circular com o nome atual, ainda sob a direção de Batista Custódio, que permanece até os dias de hoje.

O Diário da Manhã começa a circular novamente no dia 10 de outubro de 1986, segundo matéria do próprio jornal, “sob clamor do público que ansiava que Goiás não tivesse mais um jornal único”. No mesmo dia de seu relançamento, em matéria de capa, já havia reportagem sobre o confisco de bois no estado e os pronunciamentos da UDR a respeito.

O episódio do confisco de bois foi um momento de forte posicionamento da UDR na imprensa, tendo sido pouco noticiado pelos demais autores que estudaram a entidade. Isso se deve possivelmente ao fato de que no estado de Goiás tenha sido mais intenso (mas no Paraná também, local de estudo de Simon), ou pelo recorte temporal abordado. É importante inserir aqui uma breve explanação que contextualiza esse episódio, para melhor entendimento da entidade.

Para compreender o confisco dos bois é necessário que antes entendamos o Plano Cruzado, instituído por Sarney em 28 de fevereiro de 1986, através de um Decreto. A argumentação utilizada pelo governo para que tenha ocorrido desta forma (sob decreto

presidencial) é de que eram necessários sigilo e urgência nas ações, bem como um feriado bancário para a troca monetária. Essa, considerada por muitos uma saída ortodoxa para a crise do padrão de acumulação dependente associado, combinou elementos de diversos matizes econômicos, pois, além da troca da moeda, estipulou também o congelamento de preços. Naquele momento, ficou conhecida a expressão corrente “fiscais do Sarney”, pois em seu discurso para anunciar o plano o presidente convocava a população a fiscalizar o comércio que não seguisse o congelamento e a denunciá-lo. O Cruzado teve como consequência o congelamento e o aumento do salário mínimo em 16%. Inicialmente, foi gerado um forte crescimento da demanda no setor produtivo, que logo entraria em colapso, beneficiando também, em outra fase, o setor informal.

Efetivamente o Cruzado transformava 1000 Cruzeiros em 1 Cruzado, diminuindo a circulação de moeda no mercado. Os preços foram congelados com base no ano anterior e por isso, segundo a indústria, defasados. Os salários foram congelados pela média dos últimos seis meses. A mídia, inicialmente, também comemorava o anúncio do novo plano. Porém, com apenas três meses, o plano já começava a receber fortes críticas de variados setores, pois o aumento da demanda gerou escassez, principalmente de carne e leite. Ainda assim, o congelamento foi mantido artificialmente para que, com a aprovação popular, Sarney garantisse maioria nas eleições de 1986. Os confiscos de bois começam justamente nesta fase. Seis meses após a implantação, o Plano Cruzado já começava a ruir. Dreifuss (1989) afirma que os pecuaristas começaram a esconder o boi gordo (para abate) para obter melhores preços no mercado.

A matéria de 10 de outubro de 1986, do jornal Diário da Manhã, trata do pronunciamento de Caiado alertando a população para o posicionamento “demagógico” do Governo e para os riscos à saúde decorrentes de tal posição. Com o título “Governo confisca boi com hormônio”, o jornal já afirmava em sua capa o que o líder da UDR ensejava como possibilidade. Muito além de meramente alertar a população para o risco de consumir carne imprópria (sem a devida vacinação), Caiado incitava na matéria do jornal o pecuarista a procurar uma agência da UDR para se informar sobre a vacina para seu rebanho.

Em outra notícia, Caiado defendia que as necessidades dos pecuaristas estivessem representadas na Constituinte. Mais adiante, Caiado denunciou que os pecuaristas não estavam tendo um apoio maior por parte do governo. Sobre a desapropriação do rebanho, Caiado apontou que a melhor solução seria que o governo comprasse os bois imediatamente, e que pagasse o pecuarista em implementos e insumos. Caiado reclamou que o preço da carne

paga pelo governo não cobria todos os gastos que o pecuarista tinha com o rebanho. Outra solução apontada por ele seria o racionamento de carne bovina. Nesse sentido, Caiado advertia para os fatores que complicavam o setor de carne bovina: ausência de estoque de carne bovina por parte do governo, condições climáticas adversas, demanda expandida e o fato de que “tudo acaba conspirando para o produtor”. Caiado afirmava ainda que a resposta por parte dos produtores viria nas urnas⁸⁴. Ainda na mesma edição, em outra matéria (do setor entretenimento), um jornalista afirmou que Caiado soube responder às questões que foram levantadas para ele no programa televisivo Roda Viva (livre propaganda da UDR travestida de entrevista). Assim os pecuaristas barganharam seus interesses com o governo, controlando o fornecimento de carne para a população.

Enquanto isso, uma pequena nota da mesma edição do referido jornal noticiava “Trabalhadores Rurais em Greve há 13 Dias”, dizendo que 240 mil trabalhadores rurais de Pernambuco estavam há 13 dias em greve, reivindicando melhores condições de trabalho e aumento de salários, com várias manifestações marcadas para a continuação do movimento. A disparidade entre o grande espaço no jornal destinado a veicular matérias sobre os grandes produtores rurais, especificamente da UDR, com foco em Ronaldo Caiado, e o pequeno espaço concedido para divulgação de pequenas notícias de movimentos de trabalhadores rurais, é um ponto a se destacar nessa análise. Ao longo das publicações do Diário da Manhã podemos comprovar isso em diversos momentos.

Na edição do dia seguinte (11 de outubro de 1986), a notícia era de que o governo havia confiscado 700 toneladas de boi em apenas dois frigoríficos de Goiás no dia anterior, e que a UDR tomaria medidas judiciais. Na matéria, Caiado novamente atacava o governo, o Cruzado e sugeria que a população fizesse racionamento de carne. Mesmo com o posicionamento expresso do então governador do estado, Onofre Quinan, favorável ao confisco, o jornal acusava o governo federal de não seguir o congelamento e de inflacionar o preço do produto.

Além da já mencionada ênfase do DM nas questões da escassez de carne e confisco de bois, diretamente ligadas à UDR, o jornal também se dedicou a divulgar as demais entidades

⁸⁴ Por parte do Governo, sobre o Boi Gordo, determina que cada investidor não poderá ter mais de 200 contratados para a venda de boi gordo ou mais de 3% do total de garrotes, sendo que o número de contratos não poderá ser superior à 30. Essa medida do governo visava a normatização do abastecimento de carne bovina. Os técnicos acreditavam que isso iria acabar com a expectativa de alta nos preços. Ainda sobre o mesmo tema, na mesma edição, uma notícia cujo título era “Estoque de Carne Causa Polêmica”, divulgava que dois frigoríficos de Goiânia estariam estocando cerca de 710 toneladas de carne, ou seja, 3 mil bois abatidos. Na opinião de um pecuarista, veiculada na notícia, confisco de carne é ilegal e arbitrário e só piora o problema da escassez de carne.

patronais do Estado que, por sua vez, eram parceiras de Caiado e de sua agremiação. Pode-se perceber isso no destaque dado a matérias como: “FAEG prevê agravamento da Entressafra”, que dizia que a desapropriação de bois na entressafra realizada pelo governo iria promover uma escassez de boi gordo e que seria uma **intervenção na propriedade privada** (grifos meus). O autor da matéria afirma que essa medida é ilegal e arbitrária, e que deveria ser feita no pique da safra de boi. Dessa maneira, através dessa medida, o governo correria o risco de levar gado não preparado para o abate.

Em interlocução com debates acerca do mesmo tema, que estavam sendo realizados em outros estados, notadamente estados onde também a UDR era forte (como pudemos ver em SIMON, 1988), o Diário da Manhã noticiou que estavam sendo intensificados os abates no Paraná e que os fazendeiros de lá admitiam estar um pouco assustados com essa proposta do governo, intensificando abates de bovinos no Paraná. A partir da semana seguinte, frigoríficos passariam a operar com bem menos da metade da capacidade. Dessa maneira, os frigoríficos deixariam a margem de preço para os negócios entre as empresas de abate e os frigoríficos. Assim, era esperado um acordo entre os pecuaristas e os frigoríficos acerca do preço médio da arroba do boi.

Uma matéria de grande destaque nas páginas do jornal dizia em seu título: “UDR denuncia arbitrariedade no confisco”, e ainda, no subtítulo “Caiado diz que ação do Governo foi mera exibição de força”. Segundo Caiado, de forma arbitrária, haviam sido apreendidas reses sem pesagem prévia e sem que o animal tivesse a competente vistoria veterinária e que, por isso, teriam sido requeridas ações cautelares para garantia dos direitos do produtor. Caiado dizia que a expropriação feita pelo governo fora realizada sem oferecer a negociação prévia, e que “não é isso que está nas portarias do governo”. Produtores afirmavam que funcionários do governo relataram não estar ali para negociar com ninguém, e sim para apanhar o boi de qualquer maneira. Sob orientação da UDR, “os pecuaristas agiram de forma cautelar para a salvaguarda de seus direitos”. Caiado afirmava ainda que os produtores não deveriam se intimidar, pois “essas medidas do governo têm por objetivo coagir o pecuarista e transformá-lo em vilão para o povo”, afirmando que “o povo já percebeu isso”. Caiado termina dizendo que seria interessante se o governo demonstrasse essa força contra os criminosos de colarinho branco e não fizesse demagogia em cima de uma classe que é responsável por 54% do PIB nacional, colocando o Brasil em oitava economia mundial.

Ao noticiar nesta mesma edição o Encontro de Trabalhadores da FETAEG para iniciar as discussões sobre a Constituinte, o jornal sequer coloca o evento em seu título, e acaba por

noticiar com a seguinte manchete: “Terra e Constituinte. Ministro da Reforma Agrária Homenageia Trabalhadores Rurais”. Note-se que a ênfase é dada à homenagem feita pelo ministro, e não à ação das trabalhadoras e trabalhadores. A pequena nota (três parágrafos localizados no final da página) dizia que o encontro de trabalhadores de todo o estado tinha por objetivo discutir os problemas do trabalhador rural e tirar propostas para a Constituinte. Apenas menciona que o presidente da Fetaeg afirmou estar sofrendo ameaça de morte de contrários à Reforma Agrária e passa logo a elencar a presença de autoridades, como o Deputado Federal Aldo Arantes, o Senador Henrique Santillo e o Ministro da Reforma Agrária Dante de Oliveira, que recebeu um documento denunciando a morosidade da Comissão Agrária em julgar os processos de desapropriação e pedindo a extinção do Getat, órgão responsável por executar a política fundiária na região do Araguaia-Tocantins. Na mesma página havia, ao lado, outra pequena nota de “Conflito de terras em Sítio da Abadia”, que informava que “CPT denuncia violência contra posseiros” e que “fazendeiro desmente”.

A forma como essas duas notas que tratam sobre movimentos de trabalhadores rurais estão dispostas no jornal chama atenção, pois estão situadas na sessão de Economia e, além delas, na mesma página, há uma entrevista (intitulada “Os custos da produção”) – cujo tamanho ocupa muito mais espaço na diagramação – com Paulo Roberto Cunha, então deputado pelo PDC e participante da COMIGO (Cooperativa de Produtores de Rio Verde), afirmando que “os produtores passam pela pior crise dos últimos dez anos”. Essas estratégias, tanto do espaço concedido a cada uma das pautas no interior do jornal quanto do uso da figura de autoridades (com foto destacada, coisa que não foi feita sequer com o Encontro de Trabalhadores) fazem parte de padrões jornalísticos que induzem o leitor a determinados posicionamentos. A concentração na mesma página de foto, entrevista e fala de um deputado sobre custos de produção e as demais matérias ao longo do jornal com Caiado e etc. quando comparadas à notícia sobre a ameaça de morte de um trabalhador rural, descrita em apenas uma linha e em meio a destaques de um Encontro e presença de Ministro com entrega de documento, percebe-se o tratamento diferenciado e o consequente posicionamento ideológico construído a partir de tal tratamento da notícia.

Em 14/10/1986 a discussão sobre o tema do confisco vem em outros formatos, como uma charge em que um garçom oferece carne para um cliente com os dizeres: “E como vai a carne? Radioativa ou com hormônio? ”. Na mesma edição, outra matéria dizia: “Cerealista denuncia retenção de estoque”, noticiando que cerca de 50 cerealistas redigiram um manifesto exigindo do governo a liberação dos estoques de arroz com casca que estavam em poder da

CFP, Comissão de Financiamento da Produção. Eles denunciam o diretor do órgão, Derval de Paiva, por travar o processo de liberação. Cerealistas afirmavam que, por isso, corriam o risco de parar suas atividades e ter que demitir funcionários. Note-se que não é só sobre os criadores de gado que o jornal fala, mas também sobre cerealistas e demais setores dos latifundiários. Apesar de a UDR ter sido formada a partir de pecuaristas e ter esses como principais em seus quadros durante todo o período analisado, havia também produtores de grãos na entidade.

Na publicação (ainda de 14/10/1986) “UDR denuncia farsa na desapropriação”, Ronaldo Caiado afirmava que o governo só confiscara 2 mil reses para ‘intimidar’”. Podemos analisar aqui diversas questões. Segundo Caiado, a medida do governo fora arbitrária e muito mal executada, pois a culpa pelo abastecimento de carne “pesa na mão do pecuarista”. Caiado afirmava que a farsa havia sido desmontada em uma reportagem do Jornal Nacional, pois o material mostrava o abate de animais muito abaixo do peso recomendado. Dessa maneira, se demonstrava que o governo da Nova República se valia de métodos intimidatórios “utilizados no antigo regime”. Permanecia o discurso de que a atividade do governo tinha cunho eleitoral e intimidatório. Caiado insistiu na necessidade de diálogo entre os setores fundamentais do abastecimento de carne e o governo, com ações e propostas efetivas. Caiado concluiu afirmando que os pecuaristas estavam dispostos a conversar com o governo para buscar soluções, mas em “bases sérias e altamente construtivas”. Como vimos nos capítulos anteriores, há ligações explícitas entre a família (oligarquia) Caiado com o que Ronaldo agora chama de “antigo regime”, se referindo à Ditadura Militar. Seu tio e outros membros de sua família foram eles mesmos representantes da ditadura no estado de Goiás e se beneficiaram com cargos e demais sinecuras durante esse período. Ademais, o Jornal Nacional (referido por ele) é um programa da emissora Rede Globo, cuja sucursal em Goiás é a Organizações Jaime Câmara, que por sua vez nasceu ligada a esses mesmos setores. A construção da narrativa da UDR se retroalimenta em divulgações em diversos aparelhos privados de hegemonia, não sendo necessário, para isso, que a entidade tivesse sua própria revista e/ou jornal, o que não foi sua preocupação de toda forma. Utilizando-se do espaço que lhe é dado nesses meios, sua publicização era ainda maior.

Na tentativa de corresponder à “escola de adultos”⁸⁵, o Diário da Manhã em notícia dessa mesma edição elucidada: “ICM do boi: o Fisco explica. Diretor da receita esclarece que a cobrança é feita pelo valor da venda”, onde a Secretaria da Fazenda afirma que, através do

⁸⁵Termo utilizado por Gramsci para se referir ao papel da imprensa.

ICM⁸⁶, cobra o valor imposto pelo “câmbio” do dia, mesmo que não haja comprovação efetiva do valor da transação comercial envolvendo bois e vacas gordas. Essas explicações foram feitas pelo diretor do Departamento da Receita estadual, Joaquim Dilton, que dizia não enxergar irregularidades neste processo. O jornal, então, deu voz ao Secretário da Federação da Agricultura do Estado de Goiás, Antônio Flavio de Lima, que criticou essa postura do governo estadual. Joaquim afirmou que não existia pauta para cobrança de imposto, o que existia era uma referência de preço, pois era proibido cobrar imposto por pauta. Afirmou que o imposto era cobrado pelo valor da operação e que o Fisco utilizava uma referência de preço, pois naquele momento não era possível avaliar o preço daquela mercadoria. Assegurou ainda que não existia nenhuma portaria que determinava isso, pois uma portaria não poderia incidir contra a lei, reiterando que naquele período (de um mês) não houvera variação de preço. Segundo Joaquim, competia a ele cobrar o imposto sobre o valor da operação e que “mandou cobrar”, já que o preço é público e notório e “por isso não precisa de provas”. Observa-se nas falas dos representantes do governo na matéria referida, a tentativa de manter a orientação vinda do governo federal sobre o que ficou conhecido historicamente como “confisco dos bois”, e que enfrentava forte oposição dos pecuaristas. Nota-se ainda que o jornal, mesmo apresentando essas explicações, não deixa de dar espaço para que, mais uma vez, esses se pronunciem.

Há, ainda na mesma edição discutida acima, uma parte interessante e que, metodologicamente, nos faz concordar com Marta Emísia Jacinto Barbosa em “Os famintos do Ceará”⁸⁷, obra onde a autora apresenta a perspectiva de que, ao trabalhar com fontes jornalísticas, deve-se fazer a análise como um todo, e não focar apenas em uma coluna ou seção do jornal, para que se tenha uma visão ampliada do posicionamento deste. A foto de Ronaldo Caiado que aparece na coluna social do DM, noticiando que ele fora capa da Revista Veja em edição que tratou sobre a sua atuação na UDR e afirmando que Caiado arrancara suspiros femininos, “mas está comprometido”, nos obriga a notar que não só nas páginas de Política e Economia está a construção da UDR neste jornal, mas até mesmo em temas que aparentemente não se relacionam a entidade, como coluna social e temas vistos como “fofoca”.

Pela relevância nacional da publicação, se faz necessário um detalhamento da matéria mencionada acima, capa da Revista Veja em 18 de junho de 1986. Sob o título “O trator da

⁸⁶Imposto sobre Circulação de Mercadorias.

⁸⁷BARBOSA, Marta Emísia Jacinto. Os famintos do Ceará. In: Muitas memórias, outras histórias. São Paulo: Editora Olho d'Água, 2004, p. 94-115.

direita. A UDR aparece na arena política com as boiadas dos fazendeiros e entra na briga e uma reforma agrária que agoniza”, a revista já impõe ao leitor uma opinião e um diagnóstico sobre a reforma agrária no Brasil: o de que ela estaria agonizando. A figura que se destaca na matéria é mais uma vez Ronaldo Caiado, descrito como bem vestido e com sorriso permanente. Semelhante abordagem humanizadora e carismática do líder da UDR é vista na cobertura jornalística do DM, estudada nesta tese. Contudo, ao contrário do Diário da Manhã, a revista apresenta alguma visão crítica, trazendo declarações dos opositores sobre a UDR, como a fala de Dom Patrício, bispo de Conceição do Araguaia, que alega ter recebido ameaça de morte. É citada também informação de “órgão de informação do governo” de que o dinheiro arrecadado pela UDR serviria para “armar peões, capangas e até jagunços encarregados de defender suas terras contra invasões”. Logo em seguida, a revista traz a resposta da UDR sobre tais acusações, afirmando que o dinheiro arrecado teria servido para eleger constituintes simpáticos aos interesses dos produtores rurais. A matéria faz ainda uma comparação entre as acusações, dizendo que bispos acusariam fazendeiros de se armarem, ao passo em que fazendeiros culpariam os bispos de armarem posseiros. Utilizando tal estrutura linguística comparativa, a revista tende a colocar o conflito como disputa entre partes iguais (desconsiderando desigualdades de poder político-econômico), onde cada uma faria acusações, descredibilizando assim o potencial de verdade de cada declaração feita por um lado sobre o outro.

A segunda parte da matéria da Revista Veja traz a voz de Ronaldo Caiado, afirmando enfaticamente que ele não admitiria “essa onda de invasões coordenadas por agitadores de esquerda e por padres da Pastoral da Terra”. A revista, contudo, continua a apresentar o contraditório, e ressalta opinião do ministro da Justiça Paulo Brossard, contrária à UDR. O ministro teria alegado que não se pode acreditar que a UDR não estaria comprando armas e que, caso se comprovasse isso, a diretoria deveria ser presa. Após apresentar tais argumentos de crítica e suspeita contra a UDR, a revista afirma que Ronaldo Caiado estaria longe de ser um “Sinhozinho Malta”⁸⁸, destacando que o médico estudara na França, se ligara a refugiados da Europa Ocidental e chegara a ajudar checos a fugir para Paris. Caiado é descrito como um homem religioso e de hábitos conservadores, já a reforma agrária como “a cada dia uma ideia mais fraca”. É importante notar que a matéria não é assinada por nenhum jornalista.

⁸⁸Personagem da novela Roque Santeiro, exibida pela Rede Globo de Televisão entre os anos de 1985 e 1986. Era um rico fazendeiro e poderoso chefe político local, envolvido em negociatas e trocas de influência que lhe rendessem maiores lucros.

Em 15/10/1986, o DM noticia: “Para a CPT, única solução é a reforma”, com o “Pastoral da Terra acha que a questão fundiária causa crise no abastecimento da carne”. Porém, a notícia já se inicia com “segundo Ronaldo Caiado, a desapropriação do gado pelo governo foi apenas uma exibição de forças e que “o mais lógico seria o racionamento” para, só depois, apontar a fala de Ermano Allegri, Secretário Executivo da Comissão Pastoral da Terra, que afirma que “o racionamento seria viável, se não houvessem pastos cheios de gado prontos para o abate”, reiterando que os problemas seriam resolvidos com a Reforma Agrária. Ermano adverte ainda que “a Reforma Agrária é hoje um dos maiores problemas do país”. De modo geral, a posição da Comissão Pastoral da Terra é de que se a questão da reforma agrária tivesse sido apresentada no ano anterior pelo governo, a questão da má distribuição de terras já teria sido resolvida. O governo teria contrariado o Estatuto da Terra, que previa a desapropriação da terra por interesses sociais. Ou seja, mesmo em uma nota pequena em que fala sobre as pautas propagadas pela CPT e, conseqüentemente, dos movimentos de luta pela terra como um todo, a editoria do jornal escolhe começar com a posição de seu oponente: Ronaldo Caiado, líder da UDR, que já tinha, como estamos vendo, bastante espaço naquelas páginas. Nessa mesma edição, o DM gasta bastante lauda (uma página inteira da seção “Contracapa”) transcrevendo a entrevista de Caiado ao programa Roda Viva há alguns dias.

Na matéria “Confisco de bois gera discussões”, de 16/10/1986, é relatado que a medida do governo de confiscar os bois teria gerado opiniões divergentes em vários setores sociais. Amparo Sesil, Vice-Presidente da Federação dos trabalhadores da Agricultura do Estado de Goiás (FAEG), afirmou que os latifundiários não quiseram cumprir as ordens do governo. Antenor Nogueira elencou que o confisco foi um ato mais político, uma satisfação do governo federal para a população, afirmando também que em Goiás, em alguns frigoríficos, havia um estoque de carne, não sendo necessário o confisco. Ermano Allegri, da Pastoral da Terra, citou que o confisco de bois não resolveria o problema da fome no país, e que a fome só seria solucionada com a reforma agrária séria.

Em “Fetaeg Denuncia Ameaças” havia a denúncia do Presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Goiás (Fetaeg), Divino Goulart, de que estaria sendo ameaçado de morte por elementos desconhecidos e atribuindo essas ameaças aos grupos de grandes latifundiários e à própria UDR, pois eram contrários à reforma agrária e passaram a perseguir trabalhadores rurais. Anunciava ainda que a Fetaeg iria exigir das autoridades a punição aos responsáveis, porém, que o maior problema era apurar os fatos, pois os assassinos de diversos líderes sindicais ainda estavam soltos. Divino tentou uma reunião

com o governador para que ele estivesse por dentro dos acontecimentos e não teve resposta. “Essa intimidação não vai impedir a luta dos trabalhadores rurais”, afirmou.

Na interlocução com outros meios, e com, inclusive, meio de entretenimento televisivo de cunho popular, em 17/10/1986 o DM noticia que “Chacrinha canta confisco de boi”, anunciando que o “Velho Guerreiro” esteve no Palácio do Planalto, onde leu um verso para o presidente José Sarney apoiando a medida de confisco de bois. Porém, antes de sair, Chacrinha alertara o presidente para que “não perdesse o pecuarista de vista” (grifos meus). Ainda na presença do presidente, Chacrinha disse que “Sarney está fazendo um governo para o povo”, mas que sua visita não carregava sentido eleitoral. Na edição nº 8 de 18/10/1986, o DM continua noticiando sobre outros jornais e toma nota de “Caiado no Estadão”, falando do encontro proveitoso entre o proprietário do jornal O Estado de São Paulo, Júlio de Mesquita, e o líder da UDR Ronaldo Caiado, que esteve no jornal para agradecer um editorial de apoio à entrevista concedida por ele no programa Roda Viva da TV Cultura.

Em 1986, o Ministro da Agricultura do Governo Sarney era Iris Rezende – notório político do MDB em Goiás, que posteriormente foi governador do estado em 1991 e 1994, senador (1995) e prefeito de Goiânia diversas vezes, sendo também um latifundiário⁸⁹ que, após tantos acontecimentos envolvendo a crise de abastecimento de carne no país, resolveu finalmente se posicionar, afirmando em matéria veiculada no DM em 19/10/1986 que o abastecimento de carne só seria normalizado em plena safra. Sobre a desapropriação do boi gordo, afirmou que a medida do governo fora tomada em uma época de escassez, pois não era lícito que quem produz ou possui gêneros alimentícios essenciais não os colocasse ao consumo público. Contudo, Iris Resende disse que “os pecuaristas de Goiás estavam demonstrando boa vontade” (grifos meus) e que o governo estaria acompanhando os abates nos frigoríficos.

Ainda no mesmo dia, o DM noticiou que: “Posseiros ainda estão no INCRA. Sem verbas para a alimentação, os posseiros ficarão acampados até solucionarem o caso deles”. Naquele momento, um acampamento de trabalhadores rurais para reivindicar terras acontecia na sede do INCRA. Outros dois haviam ocorrido, mas àquela altura já tinham sido desfeitos. Segundo o jornal, Divino Goulart, presidente da FETAEG, não havia sido encontrado para dar maiores explicações. Os posseiros (34 famílias no INCRA) estavam acampados há cerca de um mês e pediam a desapropriação da fazenda Pedregulho. A polícia já havia retirado três vezes 44 famílias que estavam acampadas na fazenda, porém na última vez com liminar de

⁸⁹CASTILHO, Alceu Luís. Partido da terra: como os políticos conquistam o território brasileiro. São Paulo: Contexto, 2012.

expulsão do juiz da Comarca de Jataí. O caso da Fazenda Pedregulho é semelhante a diversos outros que envolvem as lutas por reforma agrária no Brasil, inclusive, até os dias atuais. O suposto dono da fazenda era Aduino de Carvalho, que alegava ter a posse de 2.260 alqueires, sendo que a escritura era de somente 426, sendo 1.834 fruto de grilagem. Tratava-se de uma fazenda, mesmo assim, naquela ocasião (da reportagem) e o pedido de reintegração de posse já havia sido emitido. A mesma matéria informa ainda um dado importante para essa pesquisa: “Embora o INCRA dispõe de uma verba para custear a alimentação dos posseiros, a maioria dos suprimentos que recebem é de doações da igreja. [...] Uma comissão formada por alguns posseiros esteve em Brasília, na sede do INCRA, pedir verbas para a alimentação, sem resposta até o momento”. Essas doações da Igreja eram, sobretudo, via Pastoral da Terra, que mantinha sua sede regional e nacional em Goiânia.

Ao afirmar que “[...] os posseiros estão vivendo amontoados em um galpão, sem a autorização de usar as outras dependências da sede. [...] Há somente um único fogão para fazer as refeições de 87 pessoas, os banheiros estão imundos e não há água para todos tomarem banho”, podemos ensejar duas alternativas de análise dessa matéria: a primeira, óbvia, buscaria sensibilizar o leitor sobre a situação de calamidade em que se encontravam aquelas pessoas na sede do INCRA. Porém, também chama atenção a adjetivação que diz que “os banheiros estão imundos”. O termo pejorativo utilizado não condiz com o que se sabe da dinâmica dos movimentos que geralmente se organizam em comissões e, mesmo nos acampamentos, se dividem na distribuição de tarefas, inclusive na higiene do espaço onde estão ocupando. Com a adjetivação colocada, aos leitores já afeiçoados a vulgarmente chamar os movimentos sociais de “baderna”, a palavra carrega sentidos múltiplos e induz a um determinado tipo de opinião sobre os sujeitos lá acampados. Os desdobramentos dessa matéria sobre a ocupação na sede do INCRA e demais explicações são bastante relevantes aqui para fins de estudo e análise, porém, ressalta-se que, no jornal, essas informações estão contidas em uma pequena coluna – em uma página com um total de seis colunas – de meia página. Era esse, geralmente, o espaço dado no jornal aos movimentos sociais, como continuaremos vendo a seguir.

Ao publicar (ainda na mesma edição) sobre a obrigação dos pecuaristas com mais de 500 reses de informarem a SUNAB (Superintendência Nacional de Abastecimento) sobre seus rebanhos⁹⁰, a escolha editorial para título da matéria foi: “SUNAB X Rebanho”. O uso do

⁹⁰Informando o total de animais, o número de matrizes, de reprodutores e de reses destinadas à produção leiteira, discriminando as cabeças de corte e abate, bem como alterações no rebanho como compra, venda, nascimento e morte.

“X”, como sinônimo de *versus* ao anunciar uma prestação de contas necessária a um órgão do Governo, parece-nos também reforçar as posições sempre colocadas pelas entidades patronais do campo, de que o governo atuaria contra os produtores.

Em 20/10/1986, o DM noticiava que: “Sinais de que vem aí o novo confisco. Fonte do governo afirma que a lista já está pronta. UDR entra com ação no STF”, onde, mais uma vez, vemos a entidade sendo colocada em papel de destaque pelo jornal em títulos de matérias sobre medidas governamentais. A reportagem diz que “assessores do presidente José Sarney não escondem o descontentamento com o número de abates fornecidos diariamente pelo Ministério da Agricultura” e que “não será surpresa se novas desapropriações forem anunciadas esta semana”. Há um dado nessa matéria em específico que podemos relacionar não só ao tema desta tese, mas também aos limites da Nova República em sua tutela militar e aparatos de segurança vinculados à repressão (esses que não foram expurgados sequer na nova Constituição, conforme MACIEL, 2008). Na matéria constam informações de que “o governo possui uma lista com base em informações da Polícia Federal e do Serviço Nacional de Informações, nomes e provas de que há muito mais bois no pasto”, porém, que “o governo agirá com mais cautela para evitar que se misturem bois magros aos bois gordos”, e que existiriam suspeitas de envolvimento de “funcionários da própria SUNAB”. Por fim, para não deixar de fora a UDR, avisam que a entidade já “contratou 12 advogados para entrar com uma representação junto ao Supremo Tribunal Federal alegando inconstitucionalidade da Lei Delegada nº 4, segundo Ronaldo Caiado”.

Em 22/10/1986, o DM trouxe uma entrevista com Dom Tomás Balduino. Antes da análise desta, faz-se necessário uma breve introdução sobre esse sujeito histórico, dada a sua importância para as lutas por reforma agrária em Goiás e no Brasil inteiro. Dom Tomás Balduino foi bispo-emérito de Goiás e também teólogo da ordem dominicana. Atuou fortemente na Comissão Pastoral da Terra (CPT), sendo um de seus fundadores, e esteve desde a fundação assessorando essa, quando não ocupou o cargo de presidente da entidade (1999 a 2005). Participou também da fundação do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), em 1972, do qual foi presidente entre 1980 e 1984.

Na época da reportagem veiculada pelo jornal Diário da Manhã – cujo título era: “Os Ministros antirreforma. Dom Tomás diz que Íris, Maciel e Brossard barram reforma agrária, que ele não espera ser pacífica” – Dom Tomás Balduino era bispo da Cidade de Goiás e concedeu uma entrevista ao jornal revelando “os segredos, os planos e as armações misteriosas da UDR, do governo e da Igreja, envolvendo a questão da reforma agrária no

Brasil”. Ao ser perguntado sobre o fato de a igreja estar sendo acusada de incentivar conflitos de terra e de comandar a violência no campo relacionada à Reforma Agrária, Dom Tomás afirmou que quem mais estava acusando a Igreja era a UDR, na figura de Ronaldo Caiado: “A UDR sabe demais sobre a violência no campo. Sobre isso, percebe-se que a UDR sabe quem é culpado e quem é inocente. Isso preocupa a sociedade, pois a UDR é um organismo particular, e atua de forma muito agressiva diante desses problemas”. Tomás afirma que para a tranquilidade da sociedade, os órgãos de segurança deveriam abordar adequadamente os organismos que sabem tanto a respeito de violência: “Pode ser que essas acusações sejam uma forma de despistar para proteger os verdadeiros culpados. Quem acusa é quem deveria ser interrogado”.

Sobre o assassinato do padre Josimo, Tomás afirmou que o governo sabia quem matava e não tomava providências. Alegou ainda que Jânio Quadros iniciou uma tentativa de Reforma Agrária, o que o derrubou: “O Golpe de 64 está muito ligado a terra. Começou uma luta por parte dos elementos da Igreja em defesa do pessoal. Com a entrada do governo dos militares, o latifúndio se aprofundou, com generosos incentivos fiscais. Com a CPT, os trabalhadores se tornaram sujeitos da Reforma Agrária. A luta da Igreja hoje é apoiar os trabalhadores do campo, como sujeitos da Reforma Agrária [...]. A posição da Igreja é apoiar o que os trabalhadores do campo decidir em seus congressos”, comenta (grifos meus).

Ao ser perguntado sobre a possibilidade pacífica de implementação da Reforma Agrária, Dom Tomás negou a possibilidade: “[...] a solução da Reforma Agrária nunca é uma solução tranquila, serena, é sempre problemática. O governo é o árbitro diante de toda nação para o encaminhamento da discussão. Sarney não usou sua autoridade em relação à Reforma Agrária”. Tomás afirmou que em parte alguma do mundo existiu Reforma Agrária por acordo, e sim por autoridade, e que o sinal de que o governo não queria a reforma agrária era o fato de não usar de sua autoridade. Dessa maneira, o governo se tornaria responsável pela violência.

Sobre o fato de a igreja ser a grande proprietária de latifúndios no país, Tomás afirmou que “o que a Igreja tem é uma ninharia. A Igreja no Brasil tem 175 mil hectares”. Questionado se a questão agrária no país evoluísse para a violência, se a Igreja apoiaria tais atitudes, Tomás afirmou que a Igreja preza pela não violência, porém “[...] não podemos nos esquecer da violência institucionalizada. [...] É contra a violência do latifúndio que toda a sociedade deve se levantar”. Mais adiante, Tomás disse que o maior ataque aos direitos dos lavradores era o próprio latifúndio: “O latifúndio se implantou no país matando índios para ocupar as terras deles. A violência é do próprio latifúndio que está casado com a Nova

República, que enquanto estiver assim, eu chamo de ditadura”. Dom Tomás continuou afirmando que para ser reforma agrária, era preciso intervir no secular processo de apropriação e concentração. Explicou ainda que reforma agrária não era confisco, pois essa sem reforma agrícola não adiantaria de nada. O religioso concluiu dizendo que a reforma agrária ideal, que a igreja defende, seria aquela proposta pelo lavrador. A partir dessa entrevista, pode-se notar claramente o caráter combativo da CPT e o confronto aberto entre esta e a UDR, tema dessa pesquisa.

Ainda na mesma edição do jornal que trouxe a entrevista com Dom Tomás Balduino, era apresentada mais uma matéria em relação à UDR. Trata-se de entrevista com Ronaldo Caiado, com título: “Quem produz é considerado criminoso”. Para o presidente da União Democrática Ruralista, naquela ocasião, os produtores rurais não podiam continuar “de braços cruzados enquanto o governo desapropria os seus rebanhos”. Essa entrevista foi veiculada na revista Visão e o jornal DM a reproduziu destacando que, assim como tinha sido capa da Veja (com matéria de oito páginas, destaque do jornal) há algum tempo, agora era capa desta, com seis páginas de entrevista, e isso justificaria a sua reprodução na íntegra.

É alvo de análise nessa tese, além do tema específico da UDR, também a correlação de forças na disputa pela pauta da reforma agrária no processo constituinte de 1988. Para explorar tal tema a partir de 1986, conseguimos pincelar algumas poucas matérias que diziam respeito a esse processo no jornal Diário da Manhã. Uma delas consta na edição que estamos analisando, nos últimos parágrafos (ainda de 22/10). O título da matéria é: “Receita de Constituinte. Propostas, muitos têm. Coisa concreta, só sete se dispuseram a apresentar” e relata que foram pedidos aos candidatos, como se já tivessem sido eleitos, propostas e medidas em forma de artigos, suas ideias sobre a constituinte. Muitos não sabiam como agir quando solicitados a oferecer artigos, a apresentar propostas objetivas e práticas. Segundo a editoria do jornal, PT, PCB e PC do B foram os mais preparados. A imensa maioria dos candidatos reagiu mal à ideia e, inclusive, com irritabilidade. A justificativa mais generalizada era de que “não é o momento para isso, e que é melhor ver isso depois da eleição”. Conforme pudemos verificar em pesquisas anteriores (BARBOSA, 2012), a eleição para os deputados constituintes, após a derrota da proposta de um processo exclusivo e soberano, passou a ser a ênfase dos movimentos sociais que pretendiam impetrar suas pautas na nova Constituição. Naquele momento, procuraram diversos candidatos a parlamentares e, confirmou-se com a matéria do jornal que, de fato, os partidos que se dispuseram a debater o tema com os movimentos foram realmente os que estão mencionados acima.

Em 24/10/1986, o DM começava a noticiar os conflitos no campo, dando voz à CPT na notícia: “Foi encontrado membro da CPT. A Pastoral, em Goiânia, suspeita de assassinato. Delegado não tem pistas”, que aponta a morte misteriosa do professor Vilmar José de Castro, ocorrida em Caçu, no sul de Goiás, em circunstâncias estranhas e, naquele momento, “sem quaisquer elementos conclusivos”. Tratava-se do caso de um professor que saiu de madrugada, por volta das 5 da manhã, em direção à fazenda de Giovano Gonçalves, onde lecionava, tendo seu corpo encontrado às 06h30min, na rodovia a caminho da fazenda. Segundo o médico José Luiz da Silva, que assinou o atestado de óbito, o que levou o professor a morte foi um corte na cabeça do lado direito, causando traumatismo craniano. Sobre o fato da morte do professor estar ligada às questões de disputas de terra, o delegado acreditava que não era o caso, pois “a cidade de Caçu é bastante tranquila quanto a isso”. Contudo, Vilmar José de Castro era membro do sindicato dos trabalhadores rurais da cidade e exercia forte militância política. Segundo Eterno Medeiros, amigo antigo da vítima, “Vilmar já estava marcado para morrer”, pois recebia telefonemas anônimos de ameaça de morte. Para a CPT, a morte do professor teria as características de assassinato e se inseria no contexto geral de conflito fundiário, pois, além de sindicalista, Vilmar era ativo participante da Pastoral da Terra e desenvolvia em Caçu uma ação de elucidação junto aos trabalhadores rurais, instruindo-os a se organizar e lutar por seus direitos. Vilmar estaria em uma suposta lista de pessoas a serem eliminadas, cogitada ainda mais após um leilão organizado pela UDR na região. Diante disso, a CPT anunciava medidas, como denúncia ao Ministro da Justiça exigindo que os fatos fossem apurados e os responsáveis punidos.

Sobre o mesmo caso, em 28/10/1986, é informado na notícia “O caso Vilmar. O delegado de Caçu, Laudair, se recusou a ouvir todas as testemunhas sem intimidações” que os membros da CPT haviam se reunido para discutir a respeito do caso e que continuavam alegando assassinato. Informava ainda que, através da autópsia, ficara constatado que Vilmar, além de ter duas perfurações do lado direito do crânio, teve costelas quebradas e o ombro deslocado. Porém, o delegado responsável pelo caso não quisera ouvir todas as testemunhas de uma só vez, alegando “espaço físico pequeno”. Assim como os casos relatados no Pará por Fernandes (1999), vimos em diversas matérias e em relatórios da CPT sobre conflitos no campo, que esses não eram apurados ou, quando denunciados, alegava-se outros motivos que não as disputas fundiárias recorrentes em todos eles. A Justiça de cidades pequenas, muitas vezes ligada diretamente aos latifundiários, impunha vários empecilhos para avançar as investigações, como visto no caso deste professor.

Há também casos em que a Igreja interferiu e atuou maciçamente em casos de desapropriações, como relatado em matéria de 29/10/1986: “Igreja Reage. O governo encaminhou à justiça processo de desapropriação da fazenda Ferrito, propriedade de uma congregação católica”. O impasse ocorreu quando o INCRA anunciou uma área a ser desapropriada dentro da política de assentamento de famílias em terras improdutivas. Tratava-se da Fazenda Ferrito, localizada em Mato Grosso do Sul, que assentaria 4.400 famílias. A fazenda era caracterizada pelo órgão como adequada para a desapropriação, com o conceito de latifúndio improdutivo, segundo a avaliação da Comissão Agrária Local. Doadà à Igreja há quatro décadas, essa área, apesar de estar no MS, pertencia a uma congregação do Paraná. O padre responsável pela fazenda dizia na matéria que estava “disposto a abrir as portas da fazenda para a imprensa”. Nota-se que, mesmo com a existência combativa das Pastorais, a Igreja Católica também tinha suas disputas de hegemonia interna com setores que mantinham terras e, inclusive, com outros que eram contra as ações das Pastorais⁹¹.

Na entrevista “Os Especuladores do ágio”, com Orlando Alves Carneiro (matéria de uma página inteira), foi questionado o que houve realmente com a carne no Brasil, se os pecuaristas estariam sabotando ou se não existiria boi gordo nos pastos brasileiros. Orlando disse que analisava o problema com experiência própria e que “os agropecuários não estão boicotando e existem poucos bois gordos no pasto”. Encerrou afirmando que “todos os anos a escassez de carne é normal”. Torna-se premente caracterizar esse intelectual orgânico da classe, que obteve tamanho destaque no jornal, visto que possuía ligações de classe relevantes para a compreensão do tema. Orlando Alves Carneiro foi um empresário e político goiano que, na década de 1970, constituiu o grupo que explora o mineral nióbio na Mineração Catalão-Goiás. Foi também proprietário da fábrica de Laticínios Jerivá, sócio fundador do Frigorífico Vera Cruz e conselheiro da Federação das Indústrias de Goiás. Além disso, era irmão do então Ministro da Agricultura, Iris Rezende (cuja trajetória já analisamos brevemente anteriormente), do PMDB. Dizia-se “avesso à mídia”, tanto que, nessa entrevista concedida ao DM, afirmou que aquela era sua primeira e possivelmente última entrevista⁹². O destaque dado a esse sujeito no jornal, confrontado com sua trajetória profissional e política e a pergunta sobre a questão da carne em meio a uma entrevista que nada tinha a ver com o tema (sendo colocada como destaque pela editoria de DM), remete-nos, mais uma vez, à intencionalidade de opinião presente, mesmo em matérias que, aparentemente, não continham

⁹¹Para uma discussão mais aprofundada sobre o tema, ver em: MAINWARING, Scott. Igreja Católica e política no Brasil (1916-1985). São Paulo: Brasiliense, 2004.

⁹²Para outras informações, ver em: <http://www.camara.gov.br/sileg/integras/406057.pdf>. Acesso em 19/04/2018.

o tema sobre conflitos de terra no Brasil. Recorremos mais uma vez à necessidade de análise do jornal como um todo para a apreensão desses meandros das notícias que se colocam às vistas do grande público de senso comum, como isentas.

Logo após essa entrevista, temos a matéria: “SUNAB ameaça novo confisco. Delegado diz que a diminuição de abates traz risco de volta”, que discute que quando o confisco de boi gordo foi colocado em prática, era para normalizar a demanda de consumo de carne vermelha no país, porém, com a suspensão da medida, o boi gordo voltara a desaparecer. Até aquele momento, não havia sido confirmada nenhuma cobrança de ágio por parte dos frigoríficos. Imediatamente seguinte a esta, temos a matéria “UDR não aceita ameaça de SUNAB. STF mostrará ilegalidade do confisco e os limites do governo, diz diretor”, onde a UDR afirma que poderia haver novo confisco em Goiás, caso não se normalizasse o fornecimento de bois para o abate aos frigoríficos. A UDR sustenta que “nessa época do ano, sempre houve escassez de carne, e o boi sempre sai mais caro”, corroborando com o argumento apresentado por Orlando Alves Carneiro na mesma edição do jornal, nos fazendo perceber o quanto estavam concatenadas as duas matérias, bem como o pensamento de classe manifestado tanto pela entidade que representava os latifundiários pecuaristas (a UDR) quanto setores urbanos, industriais, mas que também influenciavam e tinham ligações com o campo, como é o caso do empresário destacadamente entrevistado. Essa matéria é encerrada com a “fala da autoridade”⁹³, o delegado Luís Antônio da Rocha, afirmando que “pode haver mais confiscos, pois o abastecimento tornou-se crítico nas duas semanas anteriores”. O delegado também afirmou que a cobrança do ágio na carne do frango vinha acontecendo.

⁹³O sociólogo Perseu Abramo em “Padrões de manipulação na grande imprensa” aponta, entre outros padrões identificados pelo autor, O padrão global tem esse nome, pois a expressão “global”, como nos explica Abramo, tem a intenção expressar um sentido total, completo ou “redondo”, “isto é, do problema à sua solução” (ABRAMO, 2009, p. 35). Então, o autor nos explana que este padrão se divide em três etapas: o 1º Momento ou 1º Ato ou ainda o da exposição do fato, onde este é apresentado, mas sob ângulos menos racionais e mais emocionais, mais espetaculares e mais sensacionalistas. O 2º Ato é da “sociedade fala”, com testemunhos de dor ou de alegria, queixa, apoio, críticas, etc. E, por fim, o 3º Ato, que é o da autoridade resolve, onde esta tem a função de não só resolver, apontando possíveis soluções futuras em qualquer caso que seja noticiado, seja um patrão dizendo sobre uma greve dos funcionários de sua fábrica, seja um governante apontando medidas para a contenção de desastres de uma catástrofe natural, etc. A função desta autoridade, além de fazer isso, é também, seguindo o padrão do oficialismo, dar a sua versão final. Especialmente, “se se trata de um fato social (greve, passeata, reunião de partido, sessão do parlamento, homicídio, assalto, etc.) a autoridade reprime o mal e enaltece o bem”. Aponta ainda que: “frequentemente, ao Terceiro Ato – o da autoridade resolve – segue-se um epílogo, em que a própria emissora, por seu apresentador ou comentarista, reforça o papel resolutório, tranquilizador e alienante da autoridade ou a substitui ou contesta quando a mensagem da autoridade não é suficientemente controladora da opinião pública”. (ABRAMO, 2009, p. 36)

Em “Cooperativismo requer nova política agrária. Desligada da UDR, mas defendendo interesses comuns surge nova frente”, Roberto Rodrigues, presidente da Organização das Cooperativas do Brasil, concedeu entrevista ao Diário da Manhã. Rodrigues comentou que “a UDR fora criada com a intenção de lutar contra o instrumento da reforma agrária”. O presidente da organização elencou ainda que sua entidade surge do amadurecimento do agricultor brasileiro, “consciente de uma representatividade no governo” e a classifica como “um colégio de representação da agropecuária brasileira”. Mais adiante, Rodrigues afirmou que os produtores rurais não estavam satisfeitos com a política agrícola do ministério da agricultura. Afirmou ainda que não existiria nenhum elo entre as cooperativas e a UDR. A UDR seria um segmento contrário à reforma agrária, e a cooperativa defendia diversos segmentos que faziam parte de um todo. Teriam origens diferentes, mas com interesses comuns. Por fim, Roberto concluiu que o cooperativismo era uma forma um pouco radical para solucionar os problemas do Brasil.

Sobre essa celeuma entre UDR e OCB e, particularmente, entre Ronaldo Caiado e Roberto Rodrigues, Sônia Regina de Mendonça em “O patronato rural no Brasil recente” (2010), nos diz:

No início de 1985, a OCB começava a ser aceita como liderança legítima de todas as entidades do patronato agroindustrial, aceitação esta reforçada pelo seu enfrentamento com a UDR, logo após a divulgação do PNRA. Nessa oportunidade, a polarização entre os chamados dois grandes líderes da agricultura assomaria à mídia e à opinião pública, sendo Caiado e Rodrigues apresentados como polos exemplares da crise política na representação patronal rural. Caiado era definido como preparado, jovem e letrado, mas Rodrigues também ocuparia lugar de destaque na imprensa. (MENDONÇA, 2010, p. 198-199)

Em primeiro de novembro daquele ano, o DM trouxe uma matéria com título sensacionalista: “Nos tempos do AI-5. Ronaldo Caiado, da UDR, desafia o delegado da SUNAB a prender pecuaristas, como ameaçou”. Ronaldo Caiado proferira ameaças ao delegado regional da SUNAB, Luís Antônio da Rocha, dizendo que seria melhor que o delegado fosse atrás da carne congelada importada, que não se encontrava em nenhum lugar. O delegado afirmou que a UDR estaria incitando os pecuaristas a não venderem seus gados e a sonegarem informações à SUNAB e Caiado, por sua vez, alegou que a UDR “não vai mais tolerar esse tipo de postura por parte de pessoas ligadas ao governo”. Afirmou ainda que essa postura era autoritária, e que o governo tentava colocar os produtores rurais como culpados por erros cometidos pelo governo. A UDR estava instruindo os pecuaristas a não venderem gado se essa venda “não for convincente”. Caiado enfatizou dizendo que o governo poderia desapropriar, confiscar gado, mas não poderia obrigar o produtor a vender seu gado. Da mesma forma, a UDR estava instruindo os produtores rurais a não fornecerem dados de seus

rebanhos ao governo. Caiado ousou comparar essa atitude de não dar informações à mesma atitude do líder indiano Mahatma Gandhi (1869-1948): “só que Gandhi fazia desobediência civil, para criar leis, nós estamos desobedecendo para que as leis sejam cumpridas” (grifos meus). Caiado ainda ironizou as atitudes do delegado, dizendo que ele teria competência para prender pecuaristas como teria competência para descobrir onde estavam as carnes congeladas.

Na pequena reportagem discutida acima, podemos notar que a UDR tinha práticas agressivas, de verdadeira desobediência civil e não fazia questão de escondê-las. Pelo contrário, chegava a compará-las a atitudes de líderes históricos pacifistas, como Gandhi, demonstrando, por um lado, a alta instrução intelectual do médico Caiado (como era uma característica de toda a família) e por outro, a truculência das ações. Essa aparente dubiedade era um dos elementos que lhe rendiam tantas páginas em jornais e revistas locais e nacionais, como estamos percebendo ao longo dessas análises. Com títulos sensacionalistas, suas ameaças e chacotas, até mesmo ao governo e a representantes da justiça (como o delegado em questão), eram tratadas de maneira corriqueira pelos meios de comunicação. Ora, se havia essa conivência com crimes anunciadamente cometidos em relação ao problema do confisco dos bois, há que se perguntar, por que o mesmo destaque não era dado quando representantes da CPT e movimentos de luta pela terra denunciavam assassinatos ligados à entidade?

Em 06/11/1986, era noticiado que: “Carne suspeita virá pra Goiás. Parte da carne importada da Itália será destinada ao mercado goianiense”. Tratava-se de carne italiana de um rebanho com suspeita de febre aftosa que estava chegando ao Brasil, não só para Goiânia, mas também Vitória, Rio de Janeiro, Belém e para algumas cidades do Nordeste. Segundo o então secretário nacional de Defesa Agropecuária, José Magno Pato, essa distribuição de carne suspeita não iria para a região sul “para não comprometer os rebanhos suínos de lá”, porém, “garantiu que foram feitos exames e a carne está fora de contaminação”. Identifica-se aqui uma dubiedade nas afirmações do então secretário. Se a carne não tinha risco de contaminação, por que ela não poderia ser encaminhada para a região Sul e por que corria risco de contaminar o rebanho suíno? A matéria do jornal não oferece maiores detalhes sobre essa questão.

A edição de 07/11/1986 traz uma menção interessante, considerando que não se trata especificamente de uma matéria, notícia ou entrevista, mas sim de uma propaganda. Apesar de paga pelo então candidato, nos traz uma leitura de época particularmente significativa para o momento: uma propaganda em formato de poema, com uma pequena foto do então

candidato a deputado federal Nilo Benetti, do Partido Humanista, que se mostra favorável à reforma agrária e diz, entre outras coisas, que essa é a raiz-solução da fome e da miséria. Ao longo das demais edições do jornal, nos deparamos com propagandas muito maiores de candidatos que, ao contrário, eram contra a reforma agrária e deixavam isso bastante explícito, dialogando diretamente com os latifundiários.

Outro grupo que teve, na década de 1980, atuação bastante forte foi o TFP: “Tradição, Família e Propriedade”, que é chamado pelo DM de “os porta estandartes de direita”, ao anunciar que haviam voltado às ruas de Goiânia em 07 de novembro de 1986 contra a reforma agrária e a constituinte. Naquela ocasião, em passeata, jovens circularam pelas ruas do centro da cidade com seu forte discurso anticomunista. Seu fundador, o jornalista Plínio Côrrea de Oliveira, católico convicto, era apresentado como um forte lutador contra o socialismo e o comunismo, chegando a lançar, inclusive, um livro com o título “Reforma Agrária leva a miséria ao campo e a cidade”. Além de marcharem nas ruas com megafone, também distribuía panfletos que diziam: “Constituinte sem Plebiscito = Inautenticidade” e os integrantes se intitulavam como lutadores contra a reforma agrária. Os membros da TFP defendiam a colonização agrária, onde o governo distribuisse as terras que possui no lugar de desapropriar propriedades produtivas. Ouvindo outras pessoas sobre o tema, o DM apresentou a opinião do presidente da Associação de moradores do estado, que disse que: “defendo o oposto da TFP, pois quero uma reforma agrária ampla e irrestrita, e uma eleição para a Assembleia Nacional Constituinte, comprometidos com as causas populares”. Outro cidadão achava absurda a pauta da TFP ser contrária à reforma agrária e, segundo o jornal, uma jovem, contrária às propostas da TFP, gritara palavras de ordem no megafone. Apesar dessas manifestações contrárias, a TFP fez grandes adeptos Brasil afora naquele período, inclusive tendo ligações diretas com a UDR. Conforme pesquisa de Luiz Otávio Ribas (2011), a atuação coordenada de UDR e TFP teria sido uma das grandes responsáveis pela derrota da Reforma Agrária no processo constituinte de 1987.

A matéria “Posseiros são vítimas da lei. Eles são presos por se negarem a assinar a desistência da terra” é assinada pela jornalista Cláudia Nunes, na edição de 11/11/1986 do jornal *Diário da Manhã*. A jornalista afirma que a violência sobre os trabalhadores rurais continuava e que, naquela ocasião, 40 famílias estavam sendo pressionadas e ameaçadas a abandonar a área que ocupavam na Fazenda Cabeceira do Rio Vermelho, em Niquelândia, a ponto do presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais ter ido até Goiânia para fazer a denúncia da violência que vinham sofrendo. Ele denunciava que o dono da fazenda vinha

intimidando os posseiros, invadindo suas casas e determinando que fossem ouvidos pela polícia como ladrões. Os posseiros foram intimidados a assinarem um documento em que eles desistiam da terra, senão seriam presos. Um dos trabalhadores, identificado na matéria como Bernardo Santos, se negou a assinar o documento e foi preso na Delegacia de Niquelândia. Foram cobradas também posturas e providências do INCRA em relação a essa situação. Não temos elementos que possam nos fazer crer que os latifundiários em questão fossem da UDR, mas, essa matéria serve-nos como aporte tanto para a análise das relações dos grandes proprietários com o Estado, via Delegacia, e a influência que têm, especialmente em cidades pequenas do interior - como também da criminalização de movimentos sociais de luta pela terra.

A propaganda abaixo foi veiculada no DM no dia 12/11/1986:



Nota-se nessa propaganda política endereçada especificamente ao produtor rural, que são elencados nomes em quem deve votar para defender seus interesses. Os movimentos sociais também fizeram isso. Divulgaram abertamente os nomes das candidatas e dos candidatos que assinaram as propostas de emendas populares e chamaram votos a essas e esses, porém, tudo isso foi veiculado para um baixíssimo número de pessoas, através da comunicação popular produzida pelos próprios movimentos (BARBOSA, 2012).

Faltando dois dias para as eleições, em 13/11/1986, o DM proporcionou uma reportagem especial sobre o processo constituinte: “Às Vésperas da Constituinte. Juristas, líderes sindicais, ministros definem o que julgam ser a mais clara e popular ideia de Constituição”. O Diário da Manhã ouviu ministros, líderes sindicais e juristas sobre a Constituinte. Poucos conseguiram escapar das definições mais usuais, mas de difícil compreensão dos menos letrados. A pergunta feita era: “apesar dos esforços de parte da sociedade, acredita-se que 80% dos eleitores não têm uma ideia clara do que seja uma

Constituição e uma Assembleia Constituinte. Se o senhor ou senhora pudesse explicar esses dois conceitos a essas pessoas, como você explicaria?”. De maneira bastante vaga, para não dizer confusa, o ministro da Justiça, Paulo Brossard explicou que Constituição é uma lei que tem determinadas características específicas e é elaborada por uma Assembleia Constituinte. Sobre constituinte, ele diria que é uma assembleia que tem poderes constituintes. Já o presidente da Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), Joaquim dos Santos, disse que a Constituição é a matriz na qual se aproveitam os princípios nela inseridos para regulamentar toda a legislação do país. “Ela deve ser mais duradoura, não só para os dias de hoje, mas também deve valer para as gerações vindouras”, explicou. Para o jurista Afonso Arinos, a constituição era a lei maior de um país, que deve refletir seus anseios e suas tradições. Arinos considerou a constituinte um instrumento legítimo através do qual se deve alcançar a aspiração da sociedade brasileira, capaz de assegurar ao poder civil o respaldo institucional para cumprir sua missão de tornar o país governável com estabilidade. Para o jurista Miguel Reale, a Constituição é “a lei fundamental que se estabelece a estrutura e o funcionamento dos poderes do estado em função dos direitos e interesses dos indivíduos e da sociedade, visando à realização da justiça e da paz sócias. A constituição não deve ser confundida como proposta de um governo, sendo a liberdade o valor fundamental de uma Constituição”. Jair Meneguelli, presidente da Central Única dos Trabalhadores, acreditava que a Constituição deveria ser discutida com os trabalhadores, pois “são regras que dirigem o jogo da sociedade”.

Já efetivamente na antessala das eleições, no dia anterior (dia 14/11/1986), uma das matérias encontradas no jornal foi: “Constituições do Brasil. País elege amanhã os constitucionais encarregados de redigir o texto da sétima Carta Magma de sua história”, bastante explicativa e que trazia informações históricas sobre os processos constituintes das demais Constituições já existentes no Brasil, bem como as características principais de cada uma. Em “A comunicação popular, o debate e o processo constituinte no Brasil” (BARBOSA, 2012), vimos que esse trabalho de explicar historicamente as Constituições do país vinha sendo feito pelos movimentos sociais através de seus meios de comunicação, como também em reuniões, encontros e plenárias presenciais, desde 1985, quando pela primeira vez cogitou-se uma nova Carta Magna. Porém, somente naquele momento tal debate e elucidação viriam à tona nos grandes jornais.

Temos mais uma lacuna nos arquivos pesquisados no Jornal Diário da Manhã e essa se refere a dias importantes para essa pesquisa, como o dia das eleições e os dias seguintes (15 a 17 de novembro). Em 18/11/1986 temos que: “Produtores Confiam. Para os trabalhadores

rurais, Santillo tem tudo para fazer um bom governo”. O referido é Henrique Santillo, que havia sido eleito governador de Goiás, ganhando em 235 dos 244 municípios que Goiás tinha à época. Santillo era médico, paulista de Ribeirão Preto e filho de imigrantes italianos. Foi um dos fundadores do MDB e se elegeu prefeito de Anápolis pelo partido de 1971 a 1973. Foi considerado politicamente inovador, pois atuava em bairros da periferia e estimulava a formação de associações de moradores. No ano seguinte, elegeu-se deputado estadual e em 1978, senador, todas às vezes batendo recordes de votação. No início de 1980, chegou a se filiar ao PT, mas permaneceu lá por apenas oito meses. Sua campanha se caracterizou por caminhadas e carreatas diárias, além do envio de questionários à população sobre como esperavam que fosse o seu governo. Por todos esses elementos que o caracterizavam como um político de base popular, tanto a FETAEG e a FAEG estavam, naqueles dias após as eleições, com esperanças quanto às metas do futuro governador de Goiás. Acreditavam e tinham expectativa de que seria garantida a divisão de terras aos camponeses sem terra e asseguradas as posses das áreas já distribuídas. Já sobre o futuro secretário da agricultura, a FETAEG dizia esperar que fosse “alguém afinado com o homem do campo”, enquanto a FAEG se mostrava otimista e esperava que fosse feita “uma política voltada para os reais interesses da comunidade”. Nesse trecho, podemos perceber abertamente os interesses e diferenças entre as duas entidades na fala de seus representantes. Enquanto uma representa os trabalhadores rurais, a outra é uma federação de grandes proprietários. Ao dizer “os reais interesses da comunidade”, o representante da FAEG tenta colocar como geral o que era interesse apenas da entidade.

O clima de otimismo continuava naquele dia no jornal. Seguidamente, temos que: “Congelamento da carne acabou, admite governo. Ministério da Agricultura reconhece que não há como fazer valer a tabela”, que trazia a informação de que, como a SUNAB não tinha estrutura suficiente para fiscalizar, o governo preferira abandonar a tabela de preços já definida, sendo que “o momento agora é de adequação da demanda de oferta ou liberação total dos preços”, segundo o Ministério da Agricultura. Com isso, por conseguinte, a saída seria a liberação dos preços da carne. Essa matéria comprova o argumento apresentado no início deste capítulo, de que Sarney só manteve os preços congelados artificialmente para eleger seus candidatos na Assembleia Constituinte. Imediatamente passada a eleição (apenas três dias depois), o fim dos congelamentos é anunciado, bem como uma possível solução para a crise da escassez da carne.

Em 30/11/1986, mais uma vez o que chama a atenção é uma propaganda publicitária que enfatiza a modernização no campo. Ao exibir uma foto de uma colheitadeira abaixo de uma foto de um arado manual, tentava-se mostrar como a modernidade pode ser inserida no campo numa perspectiva de progresso, conforme pode ser visto abaixo. Nota-se ainda que a propaganda ocupava quase a página inteira do jornal. Porém, longe de ser uma propaganda paga por alguma entidade patronal do campo, essa era veiculada pela ANFAVEA, a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores, fundada em 1956, uma entidade que reúne as empresas fabricantes de veículos (automóveis, comerciais leves, caminhões e ônibus) e máquinas agrícolas (tratores de rodas e de esteiras, colheitadeiras e retroescavadeiras) com instalações industriais e produção no Brasil. Possivelmente, sabendo das profundas ligações do estado de Goiás com o campo, escolheu esse tipo de publicidade a ser veiculada no segundo jornal de maior circulação na região.



Os dizeres “O Brasil a 1000 por hora”, a ideia do maquinário se sobrepôr ao homem do campo e o que vem abaixo da foto, a saber:

Pode parecer estranho, mas essas fotos são da mesma época, deste mesmo ano. No alto, temos seu Fernando. Ele vai plantar milho. Com ajuda do mimoso e da princesa, ele vai precisar de 18 dias para produzir um alqueire. E sua produção será de 5,5 sacas para cada dia de trabalho. Este é o Brasil a 3 km por hora. Abaixo, está o seu Chico. Ele também vai plantar milho. Montado no seu trator, ele vai levar 4,08 dias para produzir um alqueire. E sua produção será de 24,5 sacas para cada dia de trabalho. Este é o Brasil a 1000 por hora. Todo mundo sabe que a mecanização de agricultura é importante. Mas quando a gente compara o rendimento do seu Fernando com o do seu Chico e vê que o Brasil tem milhões e milhões de alqueires de área confiável, a mecanização agrícola deixa de ser importante: passa a ser essencial. A indústria automobilística brasileira tem consciência da importância do seu papel. Não só na produção como no escoamento dos produtos agrícolas. Nos últimos dez anos, 530000 tratores foram produzidos no país. Atualmente, nossa capacidade instalada de produção é de 100000 unidades/ano. Isso pode parecer

muito. Mas ainda é muito pouco. Precisamos produzir mais tratores, mais implementos agrícolas, mais milho, mais feijão, mais arroz, mais soja, mais trigo. Precisamos produzir um país autossuficiente de alimentos. Isso é possível e viável. Nossa indústria está plantando centenas de milhões de dólares no país. Essa é a nossa maneira de acreditarmos e investirmos numa agricultura mais moderna, eficiente e produtiva. Uma agricultura que vai trazer benefícios para todos. Para o país, para o seu Fernando, para o seu Chico, para você. E até para o Mimoso e para a Princesa.

Tais símbolos na mensagem constroem a ideia de que a modernização do campo é o melhor para todos – até para os animais –, como a propaganda bem diz. Porém, conforme vimos nos capítulos anteriores, essa modernização tratou-se, no caso dos pequenos produtores, da perda de suas terras e um espaço cada vez maior para o já grande latifúndio existente no Brasil. Também chama a atenção que a contraposição entre progresso/moderno e atrasado/arcaico é diretamente relacionada à classe de cada um dos personagens da peça publicitária.

Há um bom tempo a UDR não aparecia diretamente no jornal. E então em 06/12/1986, foi republicada a matéria “A Anatomia da UDR”, com a entrevista que Ronaldo Caiado dera para o programa Roda Viva, novamente na coluna “Contracapa” e sem nenhuma justificativa para a sua replicação naquele momento. Apenas foi novamente colocada na íntegra, com diversas fotos e ocupando uma página inteira de destaque daquela sessão do jornal. Voltando a apresentar questões relacionadas à Constituição, em 07/12/1986, o DM traz a matéria: “Propostas Constitucionais. O deputado Maguito Vilela afirma que o futuro brasileiro é de responsabilidade do PMDB”, onde o parlamentar afirmava que “[...] o futuro do Brasil caberá ao seu partido”. Com a grande confiança depositada pela população no PMDB, o partido não poderá mais fugir de cumprir seu programa. E o futuro do partido depende da Constituinte”. Observa-se a vinculação direta dada do processo constituinte ao PMDB, que foi mantida até o final, como veremos a seguir, com Ulysses Guimarães sendo chamado até mesmo de “o pai da Constituição de 1988”. Na entrevista, Maguito Vilela não afastava a possibilidade de que na futura constituinte houvesse a união de forças progressivas e comprometidas com o avanço da sociedade. Na ocasião, afirmou ainda que “[...] defenderá todos os pontos de interesse do povo. Serão discutidas a reforma agrária, a reforma tributária, o equilíbrio dos três poderes e a questão da dívida externa”. Especificamente sobre a reforma agrária opina que esta “[...] deve se tornar mais ágil, para que seja alterada a estrutura fundiária brasileira, levando o país a um real desenvolvimento”. Como sabemos, o PMDB não se manteve com esses pressupostos até o fim do processo constitucional. Pelo contrário, teve com seu presidente José Sarney - junto às entidades patronais - a articulação daquele que ficou conhecido como “golpe do Centrão”, que tentou extirpar as propostas de emendas populares da constituinte (BARBOSA, 2012).

Finalmente tratando do Plano Nacional de Reforma Agrária, na mesma edição de 07 de dezembro, é apontado que: “Produtor aponta falhas do PNRA. Chavaglia, presidente da Comigo, afirma que sem uma política agrícola a reforma agrária será malsucedida”, onde se afirmava que o grande problema do campo era a inadequação da política agrícola que, se não solucionada, tornaria a reforma agrária um fracasso. Perguntado sobre sua opinião sobre a reforma agrária, Chavaglia disse que “[...] se constitui em um grande desafio”, e que:

[...] deve ser orientada nos caminhos da realidade brasileira, e não nos moldes políticos”. Não se deve pensar em reforma agrária somente em distribuição de terras, mas sim em uma reforma agrícola, que se criem condições de produção. Sem apoio financeiro, sem tecnologia necessária, sem máquinas e implementos agrícolas, sem infraestrutura de apoio, não é reforma agrária.

Sobre a reforma agrária estar sendo feita ou não de maneira justa, Cavaglia disse que não, pois “deveria começar pelas terras devolutas, terras da Igreja”, ou seja, o mesmo discurso de Ronaldo Caiado e todos da UDR, finalizando com propostas demagógicas como: “É necessário investir em educação, saúde, moradias, escolas profissionalizantes, preparando o jovem para o futuro da agricultura brasileira”.

Três dias depois, em 12/12/1986, temos que: “Posseiros sofrem pressão, diz CPT. Segundo a denúncia, proprietário tenta expulsar trinta famílias”, informando que quatro trabalhadores rurais da “Fazenda Dois Irmãos do João Leite”, dos municípios de Goianópolis e Nerópolis, denunciavam que o proprietário da fazenda estava impedindo várias famílias de cultivar suas plantações, sendo que naquela fazenda moravam e trabalhavam cerca de 30 famílias de arrendatários. Segundo a CPT naquele último ano os posseiros estavam sendo pressionados a deixarem as terras e, por isso, encaminharam ao INCRA um documento que exigia a desapropriação da fazenda, amparados em disposições legais. Mesmo depois disso, acionando mais uma vez a Justiça e revelando as relações dos grandes proprietários com este poder, o proprietário da fazenda, Altamiro de Moura, juntamente com seus sobrinhos, ajuizou ação de Interdito Proibitório contra sete famílias, mesmo com grande contradição no depoimento e ausência de provas. Com o mandado, os trabalhadores estavam impedidos de continuar o trabalho na fazenda, mesmo que esse fosse o sustento de suas famílias.

A questão sobre a recorrente ocupação de terras em Goiás havia chegado ao STF em 20/12/86. Com a matéria: “Intervenção para Goiás. STF requisita para que sua determinação seja cumprida logo”, o DM noticiava que o Supremo Tribunal Federal havia enviado ofício ao Presidente José Sarney para que fosse cumprida a decisão do juiz de Caiapônia para a retirada de “invasores” da fazenda Três Lagoas, em Doverlândia, interior do Estado. O fazendeiro Miguel Coimbra Rinaldi alegava que “[...] a região encontra-se em intenso conflito, com a

total desmoralização das autoridades estaduais”; nisso, vemos a UDR intervir no caso, através de Salvador Sidney Farina, que solicitou ao Secretário de Segurança do Estado de Goiás o cumprimento da decisão do juiz, mas não teve sucesso. O fazendeiro Rinaldi recorreu então à Procuradoria Geral do Estado de Goiás que, por sua vez, emitiu um parecer pedindo que sua solicitação fosse atendida. Nessa notícia, vemos mais uma vez a Justiça sendo utilizada para os interesses dos latifundiários contra os trabalhadores. As táticas da UDR não incluíam apenas a visibilidade na grande mídia e a truculência no campo – e, posteriormente, intervenções e lobbys no Congresso – mas, também, sempre que possível, a instrumentalização do poder judiciário.

No dia seguinte (21/12/1986), temos que: “UDR acusa governo de cumplicidade. Diretores da entidade acham que intervenção em Goiás pode ser concretizada”, já que a diretoria da UDR achava que a intervenção determinada pelo STF em Goiás deveria ser realizada, alegando que as determinações judiciais que envolviam casos de conflito de terras estavam sendo “relegadas a segundo plano pelo governo estadual”, uma vez que o secretário havia pedido uma reunião com o governador para tratar deste assunto, mas não obtivera resposta. Ronaldo Caiado, voltando aos holofotes, dizia que a intervenção poderia acontecer e que ele mesmo havia encaminhado o caso ao governador, “[...] que não fez nada na época por ser ano eleitoral”. Altair Veloso, outro diretor da UDR, bradava que a decisão do STF havia sido “[...] uma conquista obtida através da pressão e iniciativa da UDR”, e concluía ameaçando: “A UDR é composta por homens com ilimitada capacidade de luta”.

Além da já anunciada intervenção do STF no dia anterior, há outro fato que redefiniu os rumos da entidade em Goiás e, conseqüentemente, também os rumos da CPT e movimentos de luta pela terra: trata-se da morte de Tarlei Andrade, fazendeiro goiano de 25 anos, em Redenção do Pará. Conforme lembramos em Marcionila Fernandes, essa era uma das cidades que contava com uma base grande e forte da UDR. O jornal Diário da Manhã anunciou essa morte com matéria de capa, com a manchete “Fazendeiro é assassinado” e foto do pai do falecido, o também fazendeiro Jairo de Andrade. As faixas em seu velório diziam: “Vítima da CPT” e “Mártir da reforma agrária, da CPT e dos invasores”, conforme pode ser visto na reprodução abaixo:



O título da matéria dentro do jornal era: “Fazendeiro é morto em disputa de terra. O goiano Tarlei Andrade morre em entrevero com 20 posseiros, no sul do Pará”, onde é relatado que:

Tarlei de Andrade, 25 anos, foi morto na última sexta-feira no município de Redenção, no Pará, por aproximadamente 20 invasores da fazenda Forquilha. O crime ocorreu numa troca de tiros que resultou de um desentendimento entre os posseiros e o fazendeiro. Caiado disse no velório, que várias denúncias estão sendo feitas para ministro da Justiça sobre essa violência no sul do Pará. Caiado disse que os posseiros da fazenda são indivíduos da mais alta periculosidade, matando pessoas, sem que as autoridades tomem nenhuma providência. Caiado diz não aceitar as desculpas da polícia local de que não tem recursos. Altair Veloso, vice-presidente da UDR, disse que a solução dos problemas sociais não deve chegar a essa total abolição de autoridade.

Logo abaixo, havia outra chamada na mesma página do jornal, em letras garrafais e com uma foto de Altair Veloso em que se dizia: “CPT insufla”, vinculando abertamente o assassinato à Pastoral.

Dessa vez dando voz aos dissonantes, o DM ouviu Delúbio Soares, então presidente da CUT estadual, que acusava a UDR de ser uma entidade fascista e que procurava espalhar o ódio, complementando ainda que “[...] a UDR não tem o menor respeito pelo trabalhador, bate, queima ranchos, mata [...], e pode, através de suas milícias particulares, mandar matar um de seus membros para depois acusar alguém”, falando especificamente sobre a tentativa de colocar a culpa na CPT”. Delúbio lembrava ainda a recente morte de Pe. Josimo, entre outros “tantos crimes sem punição dos latifundiários”. Por fim, em uma postura visivelmente ideológica, afirmou que “[...] os conflitos da terra acontecem não por causa dos trabalhadores, mas pela existência do latifúndio”.

O caso obteve bastante visibilidade, tanto que, dois dias depois (23/12/1986), novamente a capa trouxe uma foto do jovial Tarlei com a legenda: “Tarlei Lemos, fazendeiro, 25 anos, assassinado em Redenção-Pará: outra vítima dos conflitos” e, acima, a manchete: “UDR pede o fim da impunidade”. Na longa matéria (uma página, novamente com fotos de

Tarlei junto a seu pai e um quadro falando sobre as homenagens da família) dentro do jornal, na coluna de Política, temos que: “UDR fará mobilização. Entidade quer provar que assassinato de fazendeiro não é por conflito de terra”. Era informado que Ronaldo Caiado pretendia definir uma mobilização de caráter nacional sobre o assassinato, mostrando para a sociedade que isso não estava acontecendo somente na cidade, mas sim, “é fruto de clima de banditismo e impunidade do Estado. [...] A chacina tem que ser analisada no contexto geral dos fatos”. Para Caiado, a CPT e a CUT estavam protegendo bandidos, e não trabalhadores rurais. Complementa ainda que, para ele e a entidade que dirigia, não existiria relação entre as mortes de Pe. Josimo e Tarlei. O jornalista relata ainda que Caiado teria ficado bastante irritado com a afirmação de que teria sido a UDR a autora deste crime.

Em um quadro bem menor abaixo, havia um informe: “CPT tem estudo sobre violência”, avisando que a CPT de Redenção do Pará iria elaborar um estudo sobre o problema das mortes em conflitos de terra na região, apontando que os conflitos no sul do Pará e região vinham acontecendo há muito tempo: “Chegaram na CPT muitos telegramas relatando violências sobre o homem do campo”. A seguir, havia também um quadro com um texto cujo título era “Chumbo trocado”. Chama a atenção que a redação, que se trata de modalidade de texto opinativo, não é assinada, tampouco traz notícias. É um artigo de opinião no meio do jornal sem que possamos reconhecer a autoria, e que começa com frases impactantes como:

Democracia não é governo da maioria. É isso e mais e também um regime onde o direito das minorias sejam respeitados e garantidos, onde as paixões e os irracionalismos não prevaleçam e as regras éticas e jurídicas erigidas pela comunidade assegurem, paralelamente, igualdade de direito e igualdade de deveres.

As divagações a respeito da democracia continuam para dizer que ela é, em sua essência, conflitiva e que “não se compadece com intolerância ou maniqueísmos”. Após essas reflexões, o autor desconhecido afirma que “[...] um dos campos onde esse irracionalismo tem explodido com mais intensidade e excesso de medida, nos últimos tempos, é o setor fundiário. Na dicotomia da luta de terras, temos a luta de fazendeiros contra posseiros”. São colocados alguns relatos de falas de representantes de entidades ligadas ao campo, tanto FETAEG – com a afirmação de José Francisco Barros, seu secretário, de que “quem provoca os conflitos é a UDR, sendo mais que certo e acima da razão a morte de um deles por trabalhadores” – como FAEG, bem como UDR, CPT e CUT para, ao fim e ao cabo, justificar que a suspeita da UDR ter mandado matar Tarlei para colocar a culpa na CPT seria infundada, “pois nunca um pai irá mandar matar o próprio filho”.

Se formos admitir que conflitos fundiários sejam resolvidos à base de contracorrentes de vida-humanas, teremos em breve mártires dos dois lados e um banho de sangue. Nada justifica qualquer assassinato, [...] e esse é um caso onde o ditado popular não funciona: chumbo trocado dói. E mata.

Veremos que esse assassinato gerou diversas comoções noticiadas pelo jornal, como o artigo de opinião discutido acima. Porém, o mapa da violência no campo da CPT mereceu por parte deste jornal apenas uma pequena nota. O contraponto é nítido: números alarmantes de trabalhadores mortos e um fazendeiro assassinado sendo tratado da mesma maneira ou, pior, o último merecendo várias capas, com diversas fotos e homenagens – ao passo em que os primeiros tiveram direito apenas a uma pequena nota.

Em plena véspera de Natal e em meio às inúmeras discussões sobre a morte de Tarley, a capa do jornal Diário da Manhã de 24/12/1986 mostrava uma grande foto de famílias em situação de pobreza, com o primeiro plano em crianças e um bebê em cima de uma caixa de papelão, e a manchete: “Posseiros querem acampar em Jataí”. A legenda da foto dizia: “Sem conseguir vitórias concretas, posseiros deixam a sede do INCRA. A matéria integrava a coluna Cidades, ao passo em que uma matéria sobre a UDR integrava a seção de Política. Com o título “Posseiros voltam a Jataí sem vitória”. Acampados três meses no INCRA, não conseguiram apressar processo de desapropriação de fazenda”, são repetidas as mesmas informações da capa, apenas com algumas linhas de informações adicionais dizendo que em Jataí teriam mais espaço, e a menção à fala de um dos posseiros (sem nome, de maneira genérica no jornal), que afirma que “se o INCRA tivesse dado terras para que eles plantassem até que a desapropriação saísse, eles teriam ido”. Naquela altura, mesmo com tantos meses de ocupação, o processo de desapropriação da fazenda estava parado na Justiça Federal, pois o proprietário havia entrado com o processo de reintegração de posse. Ao final, é reproduzida ainda a fala de “Maria Bonita”, garantindo que apesar da volta para Jataí, não iriam desistir da desapropriação; e também mais uma afirmação genérica de “um dos posseiros” dizendo que “a única coisa boa foi o processo de desapropriação ter passado pela comissão de reforma agrária”. Ao final mais fotos de situações de pobreza, dessa vez sem o uso de imagens de crianças.

Na mesma edição, algumas páginas antes, na seção de política, temos uma grande foto de Ronaldo Caiado com um papel em mãos e camisa entreaberta (esse dado se torna importante quando refletimos sobre a construção da imagem de Caiado como um homem bonito e desejado). O título indicava: “Sul do Pará corre risco de conflagrar. Morte de Tarley de Andrade levou Jarbas Passarinho e Ronaldo Caiado ao SNI”, trazendo a informação de que o senador eleito Jarbas Passarinho dissera que se não houvesse uma ação de parte a parte, era

muito possível que o sul do Pará se transformasse em uma zona conflagrada. A reportagem informava ainda que, acompanhado de Ronaldo Caiado, Jarbas havia levado até ao chefe do Sistema Nacional de Informação (SNI), informações sobre o assassinato de Tarley de Andrade, com a intenção de que fossem “neutralizadas as ações de violência, dando-se razão e direitos a quem tiver”. Jarbas também havia informado que o governo do Pará já havia determinado que uma patrulha saísse de Conceição do Araguaia para investigar o caso, garantindo que na área da fazenda de Tarley não havia conflito. Para o senador, a morte do fazendeiro não caracteriza um fato isolado, e sim, incluído em um contexto político ligado ao problema fundiário. Importante notar que a matéria informa ainda que “Caiado não foi a SNI como representante da UDR, e sim como amigo pessoal de Jairo de Andrade, pai de Tarley de Andrade”, tentando separar a imagem de Caiado como militante e intelectual orgânico de uma entidade patronal, da figura do homem sensível e amigo do pai em luto, apesar da matéria estar na seção de Política do jornal.

Enquanto os trabalhadores rurais se afrontavam com diversas ocupações acontecendo em vários estados, com os conflitos principalmente com a UDR, em 28/12/1986, os trabalhadores da cidade, através da CUT e da CGT, definiam as condicionais do pacto⁹⁴. Regionais das duas entidades queriam algumas reivindicações atendidas para negociar. Não negavam que poderiam sentar à mesa com representantes dos empresários, mas exigiam o atendimento de alguns itens para que se iniciasse a mesa redonda. As opiniões das duas centrais a respeito do pacto não eram tão diferentes. Os itens que as centrais consideram indispensáveis eram: a suspensão do pagamento da dívida externa, aumentos reais dos salários e a ratificação da Convenção 87. A opinião implícita do jornal, veiculado ao longo da matéria, dizia que “embora seja natural que os trabalhadores negociem através das duas centrais sindicais, é muito improvável que elas venham a se unir organicamente, por divergências ideológicas”.

O ponto sobre as reivindicações dos trabalhadores da cidade é importante para essa análise para que não nos restrinjamos à apreciação apenas das questões estritamente relacionadas ao campo e à reforma agrária. Se estamos falando sobre correlações de forças, mais à frente nos depararemos com a união das forças do campo e da cidade, tanto no nível dos movimentos sociais quanto também dos patronais. Especialmente no golpe do Centrão, como nos mostra Dreifuss (1989), o empresariado, os grandes meios de comunicação e entidades patronais do campo, com especial destaque a UDR, se unificaram para derrotar as

⁹⁴Foram inúmeras as tentativas de pactos nacionais no Governo Sarney. Para maiores detalhes ver em: MACIEL, David, 2008.

emendas populares. As tentativas de pactos nacionais do governo Sarney também atendiam ao intento de apaziguar as demandas sociais que estavam tendo muita força no Brasil todo, em diversos segmentos, pós-abertura democrática.

Essa tentativa de apaziguamento das situações de conflito é vista também nos discursos veiculados em diversos jornais, entre eles, o Diário da Manhã. Com a matéria “INCRA e IDAGO assentam 20 famílias na fazenda Irecil”, uma boa notícia é dada aos trabalhadores rurais, que seriam assentados pelo programa de reforma agrária do INCRA na fazenda Irecil, no município de Araguacema, com o auxílio do IDAGO. Na ocasião, Aldo Azevedo, presidente do IDAGO, afirmava que esse assentamento era uma dívida dos órgãos agrários do Estado com as famílias que não se adaptaram na região de Pedro Afonso. Essas receberiam uma cesta alimentícia para se manterem por um mês. A opinião apaziguadora do jornal é vista ao noticiarem que “os posseiros ficaram alegres com a possibilidade de, enfim, conseguir uma terra onde o potencial de produção é bastante alto” e com frases como “os posseiros fizeram questão de frisar a atitude humanística do proprietário, sendo que a maioria dos proprietários não tem essa atitude”. A tentativa de colocar os proprietários como humanistas e dos órgãos como agentes de benevolência ou caridade, e não como instituições cumprindo um dever, contrasta com o diagnóstico de que a Fazenda Irecil foi considerada latifúndio improdutivo. Portanto, a desapropriação e o encaminhamento das famílias fazia parte de um projeto de reforma agrária que, até o momento, estava sendo parcamente cumprido e gerando diversas mortes e conflitos no campo. Esse discurso continua a dar grande espaço para que fosse divulgado que o engenheiro Homar Rassi, proprietário da fazenda, já tinha interesse em colocá-la para a reforma agrária, “com o objetivo de desenvolver a sua região, onde a densidade populacional é muito baixa”. Temos aqui também a elaboração de um discurso do latifundiário preocupado não só com seus interesses, mas com o bem-estar de posseiros e até da cidade e região onde suas terras estavam continuando com: “as negociações de desapropriação da fazenda Irecil, foi uma proposta de paz”, além da própria capa do jornal que continha um quadro com o rosto do proprietário ao lado de outro com a imagem de uma família (na verdade, uma criança subindo em um caminhão pau-de-arara) com a manchete “Empresário faz reforma agrária”, como se fosse obra apenas do indivíduo, e não dos dois órgãos envolvidos nessa negociação. Segundo o próprio jornal:

Nessa desapropriação, nenhum lado saiu perdendo, nem o proprietário, nem os posseiros. Se todos os fazendeiros seguissem o modelo de Rassi, todos os problemas agrários do Brasil seriam resolvidos. Nessa fazenda serão assentadas um total de 80 famílias. Rassi pedia para os posseiros fazerem um relatório sobre as potencialidades do local, da qual eles juntos poderiam tirar algum proveito economicamente, como por exemplo, a madeira, que segundo ele há bastante na região. A reforma agrária

realizada na fazenda Irecil, teve o apoio de várias entidades ligadas à questão agrária no Brasil.

No penúltimo dia do ano, em 30/12/1986, o assassinato do fazendeiro no sul do Pará volta a ter destaque com: “PF investiga assassinato de Tarley. Disputa de madeira teria provocado a morte do fazendeiro”. Jader Barbalho, governador do Pará, alegava que o assassinato de Tarley comprovava a tese que ele vinha propondo há algum tempo: de que vários destes conflitos tinham como motivo a disputa por madeira. Àquela altura a polícia já não tinha dúvidas de que os autores do crime foram pistoleiros ligados a compradores de madeira. Lembrou ainda que no caso do fazendeiro Tarley, não houve questão fundiária nem política, e que, possivelmente, os bandidos haviam fugido para Goiás, e a polícia estava empenhada em prendê-los. No dia seguinte (31/12/1986) já é anunciado: “Preso o assassino de Tarley de Andrade”. Raimundo Modesto havia sido preso em Araguaína e era apontado como um dos assassinos do fazendeiro.

Como última matéria do ano e já se preparando para o ano seguinte (1987), que seria de intensos debates no processo constituinte, temos uma última matéria selecionada, que diz respeito especificamente à atuação da igreja no processo constituinte: “CNBB pressiona Constituintes. Um grupo de seis padres atuarão junto aos congressistas na elaboração da constituição”, onde é anunciada uma nota da CNBB que manifestava preocupação com a realização de uma assembleia nacional constituinte soberana, não subordinada a nenhum outro poder, nem sujeita a regimentos pré-fabricados. A igreja se colocava à disposição para pressionar os constituintes, assinalando que são delegados do povo e devem admitir pressões democráticas para lhes dar a solução jurídica melhor. O presidente da CNBB dizia que já comunicara ao PMDB tal pressão da igreja e esse, por sua vez, aventara que considerava importante a participação da igreja. Os bispos alegavam que o ano de 1987 deveria ser das aspirações do povo, inclusive da reforma agrária. Mais adiante, os bispos apontavam os problemas que deveriam ter atenção mais direta na constituinte: a intransigente defesa da vida humana, a primazia do trabalho sobre o capital, a inadiável reforma agrária, o direito à educação plena, à moradia e ao salário justo.

CAPÍTULO V - UDR entre 1987 e 1988: processo constituinte e ascensão de Ronaldo Caiado

O ano de 1987 se inicia ainda com foco nos desdobramentos do assassinato de Tarley de Andrade. Em matéria de 10/01 do Diário da Manhã, é reportado que Ronaldo Caiado temia pela vida de Jairo Andrade, pai de Tarley. Acusando CPT e Contag de associação com pistoleiros e com o bando de Raimundo Modesto, Caiado afirma que os envolvidos ainda não presos poderiam voltar para matar Jairo. Com a confissão e declarações públicas do acusado Errol Carlos de Sousa, o DM noticia em outra matéria da mesma edição o consequente comprometimento das entidades. O tom da notícia é acusatório e ambíguo, levando ao entendimento de que CPT, Contag, sindicatos e sem-terras estariam todos no mesmo nível de associação criminosa com “gângues”. É citada fala de Altair Veloso, diretor de ação da UDR, em que afirma que tais entidades estariam ligadas à instigação de crimes e inclusive à “fabricação de conflitos fundiários”. A cobertura do DM sobre o assassinato de Tarley privilegiou do início ao fim as vozes da UDR. De acordo com Pierre Bourdieu:

As estratégias discursivas dos diferentes atores, e em especial os efeitos retóricos que têm em vista produzir uma fachada de objetividade, dependerão das relações de força simbólicas entre os campos e dos trunfos que a presença a esses campos confere aos diferentes participantes ou, por outras palavras, dependerão dos interesses específicos e dos trunfos diferenciais que, nesta situação particular de luta simbólica pelo veredicto neutro, lhes são garantidos pela sua posição nos sistemas de relações invisíveis que se estabelecem entre os diferentes campos em que eles participam (p. 56, 1989)

A imprensa é um dos locus principais da luta simbólica na sociedade. A partir de Bourdieu é possível analisar como o DM concedeu à UDR posição simbólica de “neutralidade” e “objetividade” em suas declarações ao longo do período, colocando entidades e movimentos de luta pela terra sempre em posição de ambiguidade, desconfiança e não neutralidade em seus discursos, suas demandas e em suas acusações contra a UDR .

Em 15 de janeiro daquele mesmo ano, o DM noticiava o entusiasmo do então vice-diretor da UDR, Altair Veloso, com o número de parlamentares eleitos com o apoio da UDR, ou que poderiam potencialmente se alinhar com a entidade. A bancada pró-UDR na constituinte seria capaz de garantir os interesses da categoria e impedir o avanço de pautas relacionadas à reforma agrária. Em 22 de janeiro, o jornal trouxe um breve perfil de todos os constituintes goianos. Eram eles: Irapuã Costa Júnior (PMDB), Mauro Borges Teixeira (senador), Iran de Almeida Saraiva (PMDB), Roberto Egídio Balestra (PDC), Paulo Roberto

Cunha (PDC), Délio José Braz (PMDB), Fernando Cunha Junior (MDB), Jales Foutora de Siqueira (PFL), Luiz Alberto Maguito Vilela (PMDB), José dos Santos Freire (PMDB), José Wilson Siqueira Campos (PDC), Pedro Chaves Canedo (PFL), Luiz Alberto Soyer (PMDB), Antônio de Jesus Dias (PMDB), Naphtaly Alves de Sousa (PMDB), João Natal de Almeida (PMDB), Nion Albernaz (PMDB), Mauro Miranda Soares (PMDB), Lúcia Vania Abrão Costa (PMDB) e Aldo Silva Arantes (PC do B). Com uma maioria esmagadora de constituintes ligados ao PMDB, o rol de representantes goianos contava com apenas três parlamentares considerados pela publicação como defensores de posições de esquerda ou de centro-esquerda, em um total de vinte.

Em 31 de janeiro de 1987, às vésperas do início dos trabalhos da nova constituinte, o Diário da Manhã trazia mais uma longa entrevista com Ronaldo Caiado. Na introdução da entrevista, o jornal repercutia que 1986 fora “o ano mais produtivo da UDR, desde sua fundação”, tendo conseguido se implantar em 16 estados e contando – naquele momento – com 50 mil associados. A construção positiva da figura de Ronaldo Caiado pelo jornal é evidente mais uma vez aqui, não só pelo grande espaço de entrevista cedido, mas também pela menção introdutória de Caiado como alguém que foi “obrigado a sacrificar a vida pessoal, ao trocar o exercício da medicina para realizar as viagens pela UDR”. Repete-se ao longo de todas as matérias sobre Caiado a humanização de sua figura e sua construção como sujeito atento aos sofrimentos do povo (médico) e disposto ao sacrifício pela política. Gramsci nos alerta sobre o papel da repetição na construção da ideologia. Repetir não é apenas tarefa “mecânica, obsessiva e material”. A repetição é a própria estratégia de apresentação e representação (GRAMSCI, 2006, p. 206). Ao repetir, reapresentar a UDR e Ronaldo Caiado de um determinado modo, o Diário da Manhã consolida certa visão otimista sobre a entidade e sobre este agente político em específico.

Ao longo da entrevista de 31/01 Caiado mais uma vez se coloca contra a desapropriação de terras para a reforma agrária, afirmando que isso seria “tirar as terras de quem produz” e entregá-las a pessoas que não teriam a devida “qualificação”. Afirma ainda que “quem não trabalha e não produz, quem vive de mordomias” não poderia vir a criticar o empresário, “seja ele urbano ou rural”. A concepção de que os movimentos sociais e os sem-terra (e por extensão os pobres, sem posses) seriam preguiçosos que desejariam facilidades, ao passo em que os empresários (donos de terras) seriam aqueles que verdadeiramente sustentam a nação, é repetida em todos os discursos de figuras conservadoras, transformando-se em pressuposto discursivo.

Aquilo que se escolhe mencionar ou perguntar em uma entrevista, também manifesta posições ideológico-políticas. Ao perguntar a Caiado sua opinião sobre o fato de “a maior parte das desapropriações estar sendo contestada judicialmente”, o jornalista corrobora com a visão defendida pelo entrevistado e o ajuda em sua argumentação. A escolha de determinados fatos para menção (em detrimento de outros) é uma das formas como a imprensa dominante dá aparência de neutralidade ao que publica. A realidade e o “senso-comum” (no sentido gramsciano) se moldam gradativamente, portanto, a partir da escolha do que se diz e do que se omite. O jornalista, sujeito posicionado ideológico-politicamente e interessado, escolheu mencionar o fato de que havia contestação judicial de desapropriações (e quem repete cria o “fato”, pois a apresentação e a representação constroem a percepção da realidade, a ideologia - como vimos a partir de Gramsci) e escolheu não mencionar, por exemplo, as mortes na luta no campo ou a situação precária dos sem-terra (também fatos, que poderiam facilmente ter sido mencionados a partir de notícias trazidas pelo próprio jornal). Ronaldo Caiado afirma ao longo da entrevista que a sociedade precisaria de entidades como a UDR, que supostamente fiscalizariam o governo. Menciona ainda que o governo escutaria CUT e CGT e não escutaria a UDR, acusando os membros do governo de serem “tecnocratas” e “autoritários”. Nota-se aqui como Caiado inverte as acusações feitas à própria UDR, lançando-as sobre o governo ou sobre entidades de luta pela reforma agrária. Para ele não seria a UDR quem teria maior influência ou seria autoritária, mas sim o governo e/ou os opositores da entidade e de seus interesses – que ele acredita serem os interesses comuns do povo.

A escolha de perguntas feitas ao entrevistado e a própria escolha de entrevistá-lo mais uma vez, se conecta diretamente a um posicionamento de classe do jornal dentro da disputa entre proprietários e sem-terra. A existência de uma imprensa que reverbera os interesses de classes dominantes é mais bem compreendida quando recorremos ao que Michel Pecheux definiu como “condições ideológicas da reprodução/trans formação das relações de produção” (p. 129, 2009). Para o filósofo francês:

Se estamos destacando condições ideológicas da reprodução/trans formação das relações de produção, é porque a área da ideologia não é, de modo algum, o único elemento dentro do qual se efetuará a reprodução/trans formação das relações de produção de uma formação social; isso seria ignorar as determinações econômicas que condicionam em última instância essa reprodução/trans formação, no próprio interior da produção econômica, fato evocado por Althusser no começo de seu trabalho sobre os aparelhos ideológicos do Estado. (p. 129, 2009, PECHEUX)

Para estabelecer sua pretensão de validade e de neutralidade, a imprensa precisa ocasionalmente trazer a versão não hegemônica (não dominante), mas o faz de forma bastante cuidadosa. Assim, em 10 de fevereiro de 2017, o Diário da Manhã apresenta uma análise de

Francisco Moreira Camarço, vinculado à OAB, onde afirma que a atual constituinte seria elitista e “ultraconservadora”, de forma que os trabalhadores não estariam representados. Para o autor do texto o conservadorismo da constituinte estaria “atrelado a grupos econômicos, que trabalham por seu próprio interesse, deixando à margem as necessidades do povo brasileiro”. Como não se cita diretamente quais grupos seriam esses, a ambiguidade ajuda o jornal a manter seu posicionamento ideológico. Para o leitor, convencido pela representação constante dos proprietários como produtivos e da CPT como criminosa, os “grupos econômicos que trabalham por seu próprio interesse” podem facilmente ter sido lidos como movimentos sociais, e não como a UDR ou outras entidades de classe a que provavelmente se referia Camarço. Todo fato noticiado não fala por si só, fala dentro de um enquadramento ideológico e simbólico previamente construído pela própria imprensa, em um determinado tempo histórico-social. Conforme Bourdieu: “As tomadas de posição ideológica dos dominantes são estratégias de reprodução que tendem a reforçar dentro da classe e fora da classe a crença na legitimidade da dominação da classe” (p. 11, 1989).

Ainda em 10 de fevereiro, mesma edição que trazia a crítica de Camarço aos grupos econômicos conservadores que estariam agindo em interesse próprio na constituinte, o DM trazia matéria sobre dois agentes políticos conservadores no estado de Goiás: Igreja e UDR. O texto noticiava que a UDR havia manifestado publicamente sua solidariedade à Arquidiocese Metropolitana de Goiânia, “em virtude da invasão promovida por dezenas de pessoas nos terrenos da Fazenda Retiro, de propriedade da Igreja Católica”. A justificativa de Caiado para o apoio seria a defesa do “direito de propriedade” contra uma “indústria de invasões, comandadas por bandidos”. Temos aqui a Igreja, um importante aparelho privado de hegemonia e uma instituição bastante respeitada pela população, sendo representada como vítima em relação a supostos “bandidos” invasores. O próprio uso repetido da palavra “invasão” pelo jornal, invés de ocupação, carrega sentido ideológico. Que sujeitos “terríveis” seriam capazes de “invadir” o sagrado espaço da igreja? A UDR aparece prontamente como agente em defesa da igreja e da ordem, contra tais bandidos heréticos. A escolha de reportar a ocupação da referida arquidiocese pelo ponto de vista da UDR e não dos agentes envolvidos na ocupação, demonstra mais uma vez o evidente posicionamento do jornal. Quanto à Igreja Católica, vemos tanto opiniões conservadores quanto progressistas, como as estudadas nessa tese a partir da CPT. Em 21 de fevereiro, por exemplo, o Diário da Manhã reproduzia informação de que a CNBB solicitara reunião com parlamentares para discutir os pontos que defendiam na constituinte. De acordo com a matéria, CNBB pretendia lutar “pela construção

de uma sociedade igualitária e fraterna, para a justiça social, necessária distribuição de poder, condição para a cidadania”. Percebe-se, portanto, que uma mesma instituição pode ser representada no mesmo jornal tanto em associação a posições e fins conservadores, quanto progressistas.

Ainda em 20 de fevereiro, uma importante notícia era veiculada. O ministro da Reforma Agrária, Dante de Oliveira, anunciava que o governo federal decidira regionalizar o processo, transferindo a responsabilidade e competência de implementação da reforma agrária para estados e municípios. Tal decisão pode ser pensada a partir de duas interpretações: como consequência da tendência de descentralização que predominou no Estado brasileiro pós-transição, ou como reflexo de pressões de categorias contrárias às desapropriações. Transferir a responsabilidade para entes municipais e estaduais, com relações mais próximas e dependentes de oligarquias regionais, possivelmente teria como consequência um controle e restrição maior das desapropriações, de acordo com os interesses das elites locais, integradas aos poderes executivo, legislativo e judiciário de cada estado e município. A segunda hipótese aparece sendo defendida por setores progressistas dois dias depois (em 22/02) no DM. De acordo com o texto jornalístico, FAEG e INCRA teriam se mostrado favoráveis à regionalização, ao passo em que CPT e FETAEG viam a medida com desconfiança, alegando que ela aumentaria o poder dos latifúndios, “devido à sua influência com os governos estaduais”.

Em 25 de fevereiro, o DM reverberava nova declaração truculenta emitida por Ronaldo Caiado, dessa vez sobre o senador Iram Saraiva, considerado de centro-esquerda. O primeiro teria dito que o segundo era “profundo conhecedor do paladar do capim, pois a julgar pelas suas palavras vazias, naquele momento ele estava pastando”. Para deslegitimar ainda mais Saraiva e valorizar a si mesmo, Caiado afirmara ainda que era um médico com “todos os cursos de especialização”, tanto no Brasil quanto na França. A prática política de Caiado, manifestadamente autoritária, truculenta e pouco diplomática, reflete diretamente como se davam as relações entre a UDR e outros grupos sociais. Um exemplo de tal modelo de relações pode ser observado em denúncia feita pela CPT em matéria do DM de 03/03/87. Segundo apuração da CPT (presente em documento a ser encaminhado para as autoridades), a UDR teria sido responsável por uma operação violenta contra lavradores no sul do Pará. De acordo com a CPT, “pistoleiros usando fardas da polícia espancaram lavradores e praticaram vários tipos de violência”. A UDR teria tido apoio de fazendeiros da região e de parte da própria polícia. A atuação da UDR, como já discutido nessa tese, contava com influência

sobre setores do poder executivo, legislativo e judiciário, quando não resolviam seus interesses com ações violentas locais promovidas por eles mesmos. Moisés Pereira da Silva, em já referenciada dissertação de mestrado sobre o Padre Josimo Moraes Tavares e a atuação da CPT, menciona relevante afirmação de Frei Henri sobre a UDR:

Segundo frei Henri, além da força política que os latifundiários organizados estavam exercendo sobre o governo, a partir da criação da UDR iniciava-se um novo processo onde estes fazendeiros empreendiam duas frentes de combate à Reforma Agrária: o lobby junto a políticos importantes e o uso de milícias para a defesa da propriedade ante a ameaça de ocupação por posseiros, ou para expulsar os que já se encontravam nas terras. (p. 120, SILVA, 2011)

As práticas políticas da UDR contaram frequentemente com o aparelho político-jurídico em suas mais diversas formas, desde o controle do aparelho repressivo policial local, até a influência sobre juízes, comarcas e tribunais. SILVA (2011) sustenta que a UDR surgiu como resultado de um “consórcio de fazendeiros”, ocupando o espaço de

agente síntese da oposição ao trabalho da CPT. Enquanto os camponeses forjaram sua existência enquanto classe na luta comum pela terra e dessa luta, como mediadora, surgiu a CPT; a UDR forjou-se, comparativamente, sempre como movimento contraposto a essa luta. (p. 117, 2011)

A matéria de capa do jornal em 07 de abril daquele ano se referia a debate ocorrido na Assembleia Legislativa de Goiás, sobre agricultura e pecuária. Os debatedores convidados foram o presidente da FAEG, o vice-presidente da SGPA, o vice-presidente da OCG e Ronaldo Caiado, líder da UDR. O debate foi cercado por desentendimentos e falas ásperas. Em 08 de abril, Caiado assumiria a liderança nacional da entidade, defendendo a criação de um pacto nacional entre setores produtivos e criticando o Plano Nacional de Reforma Agrária. Três dias depois, o jornal noticiava possível ameaça de morte sofrida pelo bispo Alcimar Magalhães por conta da UDR. No período seguinte as demandas da UDR aparecem frequentemente no jornal, principalmente sua demanda contra a correção monetária durante o Plano Cruzado e a favor de eleições diretas para presidente.

Em 22 de maio de 1987, o jornal noticiou que um conflito se estabelecia na constituinte em relação à emenda sobre o limite de propriedade de terras permitido (a proposta era de 100 módulos rurais). A UDR havia se posicionado veementemente contra o limite, afirmando não ser a favor do latifúndio, mas sim a favor do “proprietário da América Latina, que começou a trabalhar arado, enxada, e transformou-se em grande proprietário, com sua capacidade” e precisaria ter o “direito” de expandir suas terras. A UDR estaria atuando para convencer outros parlamentares e não aprovarem a referida emenda. A disputa pela emenda, proposta pela Subcomissão da Política Agrícola e da Reforma Agrária da

Constituinte, é um exemplo da atuação da UDR na constituinte para impedir qualquer proposta que pudesse vir a efetivar uma reforma agrária no Brasil. Conforme afirma Sônia Regina de Mendonça:

[...] Pensar o Estado gramscianamente é pensá-lo sempre a partir de um duplo registro: as formas dominantes na produção (classes e frações de classes) se constituem e se consolidam através de associações da sociedade civil, ao mesmo tempo em que em todo aparelho ou órgão público estão presentes sempre, atores sociais – logo, projetos – vinculados a alguma(s) agência(s) da sociedade civil organizada. Uma delas, certamente, deterá a hegemonia junto ao aparelho de Estado focalizado, porém outras também lá se fazem presentes, quer de modo periférico ou subordinado, quer enquanto presença-ausente de projetos derrotados. (p. 16, 1994, MENDONÇA).

A UDR atuou durante todo o processo da constituinte para garantir a hegemonia de seus interesses, tendo obtido sucesso. Em 23 de maio, sob o título “Já saiu tarde”, era noticiada no DM a saída do ministro Dante Oliveira, considerado pela UDR como “extremista”. A matéria mencionava o apelo da UDR para que o próximo ministro fosse alguém que “possua uma ideologia concordante com o regime de vida do povo brasileiro”, o que de fato significava alguém que defendesse o regime capitalista e latifundiário. Além da queda do ministro Oliveira, a aliança de Mauro Borges com a UDR também é citada pelo jornal em 27/05, nos mostrando a extensão da ação da UDR no impedimento da implementação da reforma agrária no Brasil. A matéria reproduzia Edmundo Galadino (PMBD), que exemplificara o alinhamento de Mauro Borges com a UDR em sua posição de impedir a criação da Justiça Agrária. Em 31 de maio, o jornal noticiava campanha da UDR para que produtores rurais sequer recebessem o INCRA em suas visitas, pois consideravam as visitas e os relatórios tendenciosos. Embora em matéria de 04 de abril tivesse sido noticiada afirmação de Caiado de que a UDR agia a partir daquele momento apenas como representação de classe, não pregando a desobediência civil, a orientação para não recebimento dos técnicos do INCRA indica claramente certo grau de desobediência civil.

Ainda em julho de 1987, a UDR se preparava para uma grande marcha a Brasília. Os preparativos eram noticiados em matéria de 04 de julho, sob o título “UDR garante 50 mil na marcha a Brasília”. Os manifestantes marchariam contra a limitação do tamanho de propriedades rurais e crescente estatização, a favor da propriedade e da livre iniciativa. Em 08 de julho, ainda cobrindo os preparativos para a marcha, o Diário da Manhã trazia longa entrevista com Altair Veloso, vice-presidente da UDR. O tom de Veloso era de crítica à esquerda, que considerava um grupo “barulhento e agressivo”, ao contrário de quem a UDR representaria, descrito por ele como “minoridade silenciosa”. Veloso reforça que as pautas defendidas na marcha serão “a liberdade do homem, da prosperidade e da iniciativa privada”,

sendo que o lema da marcha era “País estatizado é país atrasado”, uma vez que “os poderes públicos são péssimos administradores”. A esquerda, para Veloso, seria composta por agentes que desejariam destruir a propriedade privada e “colocar tudo nas mãos do Estado”.

É bastante relevante na mencionada entrevista o fato de que o vice-diretor admitisse que a UDR tivesse “um pouco de agressividade”, pois para ele, se não o tivesse, seria apenas “uma entidade a mais”. Contudo, ele afirma que essa agressividade seria usada “com respeito”, sendo “necessária para defender seus direitos”, embora não fique muito claro como seria exatamente essa medida respeitosa de agressividade. Outro dado importante na entrevista é o fato de Veloso mencionar que “A UDR está empenhada em uma luta de classes”. Embora não esteja claro o entendimento que o locutor tem sobre o que seria “luta de classes”, não deixa de ser interessante que o admita na entrevista. Concluindo a entrevista, o vice-líder da UDR garante que “somos nós que vamos indicar o ministro da agricultura desse país” e que a UDR não lançaria candidatos para a eleição, mas influenciaria o resultado, colocando lá “homens que consultem nossos interesses”. A análise correta de Veloso sobre o poder da UDR em indicar o próximo ministro da agricultura, nos mostra mais uma vez o alcance da entidade na definição dos rumos da nação em termos de política agrária. Conforme o sociólogo espanhol Manuel Castells:

Por práticas políticas, entendemos as que, mais ou menos diretamente, têm por objeto as relações de classes e por objetivo o Estado. Elas, portanto, definem-se, para a classe dominante, sobretudo através de intervenções do aparelho político-jurídico, e para as classes dominadas, através da luta política de classe (p. 541, 1972).

A prática política da UDR em 1987 – e de outras entidades de mesmo caráter - certamente passava por ampla capacidade de influenciar o Estado e até de colaborar para a definição dos próprios agentes que ocupariam o governo municipal, estadual e até federal.

Em 09 de julho o DM noticiava mais uma vez declarações truculentas e controversas de Ronaldo Caiado, incitando à desobediência civil (ao contrário do que a UDR vinha afirmando). Caiado convocava ironicamente os fazendeiros a levarem seringas de vermífugo para aplicar nos parlamentares da Constituinte e mais uma vez pedia aos associados da UDR que não recebessem o INCRA em suas propriedades. O DM divulgou por semanas a marcha a Brasília. Na pré-véspera, 10/07, noticiou mais uma vez que a pauta das “classes produtoras do país” era a não limitação da posse de terras para proprietários particulares. A divulgação constante do futuro evento no jornal atuou como verdadeira propaganda da marcha, produzindo expectativas sobre um grande número de presentes, o que por antecedência já

teria o poder de pressionar e influenciar parlamentares e governo. Retomando Bourdieu, temos que:

O autor, mesmo quando só diz com autoridade aquilo que é, mesmo quando se limita a enunciar o ser, produz uma mudança no ser: ao dizer as coisas com autoridade, quer dizer, à vista de todos e em nome de todos, publicamente e oficialmente, ele subtrai-as ao arbitrário, sanciona-as, santifica-as, consagra-as, fazendo-as existir como dignas de existir, como conformes à natureza das coisas, “naturais” (p. 114, 1989).

Assim, é possível pensar que o jornal Diário da Manhã agiu ao longo dos anos de maior evidência da UDR como agente que não só reportou a entidade, mas ajudou a construí-la; tornando-a inteligível e presente no imaginário popular, tornando-a relevante, normalizando suas demandas e visão de mundo, e conformando uma identidade específica para ela. Construiu-se por meio do jornalismo interessado do Diário da Manhã não só a UDR, como também figuras como Ronaldo Caiado e outras personalidades que ganharam notoriedade a partir da atuação na entidade.

Assumindo mais uma vez o papel de agente colaborador na construção de uma hegemonia e de um consenso pró-UDR, e de inteligibilidade e normalização de suas pautas, o Diário da Manhã traz como matéria de capa uma entrevista com Ronaldo Caiado sobre a marcha a Brasília, que seria realizada naquele dia. A matéria leva o título potente e afirmativo de “A Força da UDR⁹⁵”. Nota-se que a marcha ainda não havia ocorrido, não se sabendo ainda se seria de fato uma demonstração de força, ou se seria esvaziada ou com pouco impacto real. Porém, o jornal afirma com antecedência a suposta força da marcha. A cobertura intensa feita pelo jornal nos dias que antecederam a marcha, anunciando sua potência, pode tê-la tornado de fato potente. Ao longo da entrevista, Caiado criticou mais uma vez a estatização e as desapropriações de terra, e defendeu a modernização tecnológica e a internacionalização da agricultura brasileira.

Caiado reafirma a perspectiva liberal que a entidade vinha defendendo, argumentando que o inimigo não é “quem produz e tem lucro”, mas sim “o Estado, a máquina corrupta”. Ressaltamos aqui o lugar importante que tal disputa discursiva entre a ideia de corrupção do lucro *versus* corrupção da interferência estatal e do Estado em si teve e continua tendo em diversos momentos de acirramento de conflitos de classe no Brasil. A bandeira anticorrupção estatal tem sido levantada frequentemente pelos capitalistas brasileiros em momentos em que seus lucros excessivos ou sua propriedade estavam sendo ameaçados por possíveis reformas. Ao final da entrevista, Caiado afirma energicamente que “O grande câncer desse país é sem

⁹⁵O mesmo título da capa da RevistaVeja, como vimos.

dúvida a corrupção” e que o verdadeiro responsável pelos conflitos de terra seria a CPT. Questionado sobre a possibilidade de Brizola ser eleito nas eleições diretas de 1988, Caiado afirma que aceitariam o resultado eleitoral, mas o pressionariam como vinham fazendo, para garantir que o setor produtivo não sofreria “agressões”.

Na edição de 12 de julho de 1987, temos finalmente a cobertura sobre a marcha à Brasília, sob o título “UDR e empresários levam 50 mil à Capital”. O Diário da Manhã descreve o evento na esplanada como “uma multidão nunca antes vista” que tomara conta do “amplo asfalto que cerca o Congresso Nacional”. A descrição evidencia uma posição de elogio à marcha por parte do jornal, com clara manifestação opinativa de que teria sido uma marcha como nenhuma outra anterior. Ao dizer ainda que a marcha, que terminou por volta do meio-dia, havia “percorrido 11 quilômetros, sob o sol do planalto” o jornal evoca elogiosamente a resiliência dos manifestantes. O DM menciona que Ronaldo Caiado foi carregado pelos presentes aos gritos de “Brasil, Brasil” e “Um, dois, três, 50 mil, queremos Caiado presidente do Brasil”. O evento em Brasília parece estabelecer um marco na espiral de ascendência e notoriedade de Ronaldo Caiado. A partir dali ele estaria em evidência nacional crescente ao longo dos anos de 1987 e 1988.

A cobertura da marcha pelo DM contou com menção ao estilo de manifestação da UDR. Os manifestantes teriam percorrido a esplanada ao som do Hino Nacional. Tudo teria ocorrido “na maior ordem, conforme o figurino da entidade, que tem a disciplina e a organização como seus pontos mais relevantes”. O evento teria ocorrido sem incidentes, sendo que a polícia “muito discreta, se manteve afastada”. Tal afirmação por parte do jornal é bastante relevante e intencionada, uma vez que a UDR frequentemente criticava o modo de ação da esquerda, considerada por eles como desordeira, agressiva, agitadora e “barulhenta”. O modelo de manifestação definido em Brasília, e ressaltado pelo DM, está ligado à tentativa da entidade de se diferenciar da atuação de movimentos sociais e da esquerda como um todo, definindo uma identidade para a entidade diretamente ligada a princípios como ordem, patriotismo, moderação e respeito às autoridades (valores que ensejariam o desejo de conservação do status quo). As pautas defendidas na marcha incluíram, dessa vez, não só a livre iniciativa e o direito à propriedade privada (repertório comum da UDR), mas também uma posição contrária à redução da jornada de trabalho e à concessão de estabilidade no emprego após 90 dias.

Em 14 de julho, matéria do DM com título “Marcha à Brasília leva Caiado ao Bom dia Brasil” iniciava afirmando enfaticamente que “A UDR dominou o noticiário nacional nos

últimos dias” e que a marcha havia sido um sucesso, “não somente pelo número de participantes, mas pela importância dada a ela na imprensa nacional”. Nota-se aqui como a cobertura da marcha é utilizada como evidência de seu sucesso, e não como possível motivo causador dele, como discutimos anteriormente. O sucesso da marcha à Brasília, como profecia auto realizada, foi construído pelo próprio DM na cobertura diária que antecedeu o dia do evento propriamente, e também nas afirmações posteriores a ele. Conforme Pierre Bourdieu: “A força do pré-construído está em que, achando-se inscrito ao mesmo tempo nas coisas e nos cérebros, ele se apresenta com as aparências da evidência, que passa despercebida porque é perfeitamente natural.” (p. 49, 1989).

A matéria do DM de 14/07 afirmava que a UDR havia sido matéria de capa tanto no jornal Estado de São Paulo quanto no O Globo, destacando Ronaldo Caiado como o “astro da festa” e fazendo elogios à organização do evento. A matéria traz ao final a seguinte citação de Salvador Farina, presidente regional da UDR: “A Marcha à Brasília mostrou para a esquerda festiva e improdutiva que os homens que trabalham também têm enorme capacidade de organização e pressão”. Se havia antes uma tentativa de manter a aparência de um “veredito neutro” (nos termos de Bourdieu) por parte do jornal no conflito entre UDR, CPT e outros movimentos sociais de esquerda, a partir da cobertura da marcha à Brasília e de seus desdobramentos vemos um maior posicionamento e ativismo pró-produtores rurais por parte do DM. Isso é observado no número de matérias relacionadas ao tema e no tom jornalístico utilizado para se referir a esses agentes. O conteúdo da declaração de Farina, mais uma vez aqui, é de acusação aos defensores da reforma agrária e de pautas progressistas como agentes supostamente avessos ao trabalho, associando distribuição de terras e de renda como práticas de sujeitos que querem tirar de quem genuinamente trabalhou a terra, e por isso a teria merecido. O argumento é liberal em seu sentido mais clássico, retomando a justificativa jusnaturalista do contratualista John Locke para o “direito natural” à terra/propriedade privada, adquirido por aquele que teria a trabalhado primeiro.

Em matéria do dia 17 de julho de 87, sob o título “Arcebispo quer impedir missa. UDR faz desafio”, temos mais um exemplo de conflito entre igreja e CPT, e também mais um exemplo da ascensão de Ronaldo Caiado. É noticiado que Caiado fora escolhido para paraninfo da turma de zootecnia de Uberaba e que, em consequência do convite, Benedito Ulhôa Vieira havia proibido todos os padres da diocese a realizarem a missa da formatura. Dom Benedito teria afirmado que Caiado seria “a pessoa mais nociva do país” e Caiado o teria convidado para um debate político sobre reforma agrária.

Salvador Farina era entrevistado pelo DM novamente em 18 de julho de 1987. O tema eram as eleições para presidente. O líder da UDR fez novamente críticas à esquerda e ao “comunismo”, descrito por ele como “experiência negativa, onde não há liberdade, é um regime de escravidão”. Frequentemente os líderes da UDR fizeram associações entre reforma agrária e mudança de regime, como por exemplo, para o comunismo. A estratégia discursiva tinha por efeito colocar os movimentos pró-reforma agrária como extremistas, de forma que a vitória de suas pautas implicaria obrigatoriamente uma mudança em todo o regime político do país. Conforme citação de Farina sobre a preferência da UDR por Antônio Ermínio de Moraes para as eleições presidenciais: “Preferimos o empresário Antônio Ermínio de Moraes, homens liberais e democratas, que tendem à direita, mas sem extremismo. A UDR não é de homens radicais”. A tática da UDR de criar pânico anticomunista seria evidenciada em matéria do DM de 05 de agosto, onde o PCdoB acusava a entidade de ter planejado a distribuição de panfleto falsamente assinado pelo partido, onde se falava do avanço do comunismo no Brasil e se ameaçava expulsar do país igreja e latifundiários quando o novo regime fosse estabelecido. A prova apresentada para a acusação foi a requisição de serviço feita a uma gráfica.

Em pequena nota publicada no DM de 19 de julho, a ascensão de Caiado é abertamente nomeada. “Ronaldo Caiado, a estrela sobe” trazia a informação de que o médico teria sua biografia contada em edição do Globo Repórter. Pouco mais de uma semana depois, o jornal trazia a opinião de Caiado sobre possível greve geral que se avizinhava. Em 28/07, o líder político afirmava ser favorável à greve, desde que as pautas fossem pró-iniciativa privada e propriedade privada. No dia seguinte, 20/08, o jornal apresentava mais uma declaração de Caiado, dessa vez contrária à lei de imissão imediata de posse, que era discutida pelos constituintes naquele momento. Observa-se que, durante o ano de 1987, o Diário da Manhã trouxe ao menos uma notícia relacionada à UDR ou a Ronaldo Caiado a cada quinze dias.

Em 26 de agosto o DM trazia matéria sem objetivo de noticiar fato ou resposta pública da UDR a algum ocorrido, mas apenas de ressaltar fala de Farina sobre a expansão da UDR em Goiás. O objetivo de tal decisão jornalística tem como consequência propaganda da entidade, não estando conectada a qualquer necessidade de noticiar fato novo sobre a UDR. O texto trazia declaração de Salvador Farina de que a UDR teria se instalado em 98 municípios goianos, com “mais de 10 filiados”, sendo que até o final do ano atingiria 120 cidades e contaria com 40 mil filiados em Goiás. Farina afirmava ainda que “todo produtor rural deve se filiar à UDR, desde que ele defenda a livre iniciativa”. Todo órgão de imprensa tem em

suas mãos o grande poder de escolher o que é noticiável e o que não é. Como toda prática comunicativa e discursiva, o jornalismo não é neutro, e a escolha de trazer como relevante para o leitor goiano toda e qualquer declaração emitida por líderes da UDR, em detrimento de informações sobre conflitos no campo ou declarações de agentes favoráveis à reforma agrária, teve grande impacto na construção da opinião pública na época e nos próprios desdobramentos políticos decorrentes. Para Abramo (2009), os órgãos de comunicação agem a partir da visão de que teriam recebido um “mandato de representação popular”, confundindo “o consumo de seus produtos e o índice de tiragem ou audiência com o voto popular depositado na urna” (p. 46). Ao modo de Gramsci, o autor segue afirmando ainda que a mídia constitui:

[...] com todas as suas complexidades, os seus paradoxos e as suas contradições, uma coluna de sustentação do poder. Ela é imprescindível como fonte legitimadora das medidas políticas anunciadas pelos governos e das estratégias de mercado adotadas pelas grandes corporações e pelo capital financeiro. Constrói consensos, educa percepções, produz “realidades” parciais apresentadas como a totalidade do mundo mente, distorce fatos, falsifica, mistifica – atua, enfim, como um “partido” que, proclamando-se porta-voz e espelho dos “interesses gerais” da sociedade civil, defende os interesses específicos de seus proprietários (ABRAMO, 2009, p. 8)

No primeiro dia de setembro de 1987, o DM noticiava o entusiasmo de Caiado com o que considerava a “vitória dos produtores rurais na Constituinte”. O líder afirmou ainda que a UDR não precisaria disputar cargos políticos nas eleições, pois já “estamos organizados e sendo ouvidos”. É notório aqui o poder e capacidade de pressão construída pela UDR ao longo dos anos que antecederam esse momento, ao ponto de não precisarem eleger representantes, pois já estavam no poder, representados em todos os seus interesses. Caiado informava, inclusive, que pretendia retornar às atividades de médico em sua clínica de Goiânia em breve. Em verdade, Caiado não se afastaria das atividades políticas relacionadas à UDR, estando presente em matéria do dia seguinte no DM, em que se noticiava que ele levara ao ministro da Reforma Agrária Marcos Freire a proposta de reforma agrária dos produtores rurais, pensada a partir de “um sistema de produção fundado no lucro e no livre mercado”. Menos de dez dias depois, em 09/09, Caiado era mais uma vez pautado no jornal. Em matéria de título “Caiado ameaça sacudir o país com um levante”, o DM recuperava fala de Caiado em Feira de Santana (BA) onde havia afirmado que se as teses defendidas pelos produtores rurais não fossem acolhidas na Constituinte, promoveriam “o maior levante já visto na história deste país, em defesa da livre iniciativa”, e conclamava mais uma vez os produtores rurais a não receberem o INCRA em suas propriedades.

O repertório simbólico que associava esquerda (e por extensão todos os agentes pró-reforma agrária) a radicalismo e antipatriotismo foi mais uma vez utilizado por Caiado no discurso de Feira de Santana. Conforme o DM, o médico afirmara que não aceitariam o confisco de terras feito “por uma minoria esquerdista que quer manchar de vermelho a bandeira brasileira”. O “vermelho” trazido inteligentemente na fala do articulado líder pode tanto evocar comunismo quanto a cor do sangue, sendo de toda forma uma caracterização que constrói no ouvinte/leitor a associação entre esquerda e violência ou esquerda e desestruturação da sociedade (e, por conseguinte da família, da igreja, da nação e de todo o modo de vida conhecido). Em todas as falas de Farina e Caiado aqui analisadas, os interesses da UDR e dos proprietários de terras são colocados como interesses gerais, representantes do desejo da maioria da população, enquanto os setores progressistas e pró-reforma agrária seriam enquadrados como supostas minorias com torpes e particularistas interesses econômicos. A inversão das reais relações de classe no discurso da UDR é um exemplo caro de como a entidade atuou ideologicamente, operando inclusive através da grande imprensa, como temos analisado. Como afirma SILVA (2011):

Nota-se que a reforma agrária suscitava uma guerra ideológica cuja forma, para os latifundiários, consistia na percepção da esquerda como um perigo vermelho a ameaçar o capitalismo produtivo e, de outro lado, os camponeses que, embora pudessem considerar o programa do Governo Federal como uma tímida possibilidade de termo à sua penúria, pensavam a Reforma Agrária como uma ação necessária, mas muito mais ampla. (p. 129)

Ainda em setembro, no dia 15, o DM daria mostras mais intensas de sua filiação no conflito CPT x UDR. Com o título impactante “CPT acoberta bárbaro crime dos sem-terra” o jornal informava a versão de um membro da UDR (o nome não é informado) sobre um ocorrido em Conceição do Araguaia, no sul do Pará. Segundo a notícia a fazenda Bela Vista, de Jurandir Siqueira, teria sido “invadida, queimada e saqueada por homens fortemente armados”, o que teria deixado o fazendeiro “indignado” e o levado a “torturar um trabalhador rural”, segundo denúncia da CPT. Na versão da UDR, fornecida ao jornal, o complexo agropecuário teria sido “invadido” por mais de 50 sem-terras, liderados pelo líder da CPT, padre Ricardo Rezende⁹⁶. A notícia complementa a biografia de Rezende afirmando que ele

⁹⁶Padre Ricardo Maria foi uma figura significativa em Rio Maria e para a CPT de uma maneira geral. Em entrevista para o portal Repórter Brasil, em 2011, quando perguntado sobre o que o teria atraído para os conflitos no Pará, responde: “Eu tinha 24 anos, era 1977, ditadura, e tinha acabado de me formar em Filosofia e Ciência das Religiões. Queria trabalhar com a Igreja onde fosse mais útil. Era uma região com escassez de agentes pastorais. A Guerrilha do Araguaia tinha terminado em 74. Em 76, trabalhadores e padres foram presos pelo Exército, apanharam muito. A cidade não tinha eletricidade. Telefone, só o público, não chegava jornal nem TV.

teria sido o homem que tumultuara a visita do ministro Brossard na região, “frustrando a perspectiva de diálogo entre os produtores rurais e os posseiros do Sul do Pará”. Notamos aqui que desde o título da notícia há um posicionamento claro – e poderíamos dizer, inclusive, sensacionalista – por parte do jornal a favor do dono da fazenda ocupada, atestando a versão da UDR como verdadeira, como relato “neutro” do ocorrido.

A publicação sobre o caso da fazenda Bela Vista se coloca mais como um artigo de opinião do que como noticiamento de fato. Já no título temos um julgamento sobre a CPT, sobre os sem-terra e sobre o “crime”. Embora ninguém tenha se ferido na ocupação das referidas terras, o acontecido é relatado não só como crime, mas como crime “bárbaro”, tendo sido acobertado pela CPT. Já a tortura do trabalhador rural perpetrada pelo fazendeiro “indignado” não é colocada como crime e nem como bárbara. O próprio texto, ao afirmar o suposto motivo para a tortura (a indignação do fazendeiro) termina por absolvê-lo antecipadamente de qualquer culpa ou julgamento pelo ato de tortura. Padre Rezende é retratado como criminoso reincidente e sua intervenção na visita do ministro Paulo Brossard é interpretada pelo jornal, de forma bastante forte, como o fato mesmo que teria impedido o diálogo entre fazendeiros e posseiros. A CPT e o padre são, portanto, acusados e condenados na notícia, sendo responsabilizados inclusive por desdobramentos políticos fora de seu alcance. A versão da UDR sobre o ocorrido é tomada como verdade inquestionável e o verdadeiro crime bárbaro, a tortura do trabalhador rural, é posicionado abaixo dos crimes contra a propriedade privada supostamente realizados pelos sem-terra em Conceição do Araguaia. A vida, a integridade física e o motivo torpe para a tortura são ignorados; sendo considerados legítimos diante do que seria (na visão do jornal e da UDR) realmente um crime aviltante: aquele contra a propriedade. Certamente a referida matéria de 15/09 nos mostra como o jornal Diário da Manhã atuou como aparelho privado da UDR, inclusive frequentemente humanizando seus líderes. Ronaldo Caiado não era esquecido sequer na

Era muito isolado, a mil quilômetros de Goiânia e mil de Belém, mas muita gente chegava em busca de terra e trabalho, e chegavam também grandes grupos empresariais do Brasil e estrangeiros para a pecuária, incentivados pelo governo federal. O projeto de ocupação favorecia esses grupos em terras baratas e com subsídios. A região onde fiquei, Conceição e Santana do Araguaia, recebia mais de 50% dos investimentos da Amazônia”. Relata ainda que, por sua atuação e denúncias ao trabalho escravo na região, fora bastante ameaçado: “Fui por muitos anos, por questões ligadas a conflitos fundiários. De 1979, quando foi morto Raimundo Ferreira Lima, o Gringo, candidato a presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Conceição do Araguaia, até quando saí do Pará, a lista de trabalhadores assassinados chegou a 200 nomes, 95 fugidos do trabalho escravo. Em Rio Maria, para onde fui depois, sentar na cadeira do presidente do sindicato era concorrer à morte. João Canuto, primeiro presidente, foi morto, como outros”. Foi dele a ideia de criar o arquivo da Comissão Pastoral da Terra, após anos escutando dos trabalhadores rurais sobre suas angústias. Até aquele momento da entrevista, havia 700 depoimentos de sobreviventes do trabalho escravo nos últimos 40 anos no Pará. Para maiores informações, ver em: <http://reporterbrasil.org.br/2011/05/a-vida-de-um-padre-sob-ameaca-de-morte-por-18-anos/>. Acesso em 28/06/2018.

coluna social do jornal, como se observa na lembrança de seu aniversário, em 24 de setembro. Humanizam-se excessivamente os proprietários, e desumanizam-se os sem-terra, que como vimos acima, poderiam ser torturados caso cometessem um “crime bárbaro” contra a propriedade de algum produtor rural. Recorremos mais uma vez à SILVA (2011) para elucidar o papel da CPT no período e a resposta de setores contrários:

Ser a voz de denúncia e de condenação terminou por repercutir tanto de forma positiva, sendo a inquietação das autoridades uma comprovação desse resultado; quanto, por outro lado, fez recrudescer a violência, inclusive sobre os agentes da CPT, como consequência da positividade desse engajamento dos agentes pastorais. Às conquistas dos camponeses mediadas pela CPT correspondia uma reação, quase sempre violenta, dos agentes representantes do projeto oposto ao projeto camponês, ou seja, representantes do capital. Por estranho que possa parecer, na prática, em pouco tempo as organizações contrárias ao trabalho dos agentes da CPT mostraram resultados mais expressivos, influenciando os destinos da política agrária brasileira, que os resultados alcançados pela CPT, que primou pela formação de base e o questionamento ao Estado, alcançando num e noutro caso, resultados muito relativos. (p. 17)

Em 29 de setembro de 1987, o DM noticiava mais uma vez mobilização da UDR para pressionar constituintes. A entidade estaria preparando ato em Brasília, com aproximadamente dois mil participantes, para marcar posição contra a imissão imediata de posse, a jornada de 40 horas semanais e a estabilidade no emprego após 90 dias, propostas que estavam sendo discutidas pela Comissão de Sistematização da Constituinte. Tais pautas seriam consideradas pelo grupo como uma “usurpação do direito dos proprietários”. No dia seguinte, 01/10, era noticiada fala de Caiado no Congresso Nacional dos Lojistas, em Goiânia, onde defendia a livre iniciativa e conclamava o “fim da demagogia, dos corruptos e dos desgovernos que estão acabando com o país”. Caiado propunha ainda um levante contra a própria Comissão de Sistematização da Constituinte.

O conflito entre igreja e UDR se torna mais uma vez evidente em matéria de 06 de novembro, onde se anunciou reação do líder Salvador Farina a comunicado da CNBB sobre a UDR. A carta afirmava que a UDR seria “um meio de justificar os interesses de milhares de brasileiros que se contrapõe às necessidades mais elementares de milhões de brasileiros” e destacava que os conflitos no campo teriam aumentado após a criação da entidade. É importante ressaltar aqui que o jornal não havia noticiado anteriormente a carta da CNBB, mas noticia nesse momento a reação da UDR à carta. É informado que Farina estaria indignado e se reproduz na notícia sua opinião de que “o grande agitador e provocador das tensões no campo” seriam de fato os líderes religiosos. O presidente regional da UDR afirmou

ainda que as afirmações sobre violência no campo seriam falsas e que a UDR defendia o setor que seria a base da economia do país.

Caiado estaria em destaque novamente em matéria de 11 de dezembro de 87. O DM noticiava que um telex havia chegado aos órgãos de comunicação do país alertando para um complô para assassinar Ronaldo Caiado. A fonte da informação seria um “respeitado” agente da Polícia Federal, mas não é mencionado seu nome ou maiores detalhes sobre ele. Os pistoleiros supostamente contratados para matar o então presidente da UDR seriam de Goiânia.

A cobertura sobre UDR e o líder Caiado no DM no ano de 1988 se inicia logo no dia 07 de janeiro, com notícia sobre proposta de reforma agrária financiada pela iniciativa privada, apresentada por Caiado a Jader Barbalho. A UDR reforçava, através de tal projeto, que não era contra a reforma agrária, mas que acreditava que ela deveria ser realizada sem doações diretas de terra aos assentados. A sugestão da entidade era que a terra não fosse paga com dinheiro, mas com produção, tendo um prazo de carência de quatro a cinco anos para que começasse o pagamento.

Logo em 10 de janeiro, o Diário da Manhã entrevistava mais uma vez Ronaldo Caiado, sobre aspectos diversos dos rumos da sociedade brasileira naquele período. Caiado enfatizou ser preciso definir quem é estatizante e quem defende a livre iniciativa e se mostrou feliz pelo Centrão ter tomado as rédeas de uma “minoridade de esquerda”. Em 22/11 a exaltação da figura de Caiado pelo jornal chega ao extremo do burlesco. Um pequeno quadro apresentava lado a lado as fotos da apresentadora Xuxa Meneghel e de Ronaldo Caiado e um texto comparando as duas figuras, como segue abaixo:



A ousada afirmação de que Caiado seria a maior liderança civil do Brasil naquele momento, além de belo e um “fenômeno de comunicação”, se constitui como propaganda gratuita do jornal para a UDR e seus interesses. Os elogios de toda natureza à figura do médico e produtor rural contribuem grandemente para sua ascensão política no período. Como já discutido anteriormente neste capítulo, ao se colocar como se estivesse meramente reportando o crescente sucesso de Caiado e da UDR, o jornal termina por construir esse sucesso, ditando o tipo de relações que a opinião pública estabelecerá com a UDR e com Caiado. Recorrendo mais uma vez a Bourdieu, temos que:

Dado que os produtos oferecidos pelo campo político são instrumentos de percepção e de expressão do mundo social (ou, se assim se quiser, princípios de divisão) a distribuição das opiniões numa população determinada depende do estado dos instrumentos de percepção e de expressão disponíveis e do acesso que os diferentes grupos têm a esses instrumentos (p. 165, 1989)

Como já mencionado nesta tese, as denúncias da UDR frequentemente ganhavam ressonância no DM, enquanto as denúncias da CPT só eram ocasionalmente noticiadas, e sempre trazendo a resposta/versão da UDR para o caso. Em 30 de janeiro o jornal trazia mais uma denúncia feita pela UDR (por representantes da Paraíba), de que o padre Joseph estaria montando um “centro de treinamento de guerrilha” no campo. Além de dar voz a toda e qualquer denúncia feita pela UDR, é interessante notar como o jornal escolhe noticiar um evento que dizia respeito ao estado da Paraíba, quando sua prática comum era de trazer apenas os conflitos regionais, ou aqueles sobre os quais a UDR local tivesse se manifestado.

Em 04 de fevereiro de 88, o DM reproduzia fala de Ronaldo Caiado convocando uma grande mobilização cívica no país, para pressionar os constituintes contra o que chamou de “tendências de esquerda”. Ao final de sua fala teria ocorrido um confronto entre membros da CUT e seguranças de Caiado, levando-o a declarar mais uma vez que a esquerda tentaria impor suas opiniões pelo “medo e truculência”. Em 23/02, o jornal repercutia ação da UDR, que doara alimentos, roupas e remédios para atingidos pelas chuvas no Acre e no Rio de Janeiro. Foi reproduzida fala do médico afirmando que a UDR “se mobiliza para ajudar os que precisam”.

Mais uma oportunidade de defesa da suposta “não violência” da UDR foi dada pelo jornal em reportagem de 01/03 sobre inauguração de escritório da UDR em Rio Verde (GO). A notícia trazia fala de Caiado afirmando que a entidade vinha expandindo seus escritórios para oficializar um canal representativo de seus interesses frente ao governo, destacando que agiriam na legalidade, tendo como maior interesse “não incentivar a violência”.

“Ronaldo Caiado, e assim se faz justiça” era o título de matéria que, em 01 de março de 88, trazia de forma positiva a rejeição de denúncia contra Caiado. O juiz Eustáquio Nunes teria rejeitado a acusação de crime contra a honra, feita pela Procuradoria Geral da República. A forte opinião manifestada pelo juiz publicamente, excedendo em muito seu papel como agente do judiciário, era de que “os corruptos são os verdadeiros criminosos” e de que o acusado (Caiado) estaria pagando por sua notoriedade nacional e por “declarações que não agradam a todos”, sendo ele “mais uma vítima da velha mania brasileira de processar os acusadores e deixar os corruptos impunes”. O título “e assim se faz justiça” indica claramente o posicionamento que o jornal assumiu diante da rejeição da denúncia e diante da justificativa ideológica do juiz. Para o DM, assim como para o juiz, a injustiça era contra Caiado, sendo a decisão proferida a melhor forma de restaurar a normalidade ética. Cinco dias após, o jornal noticiava convite de Caiado a Jacques Chirac para realizar ciclo de conferências no Brasil. O DM destacava que o líder da UDR teria se alinhado ativamente à tendência de política de Chirac quando fez pós-graduação em Paris. O jornal, como em vários outros momentos, destaca a trajetória intelectual e profissional de Caiado.

Em 15 de março, o DM anunciava as estratégias políticas da UDR para as próximas eleições. Caiado informava que a ação da entidade seria suprapartidária, apoiando candidatos alinhados com os valores da propriedade privada, democracia e livre iniciativa. UDR Jovem e UDR Mulher poderiam lançar candidatos a cargos eletivos. A atuação de setoriais femininos e de juventude na entidade mostra a capilaridade da organização, cujo funcionamento chega a

se assemelhar ao de um partido político, inclusive, impondo programas e pautas em diversos temas e lançando ou oficializando apoio a candidatos.

Em 18 de março temos mais uma mostra da construção mítica da figura de Ronaldo Caiado pelo jornal, seguindo-o nas mínimas situações do dia-a-dia, como se fosse uma celebridade televisiva. Sob o título “prosaica tarefa”, o jornal traz uma incrivelmente prosaica “notícia”, conforme se observa na imagem:



No dia seguinte o jornal anunciava que a UDR “vence mais uma batalha”. O ex-diretor de Crédito Rural do Banco do Brasil e membro da UDR, Antônio Ferreira, havia declarado que todos os contratos de financiamento de investimentos no setor agropecuário, firmados entre fevereiro de 1986 a fevereiro de 1987, não estariam sujeitos à correção monetária, mesmo que constasse cláusula sobre isso no respectivo contrato. A notícia menciona ainda opinião de Ferreira, para quem a crise brasileira se devia aos “altos juros cobrados de produtores e pecuaristas”. Aqui vemos as estreitas ligações que a entidade mantinha até mesmo com o setor financeiro, específica e diretamente com diretores de bancos.

Ainda em 20/03, a UDR ocupava mais espaço no jornal com nova entrevista com Caiado sobre temas diversos, entre eles a constituinte. A essa altura, a opinião do líder político tinha tamanha ressonância no DM, que Caiado se tornara quase um colunista político do periódico, tendo suas declarações veiculadas semanalmente, quase como editoriais, como visão do próprio jornal. Ao longo da entrevista, Caiado era questionado sobre diversos

políticos em evidência e sobre sua possível candidatura à presidência do Brasil, o que negava. O Diário da Manhã se posiciona no período ativamente como aparelho privado de hegemonia, sendo um braço da própria UDR. Para Bourdieu o real é relacional. As relações sociais são relações de comunicação, sendo que diferentes formas de capital se transfiguram em capital simbólico. Esse trabalho de “dissimulação” e de “transfiguração” garantiria:

[...] uma verdadeira transubstanciação das relações de força, fazendo ignorar-reconhecer a violência que elas encerram objetivamente e transformando-as assim em poder simbólico, capaz de produzir efeitos reais sem dispêndio aparente de energia (BOURDIEU, p. 15, 1998)

Em 04 de abril, sob o título “UDR alerta para desordens”, era reproduzida fala de Salvador Farina (anunciada como alerta, e não como possível denúncia, ou versão) sobre suposta onda de “invasões” no estado. Farina advertia para a possibilidade de os proprietários de terras terem que partir para “o esforço físico na luta pela manutenção de suas terras”, o que pode ser analisado como forma de justificar por antecedência possíveis crimes perpetrados por fazendeiros, como se fossem atos de legítima defesa contra os “invasores”. Em sua fala, mais uma vez, Farina acusava líderes sindicais, que estariam “aliciando pessoas inocentes a praticarem atos que vão gerar violência” e ameaça ainda: “A UDR vai agir dentro da lei, mas avisa que a defesa das terras de alguns produtores pode causar conflitos, até mortes”.

Temos na reportagem descrita acima, com a declaração de Farina, uma tentativa de obter mandato prévio para cometer violências contra posseiros e sem-terras, afirmando inclusive que a defesa da propriedade privada estaria acima do direito à vida, já que afirmara que o proprietário lesado poderia “causar conflitos, até mortes”. Os atos de violência, inclusive de crime contra a vida, são amenizados pelo próprio jornal já no título, definidos como “desordens”. A escolha editorial de dizer “UDR alerta para desordens” e não “UDR alerta para mortes”, é deliberada e política. Na mesma edição do jornal, era anunciada a saída de Salvador Farina da presidência da UDR regional. O “alerta” feito sobre possíveis invasões, portanto, era menos notícia de fato novo no estado e muito mais a oportunidade de uma última declaração de Farina, de uma última defesa das concepções políticas da UDR e de suas concepções pessoais.

Em 05 de maio de 1988, o papel de Caiado como verdadeiro colunista no DM é oficializado, e é publicado texto de sua autoria, com o título “A lesma e o sal”. Por ser de bastante relevância para as discussões desta tese, reproduzo na íntegra a referida coluna:

Na semana passada, a esquerda, com a colaboração de alguns oportunistas, cravaram suas garras na propriedade rural produtiva, em favor de interesses supranacionais, na tentativa de desestabilizar aquele que é o mais estratégico e brasileiro dos suportes da nossa economia, o setor produtivo primário. As entidades representativas dos

produtores rurais propuseram que a propriedade rural produtiva não seja suscetível a desapropriação para a reforma agrária. Não se trata de latifúndio improdutivo, mas sim de propriedade rural produtiva. Na UDR nunca defendemos terras improdutivas, jamais rejeitamos a ideia da função social da propriedade, já que ela a cumpre produzindo. O que fazemos é reclamar o tratamento que a Constituinte concedeu à propriedade urbana. Chega a ser estarrecedora a discriminação que se dá à agricultura. A mesma ameaça não atinge uma empreiteira que decida manter paralisado seu parque de máquinas e decida demitir seu pessoal. Em suma: todos os setores da vida civil têm o direito de ser improdutivos, de eventualmente não cumprir sua função social, menos a agricultura. O produtor rural, mesmo produzindo, pode ter sua propriedade confiscada. As esquerdas buscam impor para a função social da propriedade rural de tal ordem, que hoje, não existem rigorosamente uma única área rural, em todo o país, que não cumprisse essa função a ponto de não estar sujeita à guilhotina imediata de uma desapropriação. Amanhã o futuro do país estará em jogo, pois todos aqueles que decidirem votar a favor da desapropriabilidade de terras produtivas terão que fazer-se conscientes de que estarão com isso assinando a sentença de morte da agricultura brasileira.

O primeiro ponto que nos interessa aqui destacar e analisar é o uso de vocabulário patriótico pela UDR, como já mencionado neste capítulo, transformando a esquerda em inimigo externo, aquele que “não é como nós”, o outsider. Nos discursos de Ronaldo Caiado é frequente a construção dos opositores de UDR e proprietários de terra como criminosos, enquanto qualquer ato de fato criminoso por parte de tais latifundiários (violências, torturas ou mesmo mortes decorrentes de conflitos no campo) são justificados como medidas protetivas. A reforma agrária é traduzida como roubo, e a violência – mesmo aquela com óbitos – é interpretada como medida justa em resposta ao roubo. No texto de Caiado, o próprio princípio de função social da propriedade é relativizado, e mais uma vez o líder da UDR se coloca como parte de um setor que está sendo atacado, vítima em um conflito onde padres progressistas, sem-terras e sindicalistas seriam algozes. Enquanto as respostas/reações da UDR às críticas feitas por figuras públicas eram frequentemente noticiadas no jornal, nenhum espaço foi concedido para resposta/reação da esquerda/movimentos sociais/setores pró-reforma agrária a esse ou a outros textos com críticas e/ou acusações feitas pela UDR.

Em 20 de maio de 1988, o DM anunciava a vitória da perspectiva defendida por Caiado na coluna analisada acima. A Assembleia Nacional Constituinte decidira que as terras produtivas não seriam desapropriadas no caso de não cumprimento da função social. Sob o título “Reforma agrária. Vitória do Centrão”, a matéria destacava que essa havia sido uma vitória comemorada tanto pela UDR quanto pelo Centrão. No mesmo dia, o jornal noticiava também os planos da UDR para as futuras eleições municipais. “A UDR investirá alto no campo político” trazia a informação de que a entidade já discutia os futuros apoios a candidatos a prefeitos e vereadores que se alinhassem com os interesses da UDR, nomeados

na matéria como “a livre iniciativa e a propriedade privada”. Reporta-se ainda que essas eleições serviriam para a entidade se preparar para as futuras eleições estaduais.

Em 22/05, seguindo seu costume de trazer as vozes de todos os dirigentes da UDR, o Diário da Manhã entrevistava Antônio Flávio, novo presidente regional da UDR. Flávio comenta a vitória da UDR na constituinte, em relação à desapropriação de terras, e afirma que “no campo tem que haver o livre mercado e a propriedade não ser estatal”. O novo presidente da entidade afirma ainda que a postura defendida e adotada em casos de “invasões de terras” era sempre recorrer à justiça, “nunca com violência”, embora isso seja negado pelos diversos casos noticiados no próprio jornal, e defendidos publicamente pelo ex-presidente Farina, como analisamos anteriormente nesse capítulo.

A entrevista se encerrava com interessante afirmação de Flávio sobre o lucro, o que terminou por dar título à entrevista (“Lucro não é crime”). Para o membro da UDR, a entidade defendia os interesses dos produtores rurais para que eles “possam produzir e obter lucro”. Ele afirmava que, naquele momento no Brasil, o lucro era visto como crime, sendo que o lucro seria “um direito de todo cidadão que trabalha”. Analisemos aqui como a UDR transforma discursivamente seus interesses em interesses gerais e inverte a realidade das relações de trabalho no capitalismo. Está claro para qualquer trabalhador, não sendo contestado sequer pelas elites, que trabalhador recebe salário, e quem recebe lucro é o empresário/capitalista/empregador/dono dos meios de produção. No entanto, Flávio afirma que o lucro seria direito de quem trabalha, logo, transformando empresário em sinônimo de trabalhador, ou afirmando que todo trabalhador receberia lucro. Ambas as hipóteses são facilmente refutáveis, mesmo pensando dentro de uma matriz explicativa liberal. O discurso de Antônio Flávio, portanto, passa por maior radicalização ultraliberal ainda do que o de seu predecessor Farina, ou mesmo o de Caiado. Se antes se falava em direito à propriedade e a trabalhar a terra, agora se fala em direito ao lucro. Não que Farina e Caiado pensassem de forma diferente em relação ao lucro, mas o discurso público da UDR com Antônio Flávio se radicaliza ainda mais.

Uma semana após a posse de Antônio Flávio, Ronaldo Caiado deixava o comando da UDR, transferindo o cargo para Rossevelt dos Santos. O jornal informava que Caiado retornaria para a prática médica, incluindo na notícia uma pequena biografia da liderança como alguém que havia alcançado uma “invejável” promoção nacional, dando força aos “esquecidos” produtores rurais e ganhando notoriedade por “desafiar com coragem o projeto da reforma agrária, defendido pela intocável igreja Católica”. Caiado é enaltecido ainda por

ter percorrido o país arrecadando fundos e por ter tornado a UDR forte politicamente e economicamente. A matéria ressaltava ainda a vitória da UDR sob a gestão de Caiado, em relação à não desapropriação das terras produtivas que não cumpriam a função social. É indiscutível o tom da referida peça jornalística, onde Caiado aparece como verdadeiro herói que teria desafiado a autoridade da Igreja Católica. O uso dos termos “coragem” e “intocável” estabelecem, de forma bastante maniqueísta, uma relação entre a UDR como o agente reformador (lugar corajoso e positivo) e a Igreja como o agente da manutenção de privilégios e do status quo (lugar negativo). Temos aqui um exemplo do funcionamento da ideologia no seu sentido mais marxista clássico, como verdadeira inversão da realidade. De fato, a UDR é quem havia trabalhado durante toda a década para manter as relações de poder como estavam, se opondo violentamente às movimentações reformistas, sobretudo em relação à reforma agrária. Pensando com Pecheaux:

É preciso, finalmente, precisar que a relação de articulação dos processos sobre a base linguística torna-se possível pela existência, no próprio interior desta base, de mecanismos resumidos pelo termo enunciação, pela qual se efetua a tomada de posição do ‘sujeito falante’ em relação às representações das quais ele é o suporte (p. 129, 2015)

No início de junho de 1988, o DM noticiava que o nome de Caiado integrava nova lista da Folha de São Paulo, de possíveis presidenciáveis. No dia seguinte, em matéria de título “New York Times descobre Ronaldo”, o jornal informava que o médico era cogitado para a presidência, referindo-se à UDR como “a maior entidade classista do país”. Em tom bastante elogioso, o DM afirmava que Caiado havia rompido fronteiras e atingido “o coração da imprensa norte-americana”, falando sobre a “luta” dos produtores rurais no Brasil ao referido periódico estadunidense. A postura de Caiado é descrita pelo DM como “sempre solícito e sorridente”, sendo ele uma pessoa “requisitada em todos os instantes”. Não há dúvidas aqui sobre a posição do Diário da Manhã, entusiasta da candidatura de Caiado à presidência da república.

Em 07/06, pelo terceiro dia seguido, os interesses da UDR estavam em pauta no DM. A notícia se referia à manifestação convocada pela UDR e pela FAEG em apoio à emenda que isentava a correção monetária dos empresários adquiridos antes e durante o plano Cruzado. Algumas semanas depois, UDR e a emenda do senador Mansueto Lavor eram pautadas novamente. Em 25 de junho o DM informava que a UDR Mulher estaria preparando uma caravana à Brasília em favor da anistia da correção monetária. Na véspera da votação da referida emenda, em 28/06, o DM noticiava as caravanas que seguiriam para Brasília, sendo

elas ligadas à UDR, FAEG, ACIEG e Associação Goiana da Pequena Empresa. Além da UDR Mulher, o jornal menciona também a presença da UDR Jovem na manifestação, com intenção de tomar os corredores do Congresso Nacional. Dois dias depois, em 30 de junho, o DM noticiava a vitória dos manifestantes. Poucas alterações na emenda haviam sido feitas e o governo havia se responsabilizado pelo pagamento decorrente da anistia.

Após uma lacuna de um mês sem publicações sobre a entidade, em 23/08 duas notícias relacionadas à UDR ganharam as páginas do DM. Sob o título “UDR platina” uma matéria afirmava que a entidade teria feito escola na Argentina, pois produtores rurais “contrariados” com a política agrícola do presidente Raul Alfonsin teriam “endurecido o jogo” e partido “para o protesto”, sendo que uma grande manifestação era preparada para os próximos dias. Nota-se que o jornal não traz detalhes ou maiores esclarecimentos sobre qual seria a política agrícola na Argentina, mas se posiciona prontamente a favor dos produtores rurais, com o uso de expressões como, por exemplo, “endurecerem o jogo” - indicando que algum abuso era cometido contra eles e que eles teriam reagido justamente. O leitor não fica sabendo as condições dessas relações na Argentina, mas recebe de cara uma avaliação dos produtores rurais como cidadãos argentinos exigindo seus direitos (embora não se saiba quais direitos exatamente). O Diário da Manhã, enquanto aparelho privado de hegemonia é um produtor de consensos. Conforme bem elucida Sônia Regina de Mendonça:

Assim, o que é peculiar ao Estado contemporâneo capitalista, o qual, por sua vez, deve ser pensado como uma relação social em si mesmo, é que ele guarda um espaço de consenso e não só de violência, sendo o consenso – ou sua contestação- desenvolvido através dos aparelhos privados de hegemonia, bem como através da ação do Estado restrito, que busca promover e generalizar a visão da fração da classe hegemônica. Logo, a Política e o Estado são inseparáveis da Cultura [...] (MENDONÇA, p, 15, 1993)

A segunda matéria trazida pelo DM em 20 de agosto de 1988 se referia novas articulações da UDR contra possíveis propostas de reforma agrária. A entidade convocava reunião em Brasília para definir estratégia nacional. O principal objetivo imediato era garantir o texto constitucional contra as desapropriações. Poucos dias depois, ainda em agosto, o jornal trazia matéria de título “Ronaldo: deixem o produtor em paz”, onde se informava que o texto sobre a reforma agrária fora aprovado em primeiro turno, mantendo a vedação às desapropriações. O jornal citou o entusiasmo de Caiado e da UDR e sua declaração de que o Brasil todo havia vencido.

“Os meninos da UDR”. Esse era o título de matéria publicada pelo DM em 11 de setembro de 1988, sobre a “vibrante” comemoração da UDR após a votação da Constituinte em segundo turno. Os jovens foram descritos como “sérios como seus pais, mas nem por isso menos vibrantes”. Definidos pelo jornal como “agroboys” em oposição aos “playboys” da cidade, os membros da UDR na faixa etária entre 14 e 28 anos são definidos de forma elogiosa pelo periódico como “mais responsáveis que os jovens da cidade”, por sua “participação mais ativa nos negócios dos pais”. A atuação da UDR jovem e da UDR mulher, sempre destacadas pelo jornal como positivas e inovadoras, cumpre o papel de garantir maior legitimidade à entidade junto a esses setores demográficos e afastar a percepção de que a UDR seria formada pelos tradicionais donos do poder (homens de meia-idade ou mais velhos).

Ao longo dos meses de setembro e de outubro do ano de 1988, com a intensificação de rumores e mobilizações de bastidores em prol da candidatura de Ronaldo Caiado, o caráter panfletário das notícias sobre sua figura no DM se aprofunda. Em 13/09, o Diário a Manhã cita uma pesquisa duvidosa supostamente feita pelo ICHL da UFG, que teria apontado Caiado como o homem mais belo do país. Segue o recorte referido:



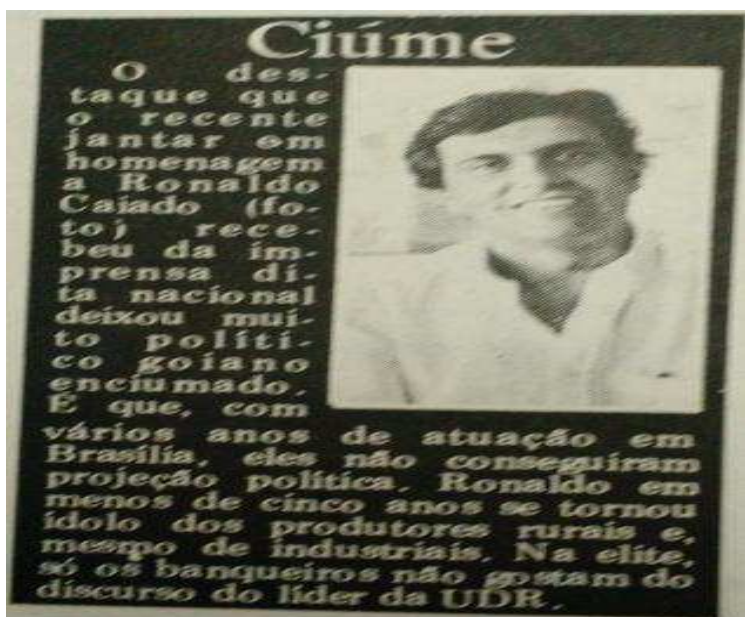
A aparência e o carisma de Ronaldo Caiado foram amplamente utilizados para promover seu apelo político. Tal estratégia é comum no Brasil, considerando a tendência histórica personalista do voto no país, pouco alinhada a lealdades partidárias. No ano seguinte, 1989, o Brasil testemunharia a vitória de tal estratégia com a eleição do belo e charmoso “caçador de marajás” Fernando Collor de Mello – posteriormente impeachmado. Além disso, Collor e Caiado guardam outra similaridade: ambos foram ‘fabricados’ pela grande mídia, como nos demonstra detalhadamente Carla Luciana Silva em “Veja: o indispensável partido neoliberal” (2009):

As formas de construção do apoio à candidatura de Collor e de seu projeto privatizante são muito variadas e incontestáveis. Até a publicidade assumiu a campanha de Collor, como Roberto Sá mostrou que empresas como Hering, Caloi, Wolens, Shopping Praia de Belas, Tilibra, Pony, Skol, banco Bamerindus, utilizaram-se nas duas propagandas vários mecanismos de identificação com a campanha do candidato Collor e contra o candidato Lula. Em termos gerais, Collor era associado à juventude, disposição e às cores da bandeira nacional; Lula, por sua vez, foi associado à ignorância e ao atraso [...]. O posicionamento da revista vinha sendo elaborado há mais tempo, seja na perspectiva do programa liberal, sempre presente, seja mesmo na construção da candidatura de Collor. Emiliano José analisa reportagens de capa da revista de 1987 e 1988 que buscavam construir a imagem do “caçador de marajás”, inclusive, já naquele momento, aventando a possibilidade de que ele fosse candidato à presidência. Essa opção deve ser entendida à luz das indecisões e desorganização da direita formuladora, e não a opção preferencial por Collor já naquele momento. (SILVA, 2009, p. 165-166)

O processo de humanização e construção de uma aura de encanto e fascinação sobre a figura de Ronaldo Caiado continua no DM em 19 de setembro. Sob o título “Ronaldo na intimidade”, a matéria acompanhava o médico em sua rotina cotidiana com a família (esposa e três filhos). Logo na primeira linha é descrito como “alto, 37 anos, com sorriso no rosto e terno azul marinho”. O jornal indica que o líder da UDR “demonstrava um prazer de estar em casa e se revelou bastante caseiro”. Por ser o familismo um valor bastante considerado na sociedade brasileira, a descrição de seu caráter caseiro é elogiosa. Em certo ponto da matéria é repetido e enfatizado o adjetivo “muito família” para descrevê-lo. O jornal informa que Caiado gosta de levar os filhos ao parque, não é um homem arrogante e é muito educado, sendo “impossível de pedir algo a alguém sem pedir por favor”. Por fim é descrito como “metódico” e “organizado”, “levando seu trabalho ao extremo do bom desempenho”. A biografia de Caiado trazida nas páginas do jornal nessa data se assemelha aos perfis de celebridades em revistas especializadas no assunto, destacando inclusive que seu signo era Libra, informação certamente pouco relevante para a compreensão da política da UDR. Bourdieu nos ajuda a pensar os feitos simbólicos da atuação do DM na humanização de Caiado e na construção das pautas da UDR como as únicas pautas legítimas e ordeiras, em oposição à suposta corrupção, violência, antinacionalismo e desumanização das figuras ligadas a movimentos sociais progressistas.

O efeito da legitimação da ordem estabelecida não incumbe somente, conforme se vê, aos mecanismos tradicionalmente considerados como pertencentes à ordem da ideologia, como o direito. O sistema de produção dos bens simbólicos ou o sistema de produção dos produtores desempenham, também – isto é, pela lógica mesma do seu funcionamento – funções ideológicas pelo fato de que se mantêm escondidos os mecanismos pelos quais eles contribuem para a reprodução da ordem social e parapermanência das relações de dominação. (BOURDIEU, p. 200, 2008).

Em 10 de outubro o Diário da Manhã anunciava que Caiado se preparava de fato para lançar uma forte candidatura à presidência da república, mas apenas em 1989. A pequena nota trazia ainda informação de homenagem recebida por ele no Clube Jaó, onde um jantar para mil pessoas teria sido oferecido para celebrar seu aniversário e suas contribuições para a causa de produtores e pecuaristas. A repercussão sobre tal jantar foi noticiada ainda em outra nota do jornal no mesmo dia:



Aqui, mais uma vez o jornal não faz referência a quais seriam as fontes para tal informação, de que políticos goianos teriam ficado enciumados com a atenção recebida por Caiado. A construção da potencialidade da candidatura de Caiado entre a opinião pública (feita pelo jornal através das inúmeras matérias que o elogiam, o humanizam e/ou tornam inteligíveis as suas pautas e as da UDR) termina no ano de 1988 no jornal Diário da Manhã, com nota de 10/10 que alude à informação de que o médico e líder da UDR seria mesmo candidato, tendo possivelmente como vice Fernando Collor. Os dois são descritos na nota como “liberais modernos”. Mais uma vez o signo de modernidade aparece associado aos produtores rurais e empresários, em oposição a um não-dito suposto arcaico (sem-terras, CPT e esquerda no geral). O uso do adjetivo positivo “moderno” aparece para amortecer o adjetivo “liberal”, que poderia possivelmente ser visto de forma negativa pelos assalariados leitores do periódico. Afirma-se que não são de esquerda, mas que também não são a figura do liberal clássico.



O anúncio da candidatura de Caiado encerra o recorte de análise definido neste trabalho, traduzindo de forma bastante simbólica e significativa a hipótese da tese.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A princípio, ainda como projeto de pesquisa para ingressar no Programa de Pós-Graduação em História da UFG, o objetivo principal desta tese era demonstrar “o caráter partidário da imprensa nas pautas relacionadas à Reforma Agrária na Constituinte e como esse debate teria se mostrado de suma importância na história das lutas sociais. Como dito desde a Introdução, esses objetivos foram revisados, bem como o projeto original revisitado com base nas leituras e orientações. Contudo, do que constava como “objetivos secundários”, foi levantado:

[...] a necessidade de uma breve análise histórica de Goiás e, neste contexto, demonstrar a importância da questão agrária para o Estado e, junto disso, os conflitos no campo e a sempre presente família Caiado defendendo os interesses patronais, em contraponto aos trabalhadores organizados; identificar os principais veículos de imprensa goianos, entre eles, destacando nosso objeto de pesquisa: o Jornal O Popular. Investigar o grupo ao qual este é ligado, a Organização Jaime Câmara, e sua atuação no Estado; analisar a atuação da Igreja Católica na década de 80 no Brasil e o papel da Comissão Pastoral da Terra neste contexto (fundamentalmente em Goiás), historicizando também esta entidade e como essa organizou, através de seu jornal, movimentos dos trabalhadores no campo; analisar a atuação da UDR através de *lobbies* e violência no campo no período; identificar os conflitos e as relações de hegemonia e contra hegemonia pautadas por essas entidades nestes meios supracitados (Projeto de Pesquisa apresentado no Edital INHIS/PPGHIS nº 001/2013 de abertura das inscrições e do processo de seleção 2014/1 para ingresso ao Programa de Pós-graduação em História-UFU)

Considero que esses objetivos foram cumpridos, tendo em vista que nos capítulos 1, 2 e 3 foi analisada a formação histórica do estado de Goiás e o surgimento da UDR como entidade expoente dos latifundiários na década de 1980. Com exceção do fato que também já foi explicado na Introdução deste trabalho, sobre o fechamento do jornal *O Popular*, que mudou o foco da pesquisa para o *Diário da Manhã*. As fontes da CPT foram utilizadas através de seus dossiês, tendo em vista que havia poucas unidades do jornal *O Plantador*, insuficientes para uma pesquisa de doutoramento.

Neste sentido, a questão da hegemonia e contra-hegemonia materializadas nas disputas de ideias através da mídia respondeu à pergunta de como a pauta da Reforma Agrária e os conflitos entre entidades patronais e entidades dos trabalhadores rurais, no processo constituinte de 1988, foram veiculadas nos jornais goianos - que se constituíram em aparelhos privados de hegemonia, servindo especificamente às divulgações da UDR e de Ronaldo Caiado.

Foi mostrada ainda a caracterização regional, o que nos indicou que a concepção específica do capitalismo no estado possibilitou a particularidade da atuação da UDR contra as demandas das trabalhadoras e trabalhadores rurais, permitindo o aparecimento e crescimento da entidade em Goiás.

Vimos também que, embora todas as entidades patronais do campo tivessem suas revistas justamente para fazer a disputa de ideias no senso comum via intelectuais orgânicos (o que Gramsci chama de aparelhos privados de hegemonia), a UDR nunca se preocupou em ter uma revista. Até mesmo a documentação da entidade é difícil de encontrar, por dois motivos: 1) por seu caráter bélico e pelos conflitos armados no campo, não poderiam produzir provas contra eles próprios, apesar de não terem problemas com a justiça (muito ao contrário, frequentemente a usavam a seu favor, como comprovado através das fontes); 2) porque os grandes jornais do Brasil inteiro noticiavam gratuitamente a UDR, quase como a propagando. Foi assim com *O Globo*, *Folha de São Paulo*, *Jornal do Brasil*, etc. Sobre esses jornais, já existem trabalhos a respeito. Uma das inovações desta tese foi mostrar como isso se deu em Goiás, tendo em vista que esse é o estado onde surge a UDR. Tal tarefa foi realizada através da análise do segundo maior jornal do estado: o *Diário da Manhã*.

Por fim, ressalto que foi demonstrado nesta tese o conflito UDR X CPT no processo constituinte de 1988, onde uma defendia a propriedade privada, ao passo em que a outra tentava colocar no texto da Constituição Federal a reforma agrária como lei máxima do país.

A UDR pós-constituinte foi sendo minada aos poucos e teve quase todo o seu programa incorporado à candidatura a presidência do líder Ronaldo Caiado, em 1989, em uma eleição com 15 candidatos, que resultou em uma votação inexpressiva. Contudo, a força dos ruralistas no Brasil ainda pode ser verificada no legado deixado pela UDR: a Bancada Ruralista.

Estudos recentes como o de Sandra Helena Gonçalves Costa (2012) apontam para a relação direta entre latifúndio e políticos que representam a referida bancada. A partir de dados do INCRA, Costa demonstrou a ligação entre esses políticos e dinâmicas locais e nacionais de apropriação de terras a partir de relações de parentesco, empresas de agro-negócio e o que chama de “tramas inter-regionais entre políticos da bancada ruralista”.

Tanto o trabalho de Costa quanto essa tese de doutorado lançam perguntas diversas para o futuro, que podem ser tema de novos estudos que nos ajudem a entender melhor o papel da UDR nas definições da política agrária brasileira. Um estudo específico sobre o

papel de Ronaldo Caiado no Senado, por exemplo, pode nos oferecer dados importantes que complementem as conclusões desta tese e suscitem novas perguntas sobre o tema da questão agrária no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMO, Cláudio, ROSSI, Clóvis, DALLARI, Dalmo de Abreu e SADER, Emir (orgs). *Constituinte e Democracia no Brasil Hoje*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- ABRAMO, Perseu. *Padrões de manipulação na grande imprensa*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.
- AIRES FILHO, Benaias. *O imaginário dos proprietários rurais em Goiás – a dimensão dos valores democráticos em seu discurso político*. In: XLII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural. Brasília-DF: Sober, 2004. v. 1. p. 03-53.
- ALMEIDA, Gelsom Rozentino de. *História de uma década quase perdida: PT, CUT, crise e democracia no Brasil: 1979-1989*. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.
- ALMINO, João. *Era uma vez uma constituinte: lições de 1946 e questões de hoje*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- ALVES, Marco Aurélio. *Criação do Parque Agropecuário de Goiânia e a Evolução de suas Exposições (décadas de 40 e 50)*. Goiânia: Monografia apresentada ao Departamento de História da UFG, 2001.
- ARÓSTEGUI, Julio. O objeto teórico da historiografia. In *A pesquisa histórica – teoria e método*. 2006, p. 303-354.
- ASMAR, José. *Câmara Filho: o revoltoso que promoveu Goiás*. Goiânia: O Popular, 1989.
- Assembleia Legislativa do Estado de Goiás. <http://al.go.leg.br/>.
- Associação Goiana de Imprensa. *Imprensa Goiana – Depoimentos para sua história*. Goiânia: Cerne, 1980.
- AURÉLIO NETO, Onofre. A pecuária extensiva em Goiás: a técnica no espaço rural e o crescimento horizontal da bovinocultura entre 1920 e 1960. In: *Boletim Goiano de Geografia*. Goiânia: UFG, 2014.
- BARATTA, Giorgio. *Antonio Gramsci em contraponto: Diálogos com o presente*. São Paulo: Ed. Unesp, 2011.
- BARBOSA, Mariana de Oliveira Lopes. *A comunicação popular, o debate e o processo constituinte no Brasil (1977-1988)*. Goiânia: Dissertação de mestrado apresentada ao programa de pesquisa e pós-graduação em História da UFG, 2012.
- _____. *O papel da classe dominante agrária no(s) golpe(s): relações históricas entre Nova República e impeachment de Dilma*. Disponível em: <http://passapalavra.info/2016/06/108395>
- BARBOSA, Marta Emísia Jacinto. Sobre História: Imprensa e Memória. In: *Outras Histórias: Memórias e Linguagens*. Pag. 262-272. São Paulo: Olho d'Água, 2006.
- BARROSO, Lucas Abreu. A justiça agrária brasileira. *Informativo Jurídico Consulex*, Brasília-DF, v. 13, p. 7 - 9, 05 abr. 1999.
- BERTAN, Paulo. *Uma introdução à história econômica do Centro-Oeste do Brasil*. Goiânia: Ed. UCG, 1988.

- BETTO, Frei. Comunicação popular e Igreja. In. FESTA, Regina; SILVA, Carlos Eduardo Lins (org.). *Comunicação Popular e alternativa no Brasil*. São Paulo: Paulinas, 1986.
- BORGES, Barsanufio Gomides. *Goiás nos quadros da economia nacional*. Goiânia: Editora da UFG, 2000.
- _____. A Sociedade Goiana de Pecuária (1940-1980). In: *História Revista* (UFG), Goiânia, v. 10, p. 113-134, 2005
- _____. *Estado e Economia no Brasil Central – O poder dos grandes produtores rurais*. Goiânia: Editora da UFG, 2008.
- BORGES, Rosana Maria Ribeiro, CHAVEIRO, Eguimar Felício. As entrelinhas não publicadas de um jornal diário: o roubo da história de Câmara Filho na criação e consolidação do Jornal O Popular (GO). In: *Anais do 9º Encontro Nacional de História da Mídia*. Ouro Preto-MG: UFOP, 2013.
- BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2001.
- BOURDIEU, Pierre. *A produção da crença*. Zouk: Rio de Janeiro, 2008.
- _____. *O poder simbólico*. Bertrand Brasil: Rio de Janeiro, 2011.
- _____. *O poder simbólico*. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- BRASIL. Constituição. (1988) *Constituição da República Federativa do Brasil*. 4 ed. São Paulo: Saraiva, 2009.
- BRITTO, Célia Coutinho Seixo de. *A Mulher, a História e Goiás*. Goiânia: Ed. Goiana, 1974.
- BRUNO, Regina Angela Landim. *O ovo da serpente. Monopólio da terra e violência na Nova República*. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. Departamento de Sociologia. IFCH. UNICAMP. Campinas-SP, 2002.
- _____. *O Estatuto da Terra: entre a conciliação e o confronto*. In: <http://r1.ufrj.br/esa/V2/ojs/index.php/esa/article/viewFile/80/76>. Acesso em: 18/11/2015. Publicado em 1995.
- _____. *Um Brasil ambivalente: agronegócio, ruralismo, e relações de poder*. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica-RJ, EDUR, 2009.
- CAIADO, Leolíodi Ramos. *Dramas do Oeste*. 2ª edição. Goiânia: Oriente, 1974.
- CAMPOS, Francisco Itami. *Coronelismo em Goiás*. 1ª reimpressão. Goiânia-GO: Editora da UFG, 1987.
- CAMPOS, Maria Regina Machado de, CARVALHO, Maria Aparecida de. *A educação nas constituições brasileiras (1934- 1937-1946- 1969- 1988)*. Campinas-SP: Pontes, 1991
- CANDIDO, Antonio. *Os parceiros do Rio Bonito: Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dois seus meios de vida*. Rio de Janeiro: ouro sobre azul editora. 2010.
- CARVALHO, Marco Aurélio Peixoto de. *O Movimento de 1909 em Goiás*. Monografia Departamento de História da UFG, 2000.
- CASTELLS, Manuel. *A questão urbana*. Paz e Terra: São Paulo, 2000.

- CASTILHO, Alceu Luis. *Partido da Terra: como os políticos conquistam o território brasileiro*. São Paulo. Contexto, 2012.
- CHACON, Vamireh. *Vida e Morte das Constituições Brasileiras*. Rio de Janeiro: Forense, 1987.
- CHAUL, NarsFayad. *Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade*. 3 ed. Goiânia-GO: Editora da UFG, 2013.
- COELHO, José Braga. *Entre a conquista e a permanência na terra: Formas de luta no assentamento Mosquito no Município de Goiás-GO, 1986-2006*. Goiânia: Dissertação de mestrado, Instituto de Pesquisas Sócio-Ambientais da UFG, 2007
- CONTAG: <https://www.contag.org.br/>
- COSTA, Sandra Helena Gonçalves. *A questão agrária no Brasil e a bancada ruralista no Congresso Nacional*. São Paulo: Dissertação apresentada ao Programa de Geografia Humana da Universidade de São Paulo. 2012.
- CPT: <http://www.cptnacional.org.br/>
- DELGADO, Guilherme da Costa. *Capital financeiro e agricultura no Brasil*. São Paulo: Ícone, 1985.
- DREIFUSS, René Armand. *1964 - A conquista do Estado*. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.
- _____. *O Jogo da Direita: na nova República*. Petrópolis-RJ: Vozes, 1989.
- ESTATUTO DA TERRA: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4504.htm
- FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro*. Volumes: 1 e 2. São Paulo: Globo, 2000.
- FAVARO, Tereza Cristina. *O Governo Mauro Borges (1961-1964): o planejamento tecnocrático e os limites do personalismo populista*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História, UFG, 2015.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. *A formação do MST no Brasil*. Petrópolis-RJ: Vozes, 2000.
- FERNANDES, Florestan. *A Constituição Inacabada: Vias Históricas e Significado Político*. São Paulo: Estação Liberdade, 1989.
- FERNANDES, Marcionila. *Donos de terras: Trajetórias da União Democrática Ruralista*. Belém-PA: NAEA/UFPA, 1999.
- FERREIRA, Joaquim Carvalho. *Presidentes e governadores de Goiás*. Goiânia: Editora da UFG, 1980.
- Folha de São Paulo: <http://m.folha.uol.com.br/poder/2016/05/1766785-mbl-ruralistas-e-evangelicos-se-unem-por-agenda-liberal.shtml?cmpid=compfb>. Acesso em: 05/05/16.
- FIGUEIRA, Archibaldo. *Lobby do Fico à UDR*. Porto Alegre: Sagra Editora, 1987.
- FONSECA, Francisco. *O Consenso Forjado: a grande imprensa e a formação da agenda ultraliberal no Brasil*. São Paulo: Editora Hucitec, 2005.

- FREITAS, Elaine. *FAEG 60 anos: presença e contribuição a Goiás e ao Brasil*. Goiânia: Contato Comunicação, 2012.
- FREITAS, Lena Castelo Branco Ferreira. *Poder e paixão: a saga dos Caiado*. Volumes 1 e 2. Goiânia: Cãnone Editorial, 2009.
- GARCIA, Marília. *O que é constituinte*. São Paulo: Abril Cultural: Brasiliense, 1985.
- GOMEZ, LuisPalacín; CHAUL, NarsFayad; BARBOSA, Juarez Costa. *História política de Catalão*. Goiânia: Editora UFG, 2994.
- GONÇALVES NETO, Wenceslau. *Estado e agricultura no Brasil: política agrícola e modernização econômica brasileira (1960-1980)*. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere - volume 2*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- _____. *Cadernos do Cárcere – Volume 3*. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- _____. *Cadernos do Cárcere - volume 4*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- _____. *Cadernos do Cárcere - volume 6*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- GUIMARÃES, Débora Massenberg. *Os “novos” capitalistas do agro brasileiro – Estudo sobre a Burguesia Rural Industrializada de Rio Verde*. Dissertação de Mestrado. Departamento de Sociologia. Instituto de Ciências Humanas. UnB. Brasília-DF, 1990.
- Jornal Opção: <http://www.jornalopcao.com.br/posts/reportagens/nem-so-por-morte-governaram-os-militares>. Acesso em 05/05/16.
- HARVEY, David. La teoría de la renta. In: *Los limites del capitalismo y la teoria marxista*. México: Fundo de Cultura Econômica, 1990. p. 333-375.
- JAYME, Jarbas. *Famílias Pirenopolinas (ensaios genealógicos)*. Pirenópolis-GO: v. III, 1973.
- KUNCZIK, Michael. *Conceitos de Jornalismo: Norte e Sul: Manual de Comunicação*. 2. ed. São Paulo: EdUSP, 2002.
- LAGO, Claudia e BENETTI, Marcia (orgs.). *Metodologia de Pesquisa em Jornalismo*. 3 ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2010 (Coleção Fazer Jornalismo)
- LAMOSA, Rodrigo. *Os Intelectuais Orgânicos da Associação Brasileira do Agronegócio*. XVIII Simpósio Nacional de História. Florianópolis: ANPUH. 2015. Disponível em: http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1428108306_ARQUIVO_ANPUH2015.pdf f. Acesso em 28/07/2016.
- LEVI, Edmundo Fernandes. *O partido político nas constituições brasileiras*. Brasília-DF, 1976.
- LIGUORI, Guido e VOZA, Pasquale. *Dicionário Gramsciano*. São Paulo: Boitempo, 2017.
- LIMA, João Alberto de Oliveira, PASSOS, Edilene, NICOLA, João Rafael. *A gênese do texto da Constituição de 1988. Vol.I*. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2013.
- _____. *A gênese do texto da Constituição de 1988. Vol. II*. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2013.

- LOUREIRO, Walderês Nunes. *O aspecto educativo da prática política*. Goiânia: Centro Editorial e Gráfico da UFG, 1988.
- MACIEL, David. *De Sarney a Collor: Reformas políticas, democratização e crise (1985-1990)*. Tese de Doutorado. Goiânia-Go: UFG, 2008.
- MAIA, Cláudio Lopes. *Os donos da terra: a disputa pela propriedade e pelo destino da fronteira – a luta dos posseiros em Trombas e Formoso*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História, UFG, 2008.
- MAINWARING, Scott. *A Igreja católica e política no Brasil: 1916-1985*. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo. Editora Hucitec, 1997.
- MARTIN-BARBERO, Jesús. *Dos meios às mediações comunicação, cultura e hegemonia*. 7 ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2013.
- _____. *O Poder do Atraso: ensaios de sociologia da História Lenta*. São Paulo, 1999.
- MARX, Karl. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- _____. *Liberdade de Imprensa*. Porto Alegre: L&PM, 2007.
- MATTELART, Armand e Michéle. *História das teorias da comunicação*. São Paulo: Loyola, 1999.
- MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro. Fase, 1989.
- MENDONÇA, Sônia Regina. A classe dominante agrária: natureza e comportamento (1964-1990). In: STEDILE, João Pedro (org.) *A questão agrária no Brasil – volume 5*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2010.
- _____. *O patronato rural no Brasil recente*. Rio de Janeiro: Editora URFJ, 2010.
- _____. *Economia e política na historiografia brasileira*. In: http://www.historia.uff.br/estadoepoder/files/art01_mendonca_economiaepolitica.pdf. Acesso em: 18/11/2015. Publicado em 1999.
- _____. *A política de cooperativização agrícola do Estado brasileiro (1910-1045)*. Niterói-RJ Editora da Universidade Federal Fluminense, 2002.
- MICHILES, Carlos... (et al.). *Cidadão constituinte: a saga das emendas populares*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- MORAES, Maria Augusta Sant'Anna. *História de uma oligarquia: os Bulhões*. Goiânia-GO: Oriente, 1974.
- MOREIRA, José Roberto, BRUNO, Regina. *Interpretações, estudos rurais e política*. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica: Edur, 2010.
- NEVES, DelmaPessanha. *Assentamento rural: reforma agrária em migalhas: estudo do processo da mudança da posição social de assalariados rurais para produtores agrícolas mercantis*. Niterói: EDUFF, 1997

_____. *Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil – Formas dirigidas de constituição do campesinato*. Vol.II. São Paulo: Ed. UNESP; Brasília-DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

O NORDESTE E A CONSTITUINTE; seminário. Natal, Fundação José Augusto, 26 e 27 de agosto de 1987. Brasília-DF Fundação Centro de Formação do Servidor Público-FUNCEP, 1987

OLIVEIRA, Francisco. *Crítica a razão dualista. O Ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

OLIVEIRA, Pedro Cassiano. *Extensão Rural e interesses patronais no Brasil: uma análise da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR) (1948-1974)*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História, UFF. Niterói, 2013.

OLIVEIRA, Plínio Corrêa de. CAMPO, Carlos Patrício del. *A Reforma Agrária socialista e confiscatória – A propriedade e a livre iniciativa, no tufão agro-reformista*. São Paulo: Vera Cruz, 1985.

PALMEIRA, Moacir. *Modernização, Estado e Questão agrária*. In: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40141989000300006&script=sci_arttext. Acesso em: 18/11/2015. Publicado em 1989.

PAULA, Dilma Andrade de, MENDONÇA, Sonia Regina de (orgs.). *Sociedade Civil: ensaios Históricos*. Jundiaí: Paco Editorial, 2013.

PECHEUX, Michel. *Semântica e discurso*. Editora Unicamp: Campinas, 2009.

_____. *Análise do discurso*. Pontes: Campinas, 2015.

PILLATI, Adriano. *Marchas de uma contramarcha: transição, UDR e Constituinte*. Departamento de Ciências Jurídicas. PUC-RJ. Rio de Janeiro-RJ, 1988.

PINHO, Rodrigo Cesar Rebello. *Da Organização dos Estados, dos Poderes, e histórico das Constituições*. 11 ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o poder e o socialismo*. 4º ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000, p. 149.

PRESSBURGUER, Miguel. *Desapropriação*. Coleção “Socializando Conhecimentos”, nº 3. Rio de Janeiro: Apoio jurídico popular, 1987.

QUEIROZ, Marcos V. Lustosa. *Constitucionalismo Brasileiro e o Atlântico Negro: A experiência constituinte de 1823 diante da Revolução Haitiana*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017.

QUIRINO, Célia Galvão e MONTES, Maria Lúcia. *Constituições*. São Paulo: Ática, 1986.

RAMOS, Hugo de Carvalho. *O interior goiano*. A Informação Goyana. Rio de Janeiro, 1918.

REIS FILHO, Daniel Aarão. O Colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita. In: FERREIRA, Jorge. *O Populismo e sua história: debate e crítica*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 319-377.

RAMOS, Marília Patta. *O “novo” e “velho” ruralismo no Rio Grande do Sul: um estudo sobre os integrantes da UDR*. Santa Cruz do Sul-RS: Editora da UNISC, 1995.

- RIBAS, Luiz Otávio. UDR E TFP: A Força bruta que enterrou a reforma agrária na constituinte de 1987. *Em Debate: Rev.*, ISSN 1980-3532, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. 2011. P. 23- 58.
- RIBEIRO, Miriam Bianca Amaral. Memória, família e poder: história de uma permanência política. In: CHAUL, NarsFayad (coord.). *Coronelismo em Goiás: estudos de casos e famílias*. Goiânia-GO: Editora Kelps, 1998.
- RODRIGUES, Marly. *A década de 80 – Brasil: quando a multidão voltou às praças*. São Paulo: Editora Ática, 1994.
- ROSA, Maria Luiza. *Dos Bulhões aos Caiado*. Goiânia-GO: Editora da Universidade Católica de Goiás, 1984.
- SÁ, Maria Auxiliadora Ferraz. *Dos velhos aos novos coronéis*. Recife: PIMES – Universidade Federal de Pernambuco, 1974.
- SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena: Experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo*. São Paulo: Paz e Terra, 1988.
- SCHLESENER, Anita Helena. *A crítica de Gramsci à teoria das elites: Pareto, Mosca e Michels e a democracia burguesa*. Anais do V Colóquio Internacional Marx e Engels (CEMARX). Unicamp, Campinas-SP, 2007. Disponível em: http://www.unicamp.br/cemarx/anais_v_coloquio_arquivos/arquivos/comunicacoes/gt1/sessa04/Anita_Schlesener.pdf. Acesso em: 21/11/2015.
- SECRETO, Maria Verônica, CARNEIRO, Maria José, BRUNO, Regina (orgs.). *O Campo em debate: terras, homens, lutas*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008.
- SEDUCE. Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esporte de Goiás. <http://portal.seduc.go.gov.br/SitePages/HistoriaEducacao/Default.aspx?idEscola=43>.
- SEIXAS, Wandell. *O agronegócio passa pelo Centro-Oeste*. Goiânia-GO: Safra Gráfica e Editora Ltda., 2004.
- SEVILLA GUZMAN, Eduardo, MOLINA, Manuel Gonzalez de. *Sobre a evolução do conceito de campesinato*. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013
- SGPA. <http://sgpa.com.br/>
- SILVA, Carla Luciana. *Veja: o indispensável partido neoliberal (1989-2002)*. Cascavel-PR: Edunioeste, 2009.
- SILVA, José Graziano. *Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura*. São Paulo: HUCITEC, 1981.
- SILVA, José Gomes da. *Buraco Negro: A reforma agrária na constituinte de 1987/88*. São Paulo: Paz e Terra, 1989.
- SILVA, Moisés Pereira da. *Padre Josimo Moraes Tavares e a atuação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) nos conflitos agrários do Araguaia-Tocantins (1970 – 1986)*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História. Goiânia: UFG, 2011.
- SILVA, Reijane Pinheiro. *“Aqui o sistema é bruto”: movimento country e identidade goiana*. Dissertação de Mestrado. FCS/UFG. Goiânia-GO, 2001.

SILVA, Sergio S. *Valor e Renda da Terra: o movimento do capital no campo*. Coleção Teoria e História, nº 10. São Paulo: Livraria e Editora Polis, 1981.

SIMON, Cristiano Gustavo Biazzo. *Os campos dos senhores: UDR e elite rural (1985-1988)*. Londrina: Editora UEL, 1998.

SORJ, Bernardo. *Estado e Classes Sociais na Agricultura Brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1980.

STEDILE, João Pedro (org.). *A questão agrária no Brasil: O debate na esquerda: 1960-1980*. São Paulo: v. 2, Editora Expressão Popular, 2012.

_____. *Debate sobre a situação e perspectivas da reforma agrária na década de 2000*. 2 ed. São Paulo: v. 8, Editora Expressão Popular, 2013.

TURATTI, Maria Cecília Manzoli. *Os filhos da lona preta –Identidade e cotidiano em acampamentos do MST*. São Paulo: Alameda, 2005.

VAZ, Geraldo Coelho. *Vida e Obra de Altamiro de Moura Pacheco*. In: <http://www.dm.com.br/opiniaio/2015/03/vida-e-obra-de-altamiro-de-moura-pacheco.html>. Acesso em 01/05/2016.

VIEIRA, SuzanaGauer. *Constituições e cidadania no Brasil*. São Paulo: Iglu, 2010.

WOORTMANN, Ellen F.; WOORTMANN, Klaas. *O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.

YAMAUTI, Nilson. A questão da reforma agrária no governo João Goulart. In: *Acta Scientiarum. Humanand Social Sciences*, Maringá, v. 27, n. 1, p. 69-86, 2005.

Fontes

- Edições do *Jornal Diário da Manhã*: Outubro de 1986 a outubro de 1988;
- Dossiês da Comissão Pastoral da Terra.